



CIÊNCIAS SOCIAIS:

**A SOCIEDADE EM SUA
INTEGRALIDADE**

Volume XI

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais: a sociedade em sua integralidade

11^a ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

11ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais: a sociedade em sua integralidade
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

240 f.: il

DOI: 10.37423/2023.edcl698

ISBN: 978-65-5367-289-5

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

<https://doi.org/10.37423/2023.edcl698>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

CAPÍTULO 1	6
A LITERATURA DE MASSA E O AUDIOVISUAL: A RELAÇÃO ENTRE BEST-SELLERS, STREAMING E ADAPTAÇÕES	
Anderson Alves da Rocha	
Stella Vicente	
DOI 10.37423/230307392	
CAPÍTULO 2	22
ENTRE A AUTONOMIA E A SUBORDINAÇÃO: O DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO NA PERSPECTIVA DE UM SISTEMA JURÍDICO GARANTISTA	
Henrique Pereira Lima	
DOI 10.37423/230307422	
CAPÍTULO 3	38
OS POSSÍVEIS IMPACTOS DO DIAGNÓSTICO DO TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA) NO ÂMBITO FAMILIAR UMA QUESTÃO DE PSICOEDUCAÇÃO	
Francisca Janiele dos Santos Silva	
Natália Maria de Sousa Cunha	
DOI 10.37423/230307431	
CAPÍTULO 4	59
ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE OS MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM COMPARAÇÃO AOS DE REFERÊNCIA E SIMILARES NA CIDADE DE BELÉM, PARÁ	
Vera Louzeiro de Oliveira Garcia	
Larissa Teixeira Pinheiro Rodrigues	
Marlene Lisboa da Silva	
Thaís Kyara Barros de Araújo	
Julye Layssa Gaia Gomes	
Naldiane Azevedo Rocha	
Sandra Cristina Ferreira do Rosário	
George Gouveia Lavand da Costa	
Marcella Kelly Costa de Almeida	
Kemper Nunes dos Santos	
DOI 10.37423/230307438	
CAPÍTULO 5	74
BANCO COMUNITÁRIO CAPIVARI E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PARA EXPERIÊNCIAS FUTURAS	
Gloria Maria de Sousa dos Santos	
Paula Lopes Erthal	
Martius Vicente Rodriguez y Rodriguez	
DOI 10.37423/230307460	

CAPÍTULO 6	91
AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS COM TIJOLO SOLO-CIMENTO, NO INTERIOR DA PARAÍBA	
BARBARA MAREGA DA SILVA OLIVEIRA	
DARTIANE NASCIMENTO FERREIRA	
DOI 10.37423/230307461	
CAPÍTULO 7	103
ESPIRITUALIDADE, RELIGIOSIDADE E PSICOLOGIA: CAMINHO E DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL	
Lorena de Albuquerque Mello Della Santa	
Ana Paula Nunes da Cunha Batista	
DOI 10.37423/230307466	
CAPÍTULO 8	117
CAPTAÇÃO DESIGUAL DE CRÉDITO DO PRONAF NOS ESTADOS E REGIÕES BRASILEIRAS	
Alexandra Pedrosa Monteiro	
Milena Monteiro Feitosa	
José de Jesus Sousa Lemos	
DOI 10.37423/230307468	
CAPÍTULO 9	142
OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR EM INCLUIR ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL	
Alessandra Sousa	
DOI 10.37423/230307474	
CAPÍTULO 10	158
CAPACIDADES DINÂMICAS: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE COMO O SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE POSSA RESPONDER OS IMPACTOS CAUSADOS PELA COVID-19	
RONNY LUIS SOUSA OLIVEIRA	
CARLOS BENASSULY MAUÉS FILHO	
IGOR DE JESUS LOBATO POMPEU GAMMARANO	
DOI 10.37423/230307488	

CAPÍTULO 11 171

DESEMPENHO FINANCEIRO DO ITAÚ E DO BANCO DO BRASIL NO PERÍODO PRÉ E DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

João Vitor Nunes Lopes

Fernanda Muniz Vieira

Iara Maciel da Silva

Carla Taynah Nascimento e Silva

Elen Lorena Lopes Silva Roque

Paulo Tadeu Moraes Fagundes

Gabrielle Ferreira Silva

João Cássio Lôpo Lopes

Bruno Henrique Rocha

Mércia Otaviana Barbosa de Sá

DOI 10.37423/230307495

CAPÍTULO 12 183

THE FACEBOOK FILES: SOCIAL MEDIA'S TOXICITY IS NO CHILD'S PLAY

Felix Rebolledo-Palazuelos

Camila Hartmann

Carolina Siqueira de David

Gibsy Lisiê Soares Caporal

Luiza Dias de Oliveira

Thiago Álvares da Trindade

DOI 10.37423/230307500

CAPÍTULO 13 210

APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA UM GRUPO DE MULHERES DA ILHA DE PAQUETÁ-PA

Carolina Monteiro

Ian Brito Vilhena

Larissa Baía de Nazaré

Nayara Cruz

Rodrigo Santos

DOI 10.37423/230307503

Capítulo 1



10.37423/230307392

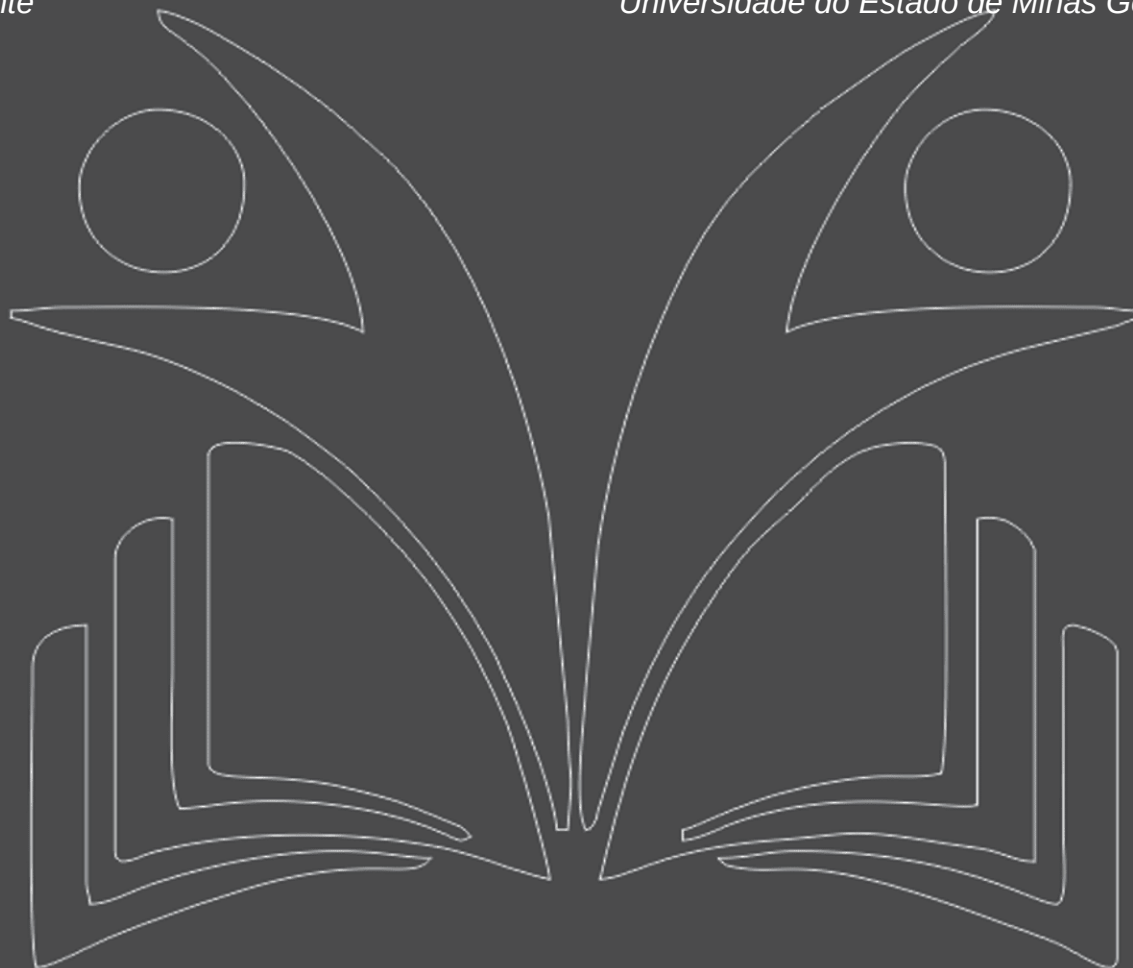
A LITERATURA DE MASSA E O AUDIOVISUAL: A RELAÇÃO ENTRE BEST-SELLERS, STREAMING E ADAPTAÇÕES

Anderson Alves da Rocha

Universidade do Estado de Minas Gerais

Stella Vicente

Universidade do Estado de Minas Gerais



Resumo: O artigo analisa a relação entre a literatura de massa, ou seja, os *best-sellers*, e o meio audiovisual, em específico o *streaming*. É realizado um estudo histórico sobre os folhetins, a primeira forma de literatura de massa da história, até chegar aos dias de hoje com os *best-sellers*. O mesmo estudo histórico é feito com o audiovisual, chegando à era dos *streamings* e à tendência das adaptações literárias. Dessa forma, serão apresentados conceitos sobre ambos os temas, uma análise de como eles estão interligados e de que maneira a sociedade influencia e é influenciada por estes processos. Tudo foi feito mediante uma análise de conteúdo, assim como estudo de teóricos que estudam esta temática, tais como Jesús Martín-Barbero, Douglas Kellner, Stuart Hall e Muniz Sodré.

Palavras-chave: Audiovisual. Literatura de massa. Streaming. Best-sellers. Netflix.

INTRODUÇÃO

O conceito de *best-seller* é visto de muitas maneiras por diversos estudiosos, que, em sua maioria, o veem apenas como um objeto mercadológico, voltado única e exclusivamente para o consumismo de uma sociedade capitalista. No entanto, percebe-se que esse pensamento conservador e de senso comum não traduz a realidade por trás dessas obras literárias. Não há como negar o apelo econômico de um *best-seller*, mas há de se estudar o impacto que produz no seu público-alvo e na indústria do entretenimento como um todo.

Para viés de pesquisa histórica e comparação, pode-se usar, como exemplo, os folhetins dos séculos anteriores. Estes escritos eram histórias contadas nos meios de comunicação mais veiculados na época, os jornais, que, devido seu preço acessível, eram amplamente consumidos pela população. É necessário ressaltar que, hoje, esse viés está ligado ao avanço das tecnologias e, principalmente, dos meios de comunicação em massa. Dessa forma, é possível dizer que a literatura passou a atingir um valor, assim como diversas outras artes, de um produto de mercado.

De maneira semelhante, as produções audiovisuais, em especial as cinematográficas e televisivas, cresceram de maneira rápida e estrondosa, tornando-se também uma fonte de altos lucros. De forma exemplificada, há o surgimento do cinema em um momento de grande efervescência e que se desenvolveu durante todo o século XX, adaptando-se a novas tecnologias e a meios de produção. Por esse motivo, sempre foi considerado um produto lucrativo a ser comercializado, estando, portanto, inserido também na lógica econômica do mercado. Ainda assim, surgiu uma nova forma de gerar esses mesmos produtos audiovisuais, de modo que chegassem a um número ainda maior de pessoas, a televisão. Com seu crescimento rápido e exponencial, a televisão passou a se consolidar cada vez mais, criando produções próprias e rivalizando com a sétima arte.

Ademais, a prática de ter a opção de escolher o conteúdo ao qual deseja assistir, sem ser necessário sair de sua própria casa, revolucionou a indústria do audiovisual. Com o advento da internet, assim como das novas mídias, tecnologias e meios de comunicação, o acesso a essas produções ficou ainda mais democrático, permitindo que cada vez mais pessoas tivessem a oportunidade de consumir esse conteúdo. Diante deste cenário, surgirá uma revolução ainda mais recente nessa indústria, que ainda carece de mais estudos em meios acadêmicos para que se esclareçam todas as questões e temáticas que envolvem este conteúdo. Trata-se do *streaming*, uma tecnologia de transmissão para conteúdo digital, seja de áudio ou vídeo. A versão mais utilizada para reprodução de produções como filmes e séries é o *streaming on demand*, onde o episódio ou película são salvos em um servidor, podendo ser

acessados por meio de website ou aplicativo, a qualquer hora, seja pelo computador, smartphones, televisão, tablets, entre outros aparelhos.

Em 2011, dois produtores da empresa Media Rights Capital tentavam vender a ideia da série *House Of Cards* a vários canais televisivos estadunidenses. Entra em cena, então, a Netflix. Fundada em 1997, quando tinha a ideia de alugar DVDs por correio, a Netflix chegou ao meio do *streaming* somente em 2007, quando já havia alcançado a marca de cinco milhões de assinaturas.¹ Foi a Netflix, que por volta de 2011 já possuía uma promissora plataforma digital, a responsável por investir cerca de 100 milhões de dólares na série, posteriormente transmitida apenas na internet, algo até então inédito. O resultado foi um sucesso estrondoso que mostrou ao mundo do audiovisual que a disputa pela produção e distribuição de conteúdo seria ainda maior. E de fato foi, uma vez que se estima que 50% do tempo dedicado ao entretenimento nos Estados Unidos em 2020 foi neste novo formato, e os vídeos já respondem por mais de 70% do tráfego global de dados na internet.²

Desse modo, a Netflix passou a reorganizar a indústria de mídia tradicional, introduzindo de forma eficaz o conteúdo de *streaming*. Atualmente, programas, séries e filmes são transmitidos de maneira *online* nas plataformas disponíveis nos mais variados dispositivos tecnológicos. Há um conjunto de fatores, desde a inexistência de anúncios durante a programação até a coleta de dados da audiência, que garantem uma experiência única e personalizada ao usuário, que são determinantes para se afirmar que a Netflix, que hoje conta com mais de 200 milhões de assinantes no mundo,³ revolucionou o modo de assistir produções audiovisuais de grande porte. É neste contexto que a Netflix passa a produzir cada vez mais conteúdos originais. Mas seriam esses conteúdos ideias inéditas? Existe muito por trás de cada produção televisiva, como, por exemplo, a origem da história apresentada, se a ideia foi veiculada primeiro em outro meio, como o roteiro foi construído e qual mensagem os produtores buscavam passar ao público.

Uma tendência observada com frequência nas últimas décadas é a de se criar uma produção audiovisual usando a narrativa em si, ou tendo como base uma, ou um conjunto de, obras originalmente literárias. Este fator pode ser explicado por Kellner (2001) que vê esta como uma oportunidade de conquistar o público desejado oferecendo a ele o que eles desejam, trazendo uma representação de sua realidade, de uma forma que se identifiquem com as histórias e personagens, pois para Kellner:

[...] a necessidade de vender significa que as produções da indústria cultural devem ser eco da vivência social, atrair grande público e, portanto, oferecer produtos atraentes que talvez choquem, transgredir convenções e contenham

crítica social ou expressem ideias correntes possivelmente originadas por movimentos sociais progressistas (KELLNER, 2001, p. 27).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este artigo usa da análise de conteúdo e revisão bibliográfica de autores que estudaram o fenômeno cultural aqui delineado. A exemplo, Kellner propõe um estudo multicultural crítico, isto é, com uma perspectiva que encara fatores como classe, raça, etnia, sexo, preferência sexual entre outros, como componentes culturais importantes, que devem ser analisados para se detectar tendências sexistas, racistas, classistas e homofóbicas. Segundo o autor, “o método multiperspectívico deve necessariamente ser histórico e ler seus textos em termos de contexto social e histórico e pode também optar por ler a história à luz do texto” (KELLNER, 2001, p. 131).

Trazendo para a atualidade, com o crescente aumento das produções em *streaming*, as redes sociais ocuparam um papel determinante para a tomada de decisões relacionadas ao conteúdo sob demanda. Isso porque se tornaram grandes espaços para se explanar opiniões diversas, tornando-se mais do que corriqueiro a prática de se criticar produções culturais de outras épocas, com costumes e pensamentos distintos dos atuais. Isto ocorre porque o discurso utilizado neste produto, que foi confeccionado anos ou décadas atrás, é visto com outros olhos hoje em dia, seja por invalidar uma luta social importante como a luta antirracismo e o feminismo, ou por apenas ter textos problemáticos demais, que não são aceitos pela sociedade atual de maneira fácil.

Kellner, então, diz que, para ter um quadro mais completo desses textos culturais e dos fenômenos sociais, é preciso entender os elementos que os constituem. Para isso, devem ser usados métodos críticos diferentes para examinar cada aspecto, e, quanto mais perspectivas de interpretação forem usadas, mais robusta será a leitura. Isto porque, quando um estudo cultural é multiperspectívico, ele se utiliza de estratégias textuais e críticas diversas, a fim de interpretar, criticar e desconstruir as produções culturais que analisa. Dessa forma, nas palavras do autor:

[...] os filmes e outras formas de cultura da mídia devem ser analisados como textos ideológicos em contexto e relação, vendo alguns textos como reações radicais ou liberais mais progressistas às produções e às posições ideológicas de direita [...] Um estudo cultural contextualista lê os textos culturais em termos de lutas reais dentro da cultura e da sociedade contemporâneas, situando a análise ideológica em meio aos debates e conflitos sociopolíticos existentes, e não apenas em relação a alguma ideologia dominante supostamente monolítica ou a algum modelo de cultura de massa simplesmente equiparada à manipulação ideológica ou à dominação per se (KELLNER, 2001, p. 135).

OS BEST-SELLERS

Para se falar de literatura de massa e *best-sellers*, que, como o próprio nome já diz, significa os livros mais vendidos, é necessário falar sobre o modelo econômico vigente, o capitalismo, e a ascensão da classe burguesa, que almejava ter acesso a novas artes mais populares. Por esse motivo, escritores românticos da época deixaram de lado o Classicismo, trazendo um gênero mais acessível, e criando um gênero para agradar essa demanda, o romance. Em paralelo a este acontecimento, há a criação, em 1498, da prensa móvel de Gutenberg, que facilitou a produção e reprodução de obras literárias. No entanto, ainda era preciso baratear o seu custo, e isso foi feito através dos folhetins e, conforme Martín-Barbero (1997), a cultura muda a fim de reconciliar gostos, fato observado com os folhetins, que podem ser considerados como sendo uma espécie de *best-seller* da sua época. O folhetim surge, a princípio, com a ideia de Émile di Girardim, dono do jornal *Lê Presse*, por volta de 1836. Tratava-se de uma leitura diferente da acadêmica, mas que visava o mercado, e, por esse motivo, era feito em forma de prosa ficcional. Dessa forma, os folhetins eram publicados em pedaços no rodapé do jornal, espaço voltado ao entretenimento, e, caso a história satisfizesse o público, ela continuava. Caso contrário, uma nova era colocada em seu lugar, e assim por diante. Desde então, autores foram convidados a escrever nos jornais, que observaram um crescimento considerável de sua tiragem enquanto as publicações das histórias eram feitas, o que mostrava uma certa fidelidade do leitor para o jornal. Podem ser citados como exemplos de folhetinistas os autores Charles Dickens, Walter Scott e Paul de Kock.

Foi por meio dos folhetins que surgiram algumas obras de literatura de massa, consideradas *best-sellers*. Dessa forma, entende-se que este termo diz respeito a obras que estão inseridas na lógica do mercado, onde há sempre dois públicos: aquele que investe, que pode analisar a obra e sugerir mudanças que acreditam poder agradar ao público; e o público, que, por sua vez, lê e também opina sobre a obra. Exemplos claros de *best-sellers* são *Senhor dos Anéis*, de J.R.R. Tolkien, e *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, de J.K. Rowling, com cerca de 160 milhões e 107 milhões de exemplares vendidos desde o lançamento, respectivamente. Hoje, existem inúmeros *best-sellers*, e, a cada lançamento de autores famosos como estes citados, é esperado que um novo chegue ao mercado, isto porque “os livros normalmente rotulados como *best-seller* nos inventários de revistas e jornais ou nas prateleiras das próprias livrarias, costumam misturar elementos policiais com aventuras, com sentimento ou sexo, com terror, com *sagas* familiares, etc” (SODRÉ, 1988, p. 55).

Uma vez que determinadas obras culturais estão hoje inseridas também dentro da indústria capitalista, essa, por sua vez, não deixaria uma chance tão valiosa escapar, e, por esse motivo, há um grande interesse do mercado literário, que busca alcançar a maior tiragem e acelerar a produção para, consequentemente, vender mais. A literatura de massa se insere na cultura de massa por utilizar o marketing, visando a venda em larga escala. Para tal, há um conjunto de fatores que influenciam de forma direta nessa questão, como a escolha de uma capa atrativa, o número de páginas que o livro possui, assim como o tema que aborda, e também a veiculação e divulgação em diversos tipos de mídia, como internet, televisão, cinema entre outros. Ainda que Kellner (2001) tenha mostrado como os produtos circulados por essa cultura não sejam meros entretenimentos para aqueles que os consomem, a indústria cultural vê o público como massa. Com esse pensamento, a indústria foi capaz de usar o interesse desses indivíduos por obras literárias a seu favor, pois, diferente da Idade Média, onde os escritos eram apenas objetos com a finalidade de conservar a memória e a cultura de um povo, hoje a leitura se tornou entretenimento. Dessa forma, na literatura de massa:

Não está em primeiro plano a questão da língua nem da reflexão sobre a técnica romanesca. O que importa mesmo são os conteúdos fabulativos (e, portanto, a intriga com sua estrutura clássica de princípio-tensão, clímax, desfecho e catarse), destinados a mobilizar a consciência do leitor, exasperando a sua sensibilidade. É o mercado, e não a escola, que preside às condições de produção do texto (SODRÉ, 1988, p. 15).

O que não significa, é claro, que essas narrativas não estejam providas de senso crítico, elas apenas pensam mais no que é atrativo ao público, isto é, no enredo que estão contando. Por esse motivo, usam de recursos como personagens estereotipados, que promovem uma fácil identificação do público; e diálogos longos e abundantes, que aguçam a curiosidade do leitor, e curiosidade é a chave no que diz respeito a diversão e ao entretenimento, sendo esse um dos fatores que levam cada vez mais obras a serem adaptadas a outros meios, como a televisão e o cinema. A identificação, inclusive, é um dos instrumentos levantados por Kellner (2001), que são oferecidos pela cultura da mídia, a fim de produzir significados e criar reconhecimento, e este processo é mediado por imagens produzidas para a massa consumidora. Sodré (1988) confirma tal pensamento ao dizer que “hoje, como no passado, o leitor projeta-se nas aventuras heróicas, dando vazão ao seu desejo de potência, de aproximar-se dos deuses, e de poder, como o herói, escapar às leis do cotidiano repetitivo e monótono” (SODRÉ, 1988, p. 24). Entende-se, portanto, que a literatura de massa é uma forma de manifestar um discurso específico, voltado e pensado para aqueles que o irão consumir. Ainda que se oponha a chamada literatura culta, a literatura de massa não é medíocre, seus textos são trabalhados minuciosamente, com zelo e cuidado, apenas possui um objetivo diferente: o de promover

entretenimento e diversão ao leitor, visto que, para vender, é necessário primeiro conquistá-lo. Desse modo, para entender a literatura de massa, é preciso entender, primeiro, o contexto onde está inserida e o que influencia na formação do seu discurso. A conclusão é que se trata de uma produção em larga escala, onde há a necessidade de agradar ao público consumidor e também é preciso se adequar às imposições do mercado e adaptar as estratégias de marketing. Com isso, criou-se o que Martín-Barbero já previa, uma fórmula para o sucesso, que tende a ser copiada e repetida várias vezes.

Entende-se, enfim, que a literatura de massa, ainda que com suas fórmulas prontas e discurso mais simplificado, é capaz de conquistar milhões de pessoas até os dias de hoje. Os *best-sellers* continuam conquistando, ainda que agradem alguns e desagradem outros, um maior e fiel público leitor, que acaba participando direta e indiretamente nos rumos que essas histórias, e outras que derivam delas, possam tomar. Isso porque, diversas obras que conquistaram o status de *best-sellers*, como *Sombra e Ossos* (Leigh Bardugo), *Doces Magnólias* (Sherryl Woods), *Anne de Green Gables* (Lucy Maud Montgomery) e *Os 13 Porquês* (Jay Asher), foram inspirações para o meio audiovisual, em específico, a plataforma de *streaming*, Netflix. O que demonstra que mais uma fórmula de sucesso foi encontrada pelo mercado: a de adaptações de obras literárias *best-sellers*. Pois, segundo Kellner (2001), a comercialização e a transformação da cultura em mercadoria significa que há uma indústria que tenta produzir coisas que sejam populares e que vendem bem, atraindo a audiência das massas, tal qual o rádio e a televisão fizeram no passado.

O MERCADO AUDIOVISUAL, O STREAMING, A NETFLIX E A TENDÊNCIA DAS ADAPTAÇÕES

É cada vez mais nítido que o mercado do audiovisual está passando por mudanças consideráveis em sua forma de produzir conteúdo. Ao longo de sua história isso também ocorreu, conforme a tecnologia avançava, as produções também avançavam e o alcance aumentava de forma significativa. O início da propagação em massa dos produtos audiovisuais se deu nas décadas de 1950 e 1960, com a possibilidade das câmeras de vídeo serem portáteis, pois, dessa maneira, a indústria começou a investir em maneiras de o público acessar conteúdos audiovisuais de duas casas, sem depender da programação da TV. É neste contexto que as fitas de VHS (*Video Home System*) surgem e fazem um enorme sucesso entre as décadas de 1970 e 1990. Mais tarde, para corrigir eventuais falhas dessas fitas, começaram a aparecer os DVD Players, no fim da década de 1990. Até hoje, o DVD (Digital Video Disc), que por ser do tamanho de um CD e possuir uma maior capacidade de dados, é visto como o instrumento que democratizou o audiovisual. Entretanto, o DVD ainda não era capaz de rodar vídeos em alta qualidade, 1080 p ou em 4k, uma tendência que se popularizou por volta de 2005. Assim, foi

desenvolvido o Blu-ray, que tinha as mesmas dimensões físicas do DVD, mas uma capacidade muito maior, de até 50 GB de memória, o que corresponde a cerca de 4 horas em imagem Full HD. Porém, o Blu-ray não vingou, por um motivo que tudo tem a ver com este trabalho em questão: com a internet, parte desse mercado migrou para as plataformas audiovisuais de *streaming*. Plataformas como o YouTube, fundado em 2005, e o Vimeo, fundado um ano antes, fizeram seu nome nesta época. O primeiro era um espaço para profissionais e amadores publicarem conteúdo audiovisual, hoje pertence ao Google e é uma plataforma muito lucrativa. Já o Vimeo era uma plataforma mais profissional, voltada aqueles que desejam divulgar seu trabalho audiovisual na internet.

Entretanto, a real mudança no mercado audiovisual tem início com a Netflix, hoje uma plataforma de *streaming* que reproduz e produz diversos filmes, séries e *reality shows*. O que nem todos sabem é que a Netflix começou muito antes do *streaming*, no ano de 1997, em Scotts Valley, na Califórnia, sendo uma ideia de Reed Hastings e Marc Randolph. O primeiro possuía mestrado em inteligência artificial, enquanto o segundo tinha especialização em publicidade e vendas. Randolph teve a ideia de comercializar fitas VHS por meio de vendas na internet, porém, esse processo sairia muito caro e as fitas poderiam ser danificadas muito facilmente. Assim, decidiram testar a ideia com o DVD, um formato de mídia que estava em alta nos Estados Unidos. Desse modo, o serviço começou a funcionar em abril de 1998, e para encomendar seu DVD bastava acessar o site Netflix.com, escolher os filmes, e aguardar a encomenda em sua casa. Finalizado o prazo do aluguel, um funcionário passava casa por casa recolhendo o DVD alugado, e poderia até mesmo levar outros que tivessem sido encomendados. Este foi o primeiro site de venda e aluguel de DVDs⁴. Já em 1999 estreou o serviço de assinatura da Netflix, que possibilita a seus assinantes alugarem DVDs ilimitados, sem data de devolução, multa por atraso ou limite mensal. No ano 2000, o serviço inova ao introduzir um sistema que recomenda títulos de forma personalizada, baseando-se nas avaliações que os usuários deram a títulos alugados outrora. Soa familiar, não é mesmo? Mais tarde, a Netflix inicia a oferta pública de ações e, embalada por esses investimentos, chega a 1 milhão de assinantes em 2003. Em 2005 lançam o recurso “Perfis”, que permite ao usuário criar listas para diferentes necessidades ou usuários. Também soa familiar. Em 2006 já haviam alcançado a marca de 5 milhões de assinantes, e em 2007 é introduzido o *streaming*, o que permitia aos usuários assistirem séries e filmes de forma instantânea. Em 2008 a Netflix firma parcerias para que outras marcas de eletrônicos, como o Xbox 360 e aparelhos de Blu-ray, possam transmitir o *streaming*. Em 2010, chegamos, então, à era de domínio global da Netflix. Neste ano estreia, pela primeira vez fora do país, indo para o Canadá e iniciando a transmissão de *streaming* em aparelhos móveis. Já em 2011, estreou na América Latina e no Caribe, é neste ano também que surgem

os primeiros controles remotos com botões que direcionavam para a plataforma. É também neste ano que a Netflix passa a usar este nome apenas para o serviço online e por *streaming*, separando-se do serviço de envio de filmes por correio, que passou a se chamar Qwikster. Porém, os assinantes não aceitaram isso muito bem, porque na época muitos não tinham uma internet boa suficiente e até preferiam usar DVDs, e duas contas significavam mais gastos. Ainda que a Netflix tenha voltado atrás na decisão, o número de assinantes do serviço por correio caiu bastante. Em 2012 o número de assinantes alcançou a marca de 25 milhões e a Netflix expandiu negócios para o Reino Unido, Irlanda e países nórdicos. Em 2013, *House of Cards*, *Hemlock Grove*, *Arrested Development* e *Orange is the New Black* dão início ao catálogo de séries originais da plataforma. Já na primeira tentativa, a Netflix ganhou três prêmios Emmy por *House of Cards*, sendo a primeira vez que um serviço de *streaming* pela internet ganhou a premiação. Vale dizer que conquistas como essa tornaram-se hábito, pois produções da Netflix seguem sendo indicadas e vencendo categorias importantes da mais relevante premiação televisiva do mundo. A exemplo, na edição de 2021, a Netflix se tornou a primeira plataforma de *streaming* a vencer dois dos mais cobiçados prêmios, o de melhor série dramática, com *The Crown*, e o de melhor minissérie, com *O gambito da rainha*. Seguindo, ainda em 2013, os recursos já conhecidos de “Perfis” e “Minhas lista” estreiam na plataforma online de *streaming*. Em 2014, o número de assinaturas ultrapassa os 50 milhões e o serviço chega até Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça. Neste ano, a Netflix começa a fazer *streaming* em qualidade 4k e Ultra HD. Em 2015 estreia o primeiro filme original Netflix, chamado *Beasts of No Nation*, e as assinaturas se expandem para Austrália, Itália, Cuba, Japão, Espanha e Nova Zelândia. Também neste ano, com *Demolidor*, a Netflix inaugurou o recurso de transcrição de áudio para pessoas com dificuldades auditivas. Em 2016, a Netflix expande ainda mais, alcançando 130 novos países e chegando a 190 países e 21 idiomas diferentes. Neste mesmo ano, o recurso de download é adicionado, o que permite aos usuários acessarem os conteúdos da plataforma de forma *off-line*. A marca de 100 milhões de assinantes é atingida em 2017, e é inserido o botão para pular abertura, buscando dar maior comodidade e uma experiência mais personalizada para seus usuários. Também neste ano, a Netflix ganhou o primeiro Oscar com o filme *Os Capacetes Brancos* e, em 2019, o número de estatuetas foi ampliado com *ROMA* e *Absorvendo o Tabu*. Ainda neste ano, a Netflix lança sua primeira animação original chamada *Klaus*, e novos centros de produção são abertos em Londres, Madri, Nova York e Toronto. Em 2020, surge o recurso da lista Top 10, que permite a seus assinantes verem quais são os títulos mais assistidos por países. Já em 2021, a Netflix supera os 200 milhões de assinantes.

Seguindo o exemplo de sucesso da Netflix, diversas emissoras criaram seus próprios serviços com conteúdos exclusivos, como a FOX e HBO, por exemplo. Esse interesse se deu ao observar uma mudança de comportamento do público consumidor, que mostra cada vez mais interesse por esses conteúdos “sob demanda” e customizados, a fim de atenderem seus desejos específicos. Um fator que agravou este cenário foi a pandemia da Covid-19, que provocou o chamado isolamento social. Durante este período, o consumo de conteúdos audiovisuais se tornou um hábito diário para o entretenimento, visto que as pessoas não podiam mais sair de casa para se divertirem. Um estudo divulgado pelo Kantar IBOPE Media, diz que nunca os brasileiros consumiram tanto conteúdo em vídeo quanto em 2020, seja em TV, redes sociais, plataformas de *streaming*, lives e até vídeo chamadas. O estudo mostra que 58% dos usuários de internet viram mais vídeo e TV online, por *streaming* pago, durante os períodos de isolamento,⁵ e ressalta que essa forma de conteúdo audiovisual chama atenção por seus catálogos. A Kantar IBOPE Media diz que, em média, cada usuário passa 1h49 por dia assistindo serviços de vídeo *on demand* pagos, mas ressalta que a disputa por esse assinante está crescendo, devido a competitividade desse mercado que está em ascensão. Este processo de comunicação passa por etapas como produção, circulação, consumo e reprodução e para Hall:

Circulação e recepção são, de fato, “momentos” do processo de produção na televisão e são reincorporados via um certo número de feedbacks indiretos e estruturados no próprio processo de produção. O consumo ou recepção da mensagem da televisão é, assim, também ela mesma um “momento” do processo de produção no seu sentido mais amplo, embora este último seja “predominante” porque é “o ponto de partida para a concretização” da mensagem (HALL, 2003, p. 390).

Essa nova realidade do *streaming*, no chamado novo normal, está impactando inclusive as premiações tradicionais de cinema. No Oscar 2021, os filmes produzidos por serviços de *streaming* ultrapassam os estúdios tradicionais, somando mais de 40 indicações à estatueta mais cobiçada do setor. Isso mostra que o modelo tradicional já não é mais viável, e cabe aos produtores se adaptarem a essas mudanças, modificando seus processos, soluções e produtos oferecidos ao público. O *streaming* não é uma ameaça para o audiovisual. Muito pelo contrário. É uma nova realidade, capaz de amplificar ainda mais o potencial desse setor, que, desde seus primórdios, passa por transformações a fim de levar cultura e informação por meio de inovações, criatividade e inclusão. Logo, pode-se dizer que o *streaming* se assemelha, até mesmo, aos folhetins, pois este era “vendido pelas ruas ou distribuído de casa em casa pelos entregadores, o folhetim se inscreve nesse outro modo de circulação que passa do popular ao massivo sem passar pelo ‘culto’, ou melhor, pelos lugares ‘de culto’ da cultura” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 176)

Kellner (2001) já alertava sobre o poder comercial da televisão, que, como instrumento de entretenimento, seria capaz de dar ao público histórias e narrativas que fossem familiares a eles. O mercado audiovisual encontrou, então, uma forma de oferecer a esses indivíduos produtos que fossem capazes de fasciná-los. Para tal, entenderam que as adaptações de histórias, já conhecidas em outros meios, como o literário, seriam bem-sucedidas, ao passo que já possuíam um vínculo com leitores e fãs fiéis. Dessa forma, iriam atrair essa audiência também para suas obras audiovisuais e, caso os agradassem, o produto seria amplamente divulgado, conquistando também novas audiências. Essa prática está longe de ser novidade e só pode ser bem-sucedida se agradar aqueles que a consomem. Na cultura pop há diversas definições para o termo *nerd*, e uma delas vê o *nerd* como um curioso que gosta de ter sua experiência estendida. Ou seja, um filme, uma série, mais um livro, uma revista, um gibi. Tudo que traga mais informação e prazer é de bom grado para esse público.

Obras literárias, produção de séries e filmes, histórias em quadrinhos, podcasts e outros produtos inundaram o mercado de produção cultural nas últimas duas décadas, com obras ligadas aos assuntos e temas advindos da cultura *nerd*. Com essas produções vieram as camisetas, bonecos de ação, jogos de tabuleiro e videogames, edições assinadas, eventos e uma enorme e variada possibilidade de aquisição de produtos. As empresas ligadas à venda e especialistas em mercado estimavam em 2018 que os consumidores *nerds* movimentariam R\$ 138 bilhões no Brasil, com expectativa de crescimento desses valores para os anos seguintes, além disso, afirmavam que o público *nerd* gasta 40% a mais do que a média nacional (ROCHA, 2020, p. 180).

Esta foi a fórmula de sucesso usada pelo cinema em adaptações literárias das últimas décadas, voltadas ao público jovem, aquele que usa as redes sociais, disseminando discursos com opiniões próprias sobre o produto consumido e o divulgando como consequência. A exemplo, podem ser citadas as sagas *Harry Potter* (J.K. Rowling) e *Crepúsculo* (Stephenie Meyer), que por muitos anos disputaram as maiores bilheterias, assim como com *Jogos Vorazes* (Suzanne Collins) e *Divergente* (Veronica Roth), trilogias distópicas, que conquistaram milhões de fãs ao redor do mundo ao longo dos filmes, que foram sendo produzidos para adaptar as histórias de cada livro. Outros *best-sellers* únicos, como os do autor John Green, também tiveram adaptações bem-sucedidas nas telonas. Os livros *A culpa é das estrelas* e *Cidades de Papel* também tiveram bons números de bilheterias, assim como de vendas de exemplares. Com as adaptações, a venda de livros e produtos licenciados (ou não) dispararam, o alcance nas redes sociais foi de impressionar e impactar até mesmo aqueles não interessados pelos produtos em si.

Surge, então, a questão da fidelidade das adaptações, algo apontado e que é motivo de preocupação por parte dos fãs que provém da parte literária dessa obra audiovisual. Muitos autores consideram,

inclusive, a prática da adaptação degradante, como se a literatura fosse superior em todos os aspectos, se comparada a qualquer outra mídia. Entretanto, para Kellner (2001), “as novas tecnologias da mídia e da informática [...] proporcionam maior diversidade de escolha, maior possibilidade de autonomia cultural e maiores aberturas para intervenções de outras culturas e ideias” (KELLNER, 2001, p. 26). Ao ler um livro, o leitor possui uma percepção própria e acaba por preencher lacunas a seu próprio modo. No entanto, no momento da adaptação para o audiovisual, essas lacunas precisam ser preenchidas do mesmo modo para todos aqueles que irão consumir o produto. Logo, são feitas modificações que se julguem necessárias, seja para corrigir uma incoerência notada no livro que inspira a produção, ou para incluir aspectos que antes foram negligenciados. Fato é que existe um agente modificador que estuda e escuta demandas externas (seja de fãs ou do próprio autor da obra original), a fim de entregar o melhor produto final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, portanto, que o processo pelo qual uma obra literária passa, ao ser adaptada para o meio televisivo, é complexo e leva em consideração diversos fatores. O principal motivo para que isso ocorra é, de fato, os comportamentos e pensamentos da sociedade na qual o público receptor está inserido. Para entender todos os processos envolvidos nessa transposição de um meio para o outro, no qual há diversos signos e símbolos, é preciso levar em consideração a linguagem utilizada por ambas as produções, pois ela “é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura” (HALL, 2016, p. 18).

Tomando como base o exemplo dos folhetins, que foram pioneiros na literatura de massa, é possível observar de que maneira a cultura de um povo pode influenciar em uma produção, no caso as histórias que os folhetinistas escreviam. Martín-Barbero (1997) estudou esse movimento, que ele diz ter sido essencial para denunciar as mazelas da sociedade, como a diferença de classes e o preconceito com as minorias. Dessa forma, fica clara a interligação existente entre grandes transformações com movimentos sociais e novas formas de cultura. O presente trabalho, então, expôs de que maneira isso se dá no contexto atual dos *best-sellers* e *streamings*, ambas produções voltadas para o grande público, e que levam em consideração a recepção do mesmo para produzir situações e cenários que o agradem.

O presente artigo ainda possibilitou o entendimento de que tais mudanças ocorrem e são potencializadas graças ao papel essencial exercido pelo público que consome produções culturais. Ao

levar em conta sua experiência de recepção, uma obra pode ser muito mais bem-sucedida do que seria se ignorasse as demandas e apelos populares da sociedade na qual está contextualizada.

REFERÊNCIAS

ESTIGARRIBIA, Juliana. Netflix bate recorde de 200 milhões de assinantes em meio à pandemia. Revista Exame, [s.l.], 19 jan. 2021. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/netflix-bate-recorde-de-200-milhoes-de-assinantes-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

HALL, Stuart. Cultura e representação. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KANTAR. Consumo de vídeo bate recorde no Brasil. [s.l.], 2021. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/consumo-de-video-bate-recorde-no-brasil/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

KELLNER, Douglas. A Cultura da mídia. 1. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

NETFLIX. A história da Netflix. About Netflix, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://about.netflix.com/pt_br>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ROCHA, Anderson Alves da. DO LAMBDA AO BAZINGA! Transformações e recriações culturais no universo Nerd, 2020. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2020.

SALGADO, Eduardo. Como a revolução do streaming mudou as TVs e Hollywood. Revista Exame, [s. l.], 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/como-a-revolucao-do-streaming-mudou-os-negocios-das-tvs/>>. Acesso em: 14. abr. 2021.

SODRÉ, Muniz. Best-seller: a literatura de mercado. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

NOTAS

Nota 1

Disponível em: <https://about.netflix.com/pt_br>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Nota 2

Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/como-a-revolucao-do-streaming-mudou-os-negocios-das-tvs/>>. Acesso em: 14. abr. 2021.

Nota 3

Disponível em: <<https://exame.com/negocios/netflix-bate-recorde-de-200-milhoes-de-assinantes-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Nota 4

Disponível em: <https://about.netflix.com/pt_br>. Acesso em 1 dez. 2021.

Nota 5

Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/consumo-de-video-bate-recorde-no-brasil/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Capítulo 2

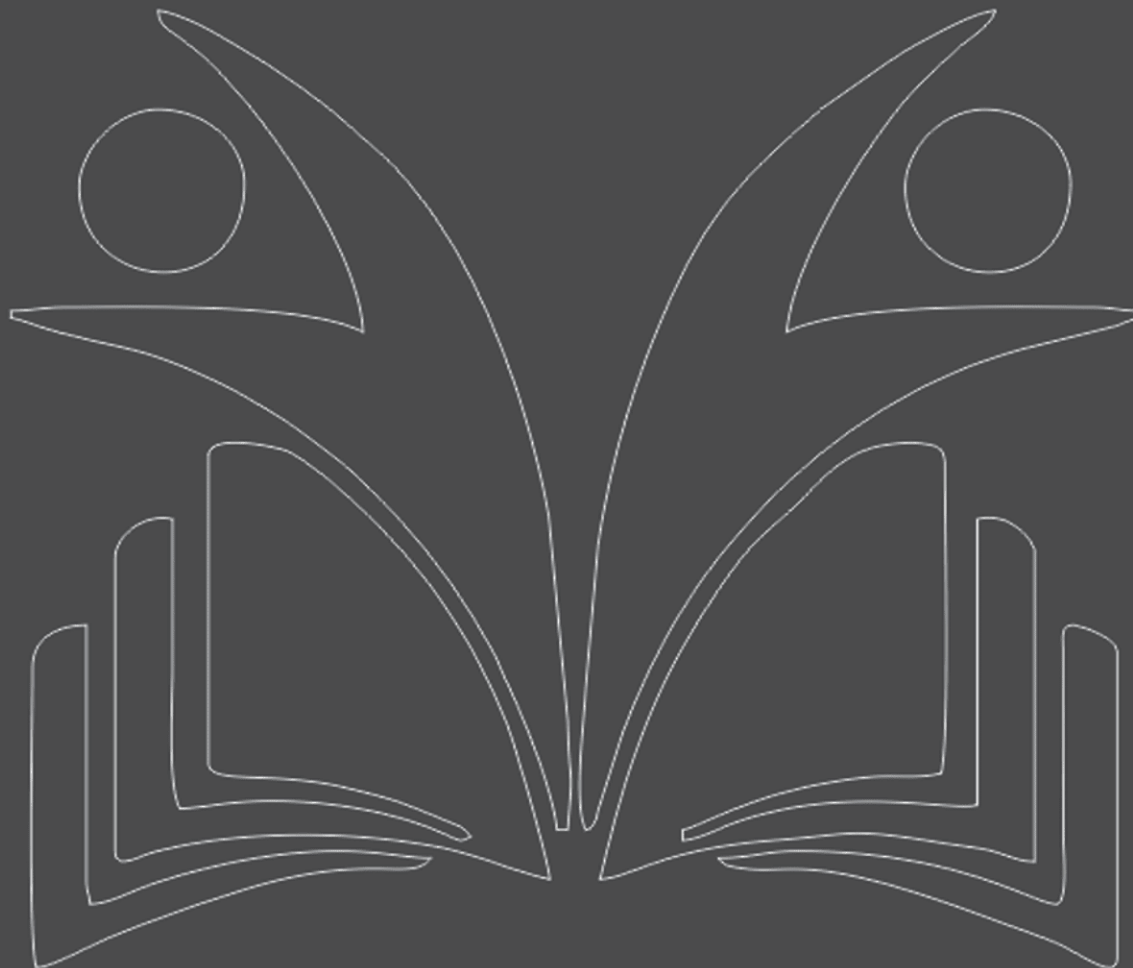


10.37423/230307422

ENTRE A AUTONOMIA E A SUBORDINAÇÃO: O DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO NA PERSPECTIVA DE UM SISTEMA JURÍDICO GARANTISTA

Henrique Pereira Lima

Universidade de Passo Fundo



1. O DIREITO COMO UMA UNIDADE

Enquanto *ultima ratio* do Direito, o ramo¹ penal possui um “[...] caráter subsidiário [...] em relação aos demais ramos do ordenamento jurídico” (BRANDÃO, 2019). Mas não possui uma importância reduzida. Seus métodos e os resultados que entrega à sociedade o dotam, assim como o Sistema Penal, de relevante importância, em vista dos impactos de longa duração que causam na vida dos indivíduos e à sociedade, além de produzirem “[...]importantes impactos no processo de criminalização [...] [de modo que] esta residualidade não significa insignificância” (CARVALHO, 2020, p. 181).

Em um rápido panorama, o Direito é um “[...] mecanismo de controle e manutenção da vida social harmônica” (GOLDSCHMIDT, 2003, p.111), ou seja: possui uma função harmonizadora das relações sociais e reparadora dos arranjos jurídicos. O Direito Penal, por sua vez, é o ramo que, por sua natureza, cumpre a função protetiva dos bens jurídicos tutelados pelo Estado, como a vida, patrimônio, honra, etc. É evocado quando, de conflitos ou agressões àqueles bens, exsurge a necessidade de resolução da controvérsia ou a pacificação social.

Apesar de suas especificidades, o Direito Penal não pode apartar-se do sistema jurídico² e dos fundamentos dimanados dos pressupostos constitucionais³ estabelecidos pela sociedade através dos Poderes por ela constituídos. Deve sim, exercer suas atribuições dentro dos daqueles referenciais. Ademais, o ramo, assim como o todo (o Direito) não pode pretender-se “[...] um fim em si mesmo; [pois] trata-se de um instrumento criado pela sociedade para atuar em favor da mesma” (GOLDSCHMIDT, 2003, p.17), o que apenas enfatiza que sua função e compromisso social⁴, lhe são inamovíveis.

O Direito enquanto sistema corresponde a um conjunto de elementos constituintes, que mantém entre si relações de correspondência e coerência. Assim:

Com efeito, as regras, os princípios e as experiências jurídicas (aqui englobadas a doutrina e a jurisprudência), em que pese possuírem cada qual uma identidade e uma funcionalidade própria, ligam-se e interagem entre si, formando um todo organizado, denominado *direito* ou, ainda, *sistema jurídico*. (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 107, grifo do autor).

O “*tudo*” (Direito) e suas partes (ramos do Direito) devem manter entre si consonância pelo caráter unitário que o Direito apresenta⁵. Por isso, os diferentes ramos do Direito devem fundar sua atuação e efetivar aquilo que é estabelecido pela Constituição, lei maior na qual as demais têm origem. Assim, para que esta fundamentação sistêmica se concretize “[...] é necessário que os entes que a constituem

não estejam somente em relacionamento com o todo, mas também num relacionamento de coerência entre si” (BOBBIO, 1997. p. 71). É imprescindível que seja real – e não apenas formal - a coerência e a harmonia entre os diferentes elementos que compõem o sistema jurídico/legal, cuja unidade é “[...] garantida pelo conjunto de mecanismos que não permite que dois ou mais objetos ordenados se desprendam um do outro, rompendo o sistema entre eles estabelecido” (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 108). Assim, a partir da perspectiva do Direito enquanto unidade e do Direito Penal enquanto sua fração, torna-se pertinente questionar as formas pelas quais a prestação jurisdicional do Estado atua e efetiva os pressupostos constitucionais da dignidade humana, cidadania, e as formas pelas quais contribui com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. E esse questionamento torna-se ainda mais relevante frente “a expansão do *punitivismo* [que] torna urgente a construção de alternativas dogmáticas capazes de impor limites ao *potestas puniendi*” (CARVALHO, 2020, p. 178).

Partindo da premissa de que o fundamento do Direito é “[...] consistir em mecanismo criado pela sociedade para viabilizar e garantir um projeto de existência [...]” (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 17) torna-se manifesto o compromisso social do próprio Direito e de seus operadores. Essa condição, quando não observada, permite o surgimento e o alargamento do distanciamento do Direito em relação à sociedade, ao adotar posições crescentemente *punitivista* (exempli gratia o Projeto da Lei Anticrime⁶), centradas no encarceramento, em pressupostos penais pautados pela seletividade e na ampliação dos tipos penais (que apesar de aumentarem em número, não tem nem protegido as pessoas, nem os bens jurídicos, nem reduzidos a criminalidade, sugerindo que o problema da criminalidade não é jurídico, mas sim, social). Tal contexto, em sua forma mais extrema acaba “[...] cindido politicamente em pessoas e não pessoas, situação que proporciona a elaboração de dois modelos distintos de intervenção punitiva: o *direito penal do cidadão* e o *direito penal do inimigo*” (CARVALHO, 2020, p.130, grifos do autor).

O Direito, unidade harmônica, também deve estar em harmonia com sociedade em que é criado e na qual incidirá como elemento viabilizador. Assim, tendo o Direito no poder legiferante da sociedade o mais importante nascedouro do *jurídico*, este poder deve estar em harmonia com a realidade sobre a qual incidirá.

Entretanto, o âmbito legiferante e judicial são comumente bastante distintos da realidade vivenciada pelas pessoas, ilustrando que “os diversos burocratas anônimos que decidem ou contribuem para que seja ditada uma condenação à prisão tem poucos contatos sociológicos com os que irão sofrê-la” (HULSMAN, 2020, p. 93). Estas sofreram em graus diferentes o seu peso, de acordo com o seu grau

de vulnerabilidade penal, e de acordo com às condicionantes sociais, espaciais, culturais, econômicas, etc., condição que denuncia a diluição da pretendida harmonia do Direito e de seus ramos, não apenas entre si, mas também em relação à sociedade que deveria ser sua beneficiária, em decorrência de leis que “geralmente [são] feitas por reles funcionários e emendadas precipitadamente e por compromissos políticos [...]” (HULSMAN, 2020, 32).

A sociedade contemporânea apresenta um grau de complexidade inédito. Essa condição decorre, dentre muitos aspectos pelo surgimento de novos sujeitos sociais juridicamente relevantes e a (bem-vinda) ampliação da cidadania, através dos regimes político-sociais democráticos⁷. Estes novos sujeitos se somam à sociedade “[...] constituída por seres, objetos, valores, verdades, interesses e aspirações marcadas pela essência da diversidade, fragmentação, circunstancialidade, temporalidade, fluidez e conflituosidade” (WOLKMER, 2001, 172). Logo, uma sociedade tão complexa exigirá também complexas estruturas de organização e referenciais de coesão que permitam pensar a proteção dos bens jurídicos, a resolução dos conflitos e, por extensão, a recuperação dos infratores.

2. O DIREITO PENAL COMO FRAÇÃO DA UNIDADE

O pendor científico do Direito é, sem dúvida, uma de suas forças. Suas bases racionais e objetivas conferem força tanto a ciência jurídica, quanto seus operadores para resistirem à interpretações e atuações arbitrárias e solipsistas⁸.

Esta característica, entretanto, se tomada de modo absoluto pode fragilizar a efetivação dos objetivos do Direito, ao sobrepor a legalidade do texto da norma sobre a efetivação da justiça na prestação jurisdicional no âmbito do Direito Penal. Isto decorre do fato de que os conflitos interpessoais não nascem no âmbito jurídico, mas sim, no âmbito social, o qual é marcadamente subjetivo, pois assim são as relações entre os sujeitos sociais. E dessa condição decorre a necessidade de ampliação do horizonte jurídico de compreensão, decisão e execução penal, de modo a preservar o aspecto científico da dimensão jurídica da experiência humana em sociedade, sem negligenciar os sujeitos e a sociedade.

De tal contexto exsurge o sistema jurídico como portador tanto de potencialidades quanto de limitações na consecução de seus objetivos e na promoção da harmonia social. Algumas destas limitações são impostas pelo seu viés científico (objetividade e racionalidade absolutas); outras são

impostas pelo dinamismo da sociedade contemporânea, desigual e assimetricamente atendida pelos Poderes do Estado.

3. O SISTEMA PENAL CONTEMPORÂNEO

O Direito Penal tutela⁹ determinados valores e direitos considerados relevantes. Portanto, sua finalidade “[...] seria proteger bens jurídicos de elevada importância para o regular convívio social [...]” (BEZERRA, 2017). Esta função, entretanto, não impede de forma absoluta a violação de direitos e bens jurídicos, mesmo com a ameaça de sanções, sugerindo que, o Direito Penal mais que proteger a vida, o patrimônio, a honra, a dignidade, etc., tem como função “[...] tão somente, servir de guardião do sistema normativo posto [...] não servindo aquele para a tutela de bens valiosos, e sim para buscar a reafirmação da autoridade da lei penal, violada com a prática do delito” (BEZERRA, 2017).

Ainda que destacada, a vertente que “[...] reconhece que o escopo imediato e primordial do Direito Penal [se] radica na proteção de bens jurídicos – essenciais ao indivíduo e à comunidade” (PRADO, 1999, p. 47), a práxis penalista, em face aos resultados oferecidos à sociedade indica que a aplicações de sanções comumente atendem mais ao ordenamento jurídico do que o bem jurídico, ou o interesse dos envolvidos. Por isso, é importante considerar acerca das sanções penais que, ainda que não surtam um efeito impeditivo pleno de atos delitivos, tampouco restaurem relações e bens jurídicos violados, ainda que evidenciem a reprovação social acerca do ato. Neste contexto, torna-se “[...] imprescindível que sejam propostos instrumentos dogmáticos de redução dos efeitos danosos gerados pelo punitivismo” (CARVALHO, 2020, p. 181), dotados da capacidade de superação do status quo, a partir do qual o Direito Penal possa agir positivamente e decisivamente sobre os bens jurídicos, os delitos e os indivíduos implicados nos conflitos.

O Sistema Penal, assim como o Direito de um modo geral, apresentam forte ligação com o paradigma jurídico de cariz positivista. O positivismo jurídico, sistematizado ao longo do século XIX e XX, apresenta diferentes nuances e formas de apresentações, mas que guardam entre si “a pretensão de metodologicamente assumir um caráter descritivo de cunho adequacionista [...]” (STRECK, 2017, p. 161). Nesse contexto, exsurge outra característica do positivismo jurídico: a ideia de que só há fatos e que estes fatos devem ser apenas descritos¹⁰, de forma objetiva.

De sua origem aos dias de hoje, esta objetividade evidencia-se mais na construção dos pressupostos jurídicos, do que em sua aplicação. É notório que Hans Kelsen em sua elaboração teoria do positivismo jurídico, privilegiou “[...] as dimensões semânticas e sintáticas dos enunciados jurídicos, deixando a

pragmática para um segundo plano: o da discricionariedade do intérprete” (STRECK, 2017, p. 18), a qual tem uma presença significativa na dogmática jurídica contemporânea e na prática dos operadores do Direito. É importante frisar que essa discricionariedade¹¹ tende a comprimir “[...] tudo em uma relação sujeito-objeto, de maneira que o sujeito observador estaria situado em frente a um mundo passível de absoluta objetificação e descrição” (STRECK, 2017, p. 74, 75), relação esta que tem a consciência do operador do Direito como parâmetro para a legalidade. Assim, pode-se aferir que a dogmática jurídica contemporânea, a qual ainda tem bases ligadas a essa corrente filosófica que põe no centro de tudo a autoconsciência do indivíduo que inquire.

3.1. OS LIMITES DO SISTEMA PENAL E DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA

Em uma sociedade dissimétrica como a brasileira, onde os conflitos interpessoais tem também origem no plano de desigualdades sociais em que vivem os indivíduos, torna-se imperioso ponderar acerca das conexões existentes entre a estrutura social e a criminalidade. Esta conjuntura impõe ao Direito e ao Sistema Penal o compromisso de revisitação de seus pressupostos teóricos e sua práxis no contexto de uma sociedade complexa e assimétrica. Por isso tudo:

Castigar criminosos é necessário, mas não é o mais importante, porque problemas estruturais demandam soluções também estruturais. É preciso enfim ver o crime para além dos criminosos, pois a criminalidade é um problema sério demais para ser enfrentado apenas com direito penal. Além disso, o crime não é uma praga ou uma maldição, mas um problema humano e social [...] (QUEIROZ, 2008, p. 317).

A reprovação social dos delitos é uma necessidade social. Toda ação ofensiva aos bens jurídicos e aos indivíduos deve ser reprovada e penalizada. Mas, não apenas isso. O Direito Penal deve buscar compreender as raízes sociológicas dos conflitos para assim, poder estabelecer meios de pacificação social, uma vez que a criminalidade e a agressão aos bens jurídicos relevantes são problemas que comumente nascem nas relações sociais e humanas (nas inter-relações) e não unicamente das relações dos indivíduos com os códigos jurídicos.

À violação dos bens jurídicos tutelados pelo Estado corresponde uma sanção. A pena correspondente, aplicada contra o infrator, pode apresentar diferentes fundamentações, indo desde finalidades ressocializadoras até puramente punitivos. Dentre estes, tem destaque na sociedade contemporânea os pressupostos punitivistas, os quais delineiam a justiça retributiva¹², na qual cabe a “[...] pena retribuir, com a mesma intensidade e duração, o mal causado pelo autor da infração penal [...]” (BEZERRA, 2017). Esta justiça possui um alcance significativamente limitado em termos de atendimento às necessidades individuais e sociais de justiça e resolução de conflitos interpessoais,

pois se centra na “[...] prevalência do direito penal dogmático com a utilização dos procedimentos formais rígidos com foco direcionado ao infrator” (OLIVEIRA, SANTANA, CARDOSO NETO, 2018, p. 159). Neste paradigma, réu e vítima tem pouca ou nenhuma participação no processo de resolução do conflito, de modo que a lei infringida, de certa forma, se torna a maior beneficiária da prestação jurisdicional, em detrimentos das partes em litígio.

É importante considerar que o conceito de justiça é polissêmico, de modo que diferentes conteúdos ou entendimento podem ser apreendidos nos diferentes espaços sociais em que o termo pode ser evocado. No modelo retributiva, ampla e profundamente inserido no sistema e na prática judiciária brasileira, a prestação jurisdicional dialoga com “[...] de vingança, retribuição do mal causado a outrem [...]” (BERTOLLA, LUSA, 2018, p. 135). É, portanto, o modelo no qual, a justiça é alcançada com a mera aplicação da pena cominada ao delito, superestimando o aspecto legal e subestimando o aspecto humano, que constitui o conflito.

Apesar de este ser o paradigma prevalente, os resultados não são favoráveis à sociedade. Isso, por que:

[...] Tal configuração, ao desapropriar da vítima e do infrator a capacidade de se envolverem com a busca da solução e pacificação do litígio, não trouxe a diminuição da criminalidade (interesse do Estado) e nem muito menos a satisfação da vítima (principal interessada). Pelo contrário, o modelo retributivo de punir, conforme apontado por diversos estudos, é capaz de deixar consequências nefastas (OLIVEIRA, SANTANA, CARDOSO NETO, 2018, p. 159)

Assim, em termos quantitativos não se apresentam resultados favoráveis no âmbito da prevenção de crimes, reincidência¹³ e proteção. Tampouco se observam indicativos qualitativos favoráveis com relação a resolução de conflitos interpessoais (resolução do conflito e “[...] não basta a mera solução jurídica do litígio” (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 131)). O sistema retributivo não efetiva os objetivos de resolução do conflito na dimensão sociológica, pacificando as relações entre os sujeitos portadores de direitos em contenda, também não protege a sociedade da ocorrência de novos atos de mesma natureza. E, tampouco, trazem algum atributo de ressocialização do infrator. É esse conjunto de fatores, dentre outros que indicam que “[...] a Justiça Retributiva vem apresentando sinais de deficiência crônica, que preocupam a sociedade, amedrontada pelos assustadores índices de criminalidade” (BEZERRA, 2017).

O modelo retributivista acaba se tornando apenas a resposta jurídica e legislativa à uma sociedade mais afeita à punição do que à promoção da justiça e resolução de contendas, uma vez que “a sociedade, em geral, contenta-se com esta finalidade [retributiva], porque tende a se satisfazer com

essa espécie de “pagamento” ou compensação feita pelo condenado, desde que, obviamente, a pena seja privativa de liberdade” (GRECO, 2010, p. 465), mesmo que o modelo não atenda os critérios constitucionais de justiça social e dignidade da pessoa humana.

Quando se pondera se apenas a dimensão jurídica do ato delitivo cabe na apreciação do fato; quando se pondera que a lei é o principal destinatário da jurisdição em casos de conflito; quando se reflete sobre a capacidade dos estabelecimentos prisionais em promover a ressocialização dos apenas, enfim, quando se ponderam os atributos do Direito, do Direito Penal, os anseios e as necessidades da sociedade e o resultado do trabalho judiciário, em conjunto – como um sistema, os limites da justiça retributiva vêm à tona.

Notadamente, este paradigma, em que pese suas bases conceituais e sua forma de manifestação, possui limites intransponíveis no que diz respeito a emissão e efetivação de decisões consideradas justas entre as partes e, também, à reincidência. No que diz respeito àquele de delinque, em um contexto de conflito, o “[...] sistema retributivista [...] visa reparar o mal com o mal” (BERTOLLA, LUSA, 2018, p. 142), de modo que, nesta dinâmica, o mal é retribuído com o mal (do cárcere violento e corruptor) impossibilita “[...] a reinserção [...] [do agressor] na comunidade que está inserido, [...] [o] que não produz resultados concretos à população, e mantém o apenado no ambiente do crime, dentro e fora da prisão, sem a devida ‘recuperação’” (MELO E SILVA, SANTOS, 2018).

É importante enfatizar que a justiça retributiva não consegue apreender as razões da ação delitiva, nem observar questões mais amplas que impactam a vida dos indivíduos em sociedade. Não possui meios para compreender que “o homem é como que um nó na rede do pescador: ele existe como entrelaçamento de fios que perpassam e formam a tessitura da rede” (LIMA, 2015, p. 137) e que, vítima e agressor fazem parte de uma mesma rede social, a qual se torna mais evidente quando suas vidas se entrelaçam a partir do conflito que os arrasta. E, por fim, esta Justiça não consegue resolver os conflitos, visto que apenas emite uma sentença, mais de acordo com a lei infringida do que com os danos que persistem na vida de vítima e agressor.

4. POR UM NOVO “FAZER DO DIREITO”

A partir da perspectiva de que “[...] tanto o Estado como o direito são entes culturais criados pelo homem e pela sociedade para atuarem em seu benefício” (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 36), torna-se evidente a função social dos Poderes do Estado e do Direito. Ambos, enquanto criações humanas, tem sua razão de existir e de agir fundados nos interesses sociais, não de classes ou segmentos específicos

que detém o poder político, jurídico e legiferante. Nestes sentido, nem o Estado nem o Direito estão imunes à passagem do tempo e às mudanças sociais, pois ambos apenas se justificam se estabelecem uma relação de coerência com a sociedade.

A contemporaneidade jurídica brasileira tem como marco fundante a Constituição de 1988 “[...] rica em direitos fundamentais, com a agregação de um vasto catálogo de direitos sociais” (STRECK, 2017, p. 37), muitos até então inéditos no constitucionalismo pátrio, embora historicamente reivindicados. Nesta condição, os avanços sociais, dividiram espaço com os desafios jurídicos que eram impostos aos operadores do Direito, “afinal, nossa tradição jurídica estava assentada em um modelo liberal-individualista – que opera com os conceitos oriundos das experiências da formação do direito privado germânico e francês -, em que não havia lugar para direitos de segunda e terceira dimensões” (STRECK, 2017, p. 37). Assim, era desafiada enormemente a comunidade jurídica nacional, mesmo que esta não tenha percebido o desafio, ou o tenha ignorado, preferindo a segurança da tradição legalista e objetivista à tarefa de construção de uma práxis jurídica e de uma hermenêutica que viabilizassem a consecução dos objetivos e fundamentos constitucionais do Estado, uma vez que “[...] não havia uma teoria constitucional adequada às demandas de um novo paradigma jurídico” (STRECK, 2017, p. 37).

O novo contexto inaugurado pela constituição de 1988 impôs como desafio “interpretar o novo, sem recorrer aos antigos modelos e velos paradigmas”, desafio este ainda mais relevante no âmbito penal. Este deveria se alinhar ao texto constitucional, documento este que “[...] não é um conjunto de normas justapostas, mas um sistema normativo fundado em determinadas ideias que configuram um núcleo irreduzível, condicionante da inteligência de qualquer de suas partes” (BARROSO, 1999, p. 188). Assim, uma Constituição que ampliava e aprofundava direitos e garantias, bem como se fundava na dignidade humana exigia profundas alterações nos modelos interpretativos dos diferentes ramos do ordenamento.

Entretanto, a efetivação destes direitos e garantias fundamentais, bem como a concretização da condição plena de cidadão, ainda não ocorreu de forma incontestada no Brasil. Ainda, a atividade jurídica pátria esta assente de forma fundamental sobre princípios conservadores de um Estado Liberal e, nesta condição tomam o Direito como expressão de um ideário liberalista, sobretudo econômico, enquanto que a prestação jurisdicional reverbera o positivismo primeiro, cujo “[...] ponto de partida deixa de ser a natureza humana e passa a ser um conjunto de textos organizados sistematicamente” (STRECK, 2017, p. 239).

Esta conjuntura de fatores insere dentro do ordenamento jurídico um “descompasso” entre aquilo que a modernidade promete e a Constituição positiva¹⁴ e aquilo que efetivamente é entregue à sociedade através do labor legislativo, prestação jurisdicional e proteção social¹⁵. Esta realidade impõe ao Direito¹⁶ e à esfera penal desafios consideráveis. Sabe-se que “na sociedade ocorrem, com frequência, conflitos de interesse que suscitam a aplicação do direito como única forma de superar as divergências e reestabelecer a harmonia social” (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 131). E, também sabe-se que é o Direito Penal o ramo acionado para a superação das crises e para o restabelecimento da ordem social. Esta função aparentemente simples (basta apurar a responsabilidade e aplicar a pena para resolver o conflito), em contextos socialmente desiguais e politicamente omissos, assume novas dimensões. Neste sentido, apenas cresce em importância a tarefa de revisão dos pressupostos correntes do Ramo Penal e sua atualização aos pressupostos constitucionais de 1988, pois:

[...] Para que a harmonia social seja efetivamente reestabelecida, não basta a mera aplicação do direito ao caso concreto. Com efeito, o direito deve ser aplicado de tal modo que se faça justiça às partes envolvidas, concretizando aqueles valores e princípios jurídicos erigidos pela própria sociedade como sendo os mais relevantes para grupo social (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 131).

A ação jurisdicional busca reestabelecer a ordem jurídica na sociedade. Contudo, essa finalidade se converte em intrincado problema procedimental. Isso, porque, o conflito com a lei é apenas um lado de um prisma multifacetado. Essas múltiplas faces, representadas pela lei, o infrator, a vítima, a sociedade, os bens jurídicos agredidos, os contextos sociais, a pena e suas finalidades e resultados, etc., fazem parte da realidade dos conflitos, e por isso, devem ser compreendidos e sopesados, pois “[...] a pura aplicação das normas, com seu valor interno e restrito, não satisfaz assim como não resolve socorrer-se, tão somente, na abstração dos princípios gerais sem a observância do limite que o caso concreto apresenta” (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 110).

Merece atenção, no contexto dos delitos e da aplicação de penas que, a previsão de sanções não exclui da realidade social a realização de delitos. Essa condição decorre, dentre outros fatos, da limitação dos pressupostos jurídicos de evitar conflitos de natureza social, à exemplo do furto famélico onde o furto “indigna” mais a sociedade do que a existência de *famintos* em uma sociedade exportadora de alimentos como o Brasil.

Os conflitos sociais, os interpessoais, a agressão aos bens jurídicos tutelados, neste contexto, assumem uma feição jurídica em grande parte porque o judiciário é a “arena” na qual as disputas são levadas para buscarem solução. E tal solução realmente ocorre em uma perspectiva jurídico-processual, mas comumente não se concretiza na dimensão humana do conflito.

A prestação jurisdicional, no processo de resolução de conflitos e atribuição de penas, em cumprimento aos princípios correntes no Direito, deve operar-se “[...] com justiça, ou seja, com o menor prejuízo possível aos interesses de ambas às partes e de forma que os valores e princípios insculpidos na Constituição [...] sejam preservados e cumpridos” (GOLDSCHMIDT, 2003, p. 131). Entretanto, o paradigma jurídico e jurisdicional ainda dominante, ainda é, muitas vezes, limitado à legalidade e refratário às dimensões subjetivas dos conflitos e do próprio Direito. Nesta condição, o modelo atual torna-se insuficiente para dar cumprimento aos objetivos do Direito, do Direito Penal e do Sistema Penal através de respostas adequadas juridicamente à Constituição, sendo necessário, assim, novas metodologias auxiliares para a consecução do projeto e dos objetivos constitucionais.

Na prática, hoje, o poder judiciário busca causar o menor prejuízo entre as partes, e, muitas vezes, seja no espaço jurisdicional ou no de cumprimento da pena, nem mesmo isso é alcançado. Por outro lado, alternativas à pena de reclusão e de apreciação jurisdicional (algumas já em uso, como a mediação e a arbitragem), buscam causar os maiores ganhos às partes e à sociedade, o que por si só, evidencia-se como melhor sintonizado aos pressupostos da Constituição de 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 1999. P. 188.

BERTOLLA, Luana Michalski de Almeida; LUSA, Elizieli. Repensando a justiça retributiva e sua superpopulação carcerária: a saída está na justiça restaurativa? In: Ciências Sociais Aplicadas em Revista (Meio de divulgação da produção acadêmica dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon). v. 18, n. 34 (2018). Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/19484>. Acesso em 09 de jun. de 2021.

BEZERRA, Rayan Vasconcelos. O direito penal: finalidades e sanções. Revista Âmbito Jurídico. Ed. 164. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/o-direito-penal-finalidades-e-sancoes/>. Acesso em 14 de mar. de 2022.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 9 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. P. 71

BRANDÃO, Roberta Barros Correia. A Hipertrofia Legislativa Decorrente da Inobservância do Princípio da Intervenção Mínima em Sede de Direito Penal. In: Revista Âmbito Jurídico nº 191 – Ano XXII – Dezembro/2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-hipertrofia-legislativa-decorrente-da-inobservancia-do-principio-da-intervencao-minima-em-sede-de-direito-penal/>. Acesso em 1 de jun. de 2021.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 14 de jun. de 2021.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. Teoria Geral do Direito: o constructivismo lógico-semântico. (tese). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp098895.pdf>, Acesso em 30 de jul. de 2022.

COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal e Proteção dos Bens Jurídicos. Revista da EMERJ, v. 14, n. 53, 2011. Disponível em:

https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista53/Revista53_7.pdf. Acesso em 14 de mar. de 2022.

DUARTE, Hugo Garcez; SANTOS, Edná Cristina Medeiros dos; OLIVEIRA, Amanda Roberto de. O sistema penal e os direitos. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61543/o-sistema-penal-e-os-direitos>. Acesso em 14 de mar. de 2022.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo. O princípio da proporcionalidade no direito educacional. Passo Fundo: UPF, 2003.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal – Parte geral. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernart de. 3ª ed. – Belo Horizonte, São Paulo, D' Plácido, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). Reincidência Criminal no Brasil: relatório de Pesquisa. 2015. Disponível em:

https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/716becd8421643340f61dfa8677e15_38.pdf. Acesso em 1 de jun. de 2021.

LIMA, Carlos R. V. Cirne. Dialética para principiantes. 6 ed. Porto Alegre Escritos, 2015.

MELO E SILVA, Maria Anáber; SANTOS, Jonas Josinaldo de Santana. Os reflexos da justiça retributiva no sistema prisional brasileiro: solução à justiça restaurativa. In: Anais do Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade. v. 1, n. 1 (2018). Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/dphpi/article/view/5739>. Acesso em 09 de jun. de 2021.

OLIVEIRA, Samyle, SANTANA, Selma, CARDOSO NETO, Vilobaldo. Da justiça retributiva à justiça restaurativa: caminhos e descaminhos. Argumenta Journal Law, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 28. p. 155-181. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/1359/pdf>. Acesso em 14 de mar. de 2022.

PRADO, Luiz Regis. Bem jurídico-penal e Constituição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PRAXEDES, T. C. (2019). Os efeitos do funcionalismo teleológico de Claus Roxin sobre a dogmática penal: da culpabilidade à responsabilidade. Revista Acadêmica Escola Superior Do Ministério Público Do Ceará, 11(1), 213–225. <https://doi.org/10.54275/raesmpce.v11i1.73>. Disponível em: <https://revistaacademica.mpce.mp.br/revista/article/view/73>. Acesso em 14 de mar. de 2022.

QUEIROZ, Paulo. Direito penal – parte geral. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

SILVA, Ana Cristina Monteiro de Andrade. O Poder Judiciário como efetivador dos Direitos Fundamentais. Espaço Jurídico Journal of Law [EJL], 7(2), 147–164. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/8793>. Acesso em 01 de ago. de 2022.

STRECK, Lenio Luiz. Dicionário de hermenêutica: quarenta temas fundamentais da teoria do direito à luz da crítica hermenêutica do Direito. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2017.

TAUCHERT, Maicon Rodrigo. Justiça retributiva e justiça restaurativa: paradoxos necessários para o direito penal brasileiro. Revista São Luís Orione Online, Araguaína - TO, v. 10, nº10, 2016. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/data/files/18/87/A0/E4/65A9C71030F448C7860849A8/Justica%20Retributiva%20e%20Justica%20Restaurativa.pdf>. Acesso em 16 de mar. De 2022.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001, p. 172.

NOTAS

Nota 1

A separação dos ramos do Direito é puramente didática, com finalidades administrativas e intelectivas. Neste sentido, “pela simples razão de não poder existir regra jurídica independente da totalidade do sistema jurídico, a autonomia (no sentido de independência) de qualquer ramo do direito positivo é sempre e unicamente didática” (BECKER, apud CARVALHO, 2009, p. 124).

Nota 2

“Quando nos perguntamos se um ordenamento jurídico constitui um sistema, nos perguntamos se as normas que o compõe estão num relacionamento de coerência entre si, e em que condições é possível essa relação” (BOBBIO, 1997. p. 71).

Nota 3

A atual Constituição brasileira (de 1988) em seu artigo 1º, inciso III positiva dentre outros, como fundamento da República do Brasil “III - a dignidade da pessoa humana;”. No artigo 3º enceta como objetivo fundamental no inciso “I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;”. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Nota 4

“Em países de modernidade tardia, como o Brasil, na inércia/omissão dos Poderes Legislativo e Executivo no cumprimento do catálogo e direitos constitucionais [...] não se pode abrir mão da intervenção da justiça constitucional na busca pela concretização dos direitos constitucionais de várias dimensões. Daí crescer em importância a necessidade de uma teoria da decisão judicial preocupada com a democracia” (STRECK, 2017, p. 44)

Nota 5

“[...] O estudo de um ramo específico do Direito não engloba apenas as normas vinculadas pelo Código daquela especificidade e sim, várias outras que com elas se relacionam. Nesse sentido é que não existe autonomia entre os ramos do Direito, qualquer especialidade que se pretenda delimitar didaticamente não é pura” (CARVALHO, 2009, p. 124).

Nota 6

“As diretrizes macropolíticas e ideológicas que orientam o projeto originário (PL882/19) e a Lei Anticrime, resguardadas as circunstâncias temporais, se estruturam na mesma forma mentis: autoritária, inquisitorial, punitivista, excludente. [...] O fio condutor da reforma penal da Lei Anticrime, portanto, é o recrudescimento da musculatura estatal na sua perspectiva eminentemente repressiva, com a legitimação das violências exercidas pelas agências policial e penitenciária” (CARVALHO, 2020, p.168). Neste contexto, tanto o projeto quanto a lei anticrime expressam a existência de uma interpretação legislativa, penal e jurídica “vesga” a respeito do crime e da criminalidade, na qual as consequências (crimes) são vistas como causa da violência e insegurança social, quando são também as consequências de múltiplos fatores político e sociais mais amplos e mais profundos na sociedade, como por exemplo, a vulnerabilidade material e a não efetivação dos direitos e garantias fundamentais na vida das pessoas.

A perspectiva encarceradora e letal que é transversal à Lei Anticrime reforça as funções repressivas do sistema punitivo e, ao mesmo tempo, explica a inexistência de qualquer preocupação preventiva de redução das violências (CARVALHO, 2020, p.168).

Nota 7

“Quanto mais democrática uma sociedade, tanto maior é a relevância reconhecida aos diferentes polos de interesses, aos variados grupos sociais, à pluralidade, à diversidade” (JUSTEN FILHO in GOLDSCHMIDT, 2003, p. 119).

Nota 8

“Esse é o sujeito solipsista (Selbstsüchtiger, que quer dizer egoísta, que se basta, encapsulado). É ele que se encarrega de fazer a ‘inquisição’ da realidade. E a verdade será a que ele, o sujeito, estabelecerá a partir de sua própria consciência” (STRECK, 2017, p. 75).

Nota 9

O Direito Penal tem por fito proteger os bens jurídicos tutelados pelo Estado, os quais são considerados relevantes. Neste sentido, “a posição doutrinária majoritária na dogmática penal contemporânea é de que o Direito Penal cumpre uma função de tutela ou proteção dos bens e valores fundamentais indisponíveis para o desenvolvimento na vida da sociedade diante dos constantes conflitos” (COSTA, 2011, p. 10) os quais, quando violados, geram sanções ao infrator. Contudo, as violações continuam, apesar da proteção estatal e da previsão de penas.

Nota 10

“[...] O juspositivista pensa descrever – porque, a partir dessa cisão, acredita que nesse nível ele teria rigor científico-formal para analisar o seu objeto, bem como para ‘preservar o produto (Direito)’ de avaliações morais. No entanto, a tentativa de descrever o mundo independentemente de valorações – pressuposto básico do positivismo – só é possível porque tal separação é feita de forma ficcional, ignorando o modo como compreendemos a realidade [...]” (STRECK, 2017, p. 207).

Nota 11

A aproximação entre o positivismo e a filosofia da consciência (aproximação do arbítrio dos intérpretes e dos aplicadores do direito com a supremacia do sujeito que objetifica a realidade) indica que “é no nível da aplicação que reside o cerne do paradigma da filosofia da consciência [no Direito]. É, também, nesse nível – o da aplicação a ser feita pelos juízes – que faz morada a discricionariedade positivista” (STRECK, 2017, p. 18).

Nota 12

Para essa corrente, o criminoso comete um ato contra a sociedade, contra o Estado, e deve responder por meio da pena privativa de liberdade. Sendo assim, trata-se de um modelo de justiça que dá espaço à existência de penas desumanas e degradantes, sem qualquer preocupação com a vítima ou mesmo com a relação vítima/infrator” (OLIVEIRA, SANTANA, CARSOSO NETO, 2018, p. 159).

Nota 13

Este índice, conforme dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema carcerário, de 2008 “[...] chegava a 70% ou 80% conforme a Unidade da Federação (UF)” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015, p. 11, 12). Em 2016, o índice de reincidência se manteve. Chama atenção dois dados acerca do sistema penal explicitados neste período: o sistema penal brasileiro era “[...] o quarto maior do mundo e com índices de reincidência em torno de 80%” (TAUCHERT, 2016, p. 85).

Nota 14

“Hoje, diferentemente do que no século retrasado, o Direito é construído sob as bases de uma constituição compromissária [...]” (STRECK, 2017. P. 226).

Nota 15

“Em regra, as políticas públicas devem ser partir do Poder Legislativos e Executivo, devendo entrar m cena o Judiciário em situações emergências e agudas. Nesse caso, o juiz não se substitui ao legislador: trata somente de cumprir a Constituição por meio de uma interpretação tópico-sistemática, conferindo relevância ao núcleo essencial dos direitos sociais, e resta vinculado às prestações garantidoras de uma vida saudável e digna” (SILVA, 2006, p. 160).

Nota 16

Essa condição é especialmente relevante no Brasil, “[...] caracterizado pela intensa judicialização, que coloca o judiciário no centro do debate político e pela dificuldade de se fazer cumprir a Constituição” (STRECK, 2017, p. 35).

Capítulo 3



10.37423/230307431

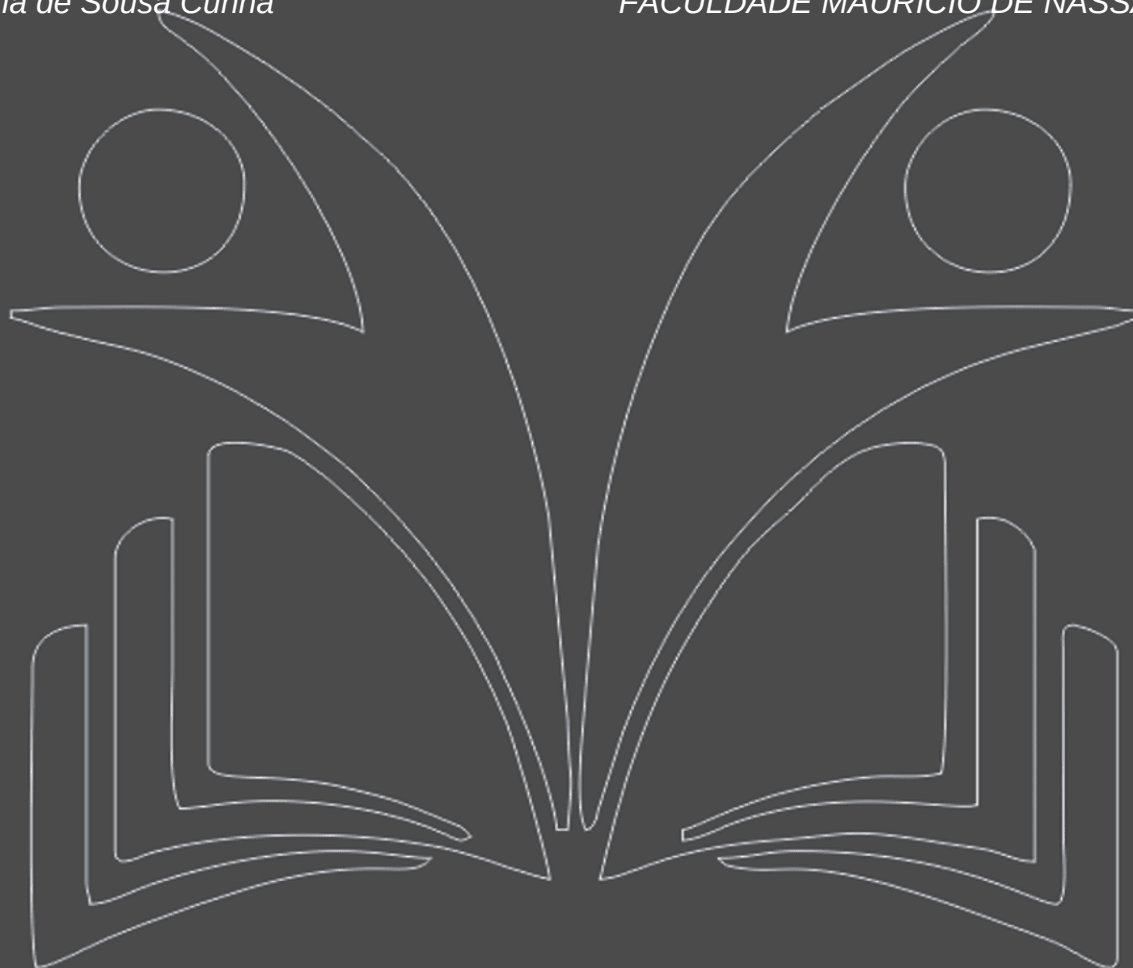
OS POSSÍVEIS IMPACTOS DO DIAGNÓSTICO DO TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA) NO ÂMBITO FAMILIAR UMA QUESTÃO DE PSICOEDUCAÇÃO

Francisca Janiele dos Santos Silva

FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU

Natália Maria de Sousa Cunha

FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU



Resumo: O objetivo do presente artigo foi investigar os possíveis impactos do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista - TEA no âmbito familiar. O TEA é uma alteração no neurodesenvolvimento infantil caracterizado por atraso na aquisição da fala e dificuldade da interação social. Ele pode ser classificado como leve, moderado ou grave, segundo o comprometimento das habilidades no indivíduo. Para a construção diagnóstica do TEA é necessário compreender que fatores como o conhecimento sobre os transtornos do desenvolvimento infantil pelos pais, profissionais da saúde e da educação influenciam no bom prognóstico, e para tal o profissional terapeuta que trabalha com a psicoeducação pode transmitir conhecimento acerca de que se trata o transtorno, suas possíveis causas e tratamentos, possibilitando aos pais conhecimento e participação ativa no tratamento da criança. A metodologia empregada foi bibliográfica de caráter descritivo, exploratório qualitativo. Os teóricos que nortearam a pesquisa foram: Mayra Gaiato, Monica Machado, Angélica Londero, Caroline Pereira, Ondere Neto, dentre outros. Concluímos que o diagnóstico do TEA pode intervir positivamente ou negativamente no ambiente familiar; gerando uma desestruturação de toda família, logo, é preciso que profissionais da área da saúde e também da área da educação tenham um preparo com técnicas adequadas para fornecer aos pais o resultado do diagnóstico de TEA. Os impactos possíveis são: sobrecarga emocional, física e financeira, estresse e imprecisões em relação ao futuro do filho. A psicoeducação é uma saída para que o emprego de técnicas psicológicas com o objetivo de ensinar pacientes e cuidadores sobre o transtorno de que se é portador e seu tratamento, é saída para a diminuição de algumas crises típicas da condição autista.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista - TEA. Diagnóstico. Família. Psicoeducação.

1 INTRODUÇÃO

O autismo, também conhecido como transtorno do espectro autista (TEA), é definido como uma síndrome comportamental que envolve o desenvolvimento neuropsicomotor, provocando dificuldades à cognição, à linguagem e à interação social (PINTO et al., 2016). Normalmente o TEA tem sua manifestação nos primeiros anos de vida, mas seu curso não se desenvolve da mesma forma nas diferentes pessoas. Em algumas crianças a característica comportamental do transtorno do espectro autista torna-se evidente desde o nascimento, falta de contato visual, agitação no sono, e choro persistente, costumam ser manifestados ainda quando bebês. Contudo os sintomas são mais acentuados na primeira infância e nos primeiros anos de vida escolar, dos quais são exigidos interação social.

A partir dos conceitos estudados no DSM-V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) manual diagnóstico e estatística dos transtornos mentais em sua quinta edição foi descrito que algumas crianças com TEA apresentam, além do prejuízo persistente na comunicação e interação social, outras características tais como: estereotípias, platôs, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividade que está ligada a rotinas e objetos, tais sintomas podem estar presentes desde o início da infância prejudicando seu desenvolvimento. Por se tratar de espectro as características costumam variar dependendo do grau e idade do indivíduo, geralmente é comum encontrar outras comorbidades associadas, como déficits de atenção, hiperatividade, e déficits intelectuais.

Em casa a existência em rotinas, dificulta mudanças de quaisquer natureza, além desses pontos, a questão sensorial, pode prejudicar questões como: alimentação, sono, cuidados de higiene (cortar o cabelo, o banho, escovar os dentes), levando a dificuldades nos cuidados diários. Para fins de diagnóstico, é realizada a intervenção com instrumentos padronizados de diagnósticos do comportamento, além de entrevistas com os pais e possíveis cuidadores da criança, questionários e medidas de investigação clínicas devem ser utilizados para que haja confiabilidade do diagnóstico (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Algumas intervenções também podem contribuir para a compreensão do diagnóstico de qualquer especificidade, é o caso da psicoeducação que é usada para auxiliar no conhecimento e tratamento das doenças físicas e mentais, sobre seu funcionamento cognitivo, emocional e comportamental, auxiliando os familiares e pacientes na maneira que pode ser conduzido o tratamento, com participação ativa dos pais e do próprio paciente nos processos de mudanças. Dessa forma a

psicoeducação é definida como “o ensino de princípios e conhecimentos psicológicos relevantes para o cliente” (DOBSON, D; DOBSON, K.S., 2010 APUD CARVALHO; MALAGRIS; RANGES, 2018).

O interesse das autoras do artigo surgiu devido a presença de familiares com TEA, na experiência de vida pessoal das autoras, e também, na percepção do número crescente de diagnósticos do TEA e a falta de manejo dos profissionais da área da saúde em dar o diagnóstico e preparar os familiares para o tratamento. Assim, alguns questionamentos surgiram: O que é diagnosticar? Seria apenas uma nomeação de uma patologia? Como um diagnóstico de TEA é passado para os pais? Como a família reage ao diagnóstico do TEA?

Segundo dados do CDC (Center of Disease Control and Prevention), órgão ligado ao Governo dos Estados Unidos da América, existem, hoje 01 caso de TEA para cada 59 criança. Até o momento não há no Brasil estudos estatísticos específicos que estimam os casos de TEA existentes no país, portanto, não se sabe anualmente quantos casos são diagnosticados (PAIVA JUNIOR, 2019). O único trabalho Brasileiro neste sentido foi um estudo piloto em 2011, no interior de São Paulo, na cidade de Atibaia, que resultou na seguinte estimativa: existe 01 autista para cada 367 crianças. A pesquisa foi feita em um bairro de apenas 20 mil habitantes daquela cidade, coordenado pelo médico Marcos Tomanik Mercadante, psiquiatra da infância e adolescência, referência em autismo no país, falecido em 2011 (PAIVA JUNIOR, 2019).

Percebe-se um número bastante significativo de pessoas com o transtorno, mas não estimado por pesquisas nacionais que abordem essa temática. Também não se sabe, de que forma o diagnóstico do TEA pode afetar as relações familiares. Diante dos dados apresentados acima, uma pesquisa que aponte uma melhor maneira de trabalhar a informação aos pais sobre o diagnóstico de TEA está justificada (OLIVEIRA, 2019).

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é discutir sobre os possíveis impactos do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista - TEA no âmbito familiar e a psicoeducação como uma forma de amenizar esse impacto. Algumas perguntas nortearam nossas discussões: que implicações psicológicas envolvem os pais ao receber o diagnóstico de TEA de um filho? Quais os impactos no cotidiano desta família? O que será feito com a família após a informação do diagnóstico de TEA? O profissional da área da saúde tem algum cuidado ou técnica para repassar este diagnóstico para os pais? Os profissionais explicam o processo de tratamento do TEA de forma adequada? Essas perguntas são questionamentos bastante relevantes para sustentar a inquietação preliminar que envolve o presente estudo.

Para dar respostas as estas inquietações, o referido artigo se estruturou da seguinte forma: em um primeiro momento foram descritos a conceituação do autismo, suas características e o diagnóstico; em um segundo momento as possíveis mudanças no âmbito familiar após o resultado de diagnóstico de TEA e ao final a psicoeducação como ferramenta de suporte para os pais e para a sociedade.

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, exploratório qualitativo que acolheu as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta a partir do tema selecionado. O levantamento bibliográfico foi verificado a partir da análise de fontes secundárias. A pesquisa bibliográfica correspondeu a revisão de conteúdos já existentes sobre os principais assuntos ou teorias. Segundo (PIZZANI et al, 2012, p. 54): “essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográficos ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada por livros, periódicos, artigo de jornais, sites entre outras fontes”.

Para identificação de artigos foram consultadas as bases de dados bibliográficos *Scielo (Scientific Eletronic Libraly Online)*; *Pepsic (Periódicos Eletrônicos de Psicologia)* e *Google Acadêmico* entre outros. Também foi utilizado estudos de casos e de pesquisa de campo (na língua portuguesa) que tratam da temática sobre o impacto do diagnóstico do TEA no âmbito familiar; com a perspectiva de obter-se o melhor embasamento teórico para realizar o trabalho acadêmico. Na busca por artigos foi designado os seguintes descritores: autismo, TEA, família, diagnóstico e psicoeducação.

Foram encontrados 40 artigos dos quais foram lidos os resumos e posteriormente escolhidos apenas 19 artigos. Os critérios de inclusão destes artigos foram: artigos selecionados que abordassem: o TEA e a família, diagnóstico e psicoeducação; artigos escritos na língua portuguesa; artigos com referencial teórico reconhecido academicamente e artigos publicados entre os anos de 2010 a 2020. Foram excluídos artigos que: não condiziam com o tema da pesquisa, os artigos com apenas dois descritores, assim também como os artigos em inglês e os artigos com mais de dez anos de publicação.

Para a construção do Quadro 1 foram selecionados apenas os trabalhos mais utilizados, com aspectos importantes sobre questões emocionais, ambientais, econômicos e sociais.

Quadro 1- Identificação dos artigos mais utilizados

Autor/ Título	Ano/País	Resumo	Os possíveis impactos do diagnóstico do TEA (transtorno do espectro autista) no âmbito familiar: Uma questão de Psicoeducação.
MACHADO, Mônica Sperb; LONDERO, Angélica Dotto; Pereira, Caroline Rubin Rossato. "Torna-se família de uma criança com transtorno do espectro autista". <i>Pepsic</i>. Vol.11 no.3 São Leopoldo Set./Dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1983-34822018000300006 Acesso em: 04 Março. 2020	2018 BRASIL	Esse estudo objetivou refletir sobre o torna-se família de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir das repercussões do transtorno nas famílias, das características, das perspectivas futuras destas e de como elas se reconhecem nesse contexto.	"As características do TEA são peculiares e afetam o modo de viver da criança que possui o transtorno. Quando bebês, por exemplo, podem se demonstrar apáticas e mais interessadas nos objetos que nas pessoas." (MURATORI, 2014 <i>apud</i> MACHADO <i>et al</i>, 2018, s/p). "[...] são muitos os estudos que abordam o impacto do autismo no contexto familiar, destacando os aspectos negativos de se ter uma criança com este transtorno na família. Contudo, entende-se que para além de identificar as dificuldades encontradas por essas famílias ou compará-las com as famílias de crianças com o desenvolvimento típico em termos de aspectos como nível de estresse, por exemplo, faz-se necessário o investimento em pesquisas que focalizem nos processos desenvolvidos pelas famílias em busca de adaptação à situação, ressaltando suas potencialidades. Destaca-se, ainda, que conhecer a experiência das famílias de crianças com TEA é fundamental para qualificar as intervenções destinadas a

			elas, bem como para fundamentar as ações que incluam a família no trabalho com as pessoas com este transtorno." (FRANCO,2016 <i>apud</i> MACHADO <i>et al</i> , 2018, s/p).
Autor/ Título	Ano/País	Resumo	Os possíveis impactos do diagnóstico do TEA (transtorno do espectro autista) no âmbito familiar: Uma questão de Psicoeducação.
GOMES, Paulyane TM; LIMA, Leonardo H.L Lima; BUENO, MAYZA KG; ARAUJO Liubiana A; SOUZA, Natham M. "Autismo no Brasil, desafios familiares e estratégias de superação. <i>Jornal de pediatria, Rio de Janeiro. Vol.91, n2. Disponível em: Http://doi.org/10.1016/j.jped.2014.08.009 Acesso em: 3 Março.2020</i>	2015 BRASIL	O Artigo descreve os desafios encontrados pelas famílias na convivência com crianças portadoras de transtornos o espectro autista (TEA) no Brasil e as estratégias de superação e empregadas	O início do convívio com uma criança com o diagnóstico de TEA coloca a família diante de uma realidade que ainda lhe é desconhecido e indica o desafio de ajustar seus planos e suas expectativas quanto ao futuro, além da necessidade de adaptar-se a intensa dedicação e prestação de cuidado das necessidades específicas do filho. (GOMES, P,TM, 2015)
LEMES, Carina Belomé; ONDERE NETO, Jorge. "Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde" <i>Pepsic. Vol.25 no.1</i> Ribeirão Preto Março 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttex&pid-S1413-389X2017000100002 Acesso em: 4 Março.2020	2017 BRASIL	O Presente trabalho tem como objetivo investigar o uso da psicoeducação no âmbito da saúde relatando a sua aplicabilidade nas doenças físicas e mentais, bem como seu envolvimento nessa área.	Segundo o autor, a psicoeducação propiciou uma maneira de auxiliar o tratamento das doenças mentais a partir das mudanças comportamentais, sociais e emocionais cujo trabalho permite a prevenção na saúde. Dessa forma, a psicoterapia iniciou um processo de ter um caráter também educativo tanto para o paciente quanto para seus cuidadores cujo objetivo é ensiná-los sobre o seu tratamento psicoterápico para que possam ter consciência e preparo para lidar com as mudanças a partir de estratégias de enfrentamento, fortalecimento da comunicação e da adaptação (Bhattacharjee <i>et al</i> ,2011). Assim, a maneira mais efetiva

			para auxiliar as pessoas é ensiná-las a se ajudarem, propiciando conscientização e autonomia (Authier, 1977).
Autor/ Título	Ano/País	Resumo	Os possíveis impactos do diagnóstico do TEA (transtorno do espectro autista) no âmbito familiar: Uma questão de Psicoeducação.
SANTOS, Regina Kelly; VIEIRA, Antônia Maira; SILVA, Emelly Cabral Silva. "Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): Do reconhecimento a inclusão no âmbito educacional". VER.NCLUDERE, vol.3, n1. Outubro 2017 Disponível: https://periodicos.ufrsa.edu.br Acesso em:10 Março.2020	2017 BRASIL	O presente artigo apresentar uma abordagem histórica da educação especial e inclusiva, ressaltando acontecimentos do transtorno do espectro do autismo (TEA).	São visíveis as manifestações do transtorno do autismo na criança atrasos de linguagem e interação social, são as características mais notadas, evidenciando atraso no desenvolvimento. Segundo Santos; Vieira, (2017) Já o deficit na interação social e recorrente ao autismo, tendo em vista a falta de reciprocidade, a dificuldade na socialização e o comprometimento do contato com próximo.
KIKUIO, Cunha Oliveira; GOMES, Karin Martins. "O Estresse familiar de crianças com transtornos do espectro autista TEA. Rev iniciação científica. UNESC, CRICIUMA, v.16, n.1, 2018 Disponível: https://periodicos.unesc.net Acesso: 20 Março.2020	2018 BRASIL	A Proposta do estudo, foi identificar o estresse nas famílias de crianças com o transtorno do espectro autismo TEA e a relação da família com outros filhos não autistas. Segundo estudo as gravidades dos sintomas do TEA são gatilhos desencadeadores do estresse parental, como maior carga emocional na mãe pela questão social com os cuidados com filho.	De acordo com Kiquio; Gomes (2018,p.6) Familiares de autistas apresentam grande nível de estresse emocional se comparadas as famílias com filhos a típico, o indivíduo com TEA tem comportamentos que interferem na relação familiar. [...] como baixa interação social e inabilidade de se relacionar com as pessoas, resultando assim em problemas comportamentais, e fazendo com que os cuidadores passem a viver em função do transtorno do filho. Kiquio;Gomes (2018,p.6)
GAIATO, Mayra. S. O. S AUTISMO Livro, São Paulo.	2018 BRASIL	O livro traz a discussão sobre o que é o autismo, e suas causas, como é	O transtorno do espectro autista é uma condição comportamental que desafia

Editora: N versos, 2018 v.2 Acesso em: 16/04/2020		feito o diagnóstico; como brincar com a criança; como estimular o contato verbal, como realizar de forma eficiente manejo de comportamentos inadequados, assim como aprendizagem e inclusão escolar.	profissionais da área da saúde, tais como psicólogo e demais profissionais da saúde mental infantil, descobrir as possíveis causas do transtorno, pois se entende que por se tratar de espectro o diagnóstico tratamento possui uma heterogeneidade de sintomas. Conforme Gaiato, 2018, s/n. Atualmente o autismo é conhecido como TEA- Transtorno do espectro do autismo, por apresentar vários sintomas diferentes de socialização inadequada, dificuldade de comunicação e interesses restritos.
Autor/ Título	Ano/País	Resumo	Os possíveis impactos do diagnóstico do TEA (transtorno do espectro autista) no âmbito familiar: Uma questão de Psicoeducação.
PINTO, Rayssa Muniz; TORQUATO, Isolda Maria Barros; COLLET Neusa, REICHERT, Altamira Naftaly Pereira Silva; NETO, Vinício Lino Souza; SARAIVA, Alyne Mendonça. "Autismo Infantil: Impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares". RevGaucha de enfermagem. Porto Alegre Vol37, N.3 Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572 Acesso em: 29/02/2020	2016 BRASIL	Apresenta-se nesse artigo um estudo acerca das mudanças que ocorrem no âmbito familiar após o diagnóstico do TEA, aborda também a importância de profissionais capacitados para atendimento de crianças com autismo.	O diagnóstico de uma doença, síndrome ou patologia, se tratando de criança, representa grande impacto, que refletirá na dinâmica familiar, na readaptação de papéis e das relações familiares frente ao momento do diagnóstico. (Pinto <i>et al.</i>, 2016, p3). [...] Síndrome crônica para a família é permeado por um conjunto de sensações e sentimentos diversos, a exemplo da frustração, insegurança, culpa, luto, medo, desesperança. (Pinto <i>et al.</i>, 2016, p.3).
GOMES, Janaina Soares. "Investigação da trajetória de pais com crianças com	2018 BRASIL	O Presente trabalho analisa a trajetória das famílias até o diagnóstico de TEA, trata-se de um estudo com famílias de	Segundo a literatura apesar das características claras para possíveis diagnóstico do TEA, os pais trilham um longo caminho, até obter o resultado

TEA em busca do diagnóstico. TCC,2018 Disponível: https://bdm.unb.br/handle/10483/120722 Acesso em:20 Abril. 2020		criança autista da qual percorre um longo processo até o diagnóstico.	preciso do problema do filho, sendo comum diagnóstico errado. GOMES (2018,P.4)
Autor/ Título	Ano/País	Resumo	Os possíveis impactos do diagnóstico do TEA (transtorno do espectro autista) no âmbito familiar: Uma questão de Psicoeducação.
SERRA, Dayse. "Autismo, Família e inclusão". Revista eletrônica Pôlemica. Rio de Janeiro V9 n1, p.40-56. Disponível em: www.epublicações.uerj.br/polemicaartici e Acesso em: 30 Maio.2020	2010 BRASIL	O Presente artigo aborda uma investigação da inclusão de alunos com autismo em salas regulares, assim também destaca as questões que norteiam as famílias após o diagnóstico no TEA, tais como separação conjugal, problemas financeiros, mudanças na rotina familiares e sentimentos ambivalentes dos pais.	Quando é repassada a notícia da condição da criança aos pais, a criança é encaminhada para tratamento precoce com equipe multidisciplinar SERRA (2010,p.43)
SOUSA, Andreia Cristina. "O Perfil Psicossocial do autismo e suas relações". Revista Científica Fac.mais, vol.4, n1. Disponível: https://revistacientifica.facmais.com.br/ISSN2238-8427 Acesso em: 6 Junho.2020	2018 BRASIL	O presente estudo consiste em análise que aborda os desafios encontrados pelas famílias dos portadores de autismo e as intervenções psicossociais observadas nas relações familiares.	Existe fatores psicossociais que podem afetar as interações entre autista-família e autista e sociedade. Existe uma dificuldade dos pais de criança autista em inserir o filho no mundo externo, diante das circunstâncias "existe uma resistência em relação a comunicação dos seus filhos com a sociedade de crise, choro, agressão e agitação. (SOUSA,2018,p.160).

Fonte: Elaborada pelas autoras (2020).

Na pesquisa foram encontrados dois artigos que abordavam a questão do estresse emocional que atinge as mães e familiares de crianças autistas. Em outros dois estudos também foram levantadas discussões a respeito de questões econômicas, sendo que as famílias com recursos financeiros elevados tem, de forma mais rápida, o acesso ao diagnóstico do filho, enquanto famílias com recursos financeiros inferiores, precisam entrar em filas para ter atendimento com profissionais e posteriormente conseguir o diagnóstico, para finalmente, dar início ao tratamento, ademais, ainda há gastos com terapias alternativas, tendo em vista que a criança necessita ser acompanhada por uma equipe multidisciplinar.

Foram verificados da mesma forma outros artigos que traziam a importância do diagnóstico precoce, assim como igualmente foram encontrados trabalhos que descreviam que a forma pelo qual é repassada o diagnóstico de qualquer síndrome para os familiares pode afetar positivamente ou negativamente a família. Também foram analisados artigos que ressaltavam a necessidade de inclusão da criança autista na família e sociedade. E, por fim, foram lidos também e anexados à pesquisa artigos que retrataram o percurso que as famílias percorrem até a aceitação do diagnóstico.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para discussão e análise abaixo, foram abordados os seguintes temas: conceituação, características e diagnóstico do TEA; os possíveis impactos do diagnóstico do TEA para o âmbito familiar e a proposta da psicoeducação.

3.1 CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

O transtorno do espectro do autismo é denominado pelo DSM-V (2014, p.50) como: “um transtorno do neuro desenvolvimento, que apresenta deficits persistentes na comunicação social e na interação social, e padrões restritivos e repetitivos de comportamento”. Ainda segundo o DSM-V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p.53):

Os sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (critérios C e D). O estágio em que o prejuízo fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos.

O DSM-V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) o transtorno atinge mais aos indivíduos do sexo masculino do que o feminino, os sintomas costumam ser reconhecidos durante o segundo ano de vida (12 a 24 meses), embora possam ser observados antes dos 12 meses de idade se os atrasos

dos desenvolvimentos forem graves ou percebidos após os 24 meses quando os sinais são sutis. Acrescenta-se que de acordo com o manual a (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p.53) “[...] manifestação do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição do autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro.”.

Sobre isso, Santos e Vieira (2017) destacam que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1912 Bleuler buscava compreender o comportamento de algumas crianças diagnosticadas como esquizofrênicas, que demonstravam total desapego no contexto externo, ligado apenas ao mundo interno. Contudo, a denominação autismo tornou-se conhecido em 1943, após Léo Kanner (1894-1981) patriarca do conhecimento sobre autismo utilizar em sua primeira pesquisa intitulada de *“Autistic Disturbance of Affective Contact”* (em português: “Distúrbio autista de contato afetivo”), publicado em 1943, descreveu o caso de 11 crianças que difeririam entre si, no entanto, tinham também comportamentos comuns, pois, compartilhavam o que ele denominava como: autismo infantil.

Kanner argumentava que aquelas crianças eram essencialmente diferentes porque não tinham alucinações ou ilusões, e a esquizofrenia não aparecia no começo da infância (SANTOS; VIEIRA, 2017). Desde a descrição feita por Kanner em 1943, o número de autistas foi diagnosticado como portador desse tipo de doença, que na época estava relacionada a um tipo de esquizofrenia infantil. Todos os 11 pacientes descritos no relatório de Kanner tinham dificuldade de se relacionar socialmente e linguisticamente com outras pessoas, condição que ele denominou de solidão extrema, essa era principal característica para Kanner além da dificuldade de falar (SANTOS; VIEIRA, 2017).

No entanto, a partir do DSM-III o autismo foi separado da esquizofrenia, pois, um dos critérios para o diagnóstico seria não haver sintomas que pudessem ser relacionados aquele transtorno. Foram denominados nessa edição os transtornos globais do desenvolvimento, que incluía deficit grave na linguagem, falta de interação com pessoas: e manifestações dos sintomas antes dos dois anos e meio (GAIATO, 2018). Assim, o transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

3.2 O DIAGNÓSTICO

Para Gomes (2018), os pais desempenham um papel fundamental na detecção dos problemas relacionados ao desenvolvimento da criança devido à convivência diária que compreende contextos e ocasiões diferentes. Com efeito Gaiato (2018) coloca que na maioria dos casos a primeira pessoa a observar que o filho tem algo diferente das outras crianças é a própria mãe, elas notam desde bebê que o filho não apresenta contato visual no momento da amamentação, além de outros comportamentos como: incômodo no contato físico, perturbação do sono, insônia, choros, dentre outros, que mesmo com investidas para interação não há respostas. Ainda assim, muitas vezes, as mães preferem se resguardar e não comentam com ninguém, nem mesmo com o marido, por medo de condenação ou críticas vindas da família. E ainda, “as características do TEA são peculiares e afetam o modo de viver da criança que possui o transtorno. Quando bebês, por exemplo, podem se demonstrar apáticas e mais interessadas nos objetos que nas pessoas.” (MURATORI, 2014 apud MACHADO; LONDERO; PEREIRA, 2018, p. 336).

A pesquisa de Gaiato (2018) complementa que no período da gestação todos os exames necessários são realizados, inclusive o que pode descartar qualquer anomalia no feto, após esses resultados as sensações são de alívio e segurança para os pais. Conforme Serra (2010), não existe ainda nenhum exame específico que detecte sinais do espectro ainda no período gestacional, o que acaba levando a percepção tardia dos pais em relação as características do TEA. Os sintomas aparecem em meio a necessidade de interação social e uso da linguagem que começa ao longo do desenvolvimento e da maturação da criança, esse processo ocorre no primeiro e segundo ano de vida e consequentemente após essa fase, os pais não estão mais preparados para possibilidade do filho (a) ter algum transtorno, já que se pensava que todo o possível problema com o feto teria sido descartado no período gestacional por meio dos exames solicitados na gestação.

Segundo Gaiato (2018), os pais nunca estão preparados para receber a notícia que seu filho apresenta comportamentos característicos de autismo, por mais que haja evidências, a expectativa de ouvir que o filho se desenvolverá normalmente e que tudo não passa de um engano ou impressão é muito alta. No entanto, de acordo com Groisman, Lobo e Cavour (1996 apud SERRA, 2010), o nascimento de um filho marca o início de um novo ciclo vital para a família, antes mesmo da criança nascer os pais e familiares depositam sobre ela grande expectativa e sonhos. Tal comportamento, cria um solo propício para o aparecimento de sintomatologia, exteriorizada por um dos membros do sistema familiar – que é criada a partir dos eventos do ciclo vital familiar e da forma como a família reage e se organiza.

Segundo Gomes (2018, p.4) “[...] apesar das especificações claras para análise de crianças com risco para TEA, o processo que as famílias percorrem para obter o diagnóstico nem sempre acontece precocemente, sendo muito comum a realização de diagnósticos errados”. E ainda “[...] quando a notícia da deficiência é dada aos pais, a criança é encaminhada para os serviços médicos de genética ou de estimulação precoce, mas os pais não costumam ser encaminhados para lugar algum, a fim de receber atendimento psicológico.” (SERRA, 2010, p.43).

O diagnóstico do TEA acarreta grande surpresa e medo para os pais. Evidentemente após a confirmação do médico, os pais ficam desorientados, confusos e a primeira coisa que querem saber é se há cura, se a criança ficará bem e se irá desenvolver-se, falar, estudar, ser independente, se relacionar, etc (GAIATO, 2018).

De acordo com Pinto et al.

O momento do diagnóstico de uma doença ou síndrome crônica para a família e permeado por um conjunto de sensações e sentimentos diversos, a exemplo da frustração, insegurança, culpa, luto, medo e desesperança, principalmente quando o paciente se remete a uma criança. Segundo autor o nascimento de um filho se constitui na formulação de um novo ciclo vital. o que passa a ser idealizado pelos pais e por toda família. Entretanto, quando ocorre alguma ruptura nesses planos todos os membros são afetados. (2016, p. 3)

O autor na citação acima descreve os sentimentos vivenciados pela família quando tem um filho com o diagnóstico do TEA, a família começa a vivenciar os sentimentos de tristeza.

3.3 OS POSSÍVEIS IMPACTOS DO DIAGNÓSTICO DO TEA PARA O ÂMBITO FAMILIAR E A PROPOSTA DA PSICOEDUCAÇÃO.

Os pais quando descobrem a gestação começam a fazer planos com a criança que irá chegar, muitas expectativas vão surgindo sobre como será o desenvolvimento do filho que está para nascer. Dentro dessa espera surgem pensamentos de como será o desenvolvimento do filho, imaginam qual será a primeira palavra que o filho falará, os primeiros passos - dentro das expectativas muitos planos e sonhos são elaborados. Porém, quando um filho chega com alguma deficiência ou patologia, parece que estes planos e sonhos se desfazem e quando mais especificamente os pais tem o diagnóstico do TEA, vem um sentimento de receio e de estranheza. Os pais não estão preparados para lidar com o TEA, muitos nem sabem o que significa, como mostra a fala de um pai de criança autista:

A gente sonha tanto pra um filho, né? E depois... A gente pensa assim, o que vai ser dele assim? [...]. Porque né? Como foi nascer uma criança tão linda assim?” (M1, GF); “Eu achava que eu era dona da razão, que com 3 anos o meu filho ia falar inglês já, que ele ia fazer tal esporte, que ele ia... Então, não é assim,

né?”(M2, E); “Eu não queria aceitar que ele tivesse aquele problema. Então foi bem... Porque ele era meu único filho, né? Esperado, né? Então pra mim ele tinha que ser normal! Daí isso foi bem difícil pra mim assim... Foi bem difícil pra família toda! (MACHADO; LONDERO; PEREIRA, 2018, p. 340).

Nota-se que em todos estudos apresentados foi percebido a decepção e o luto pelos pais, a constatação de uma síndrome ou doença nunca será algo desejável e quase sempre ocasionará sofrimento. Com base no diagnóstico inesperado do autismo, as famílias passam a sofrer continua adaptação a fim de suprir as necessidades desse momento, ocorre uma tentativa quase desesperada para ajudar a criança. Em alguns casos o abalo é tão profundo que envolve a aceitação da criança entre os demais familiares e na relação conjugal entre o casal é exigido um longo processo para que os pais estabeleçam o equilíbrio e inicie o enfrentamento (SERRA, 2010).

3.3.1 IMPACTOS DO DIAGNÓSTICO DO TEA

De acordo com Fávero e Santos (2005, apud MACHADO; LONDERO; PEREIRA, 2018) o aparecimento de estudos sobre as significantes mudanças nas tarefas diárias das famílias de crianças com TEA revela uma sobrecarga emocional, física e financeira, além do estresse e imprecisões em relação ao futuro do filho, em função de sua grande dependência.

Na concepção de Marques e Dixe (2011 apud MACHADO; LONDERO; PEREIRA, 2018, p.336) “[...] tais mudanças acarretam necessidades específicas com implicações psicológicas a níveis pessoal e familiar, diante das quais os familiares precisam se adaptar, numa experiência complexa construída em direção a conservação de sua saúde mental”.

No que se refere as relações entre o núcleo familiar, observa-se que as famílias tiveram que se juntar ainda mais, frente a demanda da criança com TEA. A união da família é de suma importância na adaptação dos membros frente ao transtorno apresentado pela criança (MACHADO; LONDERO; PEREIRA, 2018).

Por outro lado, a negação de membros da família em relação a afirmação de uma síndrome como TEA seja compreensivo em consequência de ser algo desconhecido, do preconceito, do isolamento social, visto que estigmas dados a criança com deficiência constituem efeitos desagradáveis (PINTO et al., 2016).

Existem fatores psicossociais que podem afeta as interações entre autista -família e autista sociedade. Existe uma dificuldade dos pais de criança autista em inserir o filho no mundo externo, diante das

circunstâncias, “[...] há resistências dos pais em relação à comunicação dos seus filhos com a sociedade, relacionadas a situações de: crise, choro, agressões e agitações.” (SOUSA, 2018, p.161).

Com relação aos casais, conforme Madeira (2014 apud MACHADO; LONDERO; PEREIRA, 2018), as repercussões do diagnóstico podem levá-los a se aproximar ou se afastar – dependendo do grau de investimento do casal. Todavia, Serra (2010) acrescenta que é comum o grande número de divórcio entre casais com filho diagnosticado com alguma síndrome específica e o principal motivo seria o sentimento de culpa. Indagações como: de qual família vem o transtorno? Se do pai ou da mãe? Envolvem o casal e assim tem levado a grandes desentendimentos que culminam em separações.

Ainda em conformidade com Serra (2010), pode ocorrer também alterações quanto ao planejamento de outros filhos, tendo em vista o medo de outro diagnóstico na família. Porém, quando há outros filhos (o segundo ou terceiro filho do casal), os pais tendem a colocar papéis de cuidadores para com o irmão com autismo. Estes irmãos “sadios” terão a missão de cuidar do irmão com TEA, cria-se uma expectativa de cuidado com relação a criança com TEA futuramente pelos irmãos.

Segundo Kiquio e Gomes (2018), outro aspecto importante é que o fator econômico da família pode influenciar no tratamento da criança com TEA e na relação do casal e organização familiar. As redes públicas disponibilizam serviços de diagnóstico e intervenção, porém, existem longas filas de espera para o atendimento, contudo, as famílias que possuem uma renda econômica melhor, conseguem o diagnóstico mais rápido e pagam o tratamento em clínicas privadas para o filho.

Sobre a forma como foi repassada o diagnóstico, Pinto e colaboradores (2016) acrescentam que esse é um dos principais cuidados, principalmente quando se referem a diagnósticos de uma síndrome ou doença em uma criança. É importante que o profissional que repassará a informação compreenda a particularidade e peculiaridade de cada indivíduo relevando suas experiências familiares com os termos técnicos. Ainda conforme o autor é comum familiares receberem o diagnóstico de forma direta, fria e rápida, sem nenhuma concepção ou preparação anterior de informação sobre o autismo, antes do resultado final, sendo compreendida como uma forma superficial e mecânica, sem que haja a preocupação com sentimentos e assimilação dos fatos novos colocados para esses pais (PINTO et al., 2016).

Conclui-se que é essencial que haja planejamento no modo de ser transmitido o diagnóstico, é importante uma relação empática, compreensiva para facilitar o fluxo de informações fornecidas, em como promove uma melhor aceitação por parte dos pais e familiares, afim que se firme estratégias de cuidados com a criança. O estabelecimento de vínculo entre a família e profissionais da saúde é de

suma importância no momento do diagnóstico, tendo em vista que pode influenciar positivamente ou negativamente na aceitação do diagnóstico (PINTO et al., 2016).

3.3.2 A FAMÍLIA E A PSICOEDUCAÇÃO

Assim, segundo Friedberg et al. (2011), a psicoeducação é uma forte ferramenta que possui um processo ativo e dinâmico, que visa auxiliar as famílias e pacientes com informações claras sobre a patologia física e psiquiátrica, que tem como objetivo facilitar o processo de mudança na vida do indivíduo.

Segundo Chien (2008) e Rahmani (2015) (apud LEMES; ONDERE NETO, 2017), é possível verificar que os dados obtidos em estudos a partir dos instrumentos utilizados comprovam a eficácia da psicoeducação.

A psicoeducação propicia a maneira de auxiliar o tratamento das doenças mentais, sendo a partir das mudanças comportamentais, emocionais e sociais. Dessa forma é iniciado também o processo educativo tanto para o paciente quanto para os seus cuidadores, com o objetivo de ensiná-los sobre o tratamento, sendo assim, ele tem um preparo para lidar com as mudanças a partir das estratégias utilizadas favorecendo a adaptação e o fortalecimento da comunicação (BHATTACHARJEE et al., 2011 apud LEMES; ONDERE NETO, 2017). Como Lemes e Ondere Neto (2017) citando Authier (1977) dizem que a maneira mais efetiva para auxiliar as pessoas é ensiná-las a se ajudarem, propiciando conscientização e autonomia.

Existem diversos tipos de intervenção no qual são utilizadas na promoção do desenvolvimento da pessoa com TEA, os tratamentos também envolvem intervenções psicoeducativas, com orientações a familiares que favorece desenvolvimento na forma de se comunicar – com a criança com TEA.

As intervenções comportamentais que os pais são envolvidos no treinamento, lhes permitem uma interação melhor com os filhos. A escolha do método a ser utilizado no tratamento do TEA é feito de modo conjunto com a família do paciente, passando as informações adequadas sobre os benefícios do tratamento e ao seu alcance (BRASIL, 2016 apud SILVA et al., 2018).

Tais técnicas e ferramentas auxiliam aos pais e profissionais de saúde no tratamento dos sujeitos com TEA. Dentre elas: o ABA (*APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS* – em português: Análise do comportamento aplicado) o TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children* – em português: Tratamento e educação de crianças autistas e crianças com deficiência de

comunicação) e a PECS (*Picture Exchange Communication System* – em português: Sistema de comunicação de troca de imagens).

A técnica da intervenção de análise aplicada do comportamento (ABA), tem contribuído positivamente para o ensino de crianças com autismo, em especial na redução ou extinção de alguns comportamentos (SCHMIDT; BOSA, 2011). A intervenção consiste em treinar e desenvolver habilidades diárias necessárias para o indivíduo. Diversas habilidades são trabalhadas em todo processo de intervenção, tais como comportamentos sociais, comunicação funcional, contato visual e habilidades acadêmicas: como escrita, leitura e interpretação.

A técnica TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children*) é um programa que envolve as esferas de atendimento educacional e clínico, em uma prática com abordagem psicoeducativa. São trabalhados com reforçadores dentro do âmbito comportamental e na deficiência da comunicação, o programa une pensamento e linguagem que refletirá no comportamento final (KWEE; SAMPAIO; ATHERINO, 2009 apud SILVA et. al. 2018).

Já o PECS (*Picture Exchange Communication System*), foi implementado com sucesso em todo o mundo, com milhares de alunos de todas as idades que têm várias dificuldades cognitivas, físicas e de comunicação. O protocolo de ensino do PECS é baseado no livro de B.F.Skinner Comportamento Verbal, e análise de comportamento aplicada do amplo espectro é um método de comunicação alternativa de troca de figuras, pode ser praticado pelos terapeutas e ensinado aos pais e cuidadores para convívio diário com a criança com limitações na comunicação. O PECS é utilizado em crianças, na idade pré-escolar ,com TEA e outros transtornos de comunicação social que não apresentam fala funcional ou socialmente aceitável (FROST; BONDY, 2012 apud SILVA et al., 2018).

Fica evidente a eficácia do uso da psicoeducação com o paciente e a família, as informações trabalhadas sobre o diagnóstico, tratamento e intervenções possibilita a família e paciente a transferência de conhecimento dos profissionais com uma linguagem simples e compreensível. “O conhecimento pode aumentar a sensação de controle sobre os problemas e também auxiliar nas mudanças cognitivas e no aprendizado de estratégias eficazes para lidar com as dificuldades” (DOBSON, D.; DOBSON, K.S., 2010 APUD CARVALHO; MALAGRIS; RANGE, 2019, p.16).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e estudos apresentados trazem a compreensão do quanto ainda se faz necessário investir em pesquisas sobre o TEA no Brasil, houve uma grande dificuldade em encontrar materiais que

falassem da temática, assim também é escasso trabalhos a respeito do autismo na adolescência e fase adulta, assim percebemos uma grande carência de estudos que possam contribuir para entendimento dos pais e sociedade sobre o assunto. A contribuição aos pais sobre os conhecimentos das características de necessidades de crianças atípicas reduziria o sofrimento familiar, pois os pais se sentem perdidos diante de um diagnóstico que revela uma condição crônica, mas não imutável para o filho.

Quando o diagnóstico é passado para a família, não havendo esclarecimento sobre o TEA, o medo e a angústia enlaçam as famílias, tendo em vista o desconhecido. Através do estudo foi verificado que os pais percorrem um longo caminho até o diagnóstico preciso do filho, caminho esse, com vários obstáculos, dentre os quais os de preconceitos de membros da própria família e da sociedade desconhecedores de que este transtorno do desenvolvimento requer atenção especial.

Após a notícia do TEA verifica-se mudanças na dinâmica familiar, nas relações conjugais, financeiras e sociais. Ressalta-se que a carga afetiva maior recai sobre a figura materna que abdica de seus planos para cuidar prioritariamente do filho com TEA, passando esta a sofrer pela grande carga emocional, elevado nível de estresse e até mesmo em alguns casos, sofrimentos psíquicos como os do transtorno de humor depressivo.

Compreender-se que a família, assim como a criança com TEA, precisa de uma rede de apoio para lhe auxiliar diante da demanda que passa a existir no âmbito familiar. Assim, a psicoeducação deve ser uma forte ferramenta que pode ser utilizada para amenizar os possíveis impactos de diagnóstico, uma vez que as intervenções psicoeducativas possibilitam conhecimento e desenvolvimento de indivíduos, capacitando-os a lidar de forma adaptativa com suas demandas. Da mesma forma a escuta com profissionais como psicólogos poderia ajudar na ressignificação dos fatos na melhor compreensão dos sentimentos.

A psicoeducação pode auxiliar no conhecimento do transtorno, suas possíveis causas e tratamentos, potencializando aos pais com conhecimento, permitindo assim que os mesmos possam dialogar com outras pessoas que desconhecem o assunto ou troquem informações com outros pais que tem filhos ou conhecidos na mesma condição.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CARVALHO,Marcele Regine de; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes; RANGE, Bernard P. Psicoeducação em terapias cognitivo comportamental. NovoHamburgo: Sinopsys, 2019.

FRIEDBERG, Robert D. et al. Técnicas de terapias cognitivo para crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GAIATO, Mayra. SOS Autismo. São Paulo: NVersos, 2018.

GOMES, Janaína Soares. Investigação da trajetória de pais de crianças com transtorno do espectro autista em busca de diagnóstico. 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Fonoaudiologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:<<https://bdm.unb.br/handle/10483/20722>>. Acesso em:10 abr. 2020.

GOMES, Paulyane T. M et al.. Autismo no Brasil, desafios familiares e estratégias de superação: revisão sistemática. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 91, 111-121, mar./abr. 2015. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/pdf/3997/399738206003.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

KANNER, Leo et al. Autistic disturbances of affective contact. Nervous child, v. 2, n. 3, p. 217-250, 1943.

KIQUIO, Thais Cunha de Oliveira; GOMES, Karin Martins. O estresse familiar de crianças com transtorno do espectro autismo-TEA. Revista de Iniciação Científica, Criciúma, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2018. Disponível em:< <http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/download/4270/4048> >. Acesso em: 20 mar. 2020.

LEMES, Carina Belomé; ONDERE NETO, Jorge. Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 25, n. 1, p. 17-28, mar. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:4 mar. 2020.

MACHADO, Mônica Sperb; LONDERO, Angélica Dotto; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. Tornar-se família de uma criança com transtorno do espectro autista. Contextos Clínic, São Leopoldo , v. 11, n. 3, p. 335-350, dez. 2018 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983348220180003000006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:4 mar. 2020.

PAIVA JUNIOR, Francisco. Quantos autistas há no Brasil?. Revista Autismo, São Paulo, ano 5, n. 4, mar., 2019. Disponível em:<<https://www.revistaautismo.com.br/geral/quantos-autistas-ha-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al . Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. Rev. Gaúcha Enferm. Porto Alegre, v. 37, n. 3, e61572, 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000300413&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mar. 2020.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 29 mar. 2020.

SANTOS, Regina Kelly dos; VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. Revista Includere/CAADIS, Mossoró, v. 3, n. 1, p. 219-232, 2017.. Disponível em:

< <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7413>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice. Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: Autismo. Em: PETERSEN C, WAINER R. (Org.). Terapias Cognitivo-Comportamentais para Crianças e Adolescentes: Ciência e Arte. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SERRA, Dayse. Autismo, família e inclusão. Revista Eletrônica Polêmica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1: 40-56. jan./mar. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/polemica.2010.2693>>. Acesso em: 30 maio 2020.

SOUSA, Andréa Cristina de. O perfil psicossocial do autismo e suas relações familiares. Rev. Científica FacMais, v. 13, n. 2, mar., 2018. ISSN 2238-8427. Disponível em:

<<http://revistacientifica.facmais.com.br/revista-cientifica-facmais-volume-xiii-numero-i-ano-2018-1o-semester/>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

OLIVEIRA, Carolina. Um retrato do autismo no Brasil. Revista Espaço Aberto, São Paulo, Ed. 170, 2019. Disponível em: <<http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>>. Acesso em: 10 maio 2020.

Capítulo 4



10.37423/230307438

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE OS MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM COMPARAÇÃO AOS DE REFERÊNCIA E SIMILARES NA CIDADE DE BELÉM, PARÁ

Vera Louzeiro de Oliveira Garcia

Universidade da Amazônia - UNAMA

Larissa Teixeira Pinheiro Rodrigues

Universidade da Amazônia - UNAMA

Marlene Lisboa da Silva

Universidade da Amazônia - UNAMA

Thaís Kyara Barros de Araújo

Universidade da Amazônia - UNAMA

Julye Layssa Gaia Gomes

Universidade da Amazônia - UNAMA

Naldiane Azevedo Rocha

Universidade da Amazônia - UNAMA

Sandra Cristina Ferreira do Rosário

Universidade da Amazônia - UNAMA

George Gouveia Lavand da Costa

Universidade da Amazônia - UNAMA

Marcella Kelly Costa de Almeida

Universidade da Amazônia - UNAMA

Kemper Nunes dos Santos

Universidade da Amazônia - UNAMA

Resumo: Introdução: Os medicamentos exercem papel essencial na promoção e recuperação da saúde, auxiliando na preservação e qualidade de vida do usuário. Objetivos: O estudo avalia o conhecimento da população em relação aos medicamentos genéricos, comparado aos de referência e similares, e os princípios da intercambialidade. Métodos: Trata-se de um estudo investigativo aleatório realizado na população em geral, em 240 pessoas da região metropolitana de Belém/PA. Resultados e discussão: Observamos que, independente do sexo e idade, usuários com maior renda familiar (49,6%), demonstraram conhecimento sobre as diferenças entre os medicamentos ($p < 0,0001$), 65,9% sabem diferenciar os tipos de medicamentos – genéricos, referência e similar – pela embalagem ($p < 0,0001$), enquanto 74,8% já receberam alguma informação sobre medicamentos genéricos ($p < 0,0001$). Sobre o consumo dos medicamentos, os genéricos são preferência (48,8%) ($p < 0,0245$), em que 41,5% compram por prescrição ($p < 0,0001$), 66,7% disseram que já compraram o medicamento pelo preço mais em conta, 71,5% relataram confiar nos medicamentos genéricos ($p < 0,0223$), 69,9% acreditam na qualidade e segurança do medicamento genérico e 54,5% acreditam na sua eficácia igual aos de referência. Conclusões: É necessário maior informação quanto as diferenças e o uso correto de medicamentos, cabendo aos profissionais de saúde se atualizarem e orientar de forma correta a população, evitando automedicação, erros na aquisição dos medicamentos e outros riscos à saúde.

Palavras-chave: Genérico, Similar, Intercambialidade de medicamentos.

INTRODUÇÃO

Desde 1994, já se debatia o impacto mercadológico dos medicamentos genéricos na economia brasileira, quando Bermudez¹ discursou sobre a introdução mundial dos medicamentos genéricos e a importância enquanto uma opção para o mercado brasileiro, levando em consideração o modelo de atenção à saúde no Brasil e as características do mercado na indústria farmacêutica em nosso país e no mundo. Tal discussão deve considerar o próprio conceito de medicamentos enquanto insumos em saúde ou como mercadorias que pretende o exclusivo lucro das indústrias farmacêuticas¹.

O papel que os medicamentos exercem é essencial para a proteção e a recuperação da saúde, além de auxiliar na preservação e na mudança na qualidade de vida do usuário². Um terço da população mundial tem problemas com o acesso aos medicamentos, devido à alta dos preços aplicados pelo mercado³. Dessa forma, a implementação do genéricos se tornou uma alternativa para os medicamentos de referência em diversos países, como os Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, Reino Unido (UK – *United Kingdom*), Iraque, Malásia e Brasil^{4,5}.

Com a globalização intensa e com a ampliação da concorrência, as indústrias farmacêuticas buscavam conquistar novos desafios para se sobressair no mercado mundial. Dessa forma, a satisfação e a confiança dos usuários foram razões importantes que receberam mais atenção no decorrer da fabricação dos medicamentos^{6,7}. Para isso, a estratégia na busca pela realização do controle de qualidade feito nas indústrias farmacêuticas é de extrema importância para garantir a qualidade, a segurança, a eficácia e a confiabilidade dos seus medicamentos perante o mercado consumidor, onde a intenção de assegurar essas condições ao longo da fabricação pelas indústrias farmacêuticas foi assegurada através de determinações que foram impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)⁶.

A regulamentação da Lei dos Genéricos, por meio da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA, proporcionou conceitos novos para o registro de medicamentos no Brasil, entre os quais testes de equivalência farmacêutica (ensaios *in vitro*) e testes de bioequivalência (ensaios *in vivo*)^{8,9}. Além disso, também foram criadas condições para que esses medicamentos pudessem ser implantados de acordo com normas adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), nos Países da Europa, Estados Unidos e Canadá¹⁰. Dessa forma, a Lei dos Genéricos determinou novos padrões para o desenvolvimento e os registros de medicamentos no Brasil⁸.

Com a entrada dos medicamentos genéricos no mercado brasileiro, aumentou a competição entre os medicamentos onde o genérico começou a conquistar o mercado e os de referência passaram a competir para garantir suas metas de vendas. A justificativa dos preços mais baixos dos genéricos se dá pelo fato de ter menor investimento em marketing e pela falta de gastos em desenvolver princípios ativos e ensaios clínicos que são necessários para um produto inovador^{11,12,13,14}. Onde a Lei dos Genéricos disponibilizou estes com menor preço, sendo no mínimo 35% mais barato em relação aos medicamentos de referência, o que acabou contribuindo para o acesso à medicamentos de qualidade, seguros e eficazes à população¹⁰. Dessa forma, a ANVISA declara que os genéricos são iguais aos de referência ao garantir que existe intercambialidade entre eles¹⁵.

Com a implementação da política dos medicamentos genéricos, acabou cumprindo seu propósito inicial que foi incentivar a concorrência comercial, ter uma melhora na qualidade dos medicamentos e tornar mais fácil o acesso da população ao tratamento medicamentoso, que além disso, acabou fortalecendo a indústria nacional^{16,17}.

De acordo com os medicamentos vendidos pelo mercado farmacêutico, existem três categorias nas quais os medicamentos estão classificados: medicamentos de referência, os medicamentos genéricos e os medicamentos similares¹⁸, conforme descrito em, Brasil, 1999⁹. Dentre eles os similares equivalentes por meio da RDC n° 58, de 10 de outubro de 2014, que dispõe junto à ANVISA o registro de medicamentos intercambiáveis com os de referência, na qual a lista com estes medicamentos encontra-se disponíveis no site da ANVISA. Mas para que seja considerado medicamento intercambiável o medicamento similar tem que passar por estudos de equivalência farmacêutica, biodisponibilidade relativa/bioequivalência ou bioisenção, em que sejam apresentados, analisados e aprovados pela ANVISA¹⁹.

O entendimento da população sobre os genéricos tem sido bastante estudado em vários países com utilização de abordagens tanto de forma quantitativas quanto qualitativas²⁰. E o conhecimento sobre os medicamentos genéricos é um aspecto de extrema importância que pode induzir na escolha consciente do produto que irá ser usado²¹.

Com os 20 anos dos medicamentos genéricos no Brasil, eles afirmam sua posição impulsionando o crescimento da indústria farmacêutica no mercado, e também como principal mecanismo para o aumento do acesso a medicamentos em nosso país.

A venda dos medicamentos genéricos cresceu 6,3% no primeiro semestre desse ano de 2019, na qual de cada 10 medicamentos que são prescritos no país, seis são genéricos, o que demonstra um aumento

da confiança dos medicamentos genéricos entre os médicos. No primeiro semestre os genéricos fecharam um consumo nacional com participação de 34,07% no mercado em unidades, melhor índice desde que eles chegaram ao mercado. As vendas de medicamentos de referência, ou inovadores, registraram queda de 0,20% em comparação ao ano anterior, enquanto os similares cresceram 2,93%²². Segundo Telma Salles (2019), presidente da Pró-Genéricos, em 20 anos os genéricos proporcionaram aos consumidores brasileiros uma economia que bate a marca de R\$ 138 bilhões, esses resultados demonstram que os medicamentos genéricos estão cumprindo seu papel de possibilitar o acesso dos consumidores aos medicamentos em nosso país²².

Mesmo com o crescimento dos medicamentos genéricos nestes 20 anos, as dúvidas ainda são grande, principalmente por parte dos consumidores e entre alguns profissionais da área da saúde, o que prejudica as expectativas e os benefícios que esses medicamentos trouxeram e o quanto eles são importantes para a economia da população e o crescimento da indústria farmacêutica no Brasil, entre os quais também destacamos conceitos novos, como a Lei da Intercambialidade, além do baixo custo.

O presente artigo apresenta como objetivo principal analisar o nível de conhecimento da população em geral no município de Belém, capital do estado do Pará, quanto aos medicamentos genéricos em comparação aos de referência e similares, e os princípios da intercambialidade baseado nas legislações vigentes.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter investigativo de variáveis tanto qualitativas quanto quantitativas, realizada através de uma análise transversal que ocorreu no período de setembro de 2018 a julho de 2019, através da aplicação de questionários sócio-epidemiológicos, em 240 usuários de medicamentos de ambos os sexos e maiores de idade. A aplicação dos questionários ocorreu de forma aleatória e probabilística, uma vez que qualquer indivíduo da população pôde e teve a oportunidade de participar da pesquisa, aplicada no centro de Belém duas praças públicas – Praça da República e Praça Batista Campos – em shoppings centers de maior fluxo na cidade e em três bairros da periferia de Belém; bairro da Pedreira, bairro do 40 horas e bairro do Tapanã, durante ações sociais realizadas à comunidade pelos autores do projeto.

A pesquisa possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos, da Universidade da Amazônia (UNAMA) – CEP/NP. 2.825.111/CAAE 4992918.5.0000.5173, aprovado em

16 de agosto de 2018 e participaram do estudo apenas aqueles que concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O tamanho amostral da pesquisa foi definido com base na população de Belém, que em 2019 era de 1.492.745 habitantes, aproximadamente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, foram entrevistados 240 usuários de medicamentos, expressando um grau de confiança de 90% e margem de erro de 5%, para uma população de estudo de 1.492.745. As variáveis obtidas através da pesquisa foram analisadas por técnica quantitativa sistematizadora, de modo: contagem manual, tecnológica, tabulação e gráfico estatísticos para apurar, corrigir, aplicar e processar os dados e informações colhidas, que foram organizadas em planilhas pelo *software* Microsoft® Excel 2010, armazenados e compilados para obtenção dos dados estatísticos, sendo aplicado os testes qui-quadrado e teste G (nível de significância de 5%), através do *software* Bioestat 5.0²³.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo ouviu 240 pessoas de ambos os sexos, sendo a maioria mulheres (144) em comparação aos homens (96), com prevalência de faixa etária entre os 18 aos 29 anos para ambos os sexos, e média de 38,5 anos (mínima 18 e máxima 59 anos).

Analisando o perfil dos entrevistados quanto ao conhecimento sobre a responsabilidade do farmacêutico na prática da intercambialidade de medicamentos – conforme a RDC n° 135, de 29 de maio de 2003²⁴ – observamos resultado significativo entre aqueles com maior renda familiar (acima de três salários mínimos mensais), em que 61 (49,6%) dos entrevistados informaram estar cientes desta prática, versus 28 (23,9%) que relataram não conhecer tal responsabilidade e autoridade do farmacêutico ($p < 0.0001$). Este resultado demonstra que independente do sexo e da idade, o usuário de medicamentos com maior padrão financeiro possui também maior esclarecimento sobre os direitos na intercambialidade de fármacos executada pelo farmacêutico.

Em um estudo de base populacional desenvolvido por Bertoldi e colaboradores (2016), foi demonstrado que a classe econômica C teve maior prevalência na utilização de medicamentos genéricos (47,0%) sendo maior entre os que residem nas regiões Sul (50,6%) e Sudeste (49,9%)¹⁶. Blatt *et al.*, (2012), no município de Tubarão, Santa Catarina, identificou um predomínio da classe C (47,4%) em relação ao consumo de medicamentos¹¹.

Acreditamos que este indicativo demonstre que a população em condições econômicas mais baixa se contraponha ao perfil daqueles com poder aquisitivo maior, onde estes possuam maior consciência e segurança entre o uso dos medicamentos.

Tabela 1 – Perfil de usuários dos medicamentos.

		Usuário está ciente da prática legal da intercambialidade pelo farmacêutico?				Valor de p
		Sim n=123	%	Não n=117	%	
Sexo						
	Masculino	47	38.2	49	41.9	0.6541
	Feminino	76	61.8	68	58.1	
Idade						
	18 a 23 anos	27	22.0	33	28.2	0.2254
	24 a 29 anos	35	28.5	25	21.4	
	30 a 35 anos	17	13.8	15	12.8	
	36 a 41 anos	15	12.2	12	10.3	
	> 42 anos	29	23.6	44	37.6	
Renda Familiar						
	1 Salário	25	20.3	52	44.4	< 0.0001
	Entre 1 e 2 salários	37	30.1	37	31.6	
	Maior que 3 salários	61	49.6	28	23.9	

Conforme avaliação do grau de conhecimento dos usuários quanto as diferenças entre os medicamentos genéricos, referência e similar (tabela 2), observamos um resultado significativo ($p < 0.0001$) quanto ao conhecimento dos usuários em relação a saber diferenciar os medicamentos entre si – genéricos, referência e similar – (65,9%), assim como, serem capazes de identificar os diferentes tipos de medicamentos pela embalagem (89,4%), e que relataram já ter recebido alguma informação sobre os medicamentos genéricos (74,8%).

Conforme demonstrado por Sousa e colaboradores (2013), o grau de conhecimento dos usuários a respeito dos medicamentos genéricos, similar e referência na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, 24,56% dos consumidores sabiam fazer a diferença entre o medicamento genérico dos demais no ato da compra¹⁵. Já em estudo desenvolvido por Lira *et al.*, (2014), 48,6% disseram corretamente o que são os medicamentos genéricos².

O estudo atual em comparação aos anteriores demonstrou uma evolução estatística nos dados obtidos, sendo este um indicativo positivo que demonstra uma evolução no nível de conhecimento da

população quanto a estar mais bem informada, tornando-os capazes de realizar a diferenciação entre os medicamentos, sendo usuários mais conscientes.

É importante considerar que apesar da população não possuir o conhecimento específico sobre cada tipo de medicamento, sabem reconhecer os genéricos. Isso talvez se deva ao fato dos genéricos apresentarem a letra G na embalagem, como evidenciou Sousa e colaboradores (2013), em que 91,62% dos entrevistados relataram que visualizar a letra G proporciona identificar a embalagem dos genéricos¹⁵. Já em estudo realizado por Blatt e colaboradores (2012), que ocorreu no município de Tubarão, Santa Catarina, os entrevistados fizeram a identificação dos medicamentos genéricos pela letra “G” (37,6%), a “tarja amarela” (28,2%) e a frase “Medicamento Genérico” na faixa (23,9%), essas informações foram as principais formas de identificar o medicamento genérico, demonstrando que a população está observando melhor antes da compra¹¹. Guttier *et al.*, (2016), relatou que entre as características da embalagem, também foi mencionado a apresentação da lei dos genéricos, a letra “G” e a palavra “Genérico”, com resultados de 56,6% (2002) e 75,6% (2012) entre os indivíduos que foram capazes de identificar alguma das características da embalagem dos medicamentos genéricos²¹.

Independentemente de qual seja o meio da informação sobre o genérico, os usuários estão cada vez mais informados e se tornando conscientes sobre o que é o medicamento genérico, quais benefícios em utilizá-los e que o farmacêutico está autorizado por lei a fazer a substituição entre os medicamentos.

Em comparação com estudos anteriores, observamos uma proximidade entre os dados obtidos, como mostrou Duque, Rocha & Balteiro, em 2014, que a principal fonte de informação foi o Médico (69,7%), seguido pelos profissionais de farmácia (66,2%)²⁵. Já dados obtidos por Lira e colaboradores, em 2014, 78,8% dos entrevistados tinham recebido informações sobre os genéricos, sendo o meio mais relatado a televisão (49,3%), profissionais médicos (18%) e farmácias, por meio do balconista ou do farmacêutico (39,5%)².

Tabela 2 – Grau de conhecimento dos usuários sobre os diferentes medicamentos (genéricos, referência e similar).

	Usuário está ciente da prática legal da intercambialidade pelo farmacêutico?				Valor de p
	Sim n=123	%	Não n=117	%	
Sabe a diferença entre o medicamento genérico, referência e similar?					
Sim	80	65.9	37	31.6	< 0.0001
Não	43	34.1	80	68.4	
Sabe identificar pela embalagem qual medicamento?					
Sim	110	89.4	44	37.6	< 0.0001
Não	13	10.6	73	62.4	
Já teve informação sobre os medicamentos genéricos?					
Sim	92	74.8	24	20.5	< 0.0001
Não	31	25.2	93	79.5	

Conforme observamos, o padrão de consumo dos usuários entrevistados (tabela 3) demonstrou resultado significativo ($p = 0.0245$) em relação aqueles que costumam comprar medicamentos genéricos (48.8%), e ($p < 0.0001$) quanto aqueles que relataram comprar os medicamentos por prescrição médica (41,5%), sendo o menor motivo para compra desses medicamentos a indicação por terceiros (10,6%). Isso demonstra que entre os pacientes que são conhecedores da intercambialidade, a prescrição médica ainda continua sendo o principal fator que influencia a compra dos medicamentos pelos usuários dos genéricos. Não observamos qualquer diferença estatística significativa nas demais variáveis relacionadas quanto a avaliação do padrão de consumo pelos usuários.

Em estudo desenvolvido por Lira e colaboradores, em 2014, (17,4%) usuários afirmaram que sempre costumavam comprar medicamentos genéricos, (22,3%) compravam frequentemente e (38,5%) às vezes compravam genéricos². Neste sentido, comparação entre os estudos demonstra um aumento significativo o que pode indicar ou sugerir que a credibilidade do genéricos pode ter aumentado no decorrer dos anos.

Estudo realizado por Silva et al., (2017) que aconteceu no Município de Vale do Paraíso, Rondônia, identificou que 72% dos entrevistados obtiveram os medicamentos com receita médica¹⁸. Talvez tal discrepância comparado ao que demonstramos, ocorra uma vez que as condições médicas ou da localidade onde foi realizado o estudo tenha influência direta nos resultados e um grau maior de

confiabilidade no prescritor ao adquirir o medicamento diretamente do mesmo. Fato curioso observado por Arrais e colaboradores (2016), foi que a prevalência de automedicação no Brasil ocorre em 16,1%, sendo maior na região nordeste (23,8%) e que a maioria dos medicamentos na automedicação foram os isentos de prescrição (65,5%)²⁶. Isso ocorre principalmente quando o usuário sente alguma necessidade, como dor ou desconforto, justificando a automedicação devido dificuldades de acesso ao médico, comum em algumas regiões do país, ou pela rotina de sobrecarga de atividades diárias que os brasileiros vivem nos dias atuais, onde a automedicação se faz um risco potencial a saúde dos usuários.

Tabela 3 – Padrões de consumo dos medicamentos pelos usuários.

		Usuário está ciente da prática legal da intercambialidade pelo farmacêutico?				
		Sim n=123	%	Não n=117	%	Valor de p
Qual tipo de medicamento você costuma comprar mais?						
	Genérico	60	48.8	46	39.3	0.0245
	Referência	31	25.2	13	11.1	
	Similar	13	10.6	20	17.1	
	Não sabe informar	19	15.4	38	32.5	
Você compra medicamento genérico por:						
	Indicação de terceiros	13	10.6	31	26.5	0.0001
	Indicação farmacêutica	32	26.0	21	17.9	
	Preferência pessoal	27	22.0	40	34.2	
	Prescrição médica	51	41.5	25	21.4	
Com qual frequência você costuma comprar medicamentos genéricos?						
	Sempre	54	43.9	45	38.5	0.4925
	Às vezes	53	43.1	48	41.0	
	Nunca	14	11.4	7	6.0	
	Não sabe informar	2	1.6	17	14.5	
Você compra ou já comprou medicamento genérico por conta do preço?						
	Sim	82	66.7	84	71.8	0.4715
	Não	41	33.3	33	28.2	
Com qual frequência seu médico prescreve o medicamento genérico?						
	Sempre	43	35.0	31	26.5	0.8634
	Às vezes	56	45.5	47	40.2	
	Nunca	22	17.9	16	13.7	
	Não sabe informar	2	1.6	23	19.7	

Quanto ao perfil de confiança dos usuários pelo medicamento genérico (tabela 4), foi observado resultado com significância estatística ($p = 0.0223$) entre aqueles que informaram conhecer sobre a prática da intercambialidade de medicamentos pelo farmacêutico, em que 71,5% afirmaram confiar nos medicamentos genéricos e em seus efeitos. Contudo, em relação às demais variáveis investigadas, não houve resultado significativo na avaliação em relação ao conhecimento a cerca da qualidade e segurança entre o medicamento referência e o medicamento genérico, ou em relação aos seus efeitos colaterais.

Em estudo realizado na Malásia por Wong e colaboradores (2014), constatou-se que 53,5% entre os entrevistados acreditavam que os genéricos tinham a mesma eficácia dos medicamentos de marca²⁷. É importante ressaltar que estes são submetidos aos testes de avaliação que podem garantir a eficácia de ambos, o que favorece a satisfação e confiança na população. Nardi & Ferraz (2016), observaram que a maioria das pessoas entrevistadas acreditam que os medicamentos genéricos e o medicamento de marca foram igualmente eficazes (66%), e que os medicamentos genéricos causam o mesmo efeito que o de marca (90%)²⁸, o que corrobora para um melhor aceitação dos medicamentos genéricos por parte da população usuária de medicamentos, em comparação aos de referência, confiança esta que tem crescido a cada dia.

Tabela 4 – Perfil de confiança dos usuários pelo medicamento genérico.

		Usuário está ciente da prática legal da intercambialidade pelo farmacêutico?				Valor de p
		Sim n=123	%	Não n=117	%	
Você confia nos efeitos dos medicamentos genéricos?						
	Sim	88	71.5	54	46.2	0.0223
	Não	21	17.1	29	24.8	
	Não sabe informar	14	11.4	34	29.1	
Em relação ao medicamento de referência, você acha que o genérico tem qualidade e segurança:						
	Inferior	23	18.7	22	18.8	0.2766
	Igual	86	69.9	54	46.2	
	Superior	0	0.0	1	0.9	
	Não sabe informar	14	11.4	40	34.2	
Em relação ao medicamento de referência, você acha que o genérico tem efeitos colaterais:						
	Menores	27	22.0	19	16.2	0.0522
	Iguais	67	54.5	40	34.2	
	Superiores	9	7.3	16	13.7	
	Não sabe informar	20	16.3	42	35.9	

CONCLUSÕES

Destacamos a importância em demonstrar que apesar da maioria dos usuários informar conhecer sobre a lei da intercambialidade e relatar confiar nos efeitos do medicamento genérico, ainda se faz necessário um conjunto de estratégias de saúde pública em Belém-PA, para esclarecer cada vez mais a população local sobre o tema, mitigando assim erros provenientes da automedicação, falta de informação sobre medicamentos e riscos ao usuário de fármacos, tendo em vista que ao longo dos anos aumenta consideravelmente a utilização de medicamentos pela população, principalmente dos genéricos. Estratégias de informações e esclarecimento sobre os medicamentos aos usuários de baixa renda, é de suma importância, uma vez previnem maiores efeitos adversos ou problemas relacionados ao uso inadequado de medicamentos, sendo necessárias melhores medidas educativas para maior segurança no uso correto de medicamentos, tanto aos consumidores quanto entre os profissionais da saúde, pois são os principais meios de informação aos usuários, principalmente à população mais carente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bermudez J. Medicamentos Genéricos: Uma alternativa para o mercado brasileiro. Caderno de Saúde Pública. 1994; 10(3): 368 – 378.
2. Lira CA; Oliveira JN; Andrade MS; Vancini-Campanharo CR; Vancini RL. Conhecimento, percepções e utilização de medicamentos genéricos: um estudo transversal. Einstein. 2014; 12(3): 267 – 273.
3. World Health Organization. Health Action International. Measuring medicine prices, availability, affordability and price components. [publicação online]. 2ND EDITION. WHO. 2008. Disponível em: https://www.who.int/medicines/areas/access/OMS_Medicine_prices.pdf?ua=1. Acesso em: 26 de outubro de 2019.
4. Dias JC; Paula Junior W. Percepções e utilização de medicamentos genéricos, similares e referência por pacientes atendidos na Unidade Básica de Saúde do bairro Major Prates no município de Montes Claros – MG. Revista de Farmácia das Faculdades Santo Agostinho. 2015; 5(1): 29 – 45.
5. Babar ZU, et al. An evaluation of consumers' knowledge, perceptions and attitudes regarding generic medicines in Auckland. Pharm World. Sci, 2010. [acesso 26 out 2019]; 32(4): 440 –448. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20559730>.
6. Rocha TG; Galende SB. A importância do controle de qualidade na indústria farmacêutica. Revista UNINGÁ Review. 2014; 20(2): 97 – 10.
7. Kesic D. Strategic analysis of the world pharmaceutical industry. Management. 2009; 14(1): 59 – 76.
8. Araújo LU, et al. Medicamentos genéricos no Brasil: panorama histórico e legislação. Revista Panamericana Salude Publica. 2010; 28(6): 480 – 492.
9. Brasil. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9787.htm. 10 de fev 1999.
10. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medicamentos genéricos. Ministério da Saúde. [publicação online]. [acesso em 06 set 2019]. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/genericos>.
11. Blatt CR; Trauthman SC; Schmidt EH; Marchesan S; Silva LM, Martins JL. Conhecimento popular e utilização dos medicamentos genéricos na população do município de Tubarão, SC. Ciência & Saúde Coletiva. 2012; 17(1): 79 – 87.
12. Tobar F. Economía de los medicamentos genéricos en America Latina. Revista Panamericana Salude Publica. 2008; 23(1): 59 – 67.
13. Dias CRC; Romano-Lieber NS. Processo de implantação dos medicamentos genéricos no Brasil. Caderno de Saúde Pública. 2006; 22(8): 1661 – 1669.

14. Dias CRC. Medicamentos genéricos no Brasil de 1999 a 2002: análise da legislação, aspectos conjunturais e políticos. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2003. Dissertação de Mestrado em Serviços de Saúde Pública.
15. Sousa VC; Mesquita JMC; Lara JE. Análise da decisão de compra de medicamentos frente à existência de produtos substitutos: um estudo no município de Belo Horizonte, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2013; 18(11): 3311 – 3320.
16. Bertoldi AD, et al. Utilização de medicamentos genéricos na população brasileira: uma avaliação da PNAUM 2014. *Revista de Saúde Pública*. 2016; 50(2): 1 – 11.
17. Quental C; de Abreu JC; Bomtempo JV; Gadelha CA. Medicamentos genéricos no Brasil: impactos das políticas públicas sobre a indústria nacional. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2008; 13(Supl): 619 – 28.
18. Silva CM; Valiatti TB; Calazans RSP; Barcelos IB; Salvi JO. Medicamentos genéricos: uma abordagem no município de Vale do Paraíso, Rondônia. *Acta Biomedica Brasiliensia*. 2017; 8(2): 83 – 90.
19. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 58, de 10 de outubro de 2014. Dispõe sobre as medidas a serem adotadas junto à Anvisa pelos titulares de registro de medicamentos para a intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência. Ministério da Saúde. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0058_10_10_2014.pdf. 10 out 2014.
20. Hassali MAA; Shafie AA; Jamshed S; Ibrahim MIM; Awaisu A. Consumers' views on generic medicines: a review of the literature. *International Journal of Pharmacy Practice*. 2009; 17: 79 – 88.
21. Guttier MC; Silveira MPT; Luiza VL; Bertoldi AD. Percepção, conhecimento e uso de medicamentos genéricos no Sul do Brasil: o que mudou entre 2002 e 2012? *Caderno de Saúde Pública*. 2016; 32(7): e00070215.
22. Associação Brasileira de Indústrias de Medicamentos Genéricos. PróGenéricos. [homepage na internet]. Mercado. [acesso em 06 set 2019]. Disponível em:
<http://www.progenericos.org.br/noticias/112/genericos-mais-saude-menos-custo>.
23. Ayres M; Ayres JrM; Ayres DL; Santos AAS. Bioestat 5.0 aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas. 4ª ed. Belém: IDSM. Editora Sociedade Civil Mamirauá. 2007.
24. Conselho Federal de Farmácia. [homepage na internet]. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 135, de 29 de maio de 2003. Aprova o regulamento técnico para medicamento genérico. [acesso em 06 set 2019]. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao_sanitaria/135.pdf. 03 set 2003.
25. Duque M; Rocha CI; Balteiro J. Adesão dos utentes aos medicamentos genéricos. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. 2014; 32(2): 181 – 187.
26. Arrais PSD, et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*. 2016; 50(supl 2): 13s.

27. Wong ZY; Hassali MA; Alrasheedy AA; Saleem F; Yahaya AH; Aljadhey H. Patients' beliefs about generic medicines in Malaysia. *Pharmacy Practice*. 2014; 12(4): 1-8.
28. Nardi EP; Ferraz MB. Perception of the value of generic drugs in São Paulo, Brazil. *Caderno de Saúde Pública*. 2016; 32(2): e00038715.

Capítulo 5



10.37423/230307460

BANCO COMUNITÁRIO CAPIVARI E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PARA EXPERIÊNCIAS FUTURAS

Gloria Maria de Sousa dos Santos

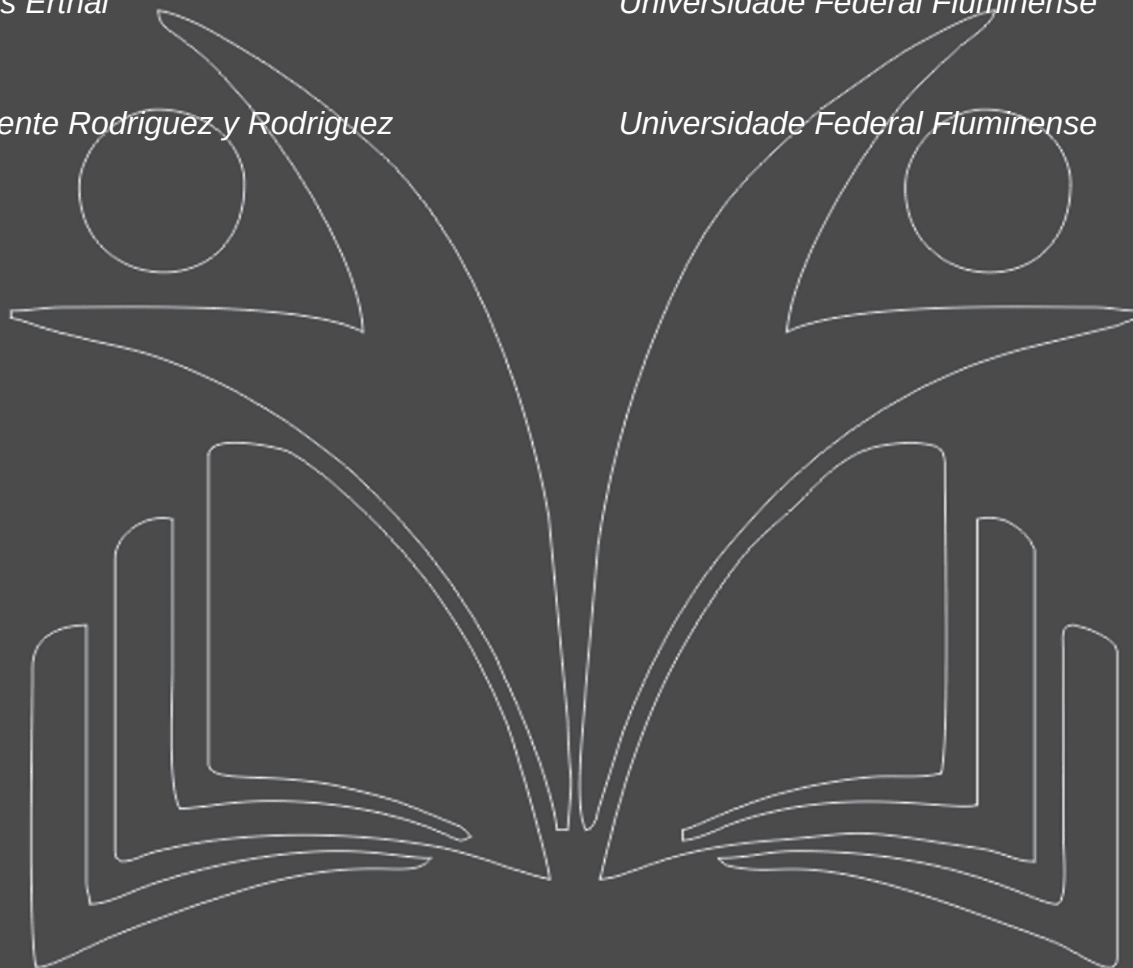
Universidade Federal Fluminense

Paula Lopes Erthal

Universidade Federal Fluminense

Martius Vicente Rodriguez y Rodriguez

Universidade Federal Fluminense



RESUMO ESTRUTURADO

O presente artigo faz a ligação da importância da Gestão do Conhecimento adquirida e consolidada pelo Instituto Palmas e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, para a implantação de redes de apoio trazendo como exemplificação o Banco Comunitário Capivari na cidade de Silva Jardim/RJ. Para tanto é feita a conceituação da Gestão do Conhecimento e da Economia Solidária tendo como instrumento o banco comunitário realizando a descrição da implantação do banco em Silva Jardim tendo como auxílio o Instituto Palmas que permitiu às comunidades locais o empoderamento e a organização para proteger os indivíduos e as populações fragilizadas econômica e socialmente, consideradas em alguns casos como marginalizadas e extremamente vulneráveis. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica por acessibilidade para analisar de forma consolidada os impactos oficialmente divulgados e as ações resultantes. Trata-se de um contexto de pesquisa que envolve questões sociais, políticas e econômicas.

Introdução/Problematização: Apresentar o estudo da gestão do conhecimento no campo dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento permitindo que o seu progresso e a execução das suas atividades através de ferramentas direcionadas para o fomento do desenvolvimento local e social.

Objetivo/proposta: Mostrar como o conhecimento adquirido e consolidado nas experiências do Banco Palmas e outros Bancos Comunitários podem contribuir para experiências futuras no mesmo campo.

Procedimentos Metodológicos: Inicialmente optou-se pela utilização de entrevistas, entretanto devido à dificuldade de obtenção das mesmas o estudo ficou limitado à pesquisa bibliográfica.

Principais Resultados: Observou-se que falta material de estudo consolidado que permita a outras iniciativas a análise das práticas de experiências passadas.

Considerações Finais/Conclusão: As práticas adotadas pelos Bancos Comunitários, que existem ou já existiram, precisam ser compartilhadas com os demais participantes do campo de pesquisa beneficiando estes diante da análise dos diversos cenários, tanto positivos quanto negativos, diminuindo os percalços a serem enfrentados.

Contribuições do Trabalho: Mostra a necessidade de pesquisas sobre Gestão de Conhecimento dentro do campo da Economia Solidária, trabalhando na consolidação de conhecimento e no seu compartilhamento.

Palavras-Chave: Gestão do Conhecimento, Rede Brasileira de Bancos Comunitários, Bancos Comunitários, Microcrédito.

1. INTRODUÇÃO

Os bancos comunitários de desenvolvimento, via de regra, surgem da organização e mobilização comunitária com o objetivo de quebrar barreiras socioeconômicas através de linhas de crédito e outras ações que estimulam a produção e o consumo. Os resultados alcançados trazem o desenvolvimento local, mitigando o grau de vulnerabilidade social desses indivíduos, permitindo desta forma que os pequenos empreendedores locais, o comércio de bairro e a classe economicamente menos favorecida possam conjuntamente progredir através de ações direcionadas ao empreendedorismo e à sustentabilidade local. O exemplo do *Gramenn Bank* em Bangladesh e Banco Palmas em Fortaleza - CE evidenciam que a sustentabilidade financeira promovida por iniciativas de sucesso com foco no longo prazo, rompem o processo de exclusão e desigualdade social, transformando a realidade dos envolvidos e permitindo a disseminação da cultura do crédito consciente e da ação coletiva (MORAES et al., 2014).

Objetivando evidenciar a relevância do tema para o comércio e a população local, apresenta-se o Banco Comunitário Capivari, situado no município de Silva Jardim no estado do Rio de Janeiro, que iniciou suas atividades no dia 16 de novembro de 2010. A iniciativa foi bem aceita pela comunidade local obtendo resultados favoráveis e movimentando o cenário da economia solidária estadual com a propagação da experiência para outras cidades que buscam intercâmbio de saberes e desenvolvimento social.

A iniciativa foi reconhecida pelo SEBRAE como a inovação social estadual vencedora da VII Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor na categoria Médios e Grandes Municípios – no Eixo Temático Crédito e Capitalização e pela Associação Estadual dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (AEMERJ), no I Seminário de Sensibilização à Economia Solidária por “Boas Práticas na Gestão Municipal”. Dentro da realidade da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RCCB), o Banco Comunitário Capivari destacou-se por seus bons resultados, porém findou suas atividades em janeiro/2013. O objetivo deste artigo é destacar o conhecimento adquirido pelo Banco Palmas, as boas práticas, as lições aprendidas e os problemas evidenciados na implantação do Banco Capivari, para que os riscos possam ser mitigados e as ações sejam mais assertivas em futuros projetos similares.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONCEITUAÇÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Drucker (2002) afirma que “a próxima sociedade será uma sociedade do conhecimento. O conhecimento será seu recurso chave e os trabalhadores de conhecimento irão constituir o grupo dominante da força de trabalho”. No contexto da necessidade do fortalecimento da força de trabalho, ou seja, dentro do ambiente organizacional o conhecimento vem sendo estudado como um modo de vantagem competitiva sustentável (DEVENPORT e PRUSAK,1998).

Conforme Herek et al. (2008), “a geração do conhecimento é baseada na experiência, nas crenças e valores, no discernimento, nas normas, em uma verdade fundamental e na capacidade de lidar com a complexidade” observa-se portanto que o conhecimento é algo intrínseco, que depende da interação social e por isso deve ser estimulada a troca e a construção deste saber pela organização, desta forma, gerindo o conhecimento e propiciando novas descobertas.

É importante destacar que a gestão do conhecimento não limita-se à gestão da informação, pois o conhecimento abarca valores e o saber informal (conhecimento tácito), já a gestão da informação atua sob o conhecimento explícito, ou seja, o saber que foi formalizado, que foi documentado.

A gestão do conhecimento possui uma amplitude multifacetada, que envolve processos direcionados para a criação, desenvolvimento, melhoramento e socialização do saber que envolve as subjetividades humanas e as variabilidades do ambiente.

Dentro do contexto organizacional, segundo Guiomar (2014) a gestão do conhecimento ocupa-se por criar, identificar, recuperar, partilhar e utilizar o conhecimento baseado na troca entre os indivíduos onde cada qual agrega valor aos processos organizacionais. Para Nonaka e Takeuchi (1997), a gestão do conhecimento trata do capital intelectual vislumbrando o crescimento das organizações.

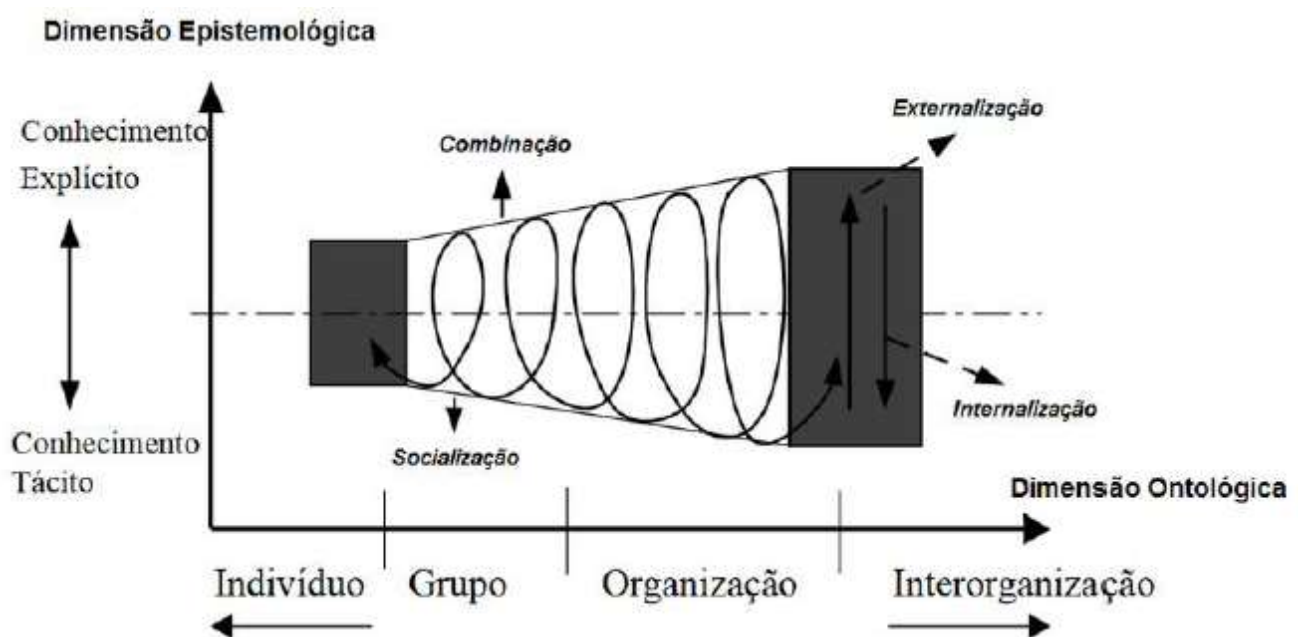
A criação do conhecimento é um processo que amplia-se com a troca dos indivíduos em conjunto com os conhecimentos já estabelecidos dentro das organizações, ou seja, o resultado é a incorporação de todo esse conhecimento à organização trazendo valor, ampliando e aprimorando seus processos. Nonaka e Takeuchi (1997), defendem que o processo de criação de conhecimento deve ser abordado dentro de duas dimensões: a epistemológica e a ontológica.

Em consonância com os autores, Herek et al. (2008), explica que “na dimensão epistemológica há o conhecimento tácito e o explícito, já na dimensão ontológica o nível de conhecimento varia do

individual para o interorganizacional, passando pelo grupo e pela organização”. Cumpre destacar que o conhecimento tácito, ou seja, o conhecimento informal surge da experiência do indivíduo, logo é particular, pessoal e subjetivo; já o conhecimento explícito, ou seja, o conhecimento formal, racionalizado, teórico é aquele que é sistematizado podendo ser armazenado, aprendido e transferido a terceiros.

A espiral de criação do conhecimento, elaborado por Nonaka e Takeuchi (1997), propõe um modelo para que seja possível compreender o processo.

Figura 1 – Espiral do Conhecimento



Fonte: Adaptação de Nonaka e Takeuchi (1997)

Descrevendo a ilustração acima, deve-se considerar três elementos: primeiro a SECI (socialização, externalização, combinação e internalização) onde há o processo de conversão do conhecimento de tácito para explícito; conforme descrito pelos autores; segundo elemento a ser destacado são os espaços que permitem a criação do conhecimento, seu melhoramento e disseminação, denominados de BA (ambiente de socialização e aprendizado); e o terceiro elemento são os recursos do conhecimento.

Alarcon (2015) sistematiza a visão de diversos autores da área sobre a definição da gestão de conhecimento: para Sveiby seria a arte e o processo de gerar valor dentro dos ativos da organização; para Davenport e Prusak seriam as ações de identificação, gerenciamento, captação e compartilhamento das informações dentro das organizações; e para Servin a gestão do conhecimento

é realizada dentro da tríade: pessoas, processos e tecnologia. Trabalhar essa tríade em conjunto, dentro da ótica da gestão do conhecimento é fundamental e permite o diagnóstico de pontos que a organização precisa estar atenta. Negligenciar a ligação, entre esses entes, é fatal dentro da lógica da necessidade de constante adequação e inovação que exige o mercado.

Nesse contexto de mudança e exigência pela excelência, observa-se que a gestão do conhecimento é necessária para a consolidação dos saberes que envolvem a organização com o objetivo do fortalecimento e expansão aliando a prática dos indivíduos aos conhecimentos já estabelecidos e estruturados dentro da organização. No entanto, esse aprendizado construído na gestão do conhecimento, dentro de uma organização, pode ser projetado a outros organismos como exemplo (de boas práticas ou não) formando uma expertise dentro de determinada área do saber.

A ausência da gestão do conhecimento pode ocasionar diversos problemas, a citar: a repetição de erros; o retrabalho; ausência de relacionamento com os clientes; o não compartilhamento de boas ideias com os demais; a organização como foco apenas na precificação, negligenciando valores que deveriam ser agregados como qualidade e inovação; a incapacidade de acompanhar os líderes de mercado distanciando-se da condição de obter vantagem competitiva; centralização e retenção do conhecimento; e a estagnação ou grave limitação da organização tornando-se por vezes obsoleta.

A gestão do conhecimento mostra-se fundamental pois a prática de troca de experiências e saberes, dentro e entre organizações, permite que empreendimentos ou ações possam ser melhor planejados possibilitando ações prévias de diagnóstico de cenários de crise com ações de mitigação de riscos; pontos de melhorias em projetos já existente, identificação de nichos e oportunidade de negócios que não foram trabalhados anteriormente.

2.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária surgiu com o objetivo de promover a inclusão social e geração de trabalho assumindo o viés da transformação social, pois as práticas econômicas solidárias visam suprir a lacuna de demandas locais que não foram preenchidas pelo Estado e/ou Mercado. A má infraestrutura (educação, cultura, saúde, moradia, saneamento básico), em países como o Brasil, acentua a marginalização ocasionando a exclusão social e econômica de grupos sociais. Mesmo com condições econômicas favoráveis de pleno emprego, o indivíduo não consegue ascender, perpetuando assim a sua condição de exclusão:

Na Europa, e em particular na França, as preocupações relativas à economia solidária são compreendidas no contexto de crise da chamada sociedade salarial, manifestada pela escassez do trabalho na sua forma mais conhecida, isto é, o emprego em tempo pleno, por uma vida inteira, acompanhada do seu cortejo de exclusão. (FRANÇA FILHO, 2004, p.3)

O Mercado não consegue absorver todo o contingente de trabalhadores e com isso, esses indivíduos são obrigados a buscar alternativas para driblar a escassez de trabalho para garantir a geração de renda e consequentemente melhoria de sua condição de vida. A solução é desenvolver atividades por conta própria, o que dá origem aos empreendimentos. Para França Filho (2004), os empreendimentos buscam solucionar os problemas que afetam as pessoas que estão ao seu redor, como melhoria da condição de vida (saúde, emprego, renda, educação e etc.). O movimento coletivo local de economia solidária se fortalece com a formação de redes de integração comercial e social livre entre indivíduos que realizam a venda, troca e compra estabelecendo uma comunidade com sujeitos emancipados das condições alienantes estabelecidas pelo capitalismo e autônomos.

2.2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: A BREVE HISTÓRIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS

Em 2003, no Brasil, surgiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com o objetivo de moldar a economia solidária como política pública fomentando ações para a implantação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Esta secretaria era subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego deixando claro o entendimento da economia solidária como oportunidade de criação de emprego e renda para o país. O Ministério do Trabalho e Emprego define economia solidária como:

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados (DIEESE, 2016).

O Banco do Povo, desenvolvido por Pierre-Joseph Proudhon no final da década de 1840, foi um marco na história dos bancos comunitários sendo a primeira proposta de banco com interesses socioeconômicos na sociedade contemporânea. Segundo Moraes et al. (2014, p.163), “o Banco do Povo fundamentava-se em princípios mutualistas, ou seja, no vínculo desenvolvido sobre a troca e a obrigação recíproca e equivalente de uns em relação aos outros e, nesse caso, a sua proposta ultrapassava o plano estritamente econômico.”

A ideia era assegurar um equilíbrio de forças econômicas, buscando enraizar os princípios mutualistas na sociedade de maneira geral que, em alguma época, levasse os bancos a disponibilizar créditos com justiça distributiva, pagando mais juros quem solicitasse mais crédito e menos quem solicitasse menos ou,

ainda, de acordo com suas posses materiais (GUÉRIN, 1980, apud Moraes et al. 2014, p.163)

O banco funcionou por apenas dois meses, pois a iniciativa não foi vista com bons olhos e Joseph foi preso por atacar o sistema financeiro, através da fundação do Banco do Povo, com a retirada dos juros e a promoção da livre circulação de valores entre os beneficiários. Em 1974, cerca de 80% da população de Bangladesh vivia abaixo da linha da pobreza. Muhammad Yunus, como professor da Universidade de Dhaka, passou a buscar formas de mudar a realidade do país e diminuir a pobreza.

Dentre as tentativas, a que mais lhe chamou atenção, pela maior eficiência alcançada, foi a realização de pequenos empréstimos para o desenvolvimento de auto emprego aos moradores das vilas, uma vez que esses valores os ajudavam a produzir alguns itens com as suas próprias habilidades, garantindo o seu sustento e da sua família. Assim começou o Grameen Bank, com Yunus oferecendo pequenos empréstimos (microcréditos) para pessoas extremamente pobres. (MORAES et al., 2014, p.164).

Os empréstimos não tinham contrato ou garantia formal, o fator que contava para a contração do dinheiro era a confiança. Em 1983, oficializa-se a fundação do *Grameen Bank* com o apoio do governo; em 1987, o *Gramenn Bank* implantou uma filial na Malásia e “[...] o Departamento de Programa Internacional, responsável pela implementação do seu Programa de Treinamento, que também atende às demandas de pesquisa e treinamento da comunidade global [...]” (MORAES et al., 2014, p.164).

No Brasil em 1998, foi fundado o primeiro banco comunitário brasileiro: Banco Palmas localizado no Conjunto Palmeiras na cidade de Fortaleza – CE. O conjunto foi criado pelo governo municipal, na década de 1970, para alocar de maneira forçada a população de pescadores que viviam à beira-mar em Fortaleza. A iniciativa tinha o objetivo de remodelar a cidade, porém trouxe enormes prejuízos para a população envolvida, uma vez que o Conjunto Palmeiras era desprovido de infraestrutura básica (sistema de saneamento básico, água, luz, estradas) e os moradores não tinham como exercer a sua vocação econômica pesqueira. O banco surgiu com o objetivo de mudar a realidade da comunidade: enfrentando o desemprego, promovendo a criação de renda e trabalho para a comunidade.

O Instituto Banco Palmas classifica os bancos comunitários de desenvolvimento como “serviços financeiros, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária”. O objetivo é a promoção do desenvolvimento em territórios de população de baixa renda apoiando-se na economia popular e solidária.

A definição de França Filho complementa:

[...] os bancos comunitários são uma iniciativa associativa, envolvendo moradores num determinado contexto territorial que buscam a resolução de problemas públicos concretos relacionados à sua condição de vida no cotidiano, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas (FRANÇA FILHO, 2008, p. 118).

O banco se fortaleceu ao longo dos anos, cumprindo seu objetivo de desenvolver a comunidade local e hoje através da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, do qual é gestor, cumpre a função de auxiliar na formulação, implantação, fortalecimento e integração dos outros bancos comunitários pelo Brasil.

3. METODOLOGIA

Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica por acessibilidade que consistiu na busca de materiais produzidos anteriormente, principalmente livros e artigos científicos tendo como vantagem a abrangência e amplitude dos fenômenos se comparados com uma pesquisa feita diretamente (GIL, 2010, p. 44 - 45). Foram utilizadas as bases de Spell e Scielo usando as palavras-chaves deste artigo.

4. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PARA OS BANCOS COMUNITÁRIOS

A Rede Nacional de Bancos Comunitários é a articulação de todos os Bancos Comunitários, situados no Brasil, que a partir das experiências e da metodologia criada pelo Banco Palmas estão dentro da conceituação e referências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (REDES, 2006). O Instituto Palmas é o responsável por sistematizar todos os conhecimentos formais e informais, adquirido ao longo da trajetória do Banco Palmas, tendo por objetivo o assessoramento aos bancos comunitários que desejam associar-se à Rede Nacional. Dentro desse contexto, o município de Silva Jardim-RJ associou-se à Rede Nacional por meio do Banco Comunitário Capivari para a implantação desta organização como política pública de fomento à renda e ao emprego.

4.1. INSTITUTO PALMAS COMO GESTOR DO CONHECIMENTO EM BANCOS COMUNITÁRIOS

Por meio de uma cartilha oferecida, o Instituto Palmas (2016a) traz algumas contribuições iniciais do que deve ser observado para que ocorra a implantação de um banco dentro das conformidades já existentes:

- Devido à falta de marco regulatório, a operação de crédito produtivo requer que o BC tenha o título de OSCIP ou que esteja conveniada a uma entidade que possua. BC sem OSCIP só podem oferecer crédito produtivo com juros máximos de 1% ao mês.

- Para que haja circulação de moeda social local é necessário que a moeda tenha lastro na moeda nacional, ser indexada à moeda nacional, permissão de câmbio (moeda social x moeda nacional e vice-versa), ter a circulação restrita a comunidade de atuação, ser livre a aceitação pelos comércios e moradores. Ainda que não sejam cobrados juros por empréstimos em moeda social.
- Para a venda de microsseguros é preciso registro na SUSEP.
- Há a possibilidade de atuação como Correspondente Bancário por meio da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil.
- Necessidade de uma Entidade Gestora oriunda de uma organização da sociedade civil.
- A indicação de filiação a Rede Brasileira de BC para que o BC em questão tenha amparo legal, articulação institucional e reconhecimento governamental.

O Instituto Palmas (2016b) oferece treinamento técnico e experiencial com o “objetivo de capacitar multiplicadores na metodologia dos Bancos Comunitários”. A proposta consiste em uma equipe de 03 pessoas passarem 05 dias em imersão na Comunidade Palmas onde terão acesso ao conteúdo: material pedagógico como livros, apostilas, planilhas e cartilhas; horas técnicas com treinamento dos agentes, aulas práticas de como gerir caixa, fazer análise de crédito, realizar pesquisa de campo, execução do fluxo da moeda social; e visita a outros bancos comunitários dentro da região metropolitana de Fortaleza. Além das oficinas o Instituto oferece assessoria direta para implantação do BC sendo necessário 03 meses de atuação direta no município ou localidade e mais 09 meses de acompanhamento para consolidação das ações do banco, ou seja, o “Kit Banco Comunitário” usa da expertise construída para assessorar projetos semelhantes:

“O Kit Banco Comunitário criado pelo Instituto Palmas contém: Fundo de crédito inicial de R\$ 30.000,00. Implantação do Correspondente Bancário da Caixa ou BB. Microsseguros de vida adaptados à comunidade local. Implantação de um sistema de moeda social. Implantação de um software de gestão. E mais: regularização documental da entidade gestora adaptada à operação dos serviços do banco, estudo da produção e do consumo local e treinamento das equipes locais para as atividades do banco.” (INSTITUTO PALMAS, 2016a)

Automaticamente os BC que são implantados pelo Instituto estão filiados ao Sistema Palmas de Bancos Comunitários e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários formando assim uma rede contínua de conhecimento e consequentemente de trocas.

4.2. PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO CAPIVARI

O Banco Comunitário Capivari iniciou suas atividades em 16 de novembro de 2010, com o objetivo de fortalecer a economia de Silva Jardim através da circulação da moeda social Capivari e contribuir para a formação de emprego e renda.

O relatório “O desenvolvimento do seu município passa pelas suas mãos – Vencedores do VII Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor 2011-2012 - Categoria médios e grandes municípios – Município de Silva Jardim-RJ ” esclarece dados importantes sobre o processo de implantação do Banco Comunitário Capivari. O Banco Comunitário Capivari foi idealizado pelo prefeito Marcello Cabreira Xavier - Marcello Zelão, caracterizando o banco como política pública municipal de fomento à economia solidária apoiada pelas diretrizes e os princípios fundamentais da Lei Municipal n.º 1502 - 28 de maio de 2010.

O prefeito Marcello Zelão trouxe a assessoria do Instituto Palmas visando apresentar os benefícios para a economia local da implantação de um banco comunitário e da circulação da moeda social, bem como o objetivo de trazer as contribuições e conhecimentos já consolidados sobre a criação, desenvolvimento e operação das atividades. Essa apresentação foi destinada a entes do Poder Público, lideranças comunitárias, associações comerciais e autoridades religiosas. A iniciativa fica explicitada neste trecho:

O Poder Executivo procurou assessoria na Rede Nacional de Bancos Comunitários através do Instituto Palmas, na figura de Joaquim Melo, para a implantação de um programa de cooperação e intercâmbio técnico com a finalidade de implantar políticas de fomento à Economia Solidária no município (SEBRAE, 2012).

Após a apresentação foi firmado o convênio da Prefeitura com o Instituto Palmas com o objetivo de obter apoio para a implantação do banco comunitário e intercâmbio técnico, tendo como resultado oficinas de aprofundamento nos conceitos da Economia Solidária. Na primeira oficina, no dia 16 de fevereiro de 2010, foi criado o Fórum de Economia Solidária de Silva Jardim (FESO), segundo o artigo 31 da Lei Municipal n.º 1502 - 28 de maio de 2010. No art.º 28 o fórum é definido como caráter deliberativo e consultivo tendo instância máxima para a articulação do Movimento Economia Solidária na cidade.

Após a elaboração do plano de trabalho, a primeira oficina foi determinante para a criação do Fórum da Economia Solidária – FESO, formado por representantes da Associação Pestalozzi, Sindicato Rural, Sindicato dos Servidores Municipais, Banco do Brasil, Associação de Pescadores, Associação Musical e Dramática Honório Coelho, SEBRAE, CESE (Centro Social Ebenézer), Fórum da Agenda 21 Local, Loja Maçônica, Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário, Associações de Moradores, Associação Comercial, do SEBRAE, de Cooperativas e Segmento Religioso. Definiu-se o nome do Banco (Banco Comunitário Capivari – Banco Comunitário Capivari); nome da moeda (Capivari); produtos do banco, organização do conselho gestor e outras ferramentas a serem utilizadas pelo banco. Houve capacitação para a equipe administrativa do Banco Comunitário Capivari. A criação da moeda Capivari é amparada pela Lei de Economia Solidária – Lei Municipal 1.502 de 28/05/2010. (SEBRAE, 2012)

A realização das oficinas de Clube de Troca com Moeda Social e ABC da Economia Solidária e a capacitação técnica-administrativa da equipe do Banco Comunitário Capivari pelo Instituto Palmas permitiu o empoderamento dos entes envolvidos sobre a dinâmica e impacto dos bancos comunitários. Após essa fase, realizou-se o I Fórum da Economia Solidária com objetivo de apresentar a moeda social Capivari para a sociedade.

A inauguração do Banco Comunitário Capivari teve grande repercussão na mídia e no Estado do Rio de Janeiro, pois Silva Jardim foi a primeira cidade do estado em que houve circulação de uma moeda social. A iniciativa ganhou o VII Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor 2011-2012 - Categoria médios e grandes municípios – Eixo Temático Crédito e Capitalização, e o relatório traz resultados alcançados:

Tabela 1 – Resultados – Banco Comunitário Capivari

	O Banco Comunitário Capivari, até 2012, detém o recorde de câmbio no primeiro dia de funcionamento registrado pela Rede de Bancos Comunitários totalizando C\$ 6.413,50.
	Adesão ao Capivari de 122 comércios.
	Programa de descontos (5% a 20%) para estimular o consumo em moeda social.
	Reativação da Associação Comercial.
	Crescimento da Associação Comercial, que de 49 associados passou a ter 104.
	C\$ 359.187,50 em câmbio de moeda social (Capivari x Real).
	251 operações de microcrédito de consumo, totalizando C\$ 44.000,00.
	129 operações de microcrédito de produção, totalizando R\$ 53.400,00.
	Inadimplência 0%, porém com eventuais atrasos.
0	Reconhecimento pela Associação Estadual dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (AEMERJ), no I Seminário de Sensibilização à Economia Solidária no dia 07 de abril de 2011 por “Boas Práticas na Gestão Municipal”.
1	Intercâmbio com cidades interessadas no modelo adotado: Apicá (ES), Consórcio Intermunicipal da Fronteira do Sul, e mais 05 localidades do Estado do Rio de Janeiro: Comunidade da Cidade de Deus – município do Rio de Janeiro, Bairro Saracuruna - município Duque de Caxias, Maricá, Pirai e Niterói.
2	Intercâmbio de instituições de Ensino Superior com o propósito de propagar as práticas de Economia Solidária: Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto Federal Fluminense – IFF, Universidade Cândido Mendes – UCAM, Faculdade da Região dos Lagos - FERLAGOS, Universidade dos Lagos – UNILAGOS e UNI LASALLE.

Fonte: Adaptado SEBRAE (2012)

Apesar do sucesso inicial, os conhecimentos construídos e adquiridos pelo BCC não foram consolidados como relata Araújo (2012, p.76) na sua avaliação, quando aborda a dificuldade em pesquisar a história e os processos institucionais do banco: “uma outra lacuna que se encontra ao se pesquisar material sobre o Banco Capivari é justamente a escassez de materiais oficiais, visto que o banco não possui site e nem um material institucional consolidado.”. Através do pouco material encontrado com registros do banco é feito o apontamento de algumas falhas na operação e suporte das atividades:

- Falta de apuração de indicadores de desempenho: não existiam relatórios com as demonstrações. Apesar de o banco ser voltado para a economia solidária, é primordial em qualquer negócio que seus resultados efetivos sejam registrados e geridos para traçar as estratégias adequadamente.
- Falta de assistência técnica para novos empreendedores: o consumo do crédito adquirido responsável por impulsionar o crescimento de novos empreendedores não era acompanhado do ensino de métodos e técnicas.
- Falta de incubadoras para novos negócios: assemelha-se ao caso da falta de assistência a novos empreendedores. Os novos negócios não atingiam o tempo de autossuficiência em incubadoras.
- Falta de parcerias com instituições públicas e privadas.
- Poucas ações conjuntas com centros de pesquisa e universidades.

Outro ponto de atenção dentro da perspectiva de gestão social é o fato de a iniciativa da formação do banco acontecer de maneira exógena à comunidade, ou seja, negligenciou o fator principal que dá legitimidade a um banco comunitário: a aceitação da comunidade local. Conforme Moraes et al. (2014, p.165), “[...] assinala-se que, via de regra, os bancos comunitários nascem a partir das necessidades dos moradores de uma comunidade e com o objetivo de melhorar suas condições de vida, o que também significa geração de renda. [...]”. Seu ponto explicita que houve imperícia ao não levar em conta experiências anteriores que foram bem sucedidas. Como relatado neste artigo, o banco surgiu através da iniciativa do poder público municipal e só depois a sociedade civil começa a participar do processo. O fator apoio da comunidade é fundamental para a implantação e manutenção das atividades de empreendimentos de economia solidária. Se a população perde o interesse em consumir e produzir através do movimento de economia solidária, o banco perde a sua destinação principal que é atender a comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme questão problema inicialmente apresentada, o Banco Comunitário de Desenvolvimento é uma ferramenta para o fomento do desenvolvimento local e social permitindo que comunidades marginalizadas possam quebrar a lógica imposta pela norma tradicional mercadológica. Conclui-se que as práticas dos Bancos Comunitários, como as do Banco Comunitário Capivari, precisam ser divididas, permitindo que as iniciativas existentes e futuras possam beneficiar-se da análise dos diversos cenários assim diminuindo os percalços a serem enfrentados.

Para estudos futuros aponta-se a necessidade de pesquisas sobre como a gestão do conhecimento é tratada na área de Economia Solidária, mais especificamente em Bancos Comunitários de Desenvolvimento. É preciso consolidar e sistematizar as boas práticas, como o caso do Banco Palmas, mas é primordial categorizar e estudar iniciativas similares às do Banco Comunitário Capivari que não se consolidaram. A reflexão e estudo sobre os conhecimentos adquiridos pelo Instituto Palmas e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários permitirá que o campo da economia solidária cumpra o seu papel de promover e auxiliar o desenvolvimento da comunidade em que está inserida, permitindo o desenvolvimento local, melhoria da qualidade de vida de determinada população em prol da sustentabilidade e da coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCON, D. F. Diretrizes para práticas de gestão do conhecimento na educação a distância. 2015. 213 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/?p=1969>. Acesso em: 3 fev. 2022.

ARAUJO, F. S. de. Políticas de microcrédito e iniciativas de desenvolvimento social: Banco Capivari. 2012. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://repositorio.poli.ufjr.br/monografias/monopoli10004736.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

DIEESE. O que é a Economia Solidária. 1 fev. 2016. Onesc. [Observatório Nacional de Economia Solidária e do Cooperativismo]. Disponível em: <https://ecosol.dieese.org.br/o-que-e-a-economia-solidaria.php#:~:text=A%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20%C3%A9%20um,pr%C3%B3prios%20trabalhadores%20tamb%C3%A9m%20s%C3%A3o%20donos>. Acesso em: 2 fev. 2022.

DEVENPORT, T. H.; PRUSAK, L.; Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Tradução Lenke Peres. Rio de Janeiro: Campus; 1998.

DRUCKER, P. F. A Administração na próxima sociedade. 3ª. Edição. São Paulo: Nobel, 2003.

FRANÇA FILHO, G.C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? Caderno EBAPE.BR. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 01-18, Mar. 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100004&lng=en&nrm=iso Acesso em: 30/01/2022 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIOMAR, T, F, M. Gestão do Conhecimento: A importância da Inovação e da Competitividade numa Organização do Século XXI. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/27216/1/MICNM_Tese_TiagoFilipeGuiomar.pdf. Acesso em: 16/02/2022 HEREK, M.; COLLA, J. E.; PIRANI, S. L.; TEIXEIRA, R. M. Criação do conhecimento por meio do modelo de Nonaka para a pequena empresa: estudo de caso da Empresa Jumoser. Revista Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 6, n. 2, 2009. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO428.pdf>. Acesso em: 16/02/2022

INSTITUTO PALMAS. Como implantar um Banco Comunitário. 2016a. Disponível em: http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/como_implantar_um_banco_comunitario.pdf. Acesso em 19/02/2022

INSTITUTO PALMAS. Kit 2 - Banco Comunitário - Treinamento na sede do Instituto Palmas. 2016b. Disponível em: http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/kit_2.pdf. Acesso em 19/02/2022

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. Bancos Comunitários. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, n. 41, nov. 2009. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/10_Eco_Bancos_41.pdf> Acesso em: 30/01/2022

MORAES, J., MARIANO, S.R.H., NARITOMI, H. Função e multiplicação de bancos comunitários. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. Maio/Agosto 2014. Disponível em: <http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v3_n2_art9.pdf> Acesso em: 30/01/2022

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. Criação de Conhecimento na Empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REDES de Bancos Comunitários. Banco comunitário: serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006

RIBEIRO, E.A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais. Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

SEBRAE. O desenvolvimento do seu município passa pelas suas mãos. Vencedores do VII Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor 2011 – 2012. Brasília: Sebrae; Plano Mídia, 2012. Disponível em: http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Prefeitura-do-Munic%C3%ADpio-de-Silva-Jardim_RJ.pdf Acesso em: 30/01/2022

Capítulo 6



10.37423/230307461

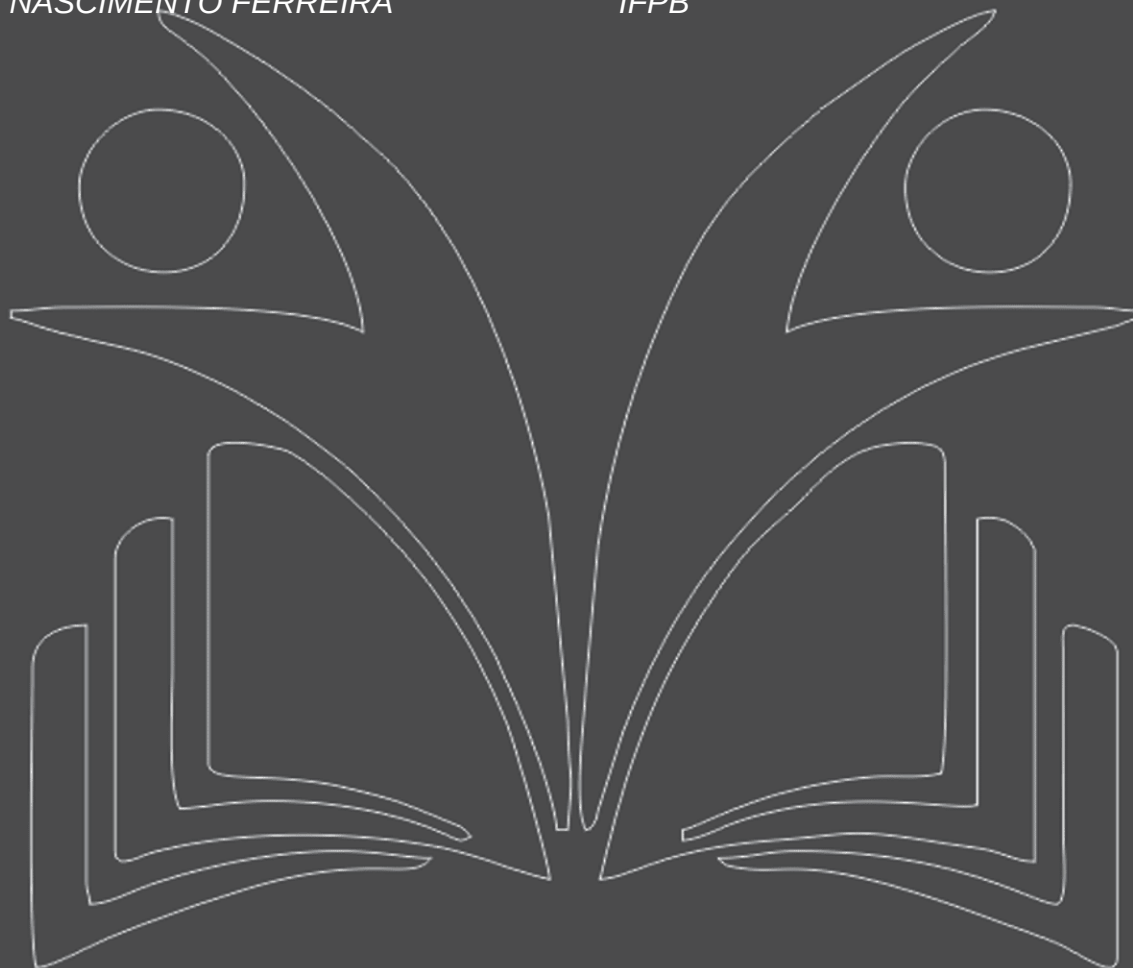
AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS COM TIJOLO SOLO-CIMENTO, NO INTERIOR DA PARAÍBA

BARBARA MAREGA DA SILVA OLIVEIRA

IFPB

DARTIANE NASCIMENTO FERREIRA

IFPB



Resumo: Estudo referente a moradias construídas com tijolo solo-cimento prensado manualmente, cuja matéria-prima é uma mistura de cimento e solo natural, sendo este último em maior parte. As habitações, que estão localizadas em bairro de baixa renda em Sapé-PB, e datam de 1994, foram construídas pelos próprios moradores, liderados pelo Professor e Engenheiro Civil, Normando Perazzo, em uma iniciativa que visava substituir casas de taipa pelas de tijolo solo-cimento. Na introdução comentou-se sobre as características deste tijolo e sobre o sistema construtivo das casas. A metodologia foi desenvolvida seguindo os preceitos da Avaliação Pós-Ocupação, partindo do objetivo do estudo, que é o de comparar o desempenho das casas, idealizado pelos responsáveis por sua execução, com o desempenho das casas vivenciado atualmente por seus moradores, há quase duas décadas depois de construídas. Através de avaliação técnica e comportamental foi constatada a integridade estrutural das casas e a melhoria nas condições de moradia dos habitantes que antes viviam em casas de taipa. Apesar de encontradas manifestações patológicas, como descolamentos e rachaduras, ambas são de fácil tratamento e não prejudicam a segurança da casa, fato percebido e apontado pelos próprios moradores. Os quais demonstraram também satisfação com o conforto térmico e acústico das casas. Outro ponto aludido foi o baixíssimo percentual de ocorrência de insetos, em contra-ponto com o histórico das casas de taipa. O projeto analisado, que se mostrou uma alternativa sustentável, de baixo custo e com aprovação tanto técnica quanto dos próprios moradores, foi então avaliado como tendo um bom desempenho, e é argumentando esta última afirmação, que foi ancorada a conclusão; esta ainda foi finalizada com um comentário sobre a contribuição que ações análogas à estudada trariam para atenuar os problemas referentes à baixa qualidade e falta de moradia no Brasil.

Palavras-chave: moradia, prensa, solocimento, tijolo

1. INTRODUÇÃO

Há aproximadamente 18 anos, uma equipe guiada pelo professor Perazzo, construiu uma série de casas na comunidade Cuba de Baixo, na cidade de Sapé, interior da Paraíba. A finalidade desta ação era viabilizar através de poucos recursos, uma forma de moradia mais digna para os habitantes, os quais viviam antes da iniciativa em casas de taipa, locais insalubres e que não ofereciam a devida segurança aos moradores.

O diferencial de tal empreendimento esteve no uso do tijolo de solocimento, que segundo a CEPLAC é um “material obtido através da mistura homogênea de solo, cimento e água, em proporções adequadas e que após compactação e cura úmida resulta em um produto com características de durabilidade e resistência mecânica definidas” tratado também pelo professor responsável pela execução das casas, como blocos de concreto e terra.

Além do professor Perazzo, o professor Mattone também teve participação influente no projeto, já que o tijolo usado nas edificações foi idealizado por ele. Depois de numerosas investigações, Mattone concebeu uma fôrma para a fabricação de tijolos com saliências tipo macho e fêmea com dimensões de 14 cm x 28 cm x 9,5 cm como pode ser observado na figura 1, resultando em blocos com peso de 6,6 a 7 quilos. Tais saliências permitem que os tijolos, se encaixem entre si diminuindo a quantidade de argamassa de assentamento, que é uma mistura quase fluida de terra peneirada numa malha de cerca 2 mm e cerca de 8 –10% de cimento. (BARBOSA; MATTONE E MESBAH, 2002).

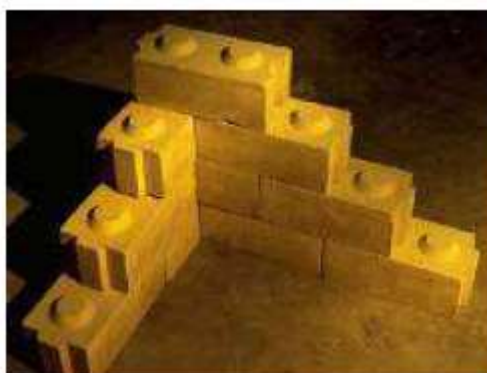


Figura 1: Blocos de concreto e terra. Fonte: Barbosa; Mattone e Pasero.

Outros fatores decorrentes deste tipo de construção que contribuíram para a execução de baixo custo das casas são: os tijolos foram fabricados majoritariamente com solo do próprio terreno; o fato de não haver elementos estruturais, apenas a presença de uma cinta de amarração inferior sobre a fundação de pedra, e outra acima da última fiada de tijolos (Figura 2); e ainda a mão-de-obra dos próprios

moradores, utilizada tanto na fabricação dos tijolos prensados com uma prensa manual, quanto na construção das casas.

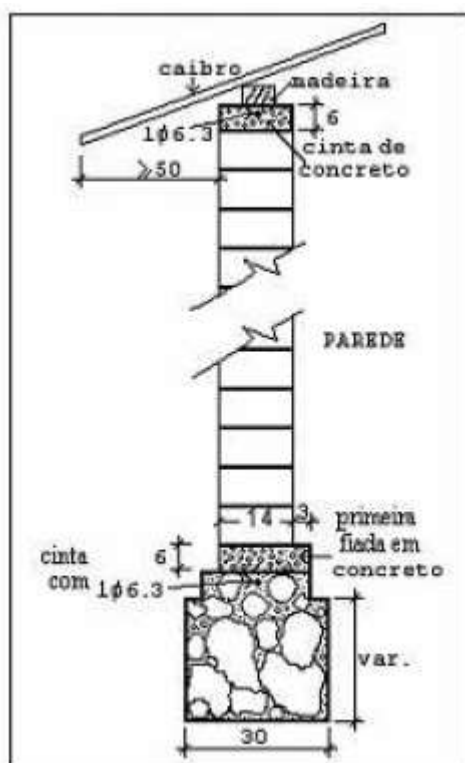


Figura 2: Conjunto fundação, parede, cintamentos. Fonte: Barbosa; Mattone e Mesbah, 2002, pag. 11.

As propriedades fundamentais de desempenho do tijolo solo-cimento, como a durabilidade e a resistência mecânica, são influenciadas pelo tipo de terra, umidade de moldagem, tipo e percentagem de estabilizante, tipo de prensa e cura. Além do tijolo em si, a estabilidade da habitação é estabelecida pela tipologia e práticas construtivas empregadas.

Barbosa; Mattone e Mesbah (2002, p. 10 a 12) relatam como foi idealizado e executado o sistema e os elementos construtivos, da seguinte maneira:

A fundação é composta de pedras, e preenche-se o vazio das pedras com terra e ou areia. Uma camada de concreto por sobre as pedras, de 20 cm de largura e 7 a 8 cm de espessura e um ferro de 6,3 mm faz amarração pela parte superior das pedras

(...) Em seguida, por sobre esta cinta, corre-se uma primeira camada de concreto.

(...) Ela deve ser de 5 a 7 cm de espessura e de 20 cm de largura nas paredes internas. (...) O objetivo é deixar um rodapé com 2 ou 3 cm sacando do plano da parede, de forma a protegê-la da ação de choques e de água quando da lavagem dos ambientes. (...) Em seguida a primeira fiada de tijolos é assentada

com argamassa de cimento-areia. (...) O assentamento das demais camadas é feito com a própria terra finamente peneirada misturada com cerca de 10 % de cimento e muita água. (...)

Defasam-se as juntas de forma que um tijolo atraca outros dois. (...) No topo da parede, que corresponde à altura das portas e janelas, passa-se uma cinta de concreto

(...) com apenas um ferro de 6.3 mm. (...) No telhado, deve-se deixar um significativo beiral, de pelo menos meio metro, de forma a proteger o máximo a parede da ação das chuvas. Um acabamento final das paredes é feito preenchendo-se os pequenos orifícios que podem ocorrer entre fiadas com uma pasta de terra peneirada misturada com cimento e água. Procedendo-se a uma limpeza correta, nenhum revestimento é necessário.

Todo esse processo: a prensagem do tijolo, os elementos estruturais atrelados ao tijolo, a porcentagem de cimento nos tijolos, a forma como as casas foram construídas, enfim, tornaram as edificações consideradas adequadas para a habitação, pelo ponto de vista acadêmico, já que atendem aos requisitos de resistência pré-estabelecidos por estudos anteriores.

Contudo, é interessante saber como as casas se comportaram ao longo desses 18 anos expostas tanto às intempéries inerentes ao ambiente quanto ao desgaste decorrente do uso da edificação, levando-se em consideração as características intrínsecas ao tijolo solocimento.

Portanto o objetivo deste estudo é averiguar se, de fato, as construções se mostraram resistentes e duráveis, atendendo às expectativas dos seus idealizadores bem como daqueles beneficiados pelas novas moradias.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente foram recolhidas informações na literatura construtiva, com o intuito de embasar teoricamente o estudo e dispormos de dados que nos dessem certa direção quanto aos procedimentos a serem adotados.

A partir disto, entendeu-se que a metodologia mais adequada seria uma Avaliação Pós- Ocupação que “é definida como sendo um conjunto de métodos e técnicas para levantamento e análise de dados. Trata-se de uma avaliação retrospectiva de ambientes construídos, levando em consideração o ponto de vista dos especialistas e dos usuários dos ambientes.” (MEIRA, 2006, p. 30).

Realizou-se então, uma análise onde foram levantados os principais pontos tanto positivos quanto negativos no que se refere ao aspecto técnico-construtivo das casas equiparando-os aos referenciais de desempenho da moradia anterior dos atuais usuários. Seu desenvolvimento se deu através de avaliação comportamental por meio de entrevistas com os moradores que responderam a um

questionário previamente elaborado, e de uma avaliação técnica, para a qual foram coletadas algumas informações sobre o histórico da obra, início, prazo de execução, materiais e equipamentos utilizados. Em seguida ocorreram visitas exploratórias, com a caracterização dos locais, medições e registro fotográfico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário da avaliação comportamental foi aplicado em 12 das 18 casas construídas no local através dos processos e materiais descritos neste artigo, resultando em uma amostra com margem de erro de 16,6%.

Desta avaliação os seguintes gráficos foram gerados:

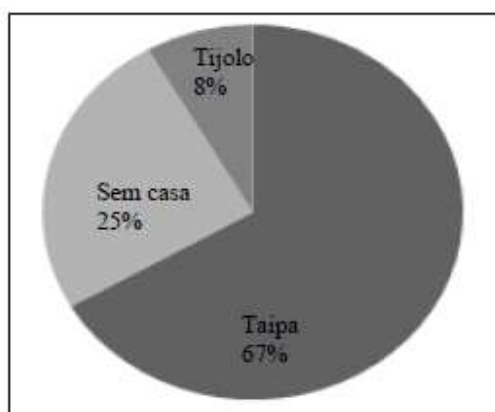


Figura 3 - Resultados para a pergunta: Onde morava antes?

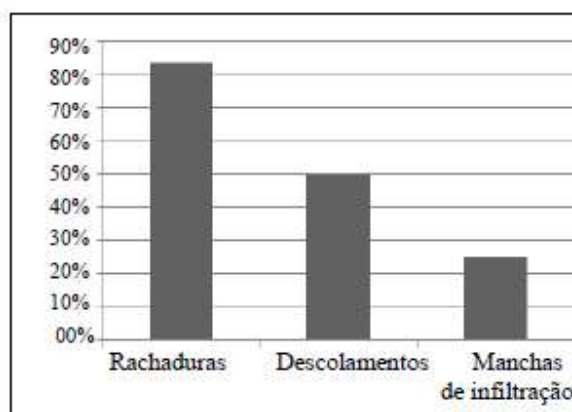


Figura 4 - Resultados para a pergunta: Já encontrou alguns destes itens na casa?

Através da Figura 3 verificamos que a maior parte (67%) dos proprietários atuais, morava anteriormente em casa de taipa, e outros 25% não possuíam moradia própria. Destes que não possuíam casa, todos disseram que só puderam comprar a casa devido ao seu baixo preço. E os proprietários que moravam em casa de tijolo convencional puderam aumentar suas rendas comprando a casa de tijolo solocimento, já que estariam deixando de pagar aluguel.

Ao serem questionados sobre a ocorrência de algum problema em suas atuais moradias, foi apontado o aparecimento de rachaduras em mais de 80% dos casos e a metade deles comprovaram o aparecimento de descolamentos, conforme vemos na figura 4. Cabe elucidar que neste alto percentual de “rachaduras”, está incluso descolamentos entre os blocos (Figura 5), considerados como rachaduras pelos moradores. E o item “descolamento” foi apontado quando havia paredes quebradiças ou referente a pisos ressaltados.



Figura 5 – Rachaduras na argamassa de assentamento



Figura 6 - Reparo na parede

Portanto, apesar do alto índice de rachaduras, estas na maioria das vezes ocorrem apenas na argamassa de assentamento não transpassando os tijolos, que tem função estrutural, não configurando assim uma patologia que compromete a segurança da casa. Fato percebido pelos moradores, corroborado na figura 7, onde se percebe que 75% deles consideram suas moradias como um local seguro. Inclusive, ao longo de todos esses anos há poucos relatos de reparos, sendo o mais frequente a adição de ferro e argamassa (como visto na figura 6), que apesar de ser uma medida paliativa, é necessária, pois evita o crescimento das fissuras nos tijolos, retardando assim, o condenamento da edificação. A figura 8 não expressa a quantidade de reparos por casa, e sim, o percentual de casas onde esta medida foi tomada.

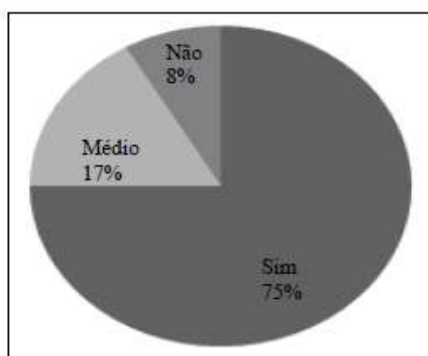


Figura 7 - Resultados para a pergunta: Considera a casa segura?

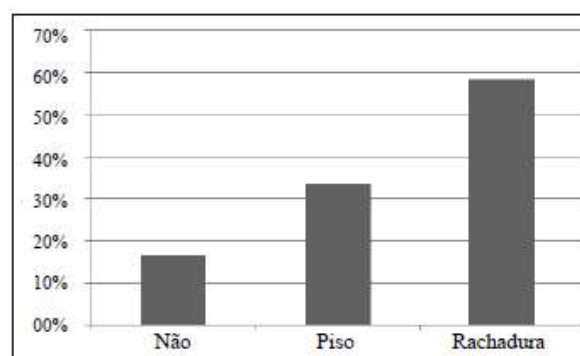


Figura 8 - Resultados para as perguntas: Já fez reparos na casa? Se sim, onde?

Sobre o questionamento a respeito da segurança da casa, é interessante citar que 17% das pessoas não responderam exatamente “médio”. Na verdade, elas demonstraram certo receio ao serem questionadas sobre situações críticas, como os temporais; e devido ao caráter subjetivo da pergunta, foi criado um nível intermediário para o substantivo “seguro”, tido como absoluto, para descrever graficamente este receio.

Este sentimento de segurança também é observado quando comparadas as figuras 4 e 8 no que se refere ao item “manchas de infiltração”, pois este não foi citado quando perguntado se foram feitos consertos. Então, apesar dessas manchas serem manifestações de problemas e os moradores estarem cientes disso, fica claro que elas são vistas por estes como algo comum e que não afetam sua segurança. Realmente, registramos que as poucas manchas observadas não danificaram o tijolo, ocorrendo apenas superficialmente, inclusive com o aparecimento de bolor (figura 9).

Por outro lado, como se trata de manifestações patológicas, sabemos que devem ser evitadas. Quando se trata de infiltração proveniente do telhado, esta pode ser atenuada e até mesmo evitada com o emprego de um beiral com dimensão satisfatória, recomendada por Barbosa; Mattone e Mesbah (2002) como superior a 50 cm. E no caso de contato mais frequente com a água, como é o caso de rodapés, ou de infiltração pelo piso descolado (figura 10), um cuidado maior deve ser mantido, reitera-se, portanto, a necessidade do uso da cinta inferior que diminui o impacto da água sobre a parede evitando infiltrações por capilaridade.



Figura 9 – Bolor e Manchas de Infiltração



Figura 10 - Descolamento no piso

Outra ressalva sobre umidade nos tijolos é tangível à figura 11, onde uma moradora aponta a presença de um inseto que se acomoda no interior de um pequeno orifício de um tijolo com umidade. Esta foi a única casa onde foi relatado tal caso.

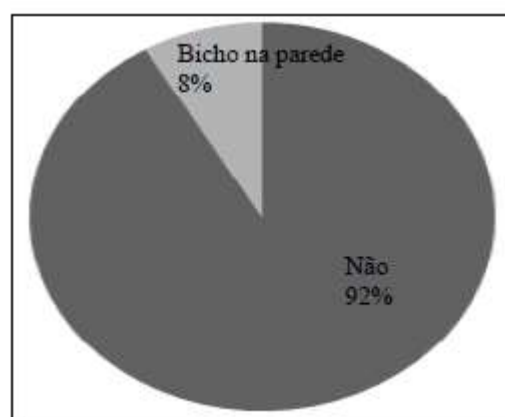


Figura 11- Resultado para a pergunta: Há outros problemas que atrapalham a vivência na casa?

O professor Perazzo comenta sobre o aparecimento de insetos nas casas de taipa em seus artigos, e é de senso comum que, de fato, em casas de taipa há uma maior tendência de surgirem insetos, inclusive a do temido “barbeiro”, inseto causador da Doença de Chagas, sendo este um dos principais motivos para o conceito de insalubre dado às casas de taipa.

Esta diferença entre as casas de taipa e as de tijolo solocimento se deve à umidade contida em excesso nas casas de taipa, fenômeno não presenciado através da avaliação técnica nas casas estudadas. Como confirmação desta última afirmação, visto que umidade em excesso está também vinculada à sensação térmica desagradável, exhibe-se abaixo a figura 12, que mostra o resultado da questão da avaliação comportamental relativa ao conforto térmico das casas, onde está exposto que mais 66% da amostra o considera pelo menos bom. Na figura 13 temos resultado semelhante quanto ao conforto acústico das casas, com 75% de aprovação dos usuários.

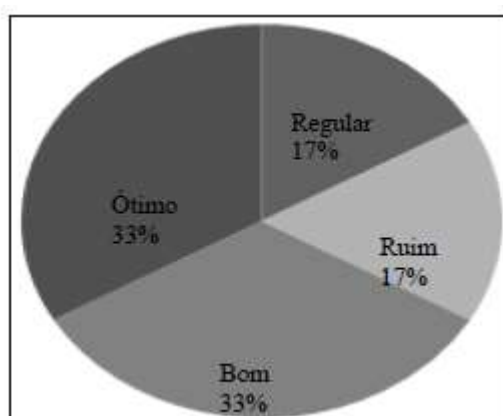


Figura 12 - Resultado da pergunta: Como avalia o conforto térmico da casa?

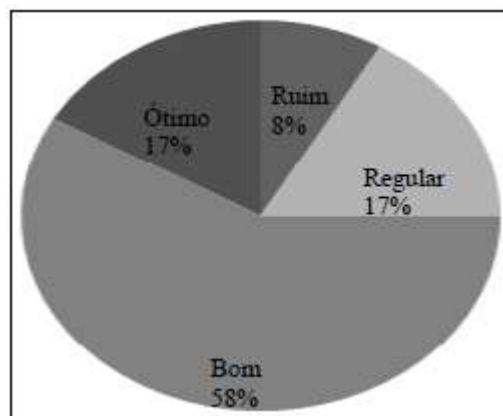


Figura 13 - Resultado da pergunta: Como avalia o conforto térmico da casa?

4. CONCLUSÕES

Através desta avaliação fica evidente que as condições de moradia da população da comunidade Cuba de Baixo melhoraram após a mudança para as casas construídas com tijolo de solocimento, haja vista a sensação de segurança transmitida pelos moradores, e a ocorrência pouco expressiva de manifestações patológicas, e para as quais, o tratamento demanda técnicas simples; características não vistas nas antigas casas de taipa.

Portanto, a ação obteve bons resultados, conforme previsto por seus idealizadores.

Tal ação pode ser ainda mais eficaz, se seguidas mais rigorosamente as recomendações básicas do processo de fabricação do tijolo e sistema construtivo, e especialmente através do uso de argamassa de assentamento de melhor qualidade. Inclusive, neste último aspecto, cabe estudos mais aprofundados sobre quais propriedades devem ser aprimoradas para que as patologias relacionadas ao assentamento diminuam.

Outros procedimentos, que afetam diretamente no desempenho da casa, mas que não estão atrelados ao tijolo, como o uso de um piso melhor, um aterro mais compactado, instalações estanques, podem ser empregados sem acarretar grande aumento nos custos de cada edificação.

Reforça-se então, que projetos como este: sustentável, já que a matéria-prima predominante do tijolo é o próprio solo da região, e cuja fabricação não agride o meio ambiente, como não é o caso de tijolos cerâmicos convencionais; de simples execução; e que demandam poucos investimentos, característica esta, mais comumente visada em um processo de decisão, caberia corretamente para diluir, de maneira abrangente, o problema de habitação no Brasil, onde significativa parcela da população vive em condições humilhantes, ou mesmo sofrem com a ausência de um teto.

Para tal feito ser possível, aqueles responsáveis em governar os diversos níveis da máquina pública precisam garantir recursos que possibilitem o desenvolvimento, aprimoramento e concretização de pesquisas e ideias como a analisada aqui, bem como os profissionais e pesquisadores do ramo da construção civil se empenhar mais nesses estudos, visto que detém conhecimento técnico sobre o assunto e podem utilizar do seu saber a fim de contribuir para atenuar os problemas sociais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA; MATTONE; MESBAH. Blocos de Concreto de Terra: Uma Opção Interessante Para a Sustentabilidade da Construção. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/AE6EC233B84C285B03256F940051465F/\\$File/NT000A3516.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/AE6EC233B84C285B03256F940051465F/$File/NT000A3516.pdf)> Acesso em 10.06.2012.

BARBOSA; MATTONE; PASERO. Processo construtivo com blocos prensados de terra crua tipo “Mattone”. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/AE6EC233B84C285B03256F940051465F/\\$File/NT000A3516.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/AE6EC233B84C285B03256F940051465F/$File/NT000A3516.pdf)> Acesso em 25.06.2012.

CEPLAC. Construção em Solocimento. Disponível em:

< <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo7.htm>>. Acesso em 20.05.2012.

MEIRA, Alexandra R. Avaliação Pós Ocupação. João Pessoa: IFPB, 2006. Apostila.

Capítulo 7



10.37423/230307466

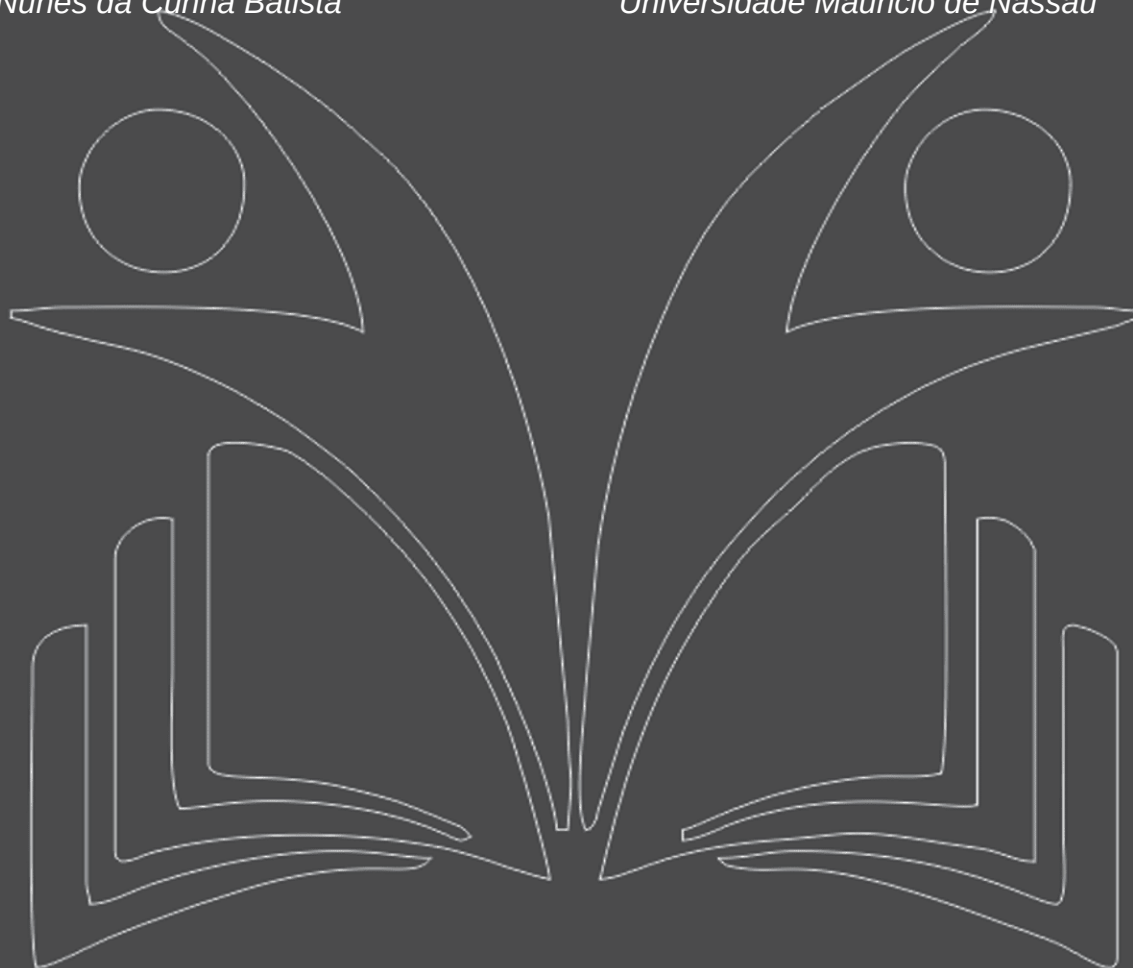
ESPIRITUALIDADE, RELIGIOSIDADE E PSICOLOGIA: CAMINHO E DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Lorena de Albuquerque Mello Della Santa

Universidade Maurício de Nassau

Ana Paula Nunes da Cunha Batista

Universidade Mauricio de Nassau



Resumo: Este artigo tem como objetivo elencar, descrever e compreender os principais desafios apontados e os caminhos tomados nos posicionamentos oficiais do Conselho Federal de Psicologia sobre a relação entre a psicologia, enquanto ciência e profissão, e o homem no exercício de sua espiritualidade e religiosidade. Compreendemos, assim como Freitas e Vilela (2017); Rios et al. (2017) e Oliveira e Junges (2012) que Religiosidade, Religião e Espiritualidade, quando relacionadas à Psicologia e a prática profissional, precisam ser compreendidos a partir da Laicidade (LIONÇO, 2017). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, analítica, exploratória, documental e de revisão bibliográfica que tem como *corpora* resoluções, carta e notas técnicas que expressam o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia na relação entre a psicologia, o homem e sua a espiritualidade. Nos resultados, verificando os estudos existentes que exploram o tema escolhido, percebe-se que a espiritualidade e religiosidade têm correlação com a qualidade de vida, atuando principalmente como enfrentamento em situações adversas. Entretanto, de acordo com o posicionamento do CFP, faz-se necessário a imparcialidade do profissional da psicologia, valorizando a crença de seu paciente, mas mantendo a laicidade de sua prática clínica e científica.

Palavras-chave: Ética na Psicológica; Espiritualidade na Clínica; Fundamentalismo Religioso; Psicologia laica; Prática Clínica.

INTRODUÇÃO

A religião e a religiosidade têm sido objeto de estudo de diversas ciências, à exemplo da história, da antropologia e da sociologia, entre outras. No entanto, a psicologia, e em especial, a psicologia da religião, que tem como objeto o estudo científico da experiência religiosa, também tem se debruçado, desde os trabalhos de Wilhelm Wundt e Willian James, aos aspectos concernentes ao homem em interação com seus sistemas de crenças (PRATES et al. 2015).

A psicologia da religião é um dos ramos ou eixos da psicologia e, segundo Paiva (2009), o pioneiro dos estudos científicos em psicologia científica, Wilhelm Wundt, empreendeu vasta investigação acerca das leis de desenvolvimento da linguagem, dos mitos e dos costumes, nos dez volumes de sua *Psicologia dos povos*. Para o pioneiro da Psicologia científica, “as religiões não estão no nível do intelecto, mas do sentimento, por isso do comportamento” e, sendo assim, apresenta-se como um importante campo para a compreensão de aspectos inerentes ao comportamento humano (PRATES et al,2005).

A relação entre o homem e a sua religiosidade, espiritualidade e sistemas de crenças ou religiões, tem despertado o interesse de diversos teóricos que fundamentam a psicologia como ciência e profissão, à exemplo de Freud em seus estudos psicanalíticos, especialmente em *O futuro de uma ilusão* (1927); *Moisés e o monoteísmo* (1938) *Totem e Tabu* (1913), além de Jung e sua psicologia analítica em livros como: *Psicologia e religião* (1971); *Interpretação psicológica do dogma da trindade* (1971), entre outros trabalhos que fundamentam sua perspectiva teórica. Esses são apenas alguns dos muitos exemplos que temos para indicar que a experiência do homem em relação com a religião é intrínseca à cultura, à subjetividade e à subjetivação coletiva e individual do ser humano, assim sendo, essa relação tem sido interesse da psicologia e de suas bases científicas e teóricas.

As questões concernentes a relação entre psicologia e religião e religiosidade não ficam restritas apenas aos estudos da psicologia social do homem, mas tem se tornado cada vez mais interesse e desafio para a psicologia e suas práticas clínicas, fazendo-se mister delimitar e aprofundar as concepções e diferenças entre religião e religiosidade, além de outros conceitos como laicidade, espiritualidade, assim como, a importância de apontar os desafios presentes e os caminhos de trabalho do fazer clínico e científico dos profissionais de psicologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre a psicologia do homem e a sua espiritualidade é antiga e sempre atual, uma vez que o homem recorre, muitas vezes, a esses dois campos em busca de bem-estar e compreensão de si e dos fenômenos que envolvem sua existência. Sendo assim, torna-se imprescindível indicar quais concepções e pressupostos teóricos sobre de religião, religiosidade, espiritualidade e laicidade nortearam nosso olhar. Desta forma, assim como Freitas e Vilela (2017), compreendemos como religião um sistema de crenças que o homem, inserido em uma cultura, adota voluntaria ou involuntariamente para exercer a sua espiritualidade. Reconhecendo a importância e irredutibilidade desses sistemas na vida do homem, o CFP (2014) concebe as religiões como “(...) sistemas complexos presentes em todas as culturas, que incluem aspectos transcendentais da existência entre seus pressupostos e orientam ações humanas de forma significativa”.

Desta forma, a autarquia que legisla, fiscaliza, pune e orienta os profissionais de psicologia no Brasil, e em consonância com as orientações da OMS, não concebe embate entre a Psicologia, ciência laica, e a religião, sistema de crenças, pelo contrário. No entanto, destaca que “as religiões se encontram na espiritualidade. Todavia, a busca do sentido último da existência, não se reduz à religião” (CFP, 2014).

Para Freitas e Vilela (2017), “a espiritualidade é o conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material, com a suposição de que há mais no viver do que pode ser percebido ou plenamente compreendido”. De acordo com Henning & Geronasso (2009), a religiosidade, por sua vez, está presente na história da humanidade como manifestação da conduta humana, conforme pode ser observado através de registros históricos e arqueológicos. Sua influência abrange o sistema de crenças e valores pessoais, bem como de práticas sociais, fazendo parte tanto da edificação de culturas, quanto da constituição psíquica do sujeito. Tanto as autoras quanto o Conselho Federal de Psicologia compartilham da concepção de religiosidade como sendo “o modo de elaboração subjetiva e intersubjetiva na busca de respostas para as demandas do sentido, ancorando-se em crenças religiosas. (FREITAS E VILELA, 2017).

Acrescemos ainda que, a espiritualidade, de acordo com a Organização mundial de saúde (OMS, 2003), é concebida como “a busca de sentido para a vida além das encontradas na ciência e nas práticas socioculturais” (OLIVEIRA E JUNGES, 2012). Destarte, a espiritualidade necessita de uma religião, no entanto, é diretamente relacionada à religiosidade, aqui compreendida como a predisposição à relação com elementos presentes em religiões, como, Deus, sagrado e transcendência (Freitas e Vilela, 2017).

Por fim, a laicidade, é compreendida aqui, de acordo com Rios et al. (2017), como a não inclusão de instituições religiosas no exercício das decisões administrativas e políticas de um país, estas são baseadas pelo conhecimento de uma classe política ou científica e não por um conhecimento religioso baseado em uma determinada classe religiosa. Sendo assim, a submissão do Conselho Federal de Psicologia à laicidade “se relaciona especialmente a três princípios da Administração Pública, que merecem, portanto, destaque: a supremacia do interesse público, a legalidade e a impessoalidade”. (RIOS et al. 2017)

Um posicionamento que tem sido defendido e amplamente debatido ao longo de vários anos, especialmente nas últimas décadas, tem sido o lugar da psicologia enquanto ciência e profissão laica. Ao mesmo tempo em que tem crescido os desafios e pressões, especialmente por parte da sociedade e de líderes políticos e religiosos fundamentalistas, o Conselho Federal de Psicologia é o mais importante interlocutor e mediador do diálogo entre a Psicologia, seus profissionais e a sociedade em geral. Sendo assim, enquanto uma organização social materializada em um sistema que integra conselhos de classe da profissão, a Psicologia é um ator social reconhecível e localizável no debate público contemporâneo sobre diferentes pleitos por direitos e diferentes forças políticas, seja no âmbito do poder executivo, legislativo, seja no poder judiciário.

Dessa forma, a Psicologia apresenta posicionamento a respeito do impacto do discurso religioso na política, tendo já publicado nota técnica de consenso decorrente de seus espaços formais de deliberação democrática (Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia – APAF) a respeito da compreensão da relação entre a Psicologia e sua relação com a religiosidade, bem como, o modo como eticamente se deve considerar, no exercício profissional, o conhecimento psicológico, a espiritualidade, a laicidade e o fundamentalismo religioso (LIONÇO, 2016).

De acordo ainda com Lionço (2016), a posição da Psicologia é a do reconhecimento da diversidade religiosa, moral e a recusa a toda forma de imposição de crenças que violem a livre consciência das pessoas e coletividades. E que a liberdade de consciência é um direito associado à inviolabilidade da dignidade humana. Desta forma, a posição da Psicologia é a da defesa da diversidade social e respeito às diversidades subjetivas e culturais, o que leva à compreensão de que o princípio de proteção e defesa da dignidade da pessoa humana é inegociável para a Psicologia, orientando sua posição política como ator social em diversos debates e disputas sobre direitos, normas e representações sobre os diversos grupos sociais e suas práticas (LIONÇO, 2016).

A Psicologia como ciência e profissão é reconhecida em sua diversidade epistemológica, cabendo considerações críticas sobre o processo histórico de revisão de pressupostos éticos e epistemológicos das teorias psicológicas para o cumprimento do compromisso social da Psicologia. Compromisso este baseado na ética democrática, na defesa e proteção dos direitos humanos e sociais (LIONÇO, 2017). Sendo assim, a laicidade é um princípio fundamental para a garantia da ética democrática, pois promove o reconhecimento e proteção da diversidade social, moral, cultural e religiosa de uma sociedade. Considera-se, num contexto histórico, a Psicologia como ator político no cenário contemporâneo para refletir sobre sua posição diante da laicidade, bem como, diante da incidência do fundamentalismo religioso como ofensiva contemporânea antidemocrática (LIONÇO, 2017).

Diante da complexidade que questões relacionadas à religião, religiosidade, espiritualidade e laicidade apresentam à psicologia enquanto campo científico e laboral, pensamos ser mister apontar, descrever e compreender quais principais desafios estão presentes na prática dos profissionais de psicologia, assim como, apontamos, descrevemos e buscamos compreender quais as principais orientações, ou caminhos são sugeridos para o enfrentamento de tais desafios pelo CFP, como autarquia responsável por legislar, orientar, fiscalizar e punir psicólogas e psicólogos.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza descritiva, qualitativa, analítica, exploratória e documental e, para sua realização, utilizamos como método de pesquisa a revisão da literatura de documentos e estudos publicados sobre os principais desafios e caminhos tomados pelo Conselho Federal de Psicologia na relação entre a psicologia, enquanto ciência e profissão, e a relação do homem e a espiritualidade.

Para tanto, analisamos os seguintes documentos: uma nota técnica (2013), uma carta (2014), quatro resoluções (CFP 10/97; CFP 11/97; CFP 01/99; CFP 18/02) e duas moções VII CNP (14ª e 15ª moções), além do próprio Código de Ética Profissional do Psicólogo. Tais documentos expressam o que diz o CFP sobre a psicologia em sua relação com a religião, a religiosidade e a espiritualidade. Além desse material, foram também analisados artigos e publicações nos últimos 10 anos (2010-2020) sobre o tema através dos portais *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). As palavras chave empregadas para a busca foram: Religiosidade; Espiritualidade; Psicologia; Laicidade.

ANÁLISE DOS DADOS

DESAFIOS

A relação existente entre a psicologia e a espiritualidade, religiosidade e religião é marcada por desafios apontados pelo CFP ao longo de anos. Desafios estes presentes sejam pela prática clínica, em suas diversas modalidades, seja no campo coletivo, social e científico.

Em nossa pesquisa, apontamos dois dos principais desafios que são mencionados de diferentes formas nos documentos oficiais emitidos pelo CFP, mas que podem ser sistematizados em grupos de desafios que permeiam os discursos do Conselho, são eles: A relação entre Psicologia, política e religião; Psicologia e a Hegemonia de saberes científicos e religiosos. Como caminhos propostos para combater tais desafios são possíveis apontar que o CRP promove a discussão de outros dois grandes grupos/temas de enfrentamento, ou, como sugerimos neste trabalho, caminhos, são eles: Psicologia, Laicidade e Política e A reflexão sobre epistemologias não hegemônicas e saberes tradicionais

A RELAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA, POLÍTICA E RELIGIÃO

Os entrelaçamentos entre religião e política são comuns no Brasil e em grande parte do mundo. Uma das grandes representações políticas no Congresso brasileiro é a chamada “bancada da Bíblia”, que junto com a “bancada do Boi” e “da Bala” compõem a chamada bancada “BBB” em que interesses voltados a interesses políticos-religiosos são comuns. Exemplo disso é o envolvimento da “bancada da Bíblia” com comunidades Terapêuticas Religiosas voltadas especialmente para o “tratamento” de dependentes de álcool e outras drogas. O CFP aponta alguns desafios quando a psicologia é relacionada a política e religião. Em especial, os discursos religiosos que se baseiam em posicionamentos políticos fundamentalistas que violam o estado democrático de direito, os direitos humanos, a liberdade religiosa, os direitos sexuais e reprodutivos, o uso de drogas e álcool e os direitos dos povos tradicionais, em especial indígenas e de matriz africana (CFP, 2014).

Em 2014, por exemplo, o CFP se posicionou quanto as tentativas de cristalização de valores fundamentalistas cristãos e o envolvimento político, especialmente durante as eleições, quando a liberdade de voto foi ameaçada por campanhas dentro de templos religiosos e os incentivos para que os votos dos fieis fossem direcionados para pessoas que compartilhassem os mesmos dogmas religiosos:

Para a manutenção democrática do debate eleitoral, acreditamos que candidatos e partidos devem manifestar seus projetos, sem apelar para ideologias que promovam a violência e a cristalização de valores fundamentalistas. A psicologia, comprometida com seus princípios éticos, defende veementemente a liberdade do voto CARTA ELEIÇÕES E LAICIDADE Carta dos Conselhos Regionais de Psicologia à população brasileira - Psicologia, laicidade e discurso religioso nas eleições (2014) 20 e repudia qualquer forma de cerceamento. Desta forma, nós, psicólogas e psicólogos, reafirmamos nossa corresponsabilidade na edificação de uma sociedade democrática. (CFP, 2014, p.19)

Os desafios da relação entre religião e psicologia também entram pelo campo científico, quando alguns dos saberes tradicionais construídos por outras cosmogonias são invalidados e demonizados, rejeitados em nome de uma supervalorização de preceitos fundamentalistas, como podemos acompanhar a seguir.

PSICOLOGIA E A HEGEMONIA DE SABERES CIENTÍFICOS E RELIGIOSOS

O CFP aponta como um outro dos grandes desafios as proposições de hegemonia tanto científicas quanto religiosas. A pluralidade de abordagens clínicas e campos de atuação dos psicólogos, por si só, já são uma amostra do quanto a subjetividade humana pode ser acolhida de diversos modos. No entanto, discursos voltados a evidências científicas, muitas vezes, redutoras da potencialidade de formas de enxergar o mundo tendem a uma hegemonização, inclusive contrária a própria natureza humana.

Assim como, posicionamentos religiosos fundamentalistas excluem ou diminuem as possibilidades de cuidado encontradas em outras cosmogonias como as de matrizes africanas, indígenas ou chinesas, desmerecendo ou não valorizando saberes tradicionais que acompanham povos há séculos, milênios, por dificuldades metodológicas para compreendê-los, haja vista as metodologias baseadas em critérios ocidentais, em geral, europeizadas ou baseadas em uma cultura pragmática norte-americana, ou, no caso, de discriminação religiosa, posicionamentos fundamentalistas que descartam tais saberes tradicionais por acreditarem em uma visão polarizada em que tudo, ou quase tudo, que não condiga com suas crenças pode ser considerado como praticas maléficas ou não benéficas, “não sagradas”.

Sendo assim, um dos principais desafios entre a psicologia e a religião é o fundamentalismo religioso cristão. Este tipo de fundamentalismo é presente nas críticas do CFP tanto norteando os desafios presentes na política quando no campo científico. Temas como aborto, homossexualidade, divórcio, práticas integrativas, ensino-aprendizagem, sexualidade, adoção homo parental, uso de

contraceptivos, entre outros temas, são um desafio para a psicologia em sua relação com a religião, a política e a ciência.

Santos (2013), aponta que o fundamentalismo religioso é antagônico aos Direitos Humanos, em especial aos direitos das mulheres e às minorias sexuais. Já Boff (2002) afirma que o fundamentalismo cristão “na moral é especialmente inflexível, particularmente no que concerne à família e à sexualidade.” E segue, em seu argumento, ainda destacando a exclusão de um espectro amplo de grupos sociais ao apontar que o fundamentalismo religioso “é contra os homossexuais, o movimento feminista e os processos libertários em geral. Na economia, é monetarista conservador, e na política sempre exalta a qualquer custo a ordem, a disciplina e a segurança” (BOFF, 2002).

Esse posicionamento presente em posturas e concepções fundamentalistas vem no sentido contrário ao posicionamento do CFP, a exemplo do que aponta Lionço (2016) ao falar da participação da autarquia no debate e luta pela laicidade no Brasil. De acordo com a autora (2016), o Conselho Federal de Psicologia (CFP), participou ativamente da criação do Movimento Estratégico pelo Estado Laico que foi originalmente uma iniciativa da Plataforma Dhesca, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), junto ao CFP, embora já agregue dezenas de entidades da sociedade civil e religiosas em torno de uma luta comum, como o CFEMEA, o Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), a comunidade Baháí, os povos de santo e as comunidades de terreiro, além de entidades dos movimentos feminista, negro e LGBT.

Apontados alguns desafios, apresentamos quais caminhos são propostos pelo CFP para o enfrentamento de tais questões, uma vez que é preciso também indicar como o Conselho vislumbra saídas para estes empasses.

CAMINHOS

LAICIDADE DO ESTADO E A LIBERDADE RELIGIOSA

Para o CFP, a Laicidade do Estado deve ser compreendida como princípio pétreo, uma vez que a própria constituição do povo brasileiro é plural e diversa. Para o CFP, é na garantia e na confiança constitucional que o argumento e o caminho devem ser trilhados. Cabe a todos os profissionais de psicologia assegurarem sua prática enquanto democrática, não conduzindo ou privilegiando sua prática em nenhuma religião, mas compreendendo que seja qual for a prática religiosa do sujeito

(indivíduo, família ou grupo), esta constitui-se em um potencial de apoio para inúmeras questões que envolvem sofrimento psíquico e enfrentamento dos mesmos.

XI. Reconhecemos a importância da religião, da religiosidade e da espiritualidade na constituição de subjetividades, particularmente num país com as especificidades do Brasil. Neste sentido compreendemos que tanto a religião quanto a psicologia transitam num campo comum, qual seja, o da produção de subjetividades, entendendo ser fundamental o estabelecimento de um diálogo entre esses conhecimentos. Este fator requer da Psicologia toda cautela para que seus conhecimentos, fundamentados na laicidade da ciência, não se confundam com os conhecimentos dogmáticos da religião. (CFP/SP, 2014, p.17)

Para o CFP, não há oposição entre a espiritualidade, religião e a psicologia, mas um reconhecimento de que estes campos são constituintes da subjetividade humana, muitas vezes, confundindo-se, especialmente para o público leigo, mas que os psicólogos, enquanto relacionados ao campo científico e profissional, devam basear sua prática ética, democrática e cientificamente. Ainda sobre este caminhar diz o CFP em sua nota técnica:

Reconhecemos, também, que toda religião tem uma dimensão psicológica e que, apesar da Psicologia poder ter uma dimensão espiritual, ela não tem uma dimensão religiosa, o que nos remete à necessidade de aprofundarmos o debate da interface da Psicologia com a espiritualidade e os saberes tradicionais e populares, além de buscarmos compreender como a religião se utiliza da psicologia. (CFP/SP, 2014, p.15)

A partir do discurso presente na Carta dos Conselhos Regionais de Psicologia à população brasileira - Psicologia, laicidade e discurso religioso nas eleições (2014), o caminho proposto para a psicologia é o combate a criminalização e cristalização de subjetividades, seja no âmbito sexual, reprodutivo, de liberdades religiosas, buscando sempre pautar o trabalho do psicólogo na ética e na promoção da saúde e respeito a diversidade de crenças, de vivências e subjetividade. Sendo assim, propõe o respeito a autodeterminação dos grupos societários e o permanente diálogo sem imposições ideológicas, religiosas ou políticas.

A REFLEXÃO SOBRE EPISTEMOLOGIAS NÃO HEGEMÔNICAS E SABERES TRADICIONAIS

O CFP, através da 14ª Moção - Apoio à Inclusão do Diálogo com as Epistemologias não Hegemônicas e os Saberes Tradicionais nos Ambientes de Formação E Pesquisa (2013), aponta como de grande importância o diálogo com saberes tradicionais da medicina indígena, chinesa e africana, entre outras, e aponta os saberes não hegemônicos e/ou não científicos como saberes que tem grande potencialidade de promoção da saúde e educação e tratamentos em saúde.

O reconhecimento de saberes acumulados há séculos é visto como um grande passo para o cuidado da subjetividade de indivíduos, famílias e grupos, uma vez que os mesmos têm a possibilidade de se beneficiarem com as contribuições tanto para a saúde como a educação. A autonomia para a escolha desses tratamentos também é um dos pontos relevantes desse reconhecimento, mostrando que a ciência tem muito o que aprender, provar e dialogar. Não cabendo um único saber psicológico-científico, haja vista a diversidade de modos de viver, cuidar, aprender e enxergar o mundo. Neste sentido o posicionamento do CFP condiz também com o que é proposto na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, no HumanizaSuS e Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Destarte, os caminhos propostos pelo CFP em seus posicionamentos oficiais apontam a importância da democracia e da liberdade religiosa, assim como, reconhece as religiões e não apenas uma delas como um dos aspectos constituintes da cultura e da subjetividade de muitas pessoas, e que não raramente, podem ser consideradas como grande fonte de apoio e sustentação de muitas pessoas, mas que não pode sobressair-se como primordial em qualquer prática em que a psicologia e seu saber técnico e científico seja utilizado.

O CFP aponta também que práticas relacionadas aos sistemas de crenças de diversas culturas tradicionais são e devem ser estudadas e já tem suas eficácias validadas muito mais pela experiência clínica que pela científica pautada em metodologias tradicionais, assim como, as religiões utilizam-se de muitos aspectos da psicologia, mas apesar de os campos se aproximarem, não podem ser confundidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontar os desafios e os caminhos mencionados pelo CFP no que concerne a relação entre religião, espiritualidade e Psicologia é um desafio árduo e profundo, mas que se torna cada vez mais relevante, uma vez que entre as ciências da Saúde, talvez seja a Psicologia, por natureza, a mais suscetível a ser questionada e confundida com os aspectos espirituais e religiosos.

Além disso, como apontado pelo próprio CFP, a psicologia, apesar de não ter um aspecto religioso, contempla também a espiritualidade, o que pode ser confundido por leigos, mas não deveria ser por profissionais. Entendemos que a espiritualidade e até a religião são elementos de apoio e fortes instrumentos para a compreensão da subjetividade humana e também ponto de apoio para o autocuidado e a promoção da saúde, mas assim como o CFP, pensamos que a pluralidade de formas

diferentes de subjetividade impede a cristalização de qualquer visão religiosa, especialmente quando esta está posta enquanto única e verdadeira apagando as outras subjetividades e suas vivências.

Sendo assim, pensamos que esta investigação demanda mais fôlego, no entanto, pensamos que os desafios e os caminhos aqui trazidos abrem a possibilidade de reflexão e aprofundamentos constantes dessa dinâmica.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Fundamentalismo: globalização e o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas – Volume 1 / Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP - SP, 2016. 276 p.; 15 x 21 cm. (Coleção: Psicologia, Laicidade e as Relações com a Religião e a Espiritualidade). 2016. Disponível em: http://www.crsp.org.br/diverpsi/arquivos/ColecaoDiverpsi_Vol1.pdf. Acesso em: 15/05/2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, religião e os saberes tradicionais: referências básicas para atuação profissional. / Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP - SP, 2014. Disponível em: <https://www.crsp.org/impresso/view/75>. Acesso em: 10/05/2020.

DALGALARRONDO, Paulo. Estudos sobre religião e saúde mental realizados no Brasil: histórico e perspectivas atuais. Dalgalarrondo, P. / Rev. Psiq. Clín. 34, supl 1; 25-33, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700005. Acesso em: 15/05/2020.

DALGALARRONDO, Paulo. Religião, psicopatologia e saúde mental [recurso eletrônico] / Paulo Dalgalarrondo. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREITAS. M. h.; VILELA, P.R. Leitura Fenomenológica da Religiosidade: Implicações para o Psicodiagnóstico e para a Práxis Clínica Psicológica. IN: Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica, Goiânia – XXIII (1): 95-107, jan-abri, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100011. Acesso em: 07/04/2020.

HENNING, MARTHA CAROLINE. MORÉ, CARMEM, L. O. O. Religião e Psicologia: análise das interfaces temáticas. REVER-Revista de Estudos da Religião. pp84-114. dez/2009. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_henning.pdf>. Acesso em: 15/03/2020.

HENNING, Martha Caroline. GERONASSO, Tadeu David. A influência da religiosidade do cliente na saúde mental e na prática clínica da psicologia. Ágora: R. Divulg. Cient., ISSN 2237-9010, Mafra, v. 16, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/20>>. Acesso em: 20/03/2020.

HENNING-GERONASSO, Martha Caroline and MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Influência da Religiosidade/Espiritualidade no Contexto Psicoterapêutico. Psicol. cienc. prof. [online]. vol.35, n.3 pp.711-725. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300711&script=sci_arttext>. Acesso em: 15/03/2020.

JACKSON, M.; FULFORD, K. W. M. Spiritual experience and psychopathology. Philosophy, Psychiatry & Psychology, v. 4, n. 1, p. 41-65, 1997

LIONÇO, Tatiana. Psicologia e laicidade: contribuições para o enfrentamento ao fundamentalismo religioso. IN: Conselho REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Psicologia, Laicidade e as Relações

com Religião e Espiritualidade. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP - SP, 2016. Disponível em: <https://www.crsp.org/uploads/impresso/107/ima5IVLKnMSn0R6iGfd-Y3HQRys06ddZ.pdf>. Acesso em: 07/04/2020.

LIONÇO, Tatiana. Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 37 (núm. esp.), 208-223. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0208.pdf>> Acesso em: 20/02/2020.

OLIVEIRA M.R.; JUNGES J.R. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 469-476, setembro-dezembro/2012. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300016. Acesso em: 07/04/2020.

PAIVA, Geraldo José de. Algumas relações entre psicologia e religião. *Psicologia. USP [online]*. vol.1, n.1 pp. 25-33. 1990. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771990000100004>. Acesso em: 20/03/2020.

PRATES et al. *Psicologia da Religião*, Montes Claros/MG: Editora Unimontes - novembro/2015. Disponível em:

<http://www.ead.unimontes.br/arquivos/cadernos/uab/oferta1/cienciasreligiao/periodo5/psicologia-da-religiao.pdf>. Acesso em: 20/05/2020.

RIBEIRO, J.P. Reflexões Sobre o Lugar de uma Psicologia da Religião. *DIÁ LOGOS (IM)PERTINENTES – DOSSIÊ RELIGIOSIDADE II*. Revista da Abordagem Gestáltica – Goiânia. XIV (2): 197-204, jul-dez, 2008. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000200007. Acesso em: 20/05/2020.

RIOS et al. Laicidade e Conselho Federal de Psicologia: Dinâmica Institucional e Profissional em Perspectiva Jurídica. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 37 n°1, 159-175. Jan/Mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n1/1982-3703-pcp-37-1-0159.pdf>. Acesso em: 20/04/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista de Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.

VOLCAN et al. Relação entre bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores: estudo transversal. São Paulo. *Ver. Saúde Pública* 2003;37(4):440-5. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082006000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20/05/2020.

Capítulo 8



10.37423/230307468

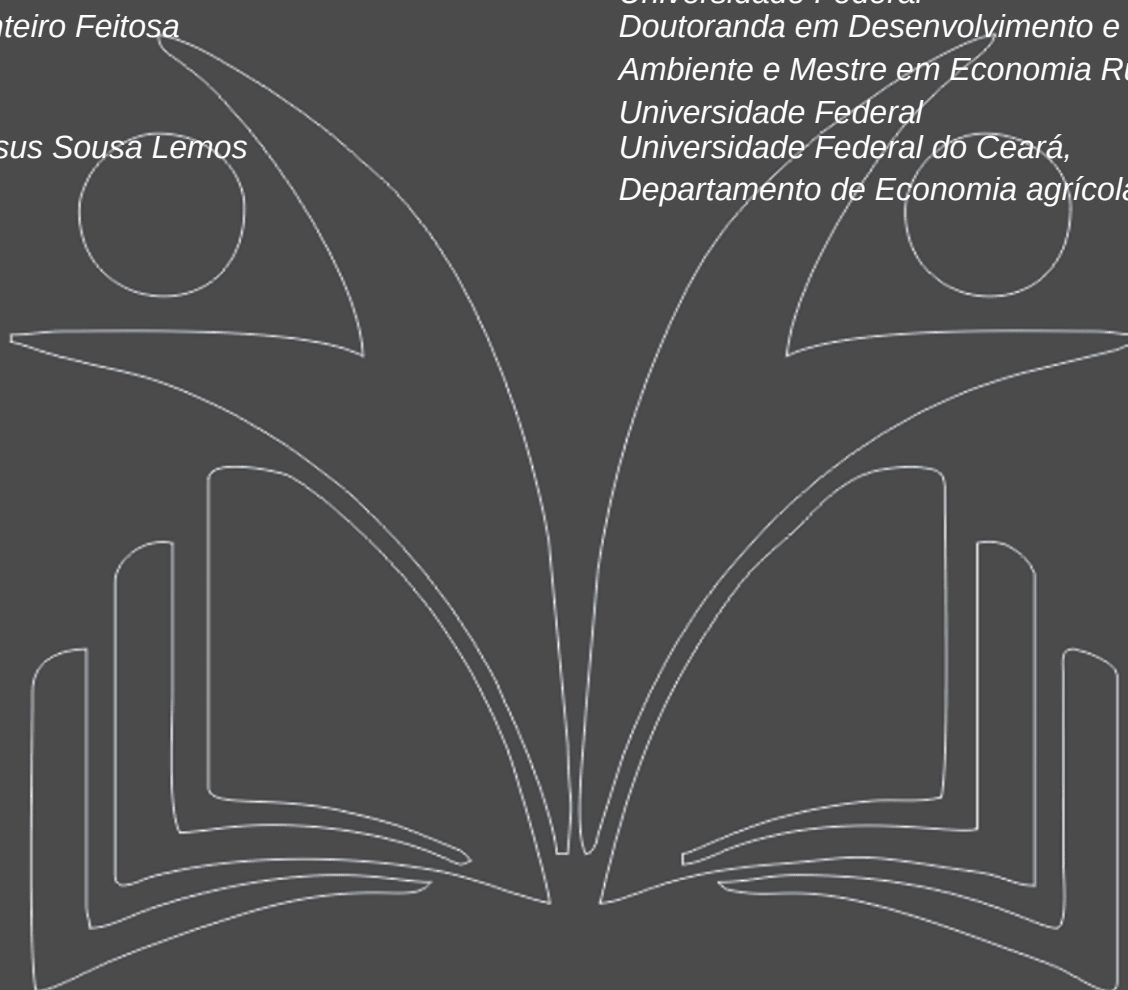
CAPTAÇÃO DESIGUAL DE CRÉDITO DO PRONAF NOS ESTADOS E REGIÕES BRASILEIRAS

Alexandra Pedrosa Monteiro

Milena Monteiro Feitosa

José de Jesus Sousa Lemos

*Doutoranda em Economia Rural e Mestre em
Desenvolvimento e Meio Ambiente pela
Universidade Federal
Doutoranda em Desenvolvimento e Meio
Ambiente e Mestre em Economia Rural pela
Universidade Federal
Universidade Federal do Ceará,
Departamento de Economia agrícola*



Resumo: Buscou-se estudar a distribuição dos valores e número de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) de crédito de custeios e investimentos, nas regiões e nos estados brasileiros entre 2000 e 2018. Agregaram-se as participações relativas de forma ponderada, utilizando pesos gerados pelo método de análise fatorial. Avaliou-se também a correspondência entre valor da produção agrícola e ocupação nas unidades agrícolas familiares, para onde se destina a política. Os resultados mostraram que a captação dos recursos do Pronaf se deu de forma desigual, em benefício dos estados da região Sul. O Nordeste teve mais contratos, mas teve o menor valor médio desses contratos e a menor participação relativa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Crédito rural; Desenvolvimento rural; Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Desde que os seres humanos domesticaram as primeiras espécies vegetais e animais, aproximadamente em 8000 a.C. (Diamond, 2002), a agricultura se faz presente na sociedade, como provedora de alimentos para a população, daí sua grande importância. Com o passar dos séculos aconteceram muitas transformações, visando tornar a atividade agrícola mais técnica e economicamente mais viável. Dentre os avanços, destaca-se o acesso dos agricultores aos programas de crédito rural e assistência técnica. Como se tratam de atividades que envolvem altos riscos associados à natureza (clima), à incidência de pragas e doenças, à comercialização dos produtos, tendo em vista que os agricultores são tomadores de preços ou ajustadores de quantidades. Assim, o crédito rural deve ser, em essência, diferenciado do crédito disponibilizado para as demais atividades econômicas.

Depois de algumas tentativas não muito bem sucedidas de fomentar crédito subsidiado para agricultores familiares, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Sem dúvida essa foi uma grande conquista para os agricultores familiares e para os técnicos que trabalham com esses sujeitos sociais fundamentais para o progresso social e econômico de uma sociedade.

Também como forma de reconhecimento das demandas deste segmento social, o Brasil promulgou a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006). Um reconhecimento legal de um fato que é fundamental para a economia do País.

Neste cenário de maior atenção, a agricultura familiar brasileira ganhou mais visibilidade e fortalecimento. Quando se trata de crédito rural, o Pronaf virou referência e passou por diversas mudanças como: aumento de crédito, ampliação das modalidades, tipos de custeio e investimento, dentre outras. Essa política pública faz parte de uma estratégia nacional de reconhecimento da agricultura familiar e do meio rural. Uma das atribuições para a criação do Pronaf foi a tentativa de reduzir as desigualdades entre regiões e os estados brasileiros no acesso aos recursos que se traduziria na redução das desigualdades na formação de riqueza advinda do setor agrícola.

Diante do exposto, o presente trabalho se justifica pela necessidade de explorar e quantificar as diferenças de aferição de contratos do Pronaf nos estados brasileiros, uma vez que o Brasil é um país desigual em relação ao desenvolvimento, principalmente o rural. E isso é marcante nos estados e

regiões brasileiras (LEMOS, 2020). Por essas razões, a proposta deste trabalho é avaliar como ocorre a apropriação dos recursos desse programa entre os anos de 2000 e 2018.

É neste contexto o estudo tenta responder à seguinte pergunta: Como se distribuíram os recursos do Pronaf para custeio e investimentos em atividades agrícolas e pecuárias entre os estados brasileiros no período compreendido entre os anos de 2000 e 2018?

Para responder a essa pergunta, tem-se como objetivo geral avaliar a distribuição dos valores de contratos de custeio e investimentos, nas modalidades agrícolas e pecuárias, nas regiões e nos estados brasileiros no período de 2000 a 2018. De forma específica a pesquisa busca: a – comparar, de forma relativa, a participação das regiões e dos estados na captação de recursos do Pronaf nas modalidades de custeios e investimentos em atividades de produção vegetal e pecuária entre os anos de 2000 e 2018; b – aferir, de forma ponderada, a participação média de cada estado na apropriação dos recursos do Pronaf no período sob investigação.

O trabalho está dividido em quatro seções, iniciando-se por esta introdução. A seção dois apresenta uma discussão teórica acerca da agricultura familiar e do Pronaf, seu histórico e importância. Na terceira seção será apresentado os materiais e métodos, bem como descrição do modelo utilizado para criação do índice. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os principais resultados das estimativas e, por fim, na última seção são feitas as considerações finais.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E PRONAF

Desde os tempos do Brasil colônia que o País exerce papel de produtor para abastecer o mercado externo, deixando em segundo plano a demanda interna de produtos e alimentos. A agricultura de subsistência existia, mas era para abastecer as necessidades das grandes propriedades de terra direcionadas ao mercado internacional.

Com a atenção voltada para as grandes lavouras, não houve incentivos aos trabalhadores individuais, assim, se pode dizer que foi a partir do período colonial que se deu início às desigualdades sobre a questão agrária no país (SOUSA, 2008).

Porém, no ano de 1930 em que aconteceu o período da industrialização no país que a produção se voltou para o mercado interno, substituindo as importações. Foi na década de 1960, em um momento de modernização, que o Brasil investiu em tecnologia para desenvolver a agricultura, a chamada Revolução Verde.

A “Revolução Verde” foi um modelo de produção baseado na modernização da agricultura, como o melhoramento da genética de sementes, o uso de produtos químicos nos solos, utilização de maquinário e o uso de agroquímicos. Grande parte dos recursos necessários para que acontecessem tais investimentos se deu através da oferta de crédito rural subsidiado pelos governos. Tinham como destino beneficiar as grandes lavouras voltadas para o mercado exterior. Essa fase excluiu a produção familiar, sob a alegação de não ser competitiva de um ponto de vista econômico, deixando-a à margem dessa fase da política agrícola. Foi apenas na década de 1990 que surgiram políticas agrícolas direcionadas para a inserção dos agricultores familiares em políticas de acesso ao crédito rural subsidiado de uma forma mais ostensiva (SOUSA, 2008).

As discussões acerca da relevância das atividades desenvolvidas nas Unidades Agrícolas Familiares (UAF) passaram a experimentar maior inserção nos meios sociais, políticos e acadêmicos a partir de um passado não muito remoto. As UAF são importantes na produção agrícola, entre outras razões, por apresentarem características que as diferenciam das unidades agrícolas não familiares ou patronais (UAP), quais sejam: são a um só tempo: unidades de produção; unidades de consumo; e unidades fomentadoras de apego pelos agricultores ao ambiente em que viveram os seus antepassados e que, normalmente, gostariam de permanecer, caso consigam condições para que seja assim (CHAYANOV, 1966; DE JANVRY, 1989; LEMOS, 2015).

Como unidades de produção, as UAF são fomentadoras de renda monetária para as famílias rurais, mediante a venda dos bens agrícolas que produzem e vendem no mercado. Assim, há a necessidade de que as atividades nelas desenvolvidas sejam sustentáveis de um ponto de vista econômico, para que as famílias rurais possam se manter ocupadas e auferir renda monetária para adquirir bens que não conseguem produzir na sua unidade de produção.

Como unidades de consumo, as UAF produzem parte significativa dos itens que proverão os alimentos que sustentarão os membros da família. Como unidades fomentadoras de apego ao ambiente em que os antepassados sempre viveram, os membros das UAF exercem o papel importante, de contribuir para que o êxodo rural não se manifeste sempre que apareçam dificuldades às atividades produtivas. Este fato está relacionado com os aspectos culturais que as famílias rurais cultuam, e que as fazem manter vínculo com o ambiente em que viveram os seus pais, avós e que elas próprias vivem e gostariam de repassar aos filhos. Esses aspectos culturais fazem parte das condicionantes para a ocorrência do desenvolvimento sustentável (SACHS, 1997).

No Brasil, ainda que tardiamente, quando comparado à tradição dos estudos que envolvem essa temática nos países desenvolvidos, a emergência da expressão agricultura familiar passou a ter mais relevância a partir de meados dos anos noventa do século passado. Até então, não existiam políticas públicas com abrangência nacional, que fossem voltadas às necessidades específicas dos agricultores familiares (FAO, 2000).

A expressão agricultura familiar somente passou a ter mais destaque no Brasil depois da sua institucionalização em 1995. Naquele ano, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária incorporou a proposta de segmentos expressivos da sociedade brasileira que envolveu as UAF, as Empresas de Pesquisa, Assistência Técnica, Extensão e Fomentos Rurais, Pesquisadores e além dos maiores interessados, os agricultores, organizados ou não. Surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 (BRASIL, 1996; AZEVEDO, 2011; NAVARRO; PEDROSO, 2014).

Pode-se constatar o grande papel da agricultura familiar para o desenvolvimento rural quando, de acordo com o Censo Agropecuário (2017), de um total de aproximadamente 5.073.324 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil, 77% são de agricultores familiares. A agricultura familiar é responsável por 23% da produção agropecuária brasileira, e ocupa 67% da força de trabalho ativa do setor rural. Isto significa o montante ou 10,1 milhões de pessoas. Quando desdobrado região observa-se que o Nordeste apresenta o maior percentual da sua população rural ocupada nos estabelecimentos familiares (46,6%). No Norte a ocupação é de 15,4%; no Sudeste é de 16,5%; no Sul são ocupados 16,0% e no Centro Oeste 5,5% (IBGE, 2017).

Devido à sua importância no âmbito nacional e regional, os créditos do Pronaf vieram para assistir melhor os produtores familiares e assentados da reforma agrária, na perspectiva de tentar contribuir para melhor a produção, a renda e a ocupação da mão-de-obra familiar.

O programa atinge agricultores familiares e suas diversas condições em relação à posse terra, como posseiros, arrendatários, assentados, meeiros, concessionários de terras públicas, pescadores artesanais, extrativistas, atividades não agrícolas, mulheres, jovens e donos de terra que utilizam mão-de-obra familiar para a produção, podendo contratar até dois trabalhadores de forma permanente (AZEVEDO, 2011).

O Pronaf caracteriza-se por ser direcionado para o financiamento, de forma assistida, às atividades praticadas pelos agricultores familiares, por meio do desembolso, com juros subsidiados, para as atividades agrícolas e não agrícolas praticadas no meio rural. De acordo com o Decreto Presidencial

1.946, de 28/06/1996, o qual criou o Pronaf, seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996).

O decreto define que as principais diretrizes do Programa serão voltadas para o aprimoramento da qualidade de vida no segmento da agricultura familiar; estímulo à pesquisa para o desenvolvimento e difusão de tecnologias adequadas, fomento ao aprimoramento profissional, atuação em função de demandas locais dos agricultores e suas organizações, busca da participação dos agricultores e suas organizações, fomentando processos participativos e descentralizados (BRASIL, 1996).

O programa tem preocupação com as múltiplas funções da agricultura – econômica, ambiental e social –, valorizando as culturas locais, o modo de viver, de produzir, o território e incentivando a preservação ambiental. Embora tenha sido implantado em 1995, foi só a partir de 1999 que o Pronaf passou a ser utilizado, de fato, pelos agricultores familiares do Nordeste (BRASIL, 1996).

O produtor rural, após decidir o que deseja financiar, deve obter a emissão da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), pois a partir dela identifica-se a linha de crédito à qual pertence o agricultor, de acordo com sua renda.

O Pronaf operacionalmente é dividido em três modalidades: 1 –Pronaf crédito rural, que financia a produção agropecuária; 2 –Pronaf infraestrutura, financia investimentos na melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos rurais; 3 - Pronaf capacitação e profissionalização, que capacitam os agricultores proporcionando novos conhecimentos em relação aos processos de produção e gestão da propriedade rural (GRISA *et al.*, 2014).

Os recursos para os financiamentos do Pronaf são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Orçamento Geral da União (OGU) e recursos públicos dos próprios estados (AZEVEDO, 2011).

De acordo com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, o programa possui linhas de crédito especiais que merecem destaque, como o Pronaf Alimentos, que incentiva a produção dos cinco alimentos que compõem a cesta básica do país – arroz, feijão, mandioca, milho e trigo; Pronaf Semiárido que é voltado para as áreas semiáridas. Essa linha de crédito financia a construção de pequenas obras hídricas como cisternas, barragens para irrigação e mini usinas de dessalinização de água; Pronaf Mulher, destinado às agricultoras que podem ter acesso a até 50% dos valores dos

financiamentos dos grupos C e D; Pronaf Jovem, que se aplica aos jovens que estão no último ano da escola agrícola, com idades entre 16 e 25 anos, podendo acessar até 50% dos valores dos financiamentos dos grupos C e D; Pronaf Pesca, voltado para pescadores artesanais que possuem renda familiar bruta de até R\$ 40 mil/ano, com o objetivo de modernizar as atividades produtivas (AZEVEDO, 2011).

Tem-se ainda o Pronaf Florestal, que incentiva o plantio de espécies florestais; Pronaf Agroecologia que financia investimentos para os sistemas de produção agroecológicos; Pronaf pecuária familiar que oferta crédito para a aquisição de animais como bovinos, caprinos e ovinos; Pronaf Máquinas e Equipamentos. Essa modalidade financia investimentos na modernização do estabelecimento rural com o objetivo de aumentar a produtividade. E, por fim, o Pronaf Turismo que financia projetos de turismo rural, como a oferta de restaurantes e pousadas rurais para receber turistas (AZEVEDO, 2011).

Além da importância da agricultura familiar no âmbito nacional e regional, a região Nordeste, em particular, possuir mais de 50% dos estabelecimentos rurais voltados para a agricultura familiar, deve-se destacar que a existência de políticas públicas voltadas para a área rural tem impacto positivo.

Assim, o Pronaf é um instrumento de política pública importante para o desenvolvimento das áreas rurais, contando com a presença do Estado investindo em assistência técnica gratuita, extensão rural e a promoção de novos conhecimentos para aumentar a resiliência perante as vulnerabilidades técnicas, sociais e ambientais.

De acordo com Buainainet *al.* (2003), pode-se destacar quatro condicionais para o desenvolvimento rural: incentivar os produtores para investir e produzir; ter disponível recursos como terra, água, mão de obra, capital e tecnologia, que melhoram a produtividade da produção; ter acesso aos mercados e matérias-primas e instituições que direcionam as decisões dos agentes em sua capacidade; e disposição para a produção. Tem-se que levar em conta a situação desses condicionantes para a aplicação de políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar e a influência desses condicionantes na produção familiar.

Em relação ao fortalecimento da agricultura familiar é necessária a interação das políticas macroeconômicas que melhorem as condições de um conjunto de produtores e não somente alguns. Políticas que apresentem estratégias de redução da pobreza, tanto urbana quanto rural, gerando empregos e fortalecendo as economias regionais e o mercado interno; políticas voltadas para a “emancipação”, em termos de competitividade dos seus beneficiários para entrar no mercado; e ter

uma massa crítica mínima de agricultores familiares que possam provocar a decolagem para o desenvolvimento local (BUAINAIN *et al.*, 2003).

Para levar adiante essa missão, a estrutura operacional do programa foi dividida originariamente em quatro eixos de ação, a saber: 1) negociação e articulação de políticas públicas; 2) instalação e melhoria de infraestrutura e serviços nos municípios; 3) financiamento da produção da agricultura familiar (custeio e investimento); e 4) capacitação e profissionalização de agricultores familiares e técnicos.

3 METODOLOGIA

Esta seção está dividida em duas subseções. Primeiro serão descritas detalhadamente as bases de dados utilizadas para a seleção das variáveis. Na segunda subseção apresenta-se o cálculo para a construção do índice de apropriação do crédito rural (IACR) do Pronaf que agrega, de forma ponderada: as modalidades de custeio e investimento para atividades agrícolas; e as modalidades de custeio e investimento para atividades pecuárias.

3.1 BASE DE DADOS

A base de dados utilizada foi obtida do Banco Central do Brasil (dados de crédito rural) para todos os estados e regiões brasileiros no período de 2000 a 2018. Os dados extraídos para cada estado foram os seguintes: a) valor total dos financiamentos em custeio agrícola; b) valor total do financiamento para investimento agrícola; c) valor total dos financiamentos para atividades agrícolas; d) valor total dos financiamentos para atividades pecuárias; e) número de contratos de custeio agrícola; f) número de contratos para financiamento agrícola; g) número de contratos para custeio pecuário; h) número total de contratos para financiamento pecuário.

Além dessas, o estudo também utiliza dados estáticos dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Essas informações consistem dos valores da produção agrícola agregada das regiões e do total da força de trabalho ocupada nas unidades agrícolas familiares (UAF) e nas unidades agrícolas não familiares ou patronais (UAP) naqueles dois anos. Todos os valores monetários utilizados foram atualizados para 2018 usando o IGP-DI com base para aquele ano, como instrumento de correção.

3.2 CONSTRUÇÃO DO IACR ATRAVÉS DA ANÁLISE FATORIAL.

A pesquisa constrói o índice de apropriação do crédito rural (IACR) por estado entre os anos de 2000 a 2018. Para tanto, utiliza as seguintes variáveis:

(Y_{1it}) = Custeio Agrícola_Relativo: Valor corrigido dos créditos de custeio Pronaf para o setor agrícola no i-ésimo Estado Brasileiro ($i = 1, 2, \dots, 27$) em relação ao montante praticado no Brasil, no ano t ($t = 2000, \dots, 2018$);

(Y_{2it}) = Investimento_Agrícola_Relativo: Valor corrigido dos investimentos do Pronaf para o setor agrícola no i-ésimo Estado Brasileiro em relação ao montante brasileiro no ano t ;

(Y_{3it}) = Custeio_Pecuária_Relativo: Valor corrigido relativo ao crédito de custeio do Pronaf para o setor pecuário no i-ésimo Estado Brasileiro em relação ao montante praticado no Brasil no ano t ; e

(Y_{4it}) = Investimento_Pecuária_Relativo: Valor corrigido relativo ao crédito de investimento para o setor pecuário no i-ésimo Estado Brasileiro em relação ao montante observado para o Brasil no ano t .

O Índice de Apropriação do Crédito Rural por parte dos estados brasileiros entre os anos de 2000 e 2018 tem a expressão matemática mostrada na equação (1):

$$IACR_{jt} = \sum w_{jt} \cdot Y_{jt} \quad (1)$$

Os pesos (w_{jt}) variam entre zero e um, excluindo os valores extremos e somam um ($\sum w_{jt} = 1$). São utilizados para a estimação do IACR de cada estado brasileiro. Os pesos foram estimados utilizando o método de análise fatorial (AF) com a técnica de decomposição em componentes principais (DCP). Como as variáveis são definidas a partir dos percentuais de participação relativa dos estados em cada modalidade crédito e os pesos são menores do que um e somam um, o IACR tem variação de zero (0) a cem (100), e pode ser entendido como percentagem. Definido desta forma, o IACR é, de fato, uma média ponderada da participação relativa dos estados e regiões nas modalidades de crédito do Pronaf discutidos neste trabalho. O diferencial em relação às médias ponderadas convencionais é que as ponderações associadas a cada variável emergem a partir da correlação entre as modalidades de crédito rural observadas ao longo do período investigado.

Definido desta forma, quanto mais próximo de zero (0) for o IACR estimado para um determinado estado, menor será a sua participação relativa na apropriação das quatro modalidades de crédito no período investigado. Contrariamente, quanto mais próximo de 100 for o IACR estimado para um determinado estado, maior será a sua participação relativa nas quatro modalidades avaliadas.

Para tomar a decisão de como construir o IACR e buscar a magnitude dos pesos, haviam dois caminhos a seguir, por meio de procedimentos determinísticos ou aleatórios. Entre os processos determinísticos, podem ser empregados métodos de programação linear, enquanto que, em relação aos processos estocásticos, aplicam-se métodos de análises de regressão ou análise fatorial. Neste

trabalho, prevendo a aleatoriedade das variáveis e a alta correlação das mesmas entre si. Ademais, a soma dos efeitos individuais não é igual ao efeito total, justamente em virtude das correlações. Assim, optou-se pelo método de análise fatorial e a técnica de decomposição em componentes principais, rejeitando a opção da utilização do método de programação linear que depende da não correlação entre as variáveis para ser realizado (MAROCO, 2003; HAIR *et al.*, 2005; FÁVERO *et al.*, 2009; FEITOSA *et al.*, 2020).

A análise multivariada é utilizada para estudar modelos envolvendo mais de duas variáveis em que todas elas sejam aleatórias, inter-relacionadas, de modo que seus diferentes efeitos não possam ser interpretados de forma separada e que não haja uma definição clara de causa e efeito entre elas (FÁVERO *et al.*, 2009).

Realizada a etapa de preparação dos dados, foi necessária a execução de alguns testes para validar o uso da Análise Fatorial, quais sejam: normalidade e linearidade e análise da matriz de correlações com valores significativos. A estimação dos escores fatoriais, de onde se derivam os pesos, bem como os testes necessários para avaliar a adequação do uso da técnica. Todos os processos de estimação foram feitos utilizando-se software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20.0.

3.2.1 BREVE RESUMO DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE FATORIAL QUE SE APLICA AO ESTUDO.

Os fundamentos técnicos da análise fatorial estão na correlação entre as variáveis que são utilizadas. Para que a técnica seja viável é necessário que a matriz de correlação entre as variáveis não seja uma identidade (BROOKS, 2003; THORNTON *et al.*, 2008; HAHN *et al.*, 2009; FÁVERO *et al.*, 2009; GUILLAUMONT; SIMONET, 2011; LIRA *et al.*, 2016).

A análise fatorial é desenhada para investigar se um número “n” de variáveis de interesse $Y_1, Y_2, \dots, Y_n$, estão linearmente relacionadas com um número “k” ($k < n$) menor de fatores não observáveis: $F_1, F_2, \dots, F_k$.

Basicamente, a análise fatorial (AF) pode ser desdobrada nas etapas a seguir: a) análise da matriz de correlações e adequações da utilização do método; b) extração dos fatores iniciais e determinação do número de fatores; c) rotação dos fatores, quando são extraídos mais de um fator; d) interpretação dos fatores que inclui a possibilidade de gerar pesos a partir dos escores fatoriais estimados (MAROCO, 2003; HAIR *et al.*, 2005; FAVERO, 2015).

Para que seja feita a AF da maneira adequada é preciso efetuar os seguintes passos: analisar a matriz de correlações, confirmando que não se trata de uma identidade; verificar a estatística Kaiser-Meyer-

Olkin (KMO) que deve ser maior ou igual a 0,5; realizar o teste de esfericidade de Bartlett, para confirmar que a matriz de correlações não é uma identidade; avaliar o percentual de explicação da variação acumulada dos componentes estimados. As variáveis são transformadas na normal padronizada, que tem média zero e variância unitária. Com esse procedimento, são neutralizadas as diferenças de unidades de medidas em que as variáveis originais estão aferidas. O método utilizado para extração dos fatores foi a decomposição em componentes principais, que tem como característica a busca por uma combinação linear das variáveis observadas, de forma a maximizar a variância total explicada (BROOKS, 2003; MAROCO, 2003; HAIR *et al.*, 2005; THORNTON *et al.*, 2008; HAHN *et al.*, 2009; FÁVERO *et al.*, 2009; GUILLAUMONT; SIMONET, 2011; LIRA *et al.*, 2016).

Quando se quer aplicar a AF as variáveis utilizadas no estudo são transformadas em normais padronizadas, ou seja, tem média igual a zero e variância igual a um. Através desse procedimento é possível neutralizar as unidades de medida nas variáveis. Após a extração e a determinação do número de fatores é possível estimar os escores fatoriais, e é a partir daí que é gerado as variáveis não observadas. Essas variáveis não observadas reúnem, por meio das correlações entre elas, as informações das variáveis originais. Com base nos componentes extraídos e nos coeficientes dos escores fatoriais, se geram os pesos que são utilizados na equação (1) (BROOKS, 2003; THORNTON *et al.*, 2008; HAHN *et al.*, 2009; FÁVERO *et al.*, 2009; GUILLAUMONT; SIMONET, 2011; LIRA *et al.*, 2016).

Na equação (1), o Índice da Apropriação do Crédito Rural do Pronaf (IACR), obtido por meio dos indicadores relativos, devem possuir as características essenciais de quando se constrói um índice como, simplicidade, capacidade de ser reproduzido e facilidade na obtenção e aferição dos indicadores (BRIGUGLIO, 2003).

3.2.2. HOMOGENEIDADE/HETEROGENEIDADE RELATIVA E TEMPORAL DOS IACR NOS ESTADOS.

Para medir a homogeneidade /heterogeneidade relativa no tempo do IACR médio em cada estado, no período analisado, utiliza-se o seu coeficiente de variação (CV). Por definição o CV é a relação percentual entre o desvio padrão e o valor esperado de uma variável aleatória. Quando maior o valor do CV, mais irregular (mais heterogêneo) terá sido a distribuição das observações em torno da média. Assim, no caso deste estudo o CV pode ser utilizado como medida de aferição da forma como os estados se apropriaram das modalidades conjuntas ao longo dos anos. Portanto, um indicador da instabilidade ou da instabilidade com que a política se manifestou no estado ao longo do período investigado. Isso pode ser feito de forma comparativa. Maiores CV sinalizam maiores instabilidades

relativas. Quanto menor o CV, mais homogênea (estável) será a distribuição das observações em torno da média (GOMES, 1985; GARCIA, 1989; SORENSEN, 2000).

Para usar o CV como medida de aferição de homogeneidade / heterogeneidade de uma distribuição é necessário a definição de seus valores críticos. Gomes (1985) estabeleceu limites para classificação dos CV em experimentação agrícola (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação do CV de acordo com a sua amplitude.

Classificação do CV	Amplitude do CV
Baixo	$CV < 10\%$
Médio	$10\% \leq CV < 20\%$
Alto	$20\% \leq CV < 30\%$
Muito alto	$CV \geq 30\%$

Fonte: GOMES, 1985.

Uma vantagem de usar o CV nesse tipo de avaliação, em relação a outras medidas de variabilidade, é que permite a comparação entre variáveis de naturezas e aferições distintas. (GARCIA, 1989; SORENSEN, 2000).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se a apresentação e a discussão apresentando os resultados encontrados nos procedimentos de AF-DCP utilizados para gerar o IACR. Os resultados encontrados para a estimação dos componentes e escores fatoriais que são utilizados para construir os pesos associados a cada um dos indicadores que compõem o IACR estão mostrados na Tabela 1.

Observa-se que as estimativas obtidas são robustas, de um ponto de vista estatístico, tendo em vistas que o teste KMO = 0,656 (o mínimo aceitável é 0,5) assegura a qualidade dos ajustamentos que é corroborada pelo teste de *Bartlett* que confirma que a matriz de correlação não é identidade e pela variância explicada da ordem de 72,5% (Tabela 1).

Tabela 1 –Resultados obtidos com AF-DCP para estimar os pesos do IACR.

Indicadores	Comunalidades	Componentes	Escore	Pesos
Custeio_Agrícola_Relativo	0,844	0,919	0,317	0,27
Investimento_Agrícola_Relativo	0,811	0,900	0,310	0,26
Custeio_Pecuária_Relativo	0,681	0,826	0,285	0,24
Investimento_Pecuária_Relativo	0,565	0,752	0,259	0,23
Observação: KMO = 0,656; Variância Explicada = 72,5%				

Fonte: Elaboração própria, em suporte nos dados da pesquisa.

Observa-se que os pesos gerados a partir dos componentes ou dos escores fatoriais são bastante próximos, variando de 0,23 a 0,27. Um indicador de que as modalidades de crédito interferem de forma não muito diferenciada nos estados brasileiros e no período avaliado. Assim, com base nos indícios mostrados na Tabela 1, a equação para a construção do Índice da Apropriação do Crédito Rural do Pronaf (IACR), afere a média ponderada da participação relativa dos estados na apropriação das modalidades de Pronaf. A equação de definição do IACR é a apresentada a seguir:

$$IACR_{it} = 0,27 Y_{1t} + 0,26 Y_{2t} + 0,24 Y_{3t} + 0,23 Y_{4t}$$

Aplicando essa equação em cada estado, nos 19 anos estudados, encontram-se os valores estimados do IACR para cada ano. Calculam-se as médias e os CV do índice para os estados nos 19 anos e se mostram esses resultados na Tabela 2.

Tabela 2 – Médias, Coeficientes de variação (CV) do Índice de Apropriação do Crédito Rural do Pronaf nos Estados e Regiões Brasileiras de 2000 a 2018

Estado	IACR(%)	CV(%)
Acre	0,29	57,1
Amapá	0,08	100,9
Amazonas	0,25	88,8
Pará	2,21	51,3
Rondônia	2,74	27,8
Roraima	0,12	69,0
Tocantins	0,83	34,9
NORTE (TOTAL)	6,51	
Maranhão	1,94	47,4
Piauí	1,24	46,6
Ceará	1,85	39,6
Rio Grande do Norte	1,53	72,6
Pernambuco	1,76	38,7

Paraíba	0,83	39,2
Alagoas	0,80	17,1
Sergipe	0,75	24,1
Bahia	3,79	28,7
NORDESTE (TOTAL)	14,47	
Espírito Santo	3,51	25,0
Minas Gerais	12,49	11,1
Rio de Janeiro	0,77	24,6
São Paulo	4,55	18,1
SUDESTE (TOTAL)	21,31	
Paraná	12,88	23,0
Rio Grande do Sul	23,78	12,2
Santa Catarina	11,64	14,3
SUL (TOTAL)	48,30	
Goiás	4,24	29,0
Mato Grosso	3,91	42,6
Mato Grosso do Sul	1,22	73,3
Distrito Federal	0,03	65,7
CENTRO-OESTE (TOTAL)	9,40	
TOTAL GERAL	100,00	

Fonte: Valores estimados a partir dos dados do Bacen, vários anos.

Das evidências encontradas no estudo, mostradas na Tabela 2 e no Gráfico 1, depreende-se que a região Sul apresentou a maior média de participação relativa dos valores agregados dos contratos nas modalidades estudadas: custeio agrícola; investimento agrícola; custeio pecuário; e investimento pecuário. Com efeito, nessa região o percentual médio estimado para o período estudado (2000 a 2018) foi de 48,3%. A região Sudeste segue com 21,31%; o Nordeste com 14,5%; o Centro-Oeste com 9,4% e, finalmente, a região Norte para onde o percentual médio estimado do período foi de apenas 6,5% do montante de crédito rural do Pronaf no período investigado pela pesquisa.

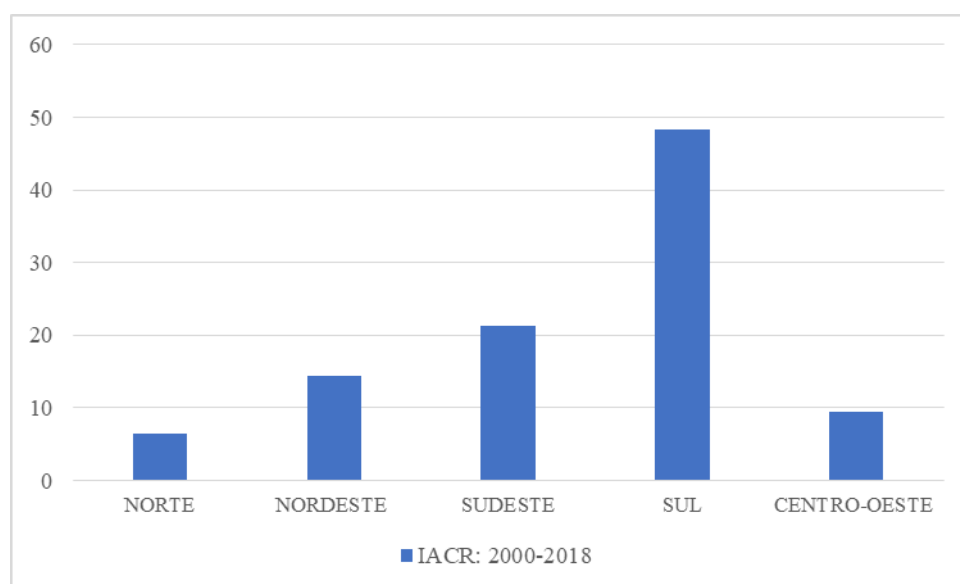
Esses percentuais mais acentuados de apropriação de Pronaf nos estados do Sul e Sudeste podem estar associados a um maior envolvimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e fomento agrícola nesses estados, vis a vis, o que acontece no Nordeste e no Norte. Nos estados do Sul e Sudeste os recursos do Pronaf são largamente utilizados em atividades que possibilitam uma maior possibilidade de resultados econômicos como cultivo de café, uva, produção de leite, produção de queijo, dentre outras atividades mais voltadas ao mercado. Os valores da produção agrícola e pecuária obtidos pelas unidades agrícolas familiares nos estados dessas duas regiões são bastante expressivos, se comparados aos obtidos no Norte e no Nordeste, numa evidência de que a maior captação dos

recursos do Pronaf nos estados dessas regiões se materializa em expressivos resultados econômicos para os seus agricultores familiares (IBGE, 2017).

Nas regiões (Norte e Nordeste) as atividades agrícolas se concentram fundamentalmente na produção de arroz, feijão, mandioca e milho, que são atividades mais voltadas para a segurança alimentar e com pouca inserção no mercado. Há uso de recursos do Pronaf para a criação extensiva de bovinos nessas regiões. Provavelmente, por essas razões, os valores captados de Pronaf nessas regiões são bastante inferiores aos observados nas regiões Sul e Sudeste onde as atividades agrícolas dos agricultores familiares estão mais voltadas ao mercado.

A modesta participação relativa do Centro-oeste na captação de recursos do Pronaf pode ser creditada ao fato de que nos estados dessa região (excetuando o DF) há um maior domínio das atividades agrícolas praticadas nas unidades não familiares (UAP). Essas unidades de produção têm fontes próprias de financiamentos para as suas atividades, as chamadas *tradings* que, por sua vez, garantem o recebimento da matéria-prima. Os representantes dessas entidades adiantam os recursos para o plantio da safra aos produtores, realizando a compra antecipada da safra. Uma operação bastante conhecida é a troca de fornecimento de insumos e as *tradings* na oferta de créditos aos produtores. (SILVA, 2012; SCHIMIDT E CANÇADO, 2018).

Gráfico 1 – Médias dos índices de apropriação do crédito rural do Pronaf pelas regiões brasileiras entre 2000 e 2018



Fonte: Elaborado pelos autores. Dados referentes a Tabela 2.

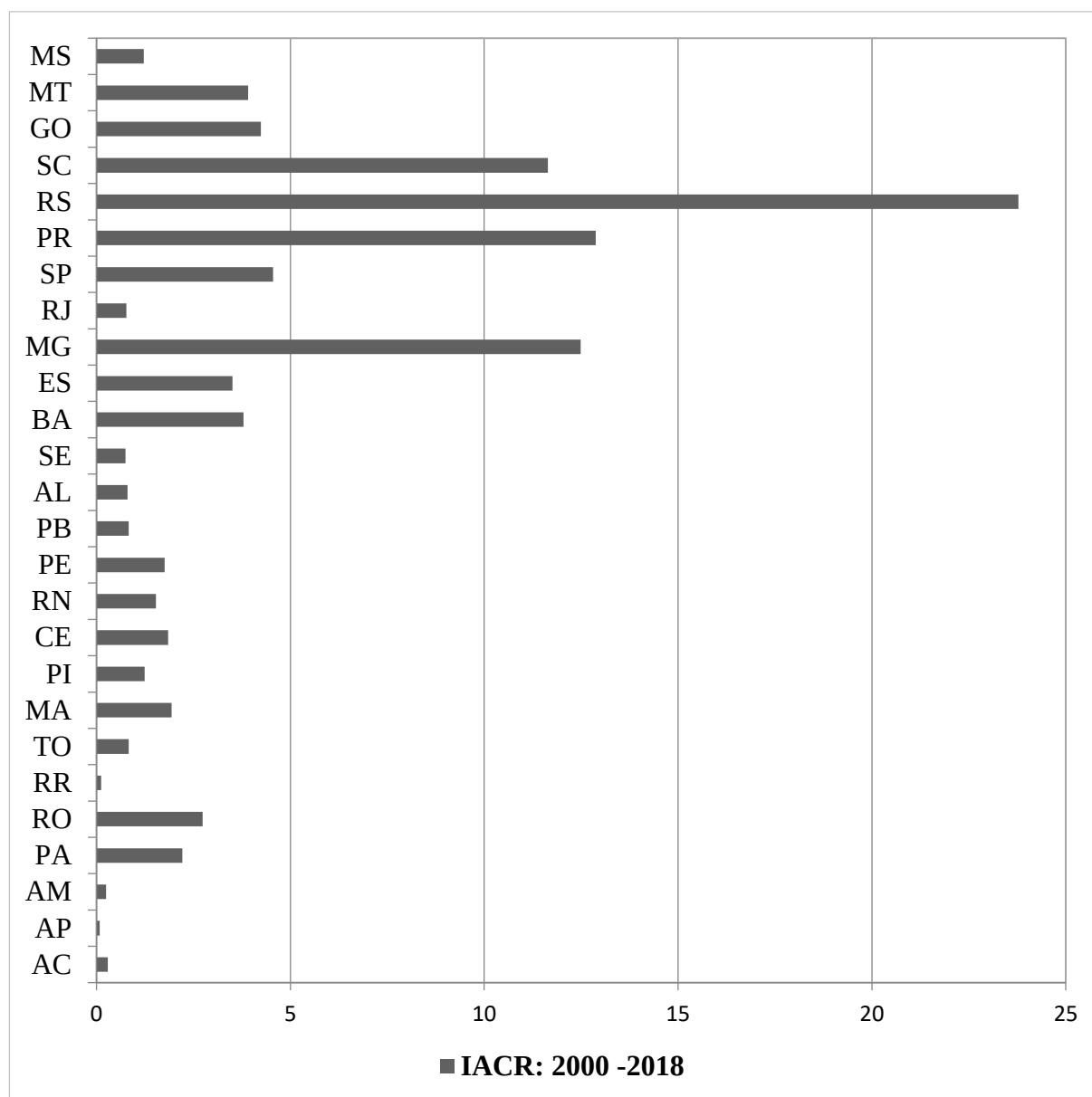
Em relação à captação média dos valores agregados de Pronaf por estados, observou-se que os agricultores familiares do Rio Grande do Sul conquistaram o maior percentual médio no período investigado (23,8%). Paraná (12,9%), Minas Gerais (12,5%) e Santa Catarina (11,6%) ficaram nas posições seguintes em hierarquia decrescente.

O Distrito Federal, em que as atividades agrícolas familiares têm pouca participação na formação da renda, apresentou o menor percentual médio de captação dos recursos do Pronaf no período avaliado. No geral, estão nos estados das regiões Norte e Nordeste, as menores participações médias, em termos percentuais, dos valores de Pronaf nas modalidades estudadas no período 2000 a 2018.

Essas menores participações médias também podem ser atribuídas às políticas públicas de assistência técnica, extensão rural e fomento agrícola que estão bastante sucateadas em todos os estados dessas regiões. Isso se complementa com uma baixa remuneração dos técnicos que deveriam exercer as atividades de campo. Trabalham em geral submetidos a contratos precários e sem condições mínimas de chegarem aos agricultores para levarem informações, inclusive da existência do Pronaf. Os Bancos da Amazônia e do Nordeste tentam suprir parte dessas deficiências, mas o seu pessoal de campo, em geral não tem a formação adequada para prestar assistência técnica durante o desenvolvimento das lavouras. Essa baixa participação na captação de Pronaf provavelmente contribui para os baixos resultados econômicos observados nos estados dessas duas regiões (IBGE, 2017).

As evidências do estudo também mostram que nos estados em que a apropriação média do Pronaf, aferida pelo IACR, são menores (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) as heterogeneidades dessas apropriações, medidas pelos respectivos CV, são bem maiores. No Amapá que apresentou a menor média de apropriação de Pronaf entre 2000 e 2018, num percentual de apenas 0,08%, o CV foi de 100% (Tabela 2).

Gráfico 2 - Médias dos índices de captação do crédito rural do Pronaf pelos estados brasileiros entre 2000 e 2018



Fonte: Elaborado pelos autores. Dados referentes a Tabela 2.

PROVÁVEIS IMPACTOS DO PRONAF SOBRE OS RESULTADOS ECONÔMICOS E OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS REGIÕES ENTRE 2006 E 2017.

Com base nos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017 se construiu a Tabela 3. Com base nas evidências mostradas nesta Tabela observa-se que na região Centro-oeste nas UAF que, provavelmente devem ter utilizado créditos do Pronaf, o valor da produção em 2006 somou R\$ 6.370.086 mil em 2006, tendo evoluído para R\$10.161.300,00 mil em 2017 (em valores de 2018).

Enquanto isso, o valor da produção agrícola agregada das UAP em 2006 foi de R\$52.194.445 mil, saltando para R\$122.213.808 mil em 2017 em valores corrigidos para 2018. Uma diferença bastante significativa que mostra a pujança da agricultura praticada nas unidades não familiares, quando comparadas àquelas praticadas nas UAF (Tabela 3).

Outro fato interessante que pode estar associado ao acesso ao Pronaf, e produção agrícola agregada, se relaciona com a geração de ocupação da força de trabalho do meio rural nas UAF e UAP. Com efeito, observa-se que embora havendo uma maior participação média na apropriação relativa dos financiamentos agregados nas regiões Sul e Sudeste entre 2000 e 2018, nessas regiões houve uma queda na ocupação da força de trabalho nessas duas regiões entre os anos de 2006 e 2017. Com efeito, apenas no Norte e no Centro-oeste a ocupação da força de trabalho no setor rural evoluiu entre 2006 e 2017 nas UAF (Tabela 3).

O Nordeste teve a segunda menor participação relativa na captação dos recursos do Pronaf entre 2000 e 2018. Nessa região houve uma redução expressiva na ocupação da força de trabalho entre 2006 e 2017. Isso pode ser atribuído também aos problemas de secas que aconteceram nos anos de 2010 e no período de 2012 a 2017 (FUNCEME, 2020; Tabela 3).

Tabela 3 - Valor da produção agrícola, atualizado para 2018, Mão de obra (MO) ocupada nas unidades agrícolas familiares (UAF) e nas unidades agrícolas não familiares (UAP) nas regiões brasileiras, segundo os Censos Agropecuários de 2006 e de 2017

Unidades Agrícolas Familiares (UAF)						
Regiões	Ano de 2006		Ano de 2017		Relação (2017/2006)	
	VP (R\$1000)	MO Ocupada	VP (R\$1000)	MO Ocupada	VP (%)	MO (%)
Norte	10.318.071	1.383.640	11.893.564	1.562.754	115,27	112,95
Nordeste	27.235.957	6.365.251	16.783.940	4.708.670	61,62	73,97
Sudeste	23.927.496	1.798.935	27.292.148	1.670.696	114,06	92,87
Sul	42.883.402	2.244.347	46.494.623	1.616.290	108,42	72,02
C. Oeste	6.370.086	530.937	10.161.300	557.149	159,52	104,94
Unidades Agrícolas Não Familiares (UAP)						
Regiões	Ano de 2006		Ano de 2017		Relação (2017/2006)	
	VP (R\$1000)	MO Ocupada	VP (R\$1000)	MO Ocupada	VP (%)	MO (%)

Norte	8.258.436	272.009	20.961.153	447.537	253,82	164,53
Nordeste	32.137.933	1.333.887	39.849.250	1.668.094	123,99	125,06
Sudeste	83.526.343	1.484.114	110.751.614	1.516.681	132,59	102,19
Sul	46.376.910	676.098	82.680.267	724.576	178,28	107,17
C. Oeste	52.194.445	478.987	122.213.808	632.678	234,15	132,09

Fontes: Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Por outro lado, observou-se que tanto o valor da produção agregada da produção agrícola, como da ocupação da força de trabalho evoluíram entre os anos de 2006 e 2017 nas unidades agrícolas não familiares (UAP). Observa-se ainda que, em termos relativos, a evolução do valor da produção agrícola foi bem maior nas regiões Norte e Centro-Oeste. Contudo, ficam evidente as diferenças das magnitudes dos valores da produção da região Norte em relação ao observado no Centro-oeste (Tabela 3).

No que se refere às quantidades e aos valores médios dos contratos de Pronaf por região, constata-se que a maior média de quantidade contratos foi observada na Região Nordeste (677.214), justamente onde o valor médio por contrato foi o menor entre todas as regiões (R\$2.538,18).

Por outro lado, a região Centro-oeste apresentou a menor média do número de contratos (49.261), mas apresentou o maior valor médio por contrato no período investigado neste estudo (R\$17.157,36). Nesta região se observou uma distribuição mais homogênea do número de contratos (CV = 19,3%), mas apresentou uma elevada heterogeneidade (a terceira maior) em torno do valor médio por contrato (CV = 70,4%). A região Sul teve o segundo valor médio por contrato (R\$11.992,43), mas teve a segunda maior heterogeneidade em torno da média (CV = 80,0%). O Norte, por sua vez, apresentou a menor média de contratos (68.021) com a segunda maior heterogeneidade na distribuição ao longo do período (CV = 39,6%), mas teve o maior valor médio por contrato (R\$12.082,14), mas apresentando também a maior heterogeneidade aferida por um CV de 80,2% entre 2000 e 2018. A média elevada por contrato nessa região pode ser atribuída ao fato de a grande maioria dos financiamentos ser voltada para as atividades pecuárias.

Tabela 4 – Totais de Contratos, valores médios e coeficientes de variação (CV) das modalidades de financiamento de Pronaf nas regiões brasileiras entre 2000 e 2018

Contratos	NOR	NDE	SUD	SUL	COE
Totais	1.292.404	12.867.063	4.100.307	10.305.314	935.960
Média anual (contrato/ano)	68.021	677.214	215.806	542.385	49.261
CV (%) (contrato/ano)	39,6	54,4	32,9	26,5	19,3
Valor médio (R\$/Ano)	12.082,14	2.538,18	10.706,86	11.992,43	17.157,36
CV (%) (R\$/ano)	80,2	54,7	64,3	80,0	70,4

Fonte: Valores estimados a partir dos dados do Bacen, vários anos.

Apesar de não ter ficado explícito na sua criação que o Pronaf poderia ser um instrumento de redução das disparidades regionais e estaduais na produção agrícola familiar, as evidências encontradas nesta pesquisa corroboram com essa possibilidade. Com efeito, a Tabela 2 revela que, passados mais de 18 anos de atuação efetiva, os maiores valores de crédito rural das diferentes modalidades de Pronaf estão concentrados justamente nas regiões mais ricas do País. E o Nordeste, que é a região mais pobre, teve o menor valor médio de captação no período (Tabela 4).

5 CONCLUSÃO

Os avanços registrados pelo Pronaf, desde a sua criação, representaram uma grande conquista para os trabalhadores rurais, possibilitou o desenvolvimento e ampliação de diversas modalidades e formas de acesso ao crédito rural, aos agricultores familiares. Muitos tiveram a oportunidade de conseguir crédito para custeio e investimento agrícola e pecuária, ampliando sua produção, adquirindo equipamentos, tecnologia e capacitação.

No entanto, o acesso aos recursos do Pronaf gera alguns questionamentos quanto à sua distribuição nas regiões e estados do Brasil. Assim, este estudo mostrou que as regiões Sul e Sudeste concentram os maiores volumes de crédito rural de custeio e investimento para as atividades agrícolas e pecuárias da agricultura familiar brasileira.

De acordo com o Decreto Presidencial que criou Pronaf, o seu objetivo seria promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

O estudo mostrou que nos anos de 2006 e 2017 o Pronaf deve ter colaborado para a elevação do valor da produção agrícola da maioria das regiões brasileiras. Contudo, na mais pobre, o Nordeste, isso não aconteceu. Pode-se atribuir essa não evolução do valor da produção nas unidades agrícolas familiares entre 2006 e 2017 dessa região à forte crise hídrica que aconteceu na região entre 2012 e 2017 e que se rebateu sobre a produção agropecuária da região.

Em relação ao outro objetivo explicitado na criação do programa que seria a geração de emprego, a pesquisa mostra que esta função apenas foi alcançada, no período estudado, em duas regiões: Norte e Centro-oeste, justamente as que captaram, proporcionalmente, os menores valores em recursos do Pronaf. Nesse quesito, geração de empregos rurais entre 2006 e 2017, as unidades agrícolas não familiares (UAF) tiveram desempenhos bem maiores em todas as regiões brasileiras.

As análises apresentadas possibilitam entender que a apropriação dos recursos do Pronaf ocorre de forma heterogênea, apresentando os menores valores médios irregularidades nas regiões consideradas mais pobres do Brasil, captadas pelos respectivos coeficientes de variação.

Em face do que foi apresentado neste estudo, considera-se que o Pronaf gerou grandes benefícios e desenvolvimento aos agricultores familiares brasileiros, no entanto, precisa de políticas voltadas para reduzir a desigualdade na distribuição dos recursos, equilibrando a apropriação entre as regiões e seus respectivos estados. No entanto, reconhece-se que esta função deve ser partilhada pelos estados das regiões mais pobres (Norte e Nordeste) que devem fortalecer os respectivos sistemas de assistência técnica, extensão rural e fomento agropecuário.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: Uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, n.3, p. 483-496, set/dez 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/12573>>. Acesso em: 07 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Dispõe sobre a criação o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo Agropecuário de 2006. Rio de Janeiro, 2006.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro, 2017.
- BRIGUGLIO, Lino. The vulnerability index and small island development states: a review of conceptual and methodological issues. University of Malta, 2003.
- BROOKS, N. Vulnerability, risk and adaptation: A conceptual Framework. Tyndall Centre for Climate Change Research. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/200032746_Vulnerability_Risk_and_Adaptation_A_/link/58ac004a458515040205dfb2/download>. Acesso em: 25 maio 2020.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. *Sociologias*, Porto Alegre, n 10, p. 312-347, jul/dez 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: THONNER, D.; KENBLAY, B.; SMITH, R. E. F. The theory of peasant economy. Honewood, Illinois: The American Economic Association, 1966. p. 1-28
- DE JANVRY, A. Pobreza e desarrollo rural. In: JORDAN, F. La Economía campesina: crisis, reacción y desarrollo. San José, Costa Rica: IICA, 1989. 245 p.
- FAO. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília, DF, 1994.
- FÁVERO, Luiz Paulo. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FEITOSA, M. M., LEMOS, J. de J. S., & CAMPOS, K. C. Simulações para produzir soja de forma sustentável na região do Matopiba. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, 10, 196–221, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2629>>. Acesso em: 20 abr. 2020
- FUNCEME. FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HIDRICOS. Fortaleza, CE, 5020.

GARCIA, C. H. Tabelas para classificação do coeficiente de variação. Piracicaba: IPEF, 1989. 12p.

GOMES, F. P. Curso de estatística experimental. 13. ed. São Paulo: ESALQ/USP, 1985. 467p.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, n.2, v.52, abr/jun 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000200007>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GUILLAUMONT, P; SIMONET, C. Designing an index of structural vulnerability to climate change. FERDI Working paper, v. 1, n. 8, 2011. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/Designing-an-index-of-structural-vulnerability-to-Patrick-Catherine/7e861de0e1de578352f9ca3429744d9aa022c43a1>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

HAHN, M.; RIEDERER, A.; FOSTER, S. The Livelihood Vulnerability Index: A pragmatic approach to assessing risks from climate variability and change—A case study in Mozambique. Global Environmental Change, v. 19, n. 1, p. 74-88, 2009. Disponível em:<<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2008.11.002>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

HAIR JR, Joseph F; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C. Análise Multivariada de dados. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017:Brasil, Grandes macrorregiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LEMOS, José de Jesus Sousa. Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

LEMOS, José de Jesus Sousa. Pobreza e Vulnerabilidades induzidas no Nordeste e no

Semiárido Brasileiro.2015. 142p. Tese (Concurso para professor) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

LEMOS, José de Jesus Sousa. Vulnerabilidades induzidas no semiárido. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

LIRA, J.S.; LEMOS, J.J.S. LIMA, P.V.P.S. Capacidade de recuperação da agricultura familiar do Nordeste brasileiro: uma análise para o período 1990-2012. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 47, n 4. p. 107-121. out-dez, 2016. Disponível em:

<<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/621>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MAROCO, João. Análise Estatística com utilização do SPSS. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2003.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. A agricultura familiar no brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 45, p. 6-17, 2014. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/495/391>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SORENSEN, Alan. T. Equilibrium Price Dispersion in Retail Markets for Prescription Drugs. *Journal of Political Economy*, v. 108, n. 4, p. 833-850, 2000.

Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/3b1a/6ba76440c8095d7dcc5e07317461ba38923d.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. p. 469-494.

SCHIMIDT, João Guilherme Araújo; CANÇADO, Matheus Prudente. EXPLORAÇÃO PELA COMPLEXIDADE: um modelo teórico para analisar como se dá a extração de valor no complexo agroindustrial da soja. In: RODRIGUES, Jaqueline Fonseca. Inovação, Gestão e Sustentabilidade. Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2019. p. 314-330. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/2414>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

SILVA, Felipe Prince. Financiamento da cadeia de grãos no Brasil: o papel das tradings e fornecedores de insumos. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - Sp, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286009/1/Silva_FelipePrince_M.pdf> Acesso em: 25 dez. 2021.

SOUSA, Jânia Maria Pinho. Avaliação do Financiamento da Agricultura Familiar na produção, ocupação e renda. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<https://mapp.ufc.br/wp-content/uploads/2021/01/jAnia-maria-pinho-sousa-avaliacao-do-financiamento-da-agric-familiar-na-producao-ocupacao-e-renda.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

THORNTON et al., P. Climate change and poverty in Africa: Mapping hotspots of vulnerability. *African Journal of Agricultural and Resource Economics*, v. 2, n. 1, p. 24-44, 2008. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08b98ed915d622c000d9f/3870_afjare-08.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2020.

Capítulo 9

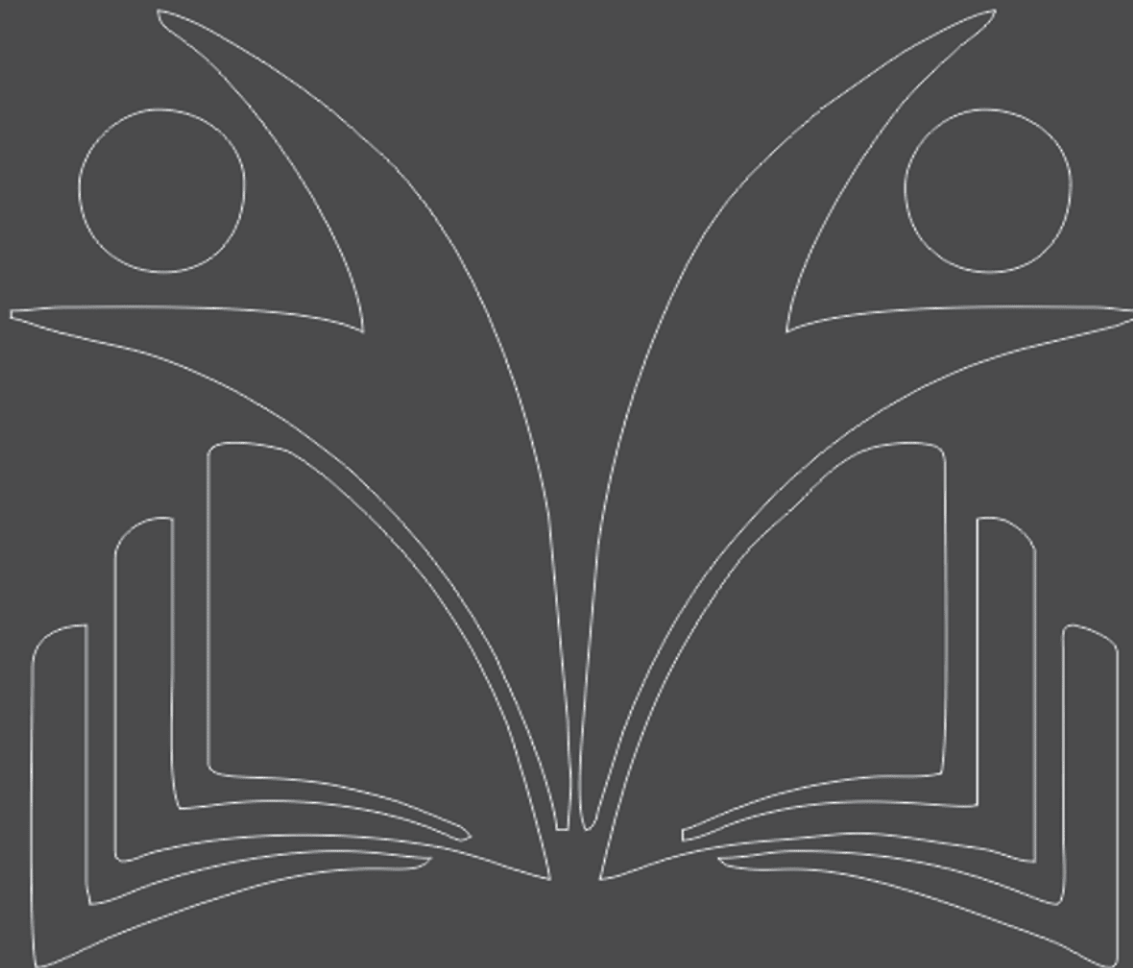


10.37423/230307474

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR EM INCLUIR ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL

Alessandra Sousa

UNINASSAU CARUARU



Resumo: O trabalho discorre sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), baseando-se na legislação referente a inclusão e a gestão democrática. A revisão bibliográfica descritiva tem como base especialistas da área e artigos relacionados com o assunto, evidencia alguns aspectos que precisam de uma maior atenção e dedicação por parte dos envolvidos no processo de inclusão, analisa a importância da gestão escolar no processo de inserção, inclusão e permanência dessas pessoas na escola objetivando a garantia dos direitos fundamentados por lei. Busca entender como a gestão pode contribuir para a inclusão e apresenta práticas pedagógicas para que a aprendizagem aconteça, além disso, discursa sobre possibilidades de aprendizagem e a relevância de relacionar toda a comunidade escolar a educação, mostrando estratégias de tornar a educação para todos, independentemente de ter necessidades especiais ou não. É possível perceber que a gestão possui papel importante no que se refere a aceitação e a normalidade de alunos com necessidades especiais, trazendo também a importância da família, comunidade escolar e sociedade nesse processo, compreendendo que cada um tem seu desenvolvimento dentro de suas potencialidades e que a maneira como a aprendizagem é conduzida pode influenciar muito para que os resultados sejam positivos. A inclusão pode acontecer desde que todos os envolvidos se empenhem e se comprometam para que tudo ocorra como o esperado, a fim de contribuir para uma escola justa e igualitária para todos.

Palavras-chave: Inclusão, Gestão, Família, Educação Especial, Leis.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado tem como foco principal analisar como a gestão escolar contribui para a inclusão, com a intenção de mostrar a importância de uma gestão comprometida com a construção de uma escola inclusiva que enxergue possibilidades trabalhando em conjunto, escola, família e sociedade. A gestão escolar atua de forma bastante abrangente, mas, um dos desafios que se faz presente nas escolas diz respeito a inclusão escolar, que não é uma tarefa fácil, uma vez que as pessoas que formam o ambiente escolar são diferentes e tem suas particularidades, é papel de uma boa gestão trabalhar junto a todos que constituem a escola afim de tornar esse ambiente acolhedor independente de qualquer diferença.

Para que a escola seja inclusiva, é preciso que ela acolha a todos e não se limite apenas a necessidade de incluir as crianças com deficiências, é fundamental que todas as crianças sejam vistas como importantes. Cada aluno se desenvolve de uma forma e em tempos diferentes, a escola precisa criar estratégias para englobar essa diversidade em sala de aula com o objetivo de educar para todos.

A responsabilidade de uma educação inclusiva não é de um só profissional, faz-se necessário o comprometimento de diversos atores nesse processo como a gestão escolar, a coordenação, professor, o aluno e a família, que precisam reconhecer as barreiras, levando em consideração o contexto em que a escola está inserida e sempre tendo em vista as dificuldades de cada educando. É preciso entender que cada pessoa aprende de uma maneira, não é correto simplesmente ignorar as diferenças, é possível aproveitar essas singularidades que se interagem e se completam como forma de aprendizagem, o resultado positivo para essa inclusão será possível com esforço e dedicação de todos os envolvidos.

O artigo irá evidenciar uma discussão bem atual, o ato de incluir as crianças com deficiências nas escolas. Tende apresentar os desafios que essa escola enfrenta ao decidir ser uma escola que insere e não que apenas aceita. Indo assim na ideia de mostrar para a sociedade a diferença entre esses dois termos incluir e aceitar. Será desenvolvido maneiras de identificar essa inclusão e como agir quando ela não acontece enfatizando que a escola deve moldar-se para atender o aluno e não o aluno adaptar-se à escola, tornando-a um espaço inclusivo.

2 METODOLOGIA

O artigo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica descritiva que teve como aspecto metodológico a abordagem qualitativa, para que o trabalho fosse bem desenvolvido foram criados objetivos que

facilitaram o entendimento sobre a inclusão de alunos com NEE, tendo como referência as políticas públicas e as leis que abrangem a inclusão e a gestão democrática nas escolas.

Foram utilizados diversos meios de pesquisas, como o Google acadêmico, Scielo, repositórios e plataformas disponíveis na internet, artigos e monografias. De início foi feito uma busca com os descritores: inclusão, gestão, família, educação especial e leis. Assim, foram selecionados artigos com um período de 2008 a 2020 que discutiam sobre a inclusão de alunos com NEE e os desafios da gestão escolar nesse processo e o trabalho teve como base alguns autores principais como, Fonseca, Oliveira, Saviani e outros.

Desse modo, como em qualquer outra pesquisa bibliográfica contribuiu para a compreensão de assuntos e autores que decorrem sobre diferentes estratégias e soluções para que ocorra de fato a inclusão. Além de saber que são assuntos de domínio público, o que torna o interesse do leitor ainda maior na sua necessidade de ampliar o conhecimento.

Nesta análise, a inclusão é mostrada como um processo que acontece gradativamente trazendo benefícios para todos os alunos inclusos como para os demais alunos e professores, mas vale lembrar que a inclusão tem de ser muito bem estruturada por todos os responsáveis para que ela possa ocorrer com eficácia.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 GESTÃO ESCOLAR

3.1.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Antigamente, a escola tradicional era destinada apenas para uma minoria, na qual eram ensinados a memorizar e copiar, e não a pensar, não era um objetivo que os alunos adquirissem uma formação crítica da realidade em que vivem, esses alunos eram ensinados a obedecer regras e normas para manter-se a ordem social. As escolas tradicionais abarcavam relações de poder, opressão, e os alunos não poderiam questionar as ordens impostas pela escola, elas eram marcadas como conservadoras e autoritárias formando alunos sem a capacidade de criticar.

Há alguns anos, com o desmoronamento da escola tradicional, a escola contemporânea ganhou destaque, por considerar o aluno como centro do processo, sendo o principal na educação e visando a aprendizagem crítica, além de propor uma educação para a vida toda. Assim, os professores também necessitaram se atualizar, com o intuito de formar cidadãos para o exercício da cidadania, capazes de

opinar e questionar a qualquer momento. A gestão também se encontrava no mesmo sistema da escola tradicional, mas, com todas as transformações e o advento de novas necessidades escolares, a gestão escolar precisou adaptar-se para uma nova realidade.

Muitas modificações em diversos setores provocaram várias mudanças na sociedade, inclusive na educação. No Brasil, aconteceram alterações no âmbito educacional, e com isso novas escolas abriram e a gestão escolar passou a ser discutida de forma mais democrática e com uma maior participação da comunidade escolar que estava à procura de acesso e permanência de todos na escola.

Desse modo, diferentes discussões sobre a gestão democrática da escola públicas surgem, sendo legalmente reconhecida na Constituição Federal (CF) de 1988 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, as quais passaram a implementar a gestão democrática para a educação. Na CF, no artigo 206, inciso VI: a gestão democrática do ensino público e no artigo 3º da LDB, inciso VIII: gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino. Constatam, que a educação ofertada deve ser baseada nos princípios da gestão democrática conforme a legislação.

A LDB, garante um espaço escolar que exerça a autonomia, desenvolva o educando no seu preparo para o trabalho e para a vida em sociedade, como também a participação de uma gestão democrática nos sistemas de ensino, juntamente com os profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar nas questões escolares, como se concretiza nos artigos 14 e 15 da LDB nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996, p.1).

A gestão democrática é aqui interpretada como um processo no qual as pessoas têm a função de planejar, acompanhar, desenvolver, analisar a vivência de forma crítica e as relações humanas, identificar problemas e ir em busca das soluções, é fundamental que a gestão escolar conceitue as questões do cotidiano escolar. Esse processo também tem como base a participação da comunidade

escolar/sociedade, o cumprimento às leis constituídas para todos os procedimentos de decisões e a garantia de acesso às informações aos indivíduos.

No que confere a legislação da LDB, lei nº9.394/1996, no art.12, que os estabelecimentos de ensino terão a responsabilidade de “promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying) no âmbito das escolas”. (BRASIL, 1996, p.1). Desse modo, é obrigação de toda instituição de ensino criar estratégias para a eliminação de atitudes discriminatórias, trabalhar o respeito e a inclusão de pessoas com necessidades especiais, de tal modo que sejam extintos os motivos de exclusão, entendendo que todos são capazes de aprender como qualquer outro indivíduo, a fim de uma educação para todos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, com vigência até 2024, também ressalta a gestão democrática em sua meta 19, contendo oito estratégias para sua implementação, que se fundamenta nos preceitos de participação rompendo com o autoritarismo ainda presente na gestão de escolas públicas. A meta 19, determina a gestão democrática a educação pública, para sua efetivação no prazo de dois anos:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014, p.1).

A meta, mediante as suas estratégias, deve possibilitar que a gestão democrática seja efetivada no prazo de dois anos, como também a seleção de diretores, ampliação dos programas de apoio como, conselhos escolares, grêmios estudantis e associações de pais e mestres, estimulando a participação dos profissionais da educação, alunos e familiares nas questões educacionais tais como, projeto político pedagógico, currículos, planos de gestão e regimentos, além de promover programas de formação de diretores e gestores escolares, com a finalidade de resolver as dificuldades da melhor forma possível e com a participação de toda a comunidade escolar.

Desta forma, a gestão escolar pode ser vista como algo organizado de modo que venha sistematizar todo o processo educacional favorecendo a participação de todos na composição do espaço escolar, na qual as questões serão socializadas e debatidas em grupo, envolvendo todos na construção de uma escola justa, igualitária e de qualidade para todos.

3.1.2 A GESTÃO ESCOLAR COM UM OLHAR PARA A INCLUSÃO

A gestão escolar na concepção de inovadora, consiste em uma educação de eficiência, com o propósito de incluir e não apenas integrar, a todos, independente de possuir necessidades especiais ou não, com um atendimento de qualidade e excluindo qualquer forma de discriminação, a escola inclusiva necessita formar indivíduos com valores éticos, com pensamentos críticos, que tenham conhecimento dos seus direitos e deveres e que valorize e respeite o próximo.

Diante disso, surgem vários desafios para os gestores escolares, os quais têm de procurar formas para incluir todos os alunos e atender a diversidade do todo, é exigido que essas diferenças sejam valorizadas e não excluídas. Faz-se necessário que a escola utilize de diversas ferramentas para atingir a todos e a cada um, entendendo que cada pessoa aprende de uma maneira, e o processo de aprendizagem de cada ser é singular.

É necessária uma gestão que pense no coletivo, que seja dinâmica, criativa, e capaz de perceber as carências de cada momento e de construir condições mais satisfatórias para o trabalho na escola. A autonomia que é prevista na legislação do ensino, na grande maioria, necessita da competência dos gestores que deve ser desenvolvida ao longo do seu trabalho.

O gestor necessita primeiro realizar um diagnóstico para entender a realidade da escola, a fim de identificar seus problemas e compreender os direcionamentos para sua solução, esse profissional precisa ser realista e crítico, além de ter uma visão do futuro, percebendo as mudanças, os desafios, sem ter medo de enfrentar o novo, analisar a dificuldade de todos e entender o que pode ser feito de melhor para uma educação de qualidade. Pode-se considerar que o gestor deve ser preparado para se tornar empreendedor, renovador, estimulador, incentivador e participativo. Nesse caso:

O processo de ensino aprendizagem presente na gestão escolar democrática está relacionado aos aspectos de detenção dos conhecimentos, técnicas, métodos, entre outros, e principalmente à capacidade política do gestor escolar de ser flexível, desenvolver habilidades no cotidiano escolar, valorizando a criatividade, aceitando a diversidade. (OLIVEIRA, 2007, p.54)

Por isso, para uma gestão democrática o gestor deve ser aberto ao diálogo, ter responsabilidade, conhecer as leis e normas, ser comprometido com todos, estabelecendo aos alunos e professores uma visão de disciplina, amizade e respeito para que assim construa uma escola de qualidade que respeite as diferenças.

A gestão em qualquer área de atuação é indicada como um processo que tem a função de mobilizar e coordenar o talento do ser humano, de forma individual ou coletiva, com organização e com a

participação de toda a equipe, para que assim, tenham os resultados almejados. No campo educacional, a qualidade do ensino está ligada ao desempenho dos seus gestores que com uma postura democrática, participativa e comprometida com o seu papel, atua como mediador de possibilidades e estratégias que são determinadas juntamente com a equipe da escola, visando a inclusão das pessoas, colocando-se à disposição do aluno e se adaptando para as necessidades dos mesmos, tornando-se assim um espaço inclusivo. É fundamental que seja colocado em prática tudo aquilo que asseguram as leis para a inclusão escolar.

3.2 INCLUSÃO

3.2.1 DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA A INCLUSÃO

A inclusão escolar passou por diversas discussões e estudos, para que pudesse se concretizar e dar o direito de inserir os alunos com necessidades na escola, sem exclusão, respeitando e garantindo a formação de todos no sistema regular de ensino. Com isso, documentos importantes fundamentaram-se com a finalidade de garantir uma educação de qualidade que promova a cidadania e a inclusão de todos, pois, todos sem nenhuma exceção possuem o direito inalienável da educação.

3.2.2 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (CF/1988)

A CF/88 foi uma grande referência para o Brasil, e sobre a questão de pessoas com necessidades educacionais especiais em seu art. 24 refere-se a integração desses indivíduos da seguinte forma: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIV- proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1988, p. 1).

Em vista disso, é possível compreender a responsabilidade das entidades em propor a inclusão para a sociedade em todos os locais e principalmente na escola, lugar em que os sujeitos constroem a sua identidade e essa construção deve efetivada de forma positiva, é preciso incluir o aluno sem nenhuma discriminação, preconceito, ou qualquer ato desrespeitoso e adotar medidas cabíveis, dado que todos são assegurados por lei e necessita ser posta em prática.

3.2.3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA/1990)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 trata em seu art. 3º, o seguinte:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, p.1).

E no parágrafo único, que:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990, p.1).

O ECA, define que todas as crianças e adolescentes possuem igual oportunidade e facilidade em seu desenvolvimento humano, sem discriminação de qualquer tipo, esses direitos são essenciais e devem ser respeitados em qualquer âmbito, todos são assegurados por lei ou por outros meios para que assim possa existir uma sociedade justa e igualitária livre de qualquer rejeição.

No art. 4º, é estabelecida a participação da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegura:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p.1)

Assim, é importante entender que não apenas as autoridades em geral participam da integração social, a família e a comunidade também possuem fundamental importância para que os direitos sejam realmente assegurados, todos devem estar em sintonia para a efetivação desses direitos essenciais, principalmente da educação.

Sobre à educação, em seu artigo 53, o ECA determina que:

a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegura igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; como também o direito de ser respeitado por seus educadores; e o acesso à escola pública gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica, essa última (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019). (BRASIL, 1990, p.1).

Ainda no ECA, o art. 54 propõe que, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1990, p.1)

A educação é um direito de todos, ela precisa acontecer de forma igualitária, com qualidade, com condições que adequem as necessidades de todos, com atendimento especializado aos que necessitam, e de preferência na rede regular de ensino com o propósito principal de preparar o indivíduo para a vida.

3.2.4 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB Nº9.394 DE 1996)

A LDB 9.394/96, retrata em seu capítulo V sobre a educação especial, a lei constata em seu artigo 58 a educação especial, o direito à diferença e a oferta dessa modalidade de ensino na rede regular de ensino:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p.1)

A LDB 9394/96 traz a educação especial como uma modalidade de educação que permeia todas as etapas e níveis de ensino. A pessoa com necessidades especiais tem o direito assegurado de frequentar a escola, como qualquer outra pessoa, e para isso ocorrer cabe aos responsáveis por oferecer a educação colocar em prática tudo aquilo que está previsto nas leis e em outros meios, as medidas fundamentais para uma educação inclusiva que desenvolva as potencialidades dos alunos em todas as etapas da educação básica.

E é nesse exato momento que a gestão escolar começa com o seu desafio de incluir e não apenas aceitar, dado que se faz necessário desde cedo preparar as crianças a conviver em harmonia com o próximo fazendo entender que nenhum ser é igual e a aprendizagem acontece de formas e em tempos diferentes, mas vale salientar que alguns possuem uma necessidade maior de atenção.

3.3 A ESCOLA INCLUSIVA E A GESTÃO

Para melhor entender os desafios provenientes de se pensar, criar e manter uma gestão escolar inclusiva é preciso primeiramente tentar compreender a definição de educação especial e de inclusão. Como já foi definido o papel da gestão em uma instituição escolar, será necessário definir a ideia de incluir essas pessoas com NEE.

A educação especial tem por finalidade ir de encontro com as necessidades de cada educando incluso nessa nomenclatura, mas ao mesmo tempo de trazer esses próprios alunos ao convívio com todos os demais, bem diferente do que acontecia em “escolas especiais” onde as crianças com alguma necessidade especial tinha seu contato único e exclusivamente com outras crianças com necessidades iguais ou diferentes.

A escola é o primeiro lugar que acontece a integração social, a criança é a base para a formação cidadã e a educação é fundamental nesse processo.

O primeiro passo para a integração social passa pela escola, já que o papel dela não é apenas o de ensinar cadeiras acadêmicas como português e matemática, mas também o de participar decisivamente no estabelecimento dos padrões de convivência social. (FONSECA, 1995, p.196).

Portanto, o papel da escola não é só ensinar o que estão previstos nos documentos, mas, ensinar também a conviver em sociedade, é relevante pensar que o fato de conviver com todos traz grandes benefícios, possibilitando a todos o privilégio de aprender sobre o respeito e aceitação, visto que, a criança não nasce preconceituosa esse preconceito é desenvolvido na mesma de acordo com as suas vivências e com o que ela observa ao seu redor.

A inclusão não é algo que precisa nascer na escola acontecer de forma única e exclusiva nesse local, todos os lugares e em especial na escola, carece pensar em alternativas de incluir, a escola auxilia na sua execução. É preciso pensar na escola como um ambiente que interfere entre as relações de ensino-aprendizagem que criam e proporcionam essas aprendizagens de forma significativa para as crianças com necessidades ou não.

É notório perceber que as crianças com NEE não aprendem ao mesmo nível e da mesma maneira que crianças que não possuem nenhuma necessidade, logo, pode-se imaginar os desafios dessa inclusão dentro da gestão escolar e garantir a essa criança o acesso as aprendizagens, respeitando as suas particularidades, percebendo que a criança precisa do seu tempo e de estímulos diferenciados.

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. (KUNC, 1992, p. 37).

Desse modo, a criança que possui alguma deficiência, precisa ser tratada como tal e ser valorizada como uma pessoa normal. É fundamental entender que há uma grande diversidade humana e que todos podem cooperar para uma sociedade mais justa e igualitária, os professores, a família e a escola

como um todo precisam buscar meios para que de fato essa ideia de que é preciso ser “normal” para contribuir com o mundo seja excluída.

A inclusão começa pela maneira como a família é acolhida na instituição, a atenção que será dada a esse aluno e também como o professor utilizará de diversos métodos para alcançar as crianças, os conteúdos que necessitam ser contextualizados na vida dos alunos, a forma de avaliar as aprendizagens, além de recursos educativos específicos para cada necessidade. Contudo, é essencial o ajustamento do currículo escolar, a formação dos professores e um ensino flexível que valorize os alunos e que alcance a todos excluindo qualquer tipo de discriminação.

São muitos os desafios da gestão para uma escola inclusiva, a aceitação familiar por exemplo na maioria dos casos acontece de forma dificultosa, os pais precisam compreender que é necessário atendimento individualizado, e que esse atendimento não deve acontecer apenas na escola, é fundamental que comece em casa e com apoio médico para que assim possa facilitar de alguma forma o processo, mas, muitas vezes esses pais não entendem ou simplesmente não concordam que tem um filho com alguma necessidade específica.

A escola tem de repassar para a sociedade que é inclusiva e que possui uma gestão inclusiva, para que assim, facilite a inserção e a permanência dos alunos e também como forma de conquistar e ajudar os pais que não aceitam a necessidade do filho, promovendo campanhas de conscientização, mostrando que realmente se preocupam com a educação de todos que ali estão presentes, buscando medidas para tornar a educação de qualidade para todos, acolhendo a todos, mas, entendendo as especificidades de cada um, valorizando as diversas culturas dos alunos, com o objetivo principal de vencer todos os tipos de preconceitos e assegurar a todos a educação com respeito e igual oportunidades.

Segundo Sassaki, a educação inclusiva tem muito mais do que o propósito de ensinar, tem a finalidade de construir uma sociedade para todos:

[...] Repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem através da cooperação. (SASSAKI, 1999, p.42).

Desta forma, a escola necessita se preparar para oferecer a educação inclusiva, de tal forma que as aprendizagens tenham significados importantes e que exista uma contextualização do ensino, que todas as barreiras sejam eliminadas, que as adaptações sejam em todos os aspectos. Pois, as melhorias

irão favorecer a todos os alunos, visto que, a escola é um conjunto e tudo deve ser pensado para alcançar por completo.

A escola para se tornar um espaço inclusivo deve se preocupar em ser um local acolhedor e respeitoso, no qual o objetivo maior seja a aprendizagem e a formação de pessoas, a gestão deve ser capaz de desenvolver alternativas pedagógicas diversificadas que contribuam para a educação, além de organizar não só o prédio da escola, mas todo o currículo de atividades, como também a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de acordo com as exigências de toda a comunidade em participação com a escola.

O gestor tem papel fundamental na construção do PPP, já que pode dar oportunidade aos professores, alunos, pais, funcionários e a comunidade para tomar decisões que beneficiem a todos os alunos, o projeto não deve ser elaborado para ser engavetado, se faz necessário que o PPP seja um norteador das ações educativas, na qual o foco principal seja sempre os alunos, assim, proporcionando um ensino de qualidade e com importância para todos.

É necessário pensar também, que a maioria dos professores não se sentem preparados para atuar em salas de aula com alunos que possuem diferentes necessidades educativas por não possuírem uma especialização, e as vezes acabam até sendo o alvo do fracasso escolar. Por isso, há a necessidade da formação continuada especialmente voltada para o contexto social em que a escola está inserida, para que assim seja possível criar possibilidades para que o professor trabalhe com todos, independente de possuir necessidades especiais ou não. Segundo Demerval Saviani (1995, p. 45) “[...] ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem a sua ação competente.”

O professor precisa compreender que muitas vezes deverá reinventar, mudar, ajustar e remodelar seus conhecimentos, suas estratégias e suas práticas, em benefício aos alunos, a escola, para o sistema de ensino e para o seu próprio desenvolvimento profissional. Desse modo, para que exista de fato a qualidade no ensino da educação inclusiva, como é prevista na LDB, é imprescindível que todos os professores sejam capacitados, para assim resultar o sucesso da inclusão escolar.

Contudo, vale lembrar que muitos professores com apoio de uma gestão inclusiva podem fazer a diferença, buscando maneiras de diminuir a exclusão social e trazer as famílias e as crianças para mais perto da escola, o objetivo maior não é fazer com que as crianças se tornem normais, mas sim fazer com que as pessoas tenham respeito e as aceitem dentro das suas diferenças.

Destarte, é importante ressaltar que a gestão de todas as redes de ensino, esteja ligada diretamente ao processo de ensino-aprendizagem de qualidade para todos garantindo-lhes a formação integral de todos os alunos, independentemente de qualquer diferença. Incluir exige mudança e reorganização, ambientes integrados e professores capacitados, é responsabilidade de toda a equipe da escola prestar um atendimento especializado aos alunos, criando estratégias para romper as barreiras da aprendizagem.

Para que seja obtido o sucesso escolar, a escola necessita buscar subsídios para que o professor possa desenvolver algo de acordo com a realidade de seus alunos.

Nesse sentido, o debate sobre a inclusão de crianças com deficiência revela que não basta apenas a inclusão física dessas crianças na escola. Há também a necessidade de uma mudança lógica, da postura pedagógica, da organização da escola (seus tempos e espaços) e do currículo escolar para que a educação inclusiva cumpra o seu objetivo educativo. (GOMES, 2007, p.35)

A inclusão não pode ser somente física, pois, se assim for não seria inclusão e sim aceitação, a educação de qualidade é um direito garantido a todos, as instituições precisam compreender que o simples fato de aceitar a matrícula do educando ou implementar na escola ambientes para facilitar a locomoção dessas pessoas, como cadeirantes, deficientes visuais, entre outros, apenas adaptando rampas e banheiros, isso tudo não é considerado inclusão, isso é obrigação da instituição oferecer para as crianças que ali estudam ou simplesmente para pessoas que ali transitam. Nessa perspectiva “Inclusão não significa apenas poder estar junto com os outros e não ser discriminado, mas também poder sentir-se aceito e conviver em um ambiente onde o ser humano seja tratado com respeito e dignidade.” (CORREA, 2010, p. 64).

Incluir é muito mais que uma simples rampa, é aproveitar as diferenças, aceitar o diferente, tornando-o igual, mesmo sabendo que podem haver limitações, incluir é respeitar, e derrubar todos os tipos de preconceitos, ser solidários e acolher a diversidade humana. É preciso quebrar as barreiras contidas no processo educacional e colocar em prática tudo que está no papel, é fundamental que seja ensinado a conviver com o outro respeitando as diferenças de cada um e abandonar a ideia de que para as crianças contribuírem com o mundo e com o crescimento de outros e de si, necessitam se encaixar naquilo que é determinado como “normal”. Além disso, é preciso perceber que essas crianças possuem limitações assim como todas as outras e cabe ao profissional da educação flexibilizar seu planejamento para suprir as necessidades desses alunos e proporcionar aprendizagens significativas dentro dos limites de cada um.

4 CONCLUSÕES

Em conclusão, este trabalho possibilitou uma análise sobre as políticas públicas para a inclusão escolar, bem como apresentar os desafios acerca da inserção de alunos com NEE, e a importância de uma gestão comprometida com a garantia do acesso e permanência desses alunos de forma significativa na escola.

Pode-se considerar que houveram avanços na legislação e nas estratégias implantadas pelo governo federal a fim de garantir um processo de inclusão para todos, entretanto, existe uma grande falha no sistema educacional e a inclusão está longe de acontecer como consta nas leis, já que pensar em incluir alunos com NEE na sala de aula carece pensar nas condições de criar uma escola para todos independente de qualquer diferença, a inclusão de alunos nas escolas de ensino regular ainda é um assunto muito discutido, mas que aos poucos vem avançando, e tem muito ainda para alavancar.

Concluimos assim que a escola inclusiva pauta seu trabalho na transparência sendo indispensável envolver a comunidade no processo de incluir, como também investir na formação do professor com base em orientações específicas, o aluno com NEE tem de se sentir representado nesse espaço e visto como parte da escola, pensar em atividades que envolvam a comunidade e esses alunos na sua representatividade é de fundamental importância.

Enfim, a inclusão de alunos com NEE é possível, desde que seja atendido todos os princípios legais, os quais demandam de muito investimento, compromisso, esforço e empatia, não apenas do governo, mas de toda a sociedade e especialmente das escolas por parte dos professores e gestores que necessitam de uma participação decisória em promover a inclusão, visto que, ela não é um ato de solidariedade, mas um direito de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. de 05 de outubro de 1988. Planalto, Brasília.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Resolução nº 8.069, de 13 de jul. de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Planalto, Brasília.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Resolução nº 9.394, de 20 de dez. de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Planalto, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Resolução nº 13.005, de 25 de jun. de 2014. Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. Educação especial v.1 / Maria Angela Monteiro Corrêa. – 5.a reimp. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

FONSECA: Reflexões sobre inclusão social uma proposta de vida ativa (1995). Disponivel em http://www.alquimiyart.com.br/monografias/4/2007_sp_MADUREIRA_liege_neves_gomes.pdf Acesso dia 12/10/2020

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo/ [Nilma Lino Gomes]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

KUNC, N. The Need of belong. Rediscovering Maslows Hierarchy of Needs in VILLA, J. S. THOUSAND, W. STAINBACK E S. SATINBACK – REESTRUCTURING FOR CARING AND EFFECTIVE EDUCATION: NA ADMINISTRATORS GUIDE TO CREATING HETEROGENEOUS SCHOOLS. Baltimore, Paul H. Brookes, p. 25-39, 1992.

OLIVEIRA, M. L. de Gestores escolares e suas visões sobre o uso das novas tecnologias no cotidiano da escola. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (coleção polêmicas do nosso tempo; v.40).

Capítulo 10



10.37423/230307488

CAPACIDADES DINÂMICAS: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE COMO O SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE POSSA RESPONDER OS IMPACTOS CAUSADOS PELA COVID-19

RONNY LUIS SOUSA OLIVEIRA

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - UNAMA

CARLOS BENASSULY MAUÉS FILHO

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - UNAMA

IGOR DE JESUS LOBATO POMPEU GAMMARANO *UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - UNAMA*



Resumo: este ensaio teórico possui como objetivo discutir uma argumentação e apresentar um modelo conceitual de como o setor de turismo e hospitalidade é capaz de utilizar suas capacidades dinâmicas para responder de maneira positiva os obstáculos e impactos que a pandemia da Covid-19 causou e causa neste segmento do mercado. Será discutido inicialmente a importância das capacidades dinâmicas dentro das organizações, buscando deixar claro como as mesmas podem realocar seus recursos para enfrentar crises que o ambiente externo apresenta e que influenciam no bom funcionamento das empresas. Em seguida será tratado do turismo, hospitalidade e pandemia, em como o setor está atrelado a possíveis crises globais ou locais. Por fim será apontado caminhos de pesquisa viáveis para os pesquisadores da área, para que os mesmos consigam visualizar nestas problemáticas uma forma de ajudar o setor a resolver questões de sobrevivência durante e após a pandemia.

Palavras-Chaves: Pandemia; COVID-19; Capacidades Dinâmicas; Turismo; Hospitalidade.

1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por diversas pandemias, tais como a peste bubônica, a varíola, a cólera, a gripe espanhola, a gripe suína (H1N1) e atualmente a corona vírus – COVID-19 (RODRIGUES, 2020). Pandemias e doenças que alteraram o ambiente, as relações da sociedade, mudando o hábito de consumo, fazendo com que governos mudassem seus planos, alterou economias e impactou setores econômicos importantes de vários países (DE SÁ, 2020).

Em decorrência da COVID-19 a mobilidade global diminuiu, pois o vírus viaja facilmente de um lugar para o outro e sua rápida disseminação fez com que países fechassem suas fronteiras e cidades iniciaram um Lockdown para tentar frear a doença. Com isso países e cidades com histórico de localidades turísticas, que sempre foram locais de movimentação intensa de viajantes, tiveram que fechar e amargar uma queda nos seus rendimentos.

Segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel & Tourism Council (WTTC) no ano de 2018 o setor de turismo e hospitalidade gerou 319 milhões de empregos pelo mundo, no Brasil a contribuição do Turismo ao PIB foi de US\$ 152,5 bilhões - 8,1% (VIEIRA, 2019). Entretanto, neste ano pandêmico, estimasse que o setor perdeu em faturamento pelo mundo quase 2,1 trilhões de dólares (WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (2020).

Percebe-se então que o turismo e a hospitalidade foram afetados devido a pandemia, fazendo com que hotéis, bares e restaurantes fossem fechados, navios de cruzeiros ficassem ancorados nos portos, aeroportos com pouca movimentação, logo, este segmento, que é uma das práticas econômicas que mais rende lucro as sociedades, possuindo uma indústria gigante e diversa (DA SILVA, 2020) perdeu muito dinheiro e teve que aos poucos iniciar mudanças estruturais para o período pós-pandemia. O grande desafio do setor é enfrentar o vírus e os ciclos cada vez mais instáveis que este irá causar, fazendo com que o setor comece a se adequar ao que chamam de “novo normal” (DA SILVA, 2020).

Com isso fica claro que o setor deve buscar mudar seus hábitos e se adequar as novas diretrizes sanitárias que o vírus impôs ao mundo todo, logo saber alocar e direcionar melhor seus recursos é uma alternativa viável para que este ambiente de negócio vença a batalha contra o vírus. Neste sentido que a literatura de Estratégia Organizacional apresenta o termo “Capacidades Dinâmicas”, esta perspectiva surge como um conceito que fornece respostas as organizações através do entendimento de como as mesmas podem se renovar ao reagir as mudanças ambientais (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997; EISENHARDT; MARTIN, 2000; TAKAHASHI et al., 2014). No centro desta

premissa está a percepção de que as organizações consigam reconfigurar seus recursos através de um processo que irá impactar seu desempenho organizacional (TAKAHASHI et al., 2014).

É com base neste breve relato que este artigo teórico buscará discutir sobre como o setor de turismo e hospitalidade pode ser capaz de utilizar suas capacidades dinâmicas para enfrentar e vencer os impactos que a pandemia da COVID-19 causou neste ambiente de negócio, em seguida, apresentar um modelo conceitual em fase de construção sobre esta perspectiva, e, como os pesquisadores da área podem observar esta relação ao analisar as inúmeras problemáticas de pesquisas que surgiram neste período e que podem ser exploradas e solucionadas, para que assim a academia consiga traçar estratégias para que o setor consiga se reinventar após a pandemia.

Este ensaio teórico seguirá a seguinte ordem: primeiro será definido capacidades dinâmicas como estratégia de realocação de recursos para enfrentar crises, segundo será discutido brevemente o turismo, a hospitalidade e a pandemia, apontando como o setor foi impactado pelo vírus, em seguida, será apresentado o modelo conceitual teórico e nas conclusões será feito apontamentos de pesquisa para que trabalhos futuros consigam observar esta relação (capacidades dinâmicas, turismo, hospitalidade e o contexto da pandemia) e que possam analisar as complicações que o setor enfrenta e tentar levar estes dilemas para os pesquisadores tentarem buscar soluções teóricas e práticas para contribuir com este tipo de negócio.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CAPACIDADES DINÂMICAS

A perspectiva amplamente discutida sobre as Capacidades Dinâmicas tenta explicar as diferenças de adaptação entre organizações no mesmo departamento de atividade (KACHOUIE; MAVONDO; SANDS, 2018). Nas pesquisas pioneiras sobre o tema, pode-se observar basicamente que a vantagem competitiva deve ser sustentada pela renovação e reconfiguração dos recursos e capacidades dinâmicas da empresa (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997; EISENHARDT; MARTIN, 2000). A Visão Baseada em Recursos - a base evolutiva da VBR, esta corrente teórica tenta explicar a situação em que as organizações obtêm vantagens competitivas por meio de seus recursos e capacidades (BARNEY, 1991; 1991; KACHOUIE; MAVONDO; SANDS, 2018).

Teoricamente Capacidades Dinâmicas é definida como a competência de uma organização de integrar, construir e reconfigurar suas capacidades externas internas, a fim de ser capaz de lidar com o ambiente em mudança (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997), ou seja, é a capacidade da empresa de criar

ou modificar seus recursos propositalmente (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997; BARRALES-MOLINA; MARTÍNEZ-LÓPEZ; GÁZQUEZ-ABAD, 2014; JENG; PAK, 2016).

Capacidade significa a habilidade de executar tarefas em um nível satisfatório e aceitável, onde a base de recursos da organização consiste em recursos tangíveis, intangíveis e humanos, que podem ser controlados ou ter acesso prioritário (HELFAT et al., 2009; KACHOUIE; MAVONDO; SANDS, 2018) a fim de usá-los de forma inteligente e estratégica. Portanto, o termo “capacidade” refere-se a tentar de forma consciente e regular se adaptar ao novo ambiente, e “dinâmica” corresponde ao papel que a organização possui de se renovar (BARRALES-MOLINA; MARTÍNEZ-LÓPEZ; GÁZQUEZ-ABAD, 2014).

Capacidades dinâmicas enfocam o processo pelo qual uma organização desenvolve e renova suas capacidades, observando as escolhas passadas e a vitalidade do ambiente ao seu redor (MEIRELLES; CAMARGO, 2014). Desta forma, as capacidades dinâmicas são baseadas em três pontos: (1) processos: rotinas/modelos de processo e aprendizagem; (2) posições: ativos de cobertura de posição, estrutura de governança, consumidores e relações externas; (3) e trajetória: os precedentes de oportunidades, decisões e de mercado e tecnológicas (MEIRELLES; CAMARGO, 2014), portanto, esses princípios apontam para as capacidades dinâmicas da organização e suas utilidades, ou seja, apontando para suas capacidades (TEECE; PISANO; Shun, 1997).

Nessa perspectiva, observou-se que as capacidades operacionais permitem às organizações realizar tarefas funcionais básicas que podem manter o status quo da empresa (COLLIS, 1994; WINTER, 2003). Portanto, entende-se que eles podem fazer com que as organizações tenham lucro e possam contribuir para a resolução dos problemas organizacionais do dia a dia (ZAHRA; SAPIENZA; DAVIDSSON, 2006; KACHOUIE; MAVONDO; SANDS, 2018).

Capacidades Dinâmicas são atribuições denominadas superiores, que são vistas através dos caminhos e direcionamentos que a organização possui para o futuro (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997; AMBROSINI; BOWMAN; BARRETO, 2010), possuindo então a habilidade de reconfiguração operacional da organização (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997; AMBROSINI; BOWMAN; BARRETO, 2010; EISENHARDT; MARTIN, 2000), portanto, o alvo então é o processo que as organizações conseguem desenvolver e renovar, ou seja, reconduzir suas competências (MEIRELLES; CAMARGO, 2014).

Conforme a atividade dos ambientes mercadológicos as organizações que operam em setores dinâmicos precisam possuir e saber usar suas capacidades dinâmicas (MEIRELLES; CAMARGO, 2014), sendo indispensável realçar que a prática de produzir transformações no mercado e conseguir

responder as metamorfoses externas são proposições consideráveis deste entendimento (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997; MEIRELLES; CAMARGO, 2014).

Esta breve discussão teórica ampara para apreciar que a visão das capacidades dinâmicas possibilita um entendimento contemporâneo de alcançar a vantagem competitiva e desempenho organizacional em mercados que passam por processos dinâmicos (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997). Onde as alterações nos mercados são rápidas, o que levam as organizações a possuírem uma postura de atenção as alterações ambientais (KACHOUIE; MAVONDO; SANDS, 2018) e caso isto não aconteça a atividade das organizacionais serão impactadas de maneira negativa (AUDIA; LOCKE; SMITH, 2000) isso mostra que que as organizações necessitam fortalecer, expandir e renovar suas capacidades dinâmicas e procedimentos organizacionais (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997; KACHOUIE; MAVONDO; SANDS, 2018) que consigam enfrentar as crises e que consigam remodelar suas existências nos mercados.

2.1 TURISMO, HOSPITALIDADE E PANDEMIA

Diversos são os motivos que levam pessoas viajarem, mas atualmente, devido a enorme variedade de destinos, os viajantes costumam escolher seus destinos baseados principalmente na percepção de segurança e proteção que este destino escolhido possa ofertar (KUSCHEL; SCHRÖDER, 2002; BIEGER; BERITELLI, 2011). O turismo e a hospitalidade em si representam um sistema aberto e com um alto grau de contato com o meio ambiente (KUSCHEL; SCHRÖDER, 2002).

Essas interações com várias dimensões do mundo exterior influenciam diretamente o funcionamento deste setor como também pode influenciar o ambiente externo que o cerca (UĞUR; AKBIYIK, 2020). Devido esta conexão com diversos aspectos externos (socioculturais, políticos, ecológicos, tecnológicos, pandêmicos) o setor de turismo e a hospitalidade é muito suscetível as possíveis alterações que possam ocorrer em alguns destes aspectos (HAEDRICH et al., 2010; BOBÁKOVÁ; CHYLKOVÁ, 2016).

Estudos voltados a gestão das crises no setor do turismo (GLAEBER, 2005) aumentaram significativamente nos últimos anos em decorrência de eventos globais, em especial os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (RITCHIE, 2009). Lidar com crises não é algo incomum para o setor de turismo e hospitalidade (DREYER et al., 2004), por mais que algumas das crises que ocorreram nos últimos anos não terem sido tão duradouras como a atual, os viajantes consideram determinado lugar antes de fazer sua escolha a partir de algum evento particular que esteja afetando determinada região (UĞUR; AKBIYIK, 2020).

Os turistas frequentemente entram em contato com patógenos, vírus, bactérias ou parasitas que podem existir ou não no seu local de origem, logo, seu sistema imunológico pode estar preparado para se defender de algumas destas infecções encontradas nos locais escolhidos (SONNENBERG; WÖHLER, 2004). Além disso, a escolha do destino para muitos viajantes é determinada pela atual situação de saúde pública que o país ou cidade alvo passa e pelos custos de uma prevenção, com remédios, vacinas e em casos extremos internações em hospitais locais (UĞUR; AKBIYIK, 2020). Logo, os turistas levam em consideram os aspectos de saúde local para poder viajar com tranquilidade.

Cabe destacar que turismo e hospitalidade estão relacionados a termos como anfitrião, convidado, pessoas juntas, serviços tangíveis e intangíveis e serviços e produtos que consigam promover segurança, bem-estar psicológico e fisiológico as pessoas (KING, 1995; ALTUNTAS; GOK, 2020). Turismo e hospitalidade são setores que são passivos a eventos externos e extremos que causam impactos no seu funcionamento, como violência política, desastres naturais, terrorismo, doenças infecciosas e pandemias (HALL, 2002; KHAN et al., 2020; KHAN et al., 2020). Este setor oferece oportunidades em diversos segmentos, como restaurantes, bares, hotéis, transportes, entre outros, e, a ausência de eventos externos é um dos fatores principais para que o segmento de turismo e hospitalidade prospere tranquilamente (ARANA; LÉON, 2008).

A pandemia é um evento externo e extremo que impactou o mundo todo (KHAN et al., 2020) e o turismo e a hospitalidade é considerada por o setor que mais sofreu consequências negativas devido o vírus (DOLNICAR, 2020; GÖSSLING; SCOTT; HALL, 2020). Muitas crises anteriores foram provocadas pela natureza ou até mesmo pelo homem, fazendo com que gestores desenvolvessem estratégias de resiliência para superar estas crises (RITCHIE; JIANG, 2019; KREINER; RAM, 2020).

Porém, a crise mundial da Covid-19 foi diferente e única em alguns aspectos específicos, primeiro houve uma queda nas viagens nacionais e internacionais rapidamente, segundo o impacto econômico foi muito maior em alguns países, para o setor de turismo e hospitalidade em especial causou modificações e perdas nunca antes sentidas, por fim, esta crise sanitária ainda longe de ser vencida em alguns países (KREINER; RAM, 2020; DOLNICAR; ZARE, 2020).

Quase nenhum outro setor econômico é tão afetado por crises como o de turismo e hospitalidade, os seus gastos e lucros são baseados em previsões de curto e longo prazo, em datas comemorativas, em sonhos, e quando uma crise acontece o setor fica exposto, demonstrando suas fragilidades, logo, com a rápida disseminação do vírus levou o setor viveu e vive um declínio, vários eventos importantes pelo mundo foram cancelados ou adiados, fazendo com que a indústria reduzisse drasticamente seu

funcionamento (HOQUE, 2020). Fazendo com que aos poucos o segmento fosse retornando e se adaptando as novas mudanças sanitárias.

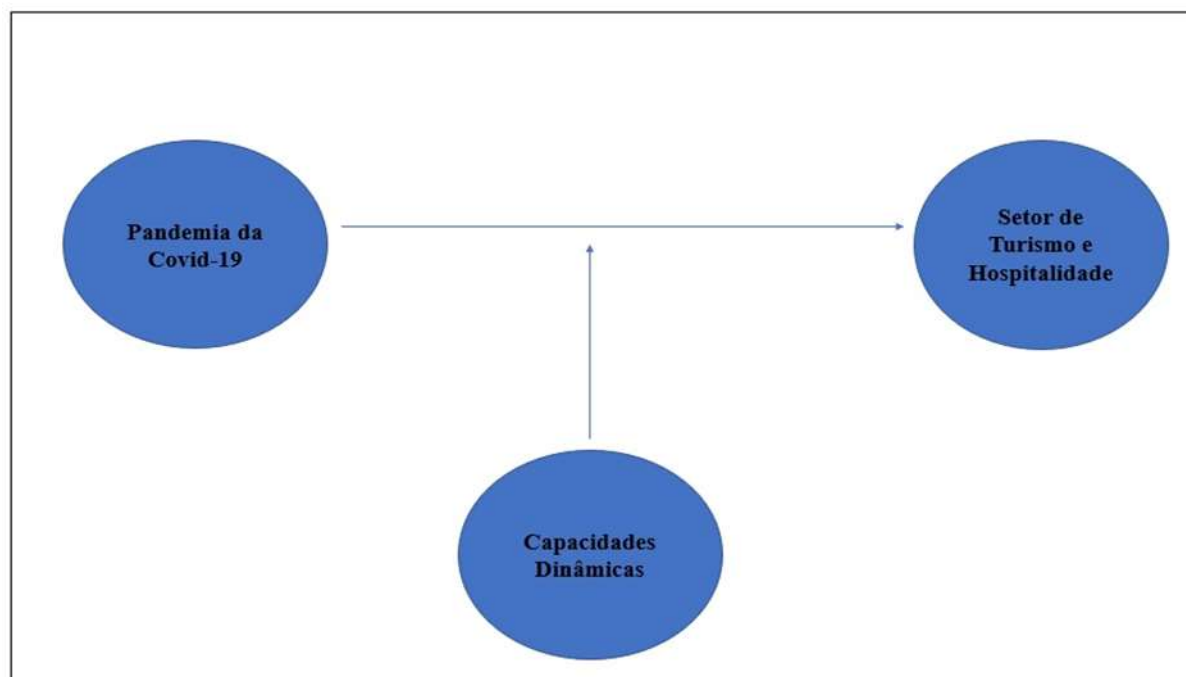
Este breve relato possui a intenção de mostrar a relação que o setor de turismo de hospitalidade possui com crises, seja instabilidade políticas, ataques terroristas, desastres naturais, endemias ou pandemias. O setor está diretamente conectado ao ambiente externo, as alterações que ocorrem lá fora irão impactar o funcionamento interno de hotéis, bares, restaurantes, pousadas, parques, entre outros. Portanto, a importância de se verificar estas problemáticas de perto são portas abertas para os pesquisadores da área.

3. MODELO TEÓRICO PROPOSTO E HIPÓTESE CENTRAL EM CONTRUÇÃO

A proposta deste estudo é apresentar um modelo conceitual teórico acerca das conexões teóricas sobre como o setor de turismo e hospitalidade podem ser capazes de usar suas Capacidades Dinâmicas para proporcionar uma resposta aos obstáculos que a pandemia da Covid-19 provocou neste segmento.

Neste sentido apresenta-se a figura 1 com o modelo em proposição. Cabe destacar ainda que o modelo está em fase de construção e aprimoramento.

Figura 1: sugestão do modelo conceitual teórico.



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Baseado na discussão teórica anterior, junto ao modelo conceitual, este estudo busca elucidar a seguinte hipótese central de pesquisa:

H1: as organizações do Setor de Turismo e Hospitalidade ao utilizarem suas Capacidades de Dinâmicas conseguiram superar os impactos causados pela Pandemia da Covid-19.

4. CONCLUSÃO

Este ensaio teórico teve como objetivo discutir sobre como o setor de turismo e hospitalidade pode utilizar suas capacidades dinâmicas para enfrentar os impactos causados pela pandemia da Covid-19 e diligenciar possíveis caminhos aos pesquisadores da área sobre os problemas que o setor enfrenta.

Inicialmente observar as capacidades dinâmicas é olhar para fora, observar o que está acontecendo e realocar os recursos internos para conseguir vencer os obstáculos que o ambiente irá causar. O setor de turismo e hospitalidade já passou por inúmeras crises, atualmente vive uma crise mundial de caráter sanitária, esta crise, causada por um vírus, fez com que o setor perdesse valores nunca imagináveis.

Pesquisadores podem buscar contato com os gestores destes locais para verificar primeiro o tamanho do impacto financeiro que a pandemia causou logo no início do fechamento das cidades. Em seguida buscar compreender como os mesmos conseguiram sobreviver com uma demanda tão baixa de viajantes.

Pode ser observado também como foi realocado os recursos internos a partir das obrigações sanitárias impostas pelas autoridades, ou seja, como ficou o fornecimento de serviços como alimentação, lazer interno (jogos, bares, piscinas), se o atendimento foi alterado de alguma maneira, utilizando mais a comunicação virtual, ou até mesmo se servindo do distanciamento entre as pessoas.

Outro aspecto seria analisar se as organizações começaram a se adaptar para possuir mais entradas no ambiente digital, redes sociais como Facebook ou Instagram, ou até oferecer seus serviços em sites especializados em localização de hotéis, estas questões são importantes visto que as tecnologias ficaram no topo dos serviços utilizados no período pandêmico e os consumidores nunca consumiram tanto como atualmente.

Além disso, seria interessante pesquisar o olhar do consumidor, como foi por exemplo adiar ou cancelar uma viagem importante, verificar suas expectativas para quando a pandemia passar, ou até buscar compreender a visão de quem conseguiu se descolar mesmo com as restrições (a trabalho ou

a lazer), como foi esta experiência, como o cliente observou os aspectos de segurança do local, entre outras características que compõem a percepção do consumidor em relação a estes serviço quando vividos em momento excepcionais.

Cabe estudar também como ficou a relação de trabalho entre empregado e empregador. Se os gestores tiveram que demitir colaboradores, se foi preciso buscar empréstimos públicos ou privados, e, como o colaborador se adaptou neste contexto diferente do serviço anteriormente oferecido. Além disso, explorar ainda como ficou a saúde mental das pessoas (gestores, colaboradores e consumidores), visto que a pandemia causa percepções distintas nas pessoas. E verificar a logística dos serviços de turismo e hospitalidade, ou seja, como a sua relação com fornecedores e prestadores de serviços ficou, o que teve de mudar, se adaptar ou até excluir das rotinas em decorrência das observações de saúde mais rígidas.

Acredita-se que estes apontamentos são aspectos importantes que o setor de turismo e hospitalidade vem vivenciando. Este ensaio teórico falha justamente por não ter conseguido ainda dados empíricos relacionados a algumas destas questões aqui apresentadas, que poderiam até melhorar a relação teórica que foi discutida anteriormente. Mas o ganho é em observar caminhos de pesquisa possíveis em decorrência da pandemia, caminhos este que provavelmente irão perdurar por mais tempo e assim pesquisadores podem analisar diversos aspectos e contribuir em outras áreas para vencer a batalha contra o vírus.

REFERÊNCIAS

- ALTUNTAS, Fatma; GOK, Mehmet Sahin. The effect of COVID-19 pandemic on domestic tourism: A DEMATEL method analysis on quarantine decisions. *International Journal of Hospitality Management*, v. 92, p. 102719, 2020.
- AMBROSINI, Véronique; BOWMAN, Cliff. What are dynamic capabilities and are they a useful construct in strategic management?. *International journal of management reviews*, v. 11, n. 1, p. 29-49, 2009.
- ARANA, Jorge E.; LEÓN, Carmelo J. The impact of terrorism on tourism demand. *Annals of tourism research*, v. 35, n. 2, p. 299-315, 2008.
- AUDIA, Pino G.; LOCKE, Edwin A.; SMITH, Ken G. The paradox of success: An archival and a laboratory study of strategic persistence following radical environmental change. *Academy of Management journal*, v. 43, n. 5, p. 837-853, 2000.
- BARNEY, Jay B. The resource based view of strategy: Origins, implications, and prospects. *Journal of management*, v. 17, n. 1, p. 97-211, 1991.
- BARNEY, Jay. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of management*, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.
- BARRALES-MOLINA, Vanesa; MARTÍNEZ-LÓPEZ, Francisco J.; GÁZQUEZ-ABAD, Juan Carlos. Dynamic marketing capabilities: Toward an integrative framework. *International Journal of Management Reviews*, v. 16, n. 4, p. 397-416, 2014.
- BIEGER, Thomas; BERITELLI, Pietro. *Management von destinationen*. De Gruyter Oldenbourg, 2011.
- BOBÁKOVÁ, Hanne-Lore; CHYLKOVÁ, Martina. The Development of Tourism in the Czech and Slovak Republics as the Result of European Integration Processes. *on European Integration 2016*, p. 100, 2016.
- COLLIS, David J. Research note: how valuable are organizational capabilities?. *Strategic management journal*, v. 15, n. S1, p. 143-152, 1994.
- DA SILVA, Raimunda Deuziane. O TURISMO E A HOSPITALIDADE DO SETOR HOTELEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19. *Revista Turismo & Cidades*, v. 2, p. 123-138, 2020.
- DE SÁ, Felipe Zaltron. Mobilidade da Produção Científica sobre Turismo e Covid-19/Mobility of Scientific Production on Tourism and Covid-19. *ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade*, v. 12, n. 3, 2020.
- DOLNICAR, Sara; ZARE, Samira. COVID19 and Airbnb–Disrupting the disruptor. *Annals of Tourism Research*, 2020.
- DREYER, Axel et al. *Touristisches Krisenmanagement in Destinationen*. 2004.
- EISENHARDT, Kathleen M.; MARTIN, Jeffrey A. Dynamic capabilities: what are they?. *Strategic management journal*, v. 21, n. 10-11, p. 1105-1121, 2000.

GLAEßER, Dirk. Handbuch krisenmanagement im tourismus: erfolgreiches entscheiden in schwierigen situationen. Erich Schmidt Verlag GmbH & Co KG, 2005.

GÖSSLING, Stefan; SCOTT, Daniel; HALL, C. Michael. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. *Journal of Sustainable Tourism*, p. 1-20, 2020.

HAEDRICH, Günther et al. (Ed.). *Tourismus-Management: Tourismus-Marketing und Fremdenverkehrsplanung*. Walter de Gruyter, 2010.

HALL, C. Michael. Travel safety, terrorism and the media: The significance of the issue-attention cycle. *Current Issues in Tourism*, v. 5, n. 5, p. 458-466, 2002.

HELFAT, Constance E. et al. *Dynamic capabilities: Understanding strategic change in organizations*. John Wiley & Sons, 2009.

HOQUE, Ashikul et al. The effect of Coronavirus (COVID-19) in the tourism industry in China. *Asian Journal of Multidisciplinary Studies*, v. 3, n. 1, p. 52-58, 2020.

JENG, Don Jyh-Fu; PAK, Artur. The variable effects of dynamic capability by firm size: the interaction of innovation and marketing capabilities in competitive industries. *International Entrepreneurship and Management Journal*, v. 12, n. 1, p. 115-130, 2016.

KACHOUIE, Reza; MAVONDO, Felix; SANDS, Sean. Dynamic marketing capabilities view on creating market change. *European Journal of Marketing*, 2018.

KHAN, Asif et al. COVID-19 and sectoral employment trends: assessing resilience in the US leisure and hospitality industry. *Current Issues in Tourism*, p. 1-18, 2020.

KHAN, Asif et al. Revisiting the Dynamics of Tourism, Economic Growth, and Environmental Pollutants in the Emerging Economies—Sustainable Tourism Policy Implications. *Sustainability*, v. 12, n. 6, p. 2533, 2020.

KING, Carol A. What is hospitality?. *International Journal of Hospitality Management*, v. 14, n. 3-4, p. 219-234, 1995.

KREINER, Noga Collins; RAM, Yael. National tourism strategies during the Covid-19 pandemic. *Annals of Tourism Research*, 2020.

KUSCHEL, Ralf; SCHRÖDER, Alexander. *Tourismus und Terrorismus: Interaktionen, Auswirkungen und Handlungsstrategien*. FIT-Verlag, 2002.

MEIRELLES, Dimária Silva; CAMARGO, Álvaro Antônio Bueno. Capacidades dinâmicas: O que são e como identificá-las?. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 18, n. SPE, p. 41-64, 2014.

RITCHIE, Brent W. *Crisis and disaster management for tourism*. Channel View Publications, 2009.

RITCHIE, Brent W.; JIANG, Yawei. A review of research on tourism risk, crisis and disaster management: Launching the annals of tourism research curated collection on tourism risk, crisis and disaster management. *Annals of Tourism Research*, v. 79, p. 102812, 2019.

RODRIGUES, Leticia. Conheça as 5 maiores pandemias da história. 29 mar. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/03/conheca-5-maiores-pandemias-da-historia.html>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SONNENBERG, Gritt; WÖHLER, Karlheinz. Was bewirkt Sicherheit bzw. Unsicherheit? Prädiktoren der Reisesicherheit. Sicherheit in Tourismus: Schutz vor Risiken und Gefahren. Dresden: FIT-Verlag, 2004.

TEECE, David J.; PISANO, Gary; SHUEN, Amy. Dynamic capabilities and strategic management. Strategic management journal, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997.

UĞUR, Naciye Güliz; AKBIYIK, Adem. Impacts of COVID-19 on global tourism industry: A cross-regional comparison. Tourism Management Perspectives, v. 36, p. 100744, 2020.

WINTER, Sidney G. Understanding dynamic capabilities. Strategic management journal, v. 24, n. 10, p. 991-995, 2003.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). Disponível em: <https://wttc.org/About/About-Us/media-centre/press-releases/press-releases/2020/latest-research-from-wttc-shows-an-increase-in-jobs-at-risk-in-travel-and-tourism>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ZAHRA, Shaker A.; SAPIENZA, Harry J.; DAVIDSSON, Per. Entrepreneurship and dynamic capabilities: A review, model and research agenda. Journal of Management studies, v. 43, n. 4, p. 917-955, 2006.

Capítulo 11



10.37423/230307495

DESEMPENHO FINANCEIRO DO ITAÚ E DO BANCO DO BRASIL NO PERÍODO PRÉ E DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

João Vitor Nunes Lopes

Fernanda Muniz Vieira

Iara Maciel da Silva

Carla Taynah Nascimento e Silva

Elen Lorena Lopes Silva Roque

Paulo Tadeu Moraes Fagundes

Gabrielle Ferreira Silva

João Cássio Lôpo Lopes

Bruno Henrique Rocha

Mércia Otaviana Barbosa de Sá

Fisioterapeuta, Mestre, Professor da Faculdade Favenorte de Porteirinha - FAVEPORT.

Educação Física Bacharelado, Mestra, Professora da Faculdade Favenorte de Porteirinha - FAVEPORT. Formada em serviço social e pós graduada em serviço social na oncologia.

Fisioterapeuta, Mestra pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Psicóloga, Professora da Faculdade Favenorte de Porteirinha – FAVEPORT.

Fisioterapeuta, Acadêmico de Medicina das Faculdades Unidas do Norte de Minas, FUNORTE

Psicóloga, Professora da Faculdade Favenorte de Porteirinha – FAVEPORT

Ciências Biológicas, Mestrando em Ciências Florestais pelo Instituto de Ciências Agrárias da UFMG.

Acadêmico do curso de Fisioterapia da Faculdade Favenorte de Porteirinha – FAVEPORT

Mestra em Educação em Ciências e Matemática

1 INTRODUÇÃO

No início do ano de 2020, em meados de fevereiro a março, ocorreu a primeira batalha da pandemia contra a economia e a área financeira nas empresas. Prejudicando a economia e o desempenho das empresas no Brasil e no mundo (COMEXSTAT, 2020).

Dado esse contexto econômico turbulento, faz-se relevante analisar o desempenho das organizações. Pode-se fazer, por exemplo, uma análise das finanças nas empresas, isso pode ser útil para o ajustamento da empresa às diversas situações do mercado. Sendo assim, o presente estudo pretende analisar o comportamento financeiro do Banco do Brasil S.A e do banco do Itaú Unibanco S.A em um período pré e durante a Pandemia do Covid-19.

Dessa forma, pretende-se responder a seguinte questão de pesquisa: como foi o desempenho financeiro de dois bancos brasileiros (Banco do Brasil S.A e Itaú Unibanco S.A) no período pré e durante a pandemia do Covid-19?

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ANÁLISE FINANCEIRA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são utilizadas pela administração da empresa para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados.

Segundo Assaf (2007, p. 55):

“A análise financeira visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras”.

A análise das demonstrações financeiras é basicamente o estudo do desempenho econômico e financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, quesitos de sua posição atual a fim de prever tendências futuras. Iudícibus (2009) afirma que a análise das demonstrações financeiras relata, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras.

Dando uma aprofundada nas tendências do mundo econômico, verifica se o favoritismo de economias centradas aos mercados, priorizando as decisões dos seus consumidores. A abertura de mercados e o

crescimento da competitividade entre as unidades produtivas foram marcas impostas pela globalização da economia, exigindo maior nível de qualidade e eficiência de seus agentes (ASSAF NETO, 2012).

Está análise das demonstrações contábeis deve refletir a situação econômica, financeira e viabilidade de risco da empresa. Nesse contexto, ela se torna mais eficiente interpretada dentro das características do setor de atividade da empresa e o analista deve conhecer mais detalhadamente o mercado de atuação da empresa (ASSAF NETO, 2015).

EM RELAÇÃO À ANÁLISE DE BANCOS, ESTE TRABALHO RECORREU AOS SEGUINTE INDICADORES:

O lucro líquido, corresponde ao restante do que a empresa é capaz de lucrar com suas atividades de intermediação financeira e prestação de serviços, e as operações que não fazem parte despesas operacionais da instituição, depois que todos os custos, impostos e despesas foram condensados. É o restante do que a instituição arrecada e gasta para manter seu funcionamento, em que a empresa possa atender seus próprios interesses, sendo alavancado por incentivadores (JUNG, 2003; KAJIMOTO, 2019).

O índice de Basileia foi desenvolvida pelos países do (G10), em que relata a associação entre as captações e o capital da instituição. Caso o banco apresente um Índice de Basileia de 20%, significa que, para cada R\$ 100,00 emprestados, o banco possui patrimônio de R\$ 20 reais (BANCODATA, 2022).

O patrimônio líquido representa o tanto de dinheiro que a empresa e seus acionistas possuem. Esses valores são investidos em ativo circulante e imobilizado, relatando que quando mais alto o investimento, maior será a dependência de capitais terceiros para o financiamento. O valor do patrimônio líquido é dado pela equação patrimonial, entre o valor total dos ativos e o valor total das obrigações da empresa com terceiros (DINIZ, 2015; BANCODATA, 2022).

A receita operacional de uma instituição é o valor das atividades de intermediação financeira, como operações de crédito, operações com títulos e valores mobiliários, prestação de serviços, tarifas bancárias, participações, entre outras fontes de receita (ASSAF NETO, 2015; BANCODATA, 2022). Já as despesas operacionais de uma instituição financeira são os gastos com recursos, para que a empresa realize seus investimentos e consiga operar (ASSAF NETO, 2012; BANCODATA, 2022). O ativo total representa os bens e direitos de uma instituição financeira em um determinado momento, que futuramente pode ser fonte para gerar dinheiro. (SANVICENTE et al., 1998, BANCODATA, 2022; DE OLIVEIRA et al., 2010).

2.2 O BANCO DO BRASIL S.A

O Banco do Brasil é uma das principais marcas com bastante evolução dentro Brasil, sempre inserido através de investimentos sociais, ambientais e está presente em mais de 23 países através de mais de cinco mil agências, sendo a segunda maior instituição financeira da América Latinas, ficando atrás apenas do Itaú Unibanco, busca sempre inovar e investir em seus colaboradores (DINIZ et al., 2021, BANCO DO BRASIL, 2020).

O Banco do Brasil é uma sociedade de Economia Mista, Pessoa Jurídica de Direito privado, sendo constituído por capital público e privado. É a maior instituição financeira do Brasil e demonstrou que é uma empresa de lucros e sabe diferenciar sobre os outros bancos (BANCO DO BRASIL, 2022). Sendo uma sociedade mista, o governo tem controle de todas as suas ações, e com o objetivo de fazer crescer economicamente, para estar no alcance de todos.

2.3 O ITAÚ UNIBANCO S.A

O Itaú Unibanco atua mais em 27 países. Tornou se o maior banco do hemisfério sul em 2008, quando aconteceu a fusão com o Unibanco, permanecendo até 2022. Posteriormente assumiu o posto da sociedade Banco do Brasil S.A, permanecendo na atualidade com um dos maiores bancos da américa latina e com o melhor posicionamento no ranking de desempenho financeiros entre os bancos (BANCO ITAU, 2022).

3 METODOLOGIA

Trata se de um estudo descritivo, que tem como objetivo a realização da análise financeira de dois bancos brasileiros, o Itaú Unibanco S.A e Banco do Brasil S.A, no período pré e durante a pandemia do Covid-19. Os dados secundários foram coletados no BancoData e a serie temporal selecionada do ano de 2018 até 2021.

Para a realização da análise foram empregados os seguintes índices: Lucro Líquido, Índice de Basileia, Patrimônio Líquido, Patrimônio Líquido de Referência, Receita Operacional, Despesas Operacionais, Ativo Total, Captações, Clientes e Operações, Carteira de Credito PF X PJ. (Quadro 01).

Quadro 01 – Índices econômicos e financeiros utilizados

INDICES	Descrição
---------	-----------

Lucro Líquido	Corresponde à soma dos resultados operacional e não operacional da instituição após o desconto de impostos e participação nos lucros.
Índice de Basileia	Determina a relação entre o capital próprio da instituição e o capital de terceiros (captações) que será exposto a risco por meio da carteira de crédito.
Patrimônio Líquido	E a diferença entre o total do ativo e do passivo. Sendo o representada pelos valores pertencentes aos acionistas ou quotistas.
Patrimônio Líquido de Referência	Determina que ao valor do patrimônio líquido de cada instituição financeira sejam somados alguns itens (provisão, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital de dívidas) e subtraídos outros (reservas, créditos tributários, ativos diferidos, entre outros), que resultarão no valor do PR.
Receita Operacional	Corresponde ao montante recebido pela venda de seus produtos ou prestação de serviços.
Despesas operacionais	Envolvem gastos com a captação de recursos, provisões para créditos de difícil liquidação, manutenção da estrutura administrativa, remuneração de funcionários, entre outros fatores que demandam saída de recursos de caixa.
Ativo Total	Representa os bens e direitos de uma instituição financeira em um determinado momento.
Captações	São as formas adotadas pela instituição financeira para obter recursos no mercado.
Cliente e Operações	Quantidade de clientes e operações presentes na carteira de crédito da instituição financeira.
Carteira de Crédito PF X PJ	São os índices utilizados pela instituição para rentabilizar sua carteira de crédito.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do site Bancodata (2022).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos dados obtidos, procedeu-se os resultados conforme demonstra a tabela 1 e 2.

Tabela 1 apresenta um resumo dos resultados das variáveis para o Banco do Brasil S.A.

ÍNDICE	2018	2019	2020	2021
Lucro Líquido	12,8 bilhões	18,2 bilhões	12,9 bilhões	14,4 bilhões
Índice de Basileia	18,9%	18,6%	21,1%	19,3%
Índice de Imobilização	13,9%	14,3%	14,1%	14,8%
Patrimônio Líquido	94,5 bilhões	98,9 bilhões	116,9 bilhões	137,0 bilhões
Patrimônio Líquido de Referência	134,3 bilhões	132,2 bilhões	161,9 bilhões	167,8 bilhões
Receita Operacional	175,7 bilhões	171,1 bilhões	167,7 bilhões	122,3 bilhões
Despesas operacionais	157,9 bilhões	159,9 bilhões	155,9 bilhões	104,2 bilhões

Ativo Total	1,4 trilhões	1,5 trilhão	1,7 trilhões	2,0 trilhões
Captações	1,1 trilhão	1,1 trilhão	1,3 trilhão	1,6 trilhão
Número de clientes	13.837.652	16.131.285	16.013.044	17.655.811
Número de Operações	38.150.183	42.403.581	42.047.346	47.991.167
Carteira de Crédito PF	341,7 bilhões	367,1 bilhões	396,5 bilhões	448,4 bilhões
Carteira de Crédito PJ	288,5 bilhões	246,7 bilhões	274,8 bilhões	283,2 bilhões

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do site Bancodata.

O lucro líquido após os impostos de todos os descontos e participações dos lucros do Banco do Brasil, aumentou de 2018 a 2019 cerca de 5,4 bilhões, e de 2019 a 2021 houve uma redução nos lucros chegando a 3,8 bilhões, significando que a soma dos resultados operacional e não operacional da instituição aumentou entre 2018 e 2019, e decaiu entre 2019 e 2021.

O índice de Basileia em 2018 foi de 18,9%, em 2019 de 18,6%, representando que nesse período apresentou uma redução de 0,3%. Já em 2020 apresentou o índice de 21,1% e em 2021 esse valor caiu para 19,3%.

O índice de mobilização apresentou um aumento de 2018 a 2019 (0,4%), demonstrando uma menor agilidade de 0,4% de usar seu patrimônio. Em 2019 a 2020 relatou uma diminuição de 0,2%, tornando o banco mais ágil para usar seu patrimônio e em 2020 a 2021 teve um aumento de 0,7%, acarretando em uma menor agilidade de usar seu patrimônio.

O patrimônio líquido teve um aumento de 42,5 bilhões entre 2018 a 2021, isso significa que a riqueza da empresa, aquilo que realmente pertence aos acionistas e quotistas teve um incremento entre os anos analisados. Dispondo de um patrimônio líquido de referência de 33,5 bilhões entre os mesmos anos, representando um ajuste aumento no patrimônio líquido. Apesar de ter um aumento tanto no patrimônio líquido quanto patrimônio de referência, houve uma redução da receita operacional de 2018 a 2021 de aproximadamente 30,4% em todas suas atividades de intermediação financeira. Já as despesas operacionais, envolvendo gastos com a captação de recursos, remuneração de funcionários, entre outros, verificou se uma redução de 34% dos seus gastos.

Representando os bem e os direitos de uma instituição financeira em determinado momento, o ativo total dispôs de um aumento de 6 trilhões de 2018 a 2021, o que pode ser explicado pelo aumento de 0,5% da captação das formas adotadas pela instituição financeira para obter recursos no mercado. Do mesmo modo o número de clientes ampliou de 13.857.622 para 17.655.811, simultaneamente com o número de operações de 38.150.183 para 47.991.167. A carteira de crédito de PF aumentou 7,1% enquanto a de PJ diminuiu 7,1% durante os anos de 2018 a 2021.

Tabela 2 apresenta um resumo dos resultados das variáveis para o Itaú Unibanco.

ÍNDICE	2018	2019	2020	2021
Lucro Líquido	23,3 bilhões	26,7 bilhões	16,1 bilhões	19,7 bilhões
Índice de Basileia	15,4%	15,8%	14,4%	14,7%
Índice de Imobilização	27,7%	27,9%	24,0%	17,6%
Patrimônio Líquido	138,5 bilhões	143,4 bilhões	147,7 bilhões	150,1 bilhões
Patrimônio Líquido de Referência	136,8 bilhões	140,6 bilhões	151,2 bilhões	161,1 bilhões
Receita Operacional	208,2 bilhões	204,0 bilhões	226,6 bilhões	172,0 bilhões
Despesas operacionais	173,3 bilhões	167,5 bilhões	216,3 bilhões	137,4 bilhões
Ativo Total	1,5 trilhão	1,5 trilhão	1,9 trilhão	1,9 trilhão
Captações	992,0 bilhões	1,0 trilhão	1,3 trilhão	1,3 trilhão
Número de clientes	34.768.505	38.466.748	36.489.337	38.182.121
Número de Operações	111.284.722	113.990.942	103.812.707	111.788.755

Carteira de Crédito PF	267,7 bilhões	298,4 bilhões	339,4 bilhões	390,7 bilhões
Carteira de Crédito PJ	287,2 bilhões	365,1 bilhões	461,0 bilhões	464,4 bilhões

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do site Bancodata.

O lucro líquido após os impostos de todos os descontos e participações dos lucros do Itaú Unibanco, aumentou de 2018 a 2019 cerca de 3,4 bilhões, de 2019 a 2020 houve uma redução nos lucros chegando a 10,6 bilhões e em 2021 a 2021, aumento novamente cerca de 3,6 bilhões, significando que a soma dos resultados operacional e não operacional da instituição aumentou entre 2018 e 2019, decaiu entre 2019 e 2020 e aumentou novamente no período de 2020 e 2021.

O índice de Basileia em 2018 foi de 15,4%, em 2019 de 15,8%, onde nesse período de 2018 a 2019, teve um aumento de 0,4% sobre os empréstimos. Já em 2020 apresentou o índice de 14,4,1% e em 2021 esse valor aumentou para 14,7%. Esse índice determina a relação entre o capital próprio da instituição e o capital de terceiros (captações) que será exposto a risco por meio da carteira de crédito

O índice de mobilização apresentou um aumento de 2018 a 2019 (0,2%), demonstrando uma menor agilidade de 0,2% de usar seu patrimônio. Em 2019 a 2020 (3,9%), relatou uma diminuição de 3,9%, tornando o banco mais ágil para usar seu patrimônio e em 2020 a 2021 novamente uma diminuição de 6,4%, acarretando em maior agilidade de usar seu patrimônio.

O patrimônio líquido referente aos valores pertencentes aos acionistas ou quotistas teve um aumento de 11,6 bilhões entre 2018 a 2021. Dispondo de um ajuste de patrimônio líquido de referencia 24,3 bilhões entre os mesmos anos. Apesar de ter um aumento tanto no patrimônio líquido quanto patrimônio de referência, houve uma redução da receita operacional de 2018 a 2021 de aproximadamente 17,4%. Apesar da diminuição de arrecadação de recursos também verificou se um aumento de 30% de despesas em 2018 a 2020, e em 2020 a 2021 houve uma redução de 36,5% das despesas operacionais.

Representando os bem e os direitos de uma instituição financeira em determinado momento, observou se um aumento de 4 trilhão do ativo total de 2018 a 2021, o que pode ser explicado pelo aumento de 992 bilhões para um 1,3 trilhões da captação no mesmo período. Do mesmo modo o número de clientes ampliou de 34.768.505 para 38.182.121, simultaneamente com o número de operações de 111.284.722 para 111.788.755. A carteira de credito de PF aumentou de 2018 a 2021 de 267,7 para 390,7 bilhões, enquanto a de PJ em 2018 a 2021, 287,2 aumentou para 464,4 bilhões.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO ENTRE O BANCO DO BRASIL E O ITÁU UNIBANCO ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2021

O Banco do Brasil observou uma menor redução de lucro líquido quando comparado ao Itaú Unibanco no período de 2018 a 2021. O índice de basileia no Itaú Unibanco apresentou uma menor porcentagem de empréstimos para 2019 (15,4%) a 2021 (14,7%), significando que a cada R\$ 100,00 reais emprestados, ele apresentava um patrimônio de R\$ 15 reais e 40 centavos em 2019, e em 2021 de 14 reais e 70 centavos. Já o Banco do Brasil apresentou um índice de basileia em 2019 de 18 reais e 90 centavos sobre o seu patrimônio e aumentou em 2021 para 19 reais e 30 centavos, fazendo o banco faturar mais sobre os empréstimos.

Em contrapartida o Banco do Brasil apresentou um aumento no seu índice de Imobilização, diferente do Itaú Unibanco. Em relação ao índice de imobilização de ambos os bancos mostrou - se que no Banco do Brasil houve uma porcentagem maior de investimentos em bens que não possuem uma liquidez imediata. Em 2019 de (13,9%) a 2021 de (14,8%), quando comparados com ao Itaú Unibanco, que apresentou de 2019 (27,7%) a 2021 a (17,6%), significando que quanto menor for o índice maior agilidade terá o banco para usar seu patrimônio a fim de honrar seus compromissos. O Banco do Brasil possuía um Índice de imobilização de 13,9% em 2019, fazendo que a cada R\$ 100,00 investido em bens, ele possuía um patrimônio de R\$ 13 reais e 90 centavos, e em 2021 de 14 reais e 80 centavos. Já o Itaú Unibanco apresentou um índice de Imobilização em 2019 de 27 reais e 70 centavos sobre o seu investimentos e aumentou em 2021 para 17 reais e 60 centavos. Fazendo que o Banco do Brasil pelo seu menor índice, tem maior agilidade em usar seu patrimônio e investimento sobre bens que não possuem liquidez, como imóveis, veículos e materiais.

Acerca dos resultados do Itaú Unibanco, entre os anos de 2018 a 2020 demonstrou - se um aumento das despesas operacionais, entre 2020 a 2021 observou uma redução nas despesas operacionais. Já no Banco do Brasil observou - se apenas uma redução das despesas operacionais entre os anos de 2018 a 2021. O ativo total dos dois bancos comparados, percebe - se pouca diferença, dos anos de 2018 a 2021. O número de clientes do Banco do Brasil e Itaú Unibanco, apresentou um aumento de aproximadamente 4 milhões em ambos os bancos, porem o número de operações do Banco do Brasil, foi maior que o número de operações do Itaú Unibanco. Quando comparados a Carteira de Credito PF e PJ de ambos os bancos, nota se um crescimento da Carteira de Credito PF nos últimos 4 anos, porem um decaimento da carteira PJ apenas no Banco do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado procurou comparar os indicadores econômicos e financeiros entre as instituições bancárias do ano de 2018 a 2021, e o Banco do Brasil apresentou melhor situação econômico – financeira em diante a pandemia. Como demonstrado durante todo o trabalho o Banco do Brasil observou se uma menor redução e maior índice de lucro líquido, quando comparado ao Itaú Unibanco no período de 2018 a 2021. O índice de Basileia, o Banco do Brasil apresentou uma maior porcentagem, comparado ao Itaú Unibanco no período de 2018 a 2021, fazendo o banco faturar mais sobre os empréstimos e o índice de basileia.

Em contrapartida o Banco do Brasil apresentou uma diminuição no seu índice de Imobilização, diferente do Itaú Unibanco, significando que mesmo com o menor tempo ou menor índice o banco tem mais agilidade para usar seus patrimônio e honrando seus compromissos. Corroborando ainda com o melhor desempenho do Banco do Brasil nos períodos de 2018 a 2021, o patrimônio líquido teve uma diferença de 30,9 bilhoes em relação ao Itaú Unibanco e um patrimônio líquido de referência de 9,2 bilhões entre os mesmos.

Embora o Banco do Brasil apresentou o patrimônio líquido e patrimônio de referente maior que o Itaú Unibanco, identifica se uma maior redução de sua receita operacional quando analisado nos últimos 4 anos. Seus ativos totais comparados nos últimos anos percebeu se pouca diferente entre os anos de 2018 a 2021. O número de clientes do Banco do Brasil e Itaú Unibanco, aumentou aproximadamente 4 milhões em ambos os bancos, porem o número de operações do Banco do Brasil, foi maior que o número de operações do Itaú Unibanco e a Carteira de Credito PF e PJ de ambos os bancos, nota se um crescimento da Carteira de Credito PF nos últimos 4 anos, porem um decaimento da carteira PJ apenas no Banco do Brasil.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. [S.l: s.n.], 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. Atlas, 2018.

BANCO DO BRASIL. História do Banco do Brasil. Disponível em: <http://www.bancodobrasil.com.br>, 2022.

BANCO ITAÚ. História do Itaú Unibanco. Disponível em: <https://www.itaubank.com.br/>, 2022.

BANCODATA. Banco do Brasil. Disponível em: <https://bancodata.com.br/>, 2022.

COMEXSTAT. Brasil: informações gerais. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 10/04/2022.

DE OLIVEIRA RITTA, Cleyton; ENSSLIN, Sandra Rolim; RONCHI, Suelen Haidar. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentaram informações financeiras à bolsa de valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 9, n. 1, p. 62-75, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5329/RECADM.20100901005> Acesso em: 14/04/2022.

DIAS, Margarida Maria Pinheiro Godinho. A China no Séc. XXI: a evolução do sistema bancário e o futuro das reformas econômicas. Tese de Doutorado. 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/1272> Acesso em: 10/04/2022.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Desempenho de bancos – exercício de 2020. 2020. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2018/desempenhoDosBancos1semestre2018.html> Acesso em: 10/04/2022.

DINIZ, Natália. Análise das demonstrações financeiras. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

DINIZ, Eloi Martins et al. O grau de correlação entre o resultado operacional líquido e os indicadores socioambientais em instituições financeiras brasileiras. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 2, p. 18579-18615, 2021.

JUNG, Boochun; SODERSTROM, Naomi; YANG, Yanhua Sunny. Earnings smoothing activities of firms to manage credit ratings. Contemporary Accounting Research, v. 30, n. 2, p. 645-676, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2012.01170.x>

Acesso em: 10/04/2022.

KAJIMOTO, Clarice Gutierrez Kitamura; NAKAO, Sílvia Hiroshi; DA COSTA MORAES, Marcelo Botelho. A suavização do lucro líquido e a persistência das contas de resultado nas empresas brasileiras de

capital aberto. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 13, n. 1, p. e154173-e154173, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.154173>

Acesso em: 10/04/2022.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de; ANDRADE, Rogério Pereira de. Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos acordos de Basiléia. Campinas, SP: Unicamp, 2006. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2007/ju360pag11.html Acesso em: 10/04/2022.

SANVICENTE, Antônio Zoratto et al. Identificação de indicadores contábeis significativos para a previsão de concordata de empresas. Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Working Paper, v. 1, n. 1968, p. 1-12, 1998. Disponível em: <http://www.cyta.com.ar/elearn/tc/marterial/altaman5.pdf> Acesso em: 14/04/2022.

Capítulo 12



10.37423/230307500

THE FACEBOOK FILES: SOCIAL MEDIA'S TOXICITY IS NO CHILD'S PLAY

Felix Rebolledo-Palazuelos

Universidade Federal de Santa Maria

Camila Hartmann

Södertörn University/Universidade Federal de Santa Maria

Carolina Siqueira de David

Universidade Federal de Santa Maria

Gibsy Lisiê Soares Caporal

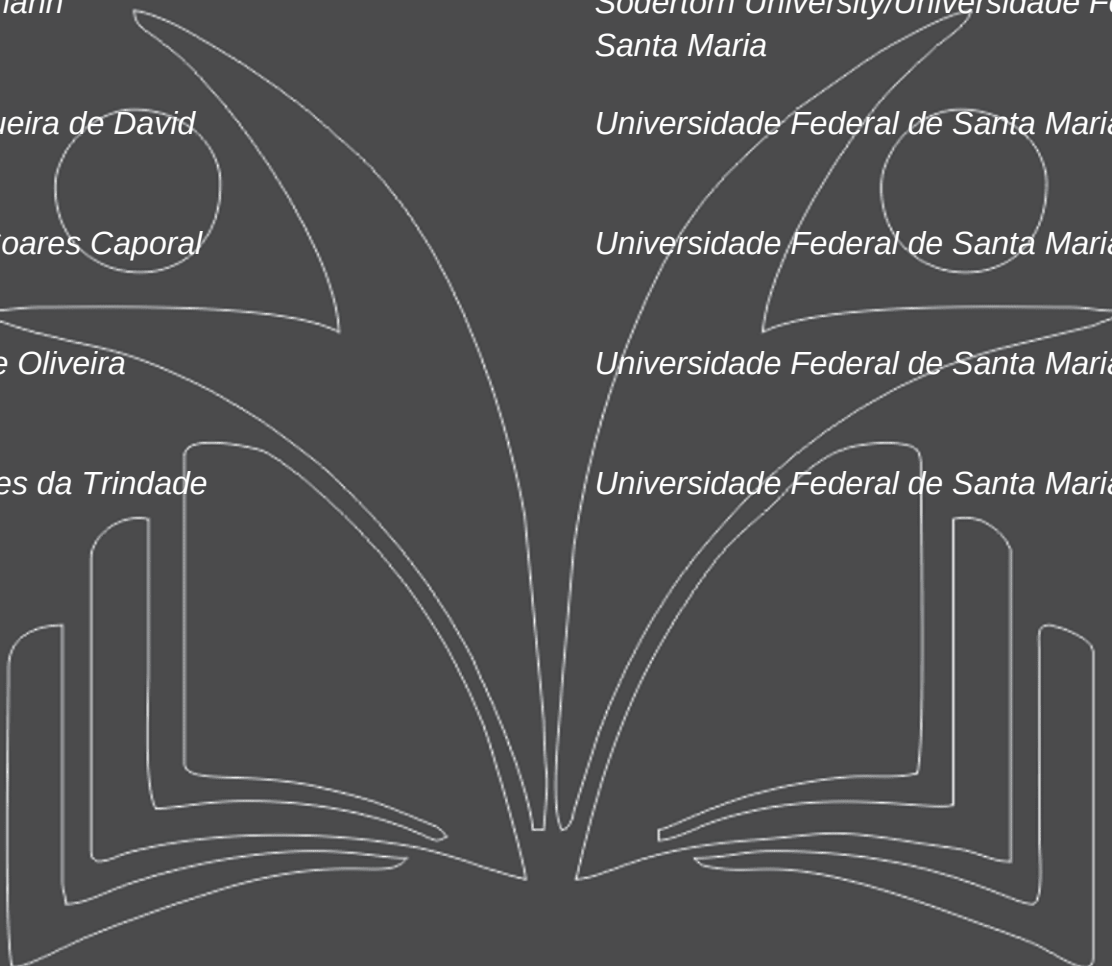
Universidade Federal de Santa Maria

Luiza Dias de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria

Thiago Álvares da Trindade

Universidade Federal de Santa Maria



Abstract: The Facebook Files are a series of investigative articles published by the Wall Street Journal in September, 2021 based on a trove of internal Facebook documents leaked by a former product manager. An aspect of these documents is the persistent, flagrant disregard for children. Publicly, Meta pays lip service to children's safety and welfare, yet the documents show them more concerned over profits. We examine social media as a toxic economy of attention and we differentiate between the expectations of users and those of the platforms: where users see social media to connect with people, the platforms use them as an apparatus to aggregate a captive audience for advertising, to gather user data and create dependency in children.

Keywords: Facebook children toxicity dependency

The Facebook Files are a series of investigative articles published by the Wall Street Journal (WSJ)¹ in September, 2021 based on an assortment of internal Facebook documents dumped by whistleblower Frances Haugen, a former Facebook Product Manager (Ghaffary, 2021) with the Civic Integrity team (Cameron & Wodinsky, 2021). The trove of leaked documents includes internal presentations, research studies, discussion threads and strategy memos which together provide an unprecedented view into the dysfunctional workings of the social media behemoth (Lima, 2021). The articles of the Facebook Files written by various journalists from WSJ – most notably with the direct authorship and contribution of staff writer Jeff Horwitz – address a variety of issues that present a picture of the disjointed internal corporate workings of Facebook, Inc. and the harmful tangible effects of the social platform in the world and the toxic repercussions suffered by its users. As the scrutiny of leaked documents grew and additional information became available, a consortium of 17 American news outlets supplemented the original WSJ articles, and the collective body of work became known as the Facebook Papers².

Although different in content and tenor, the issues being aired in this round of public disclosures seem to repeat the same misgivings with the platform that have have perennially emerged over the past years. One does not have to look far for verification: the inventory of misdeeds perpetrated by Facebook and its subsidiary companies runs a total of 46 pages with over 400 references in Wikipedia's entry on Criticism of Facebook.³ A quick perusal demonstrates that the new stories emerging as part of the Facebook Papers breaks very little new ground – it feels like a little bit of history repeating. The major difference is that the historical background as landscape for the emergence of these stories has changed as a result of the 'attack' on the United States Capitol on January 6, 2021 (Tharoor, 2021). There's mounting insistence, particularly by the Democrats in the U.S., that the rise of right-wing extremism and extreme political polarization that led to the uprising was fuelled by unfettered social media and that they are largely to blame for the supposed insurrection (Zanona, 2021). This has resulted in a persistent call for censorship of social media by US Democrats and similar political campaigns around the world to curtail freedom of expression for political dissent on social platforms and censor free speech on the web (Freith, 2021).

It seems surprising that after so many years, Facebook, Inc. (now Meta Platforms Inc.) does not yet have a handle on the panoply of issues plaguing it. The numerous points of contention have been made relevant anew by the tombola of an establishment news media industry hungry for some new story to exploit while working hand-in-hand with government to limit the mediatic and political power

of broad-base social platforms (Greenwald, 2021). It would appear that Facebook is playing into the hands of regulators and censors looking to curtail the tech giants' powers and mediatic heft – what with the weight of the accusations of destructive discord within the company, the blatant disregard for the welfare of its users, the nonchalant dismissiveness of government, and placing profit before anything else – it would seem that a perfect storm is brewing for the social media platform and its autocratic ruler (Di Stefano & O'Regan, 2021). No other corporate executive is more reviled in mainstream media these days than the intensely uncharismatic Mark Zuckerberg (Bilton, 2019) – his only saving graces being that as one of the wealthiest men in the world (Di Stefano & O'Regan, 2021), and the CEO, president and founder of Facebook (FB), make him “untouchable” (Morrow, 2021). However, this has not proved sufficient to disarm detractors nor to dissuade accusations of obstruction and obfuscation as a result of his many misrepresentations to government regulators in the USA and abroad. And as lightning rod for all of the ills of the most popular social platform in the world (Statista Research Department, 2022), he has not helped in the mitigation of the scathing censure of his corporation, to protect the public from harm (Milmo, 2021), nor the implementation of self-regulation (Zanona, 2021).

Despite Frances Haugen's testimony before the American Securities and Exchange Commission⁴, the extensive high-profile media exposure she has been receiving and the seriousness of the allegations of corporate disregard for the welfare of FB users – possibly as damaging as the Cambridge Analytica personal data privacy violation scandal (Wylie, 2019) – business analysts are saying that this is merely a blip on the medium- and long-term corporate prospects and that it will have no lasting effect on Meta's financial bottom line. In fact, Facebook profits continued to grow in Q3 and Q4 2021 despite the dip resulting from the leaked revelations (Ortutay, 2021). This would seem to imply that Facebook advertisers cannot afford to leave the platforms because they have no other recourse than to publicize their goods and services on FB in order to reach consumers and bolster sales during the pandemic (Morrow, 2021). This indicates Facebook is not only a social network of end users, but that it generates a social milieu of mutual co-dependence between its own corporate interests, the advertisers who purchase their advertising services and the end users who thrive on the products. However, the significant drop in stock price after the release of the Facebook files and more recently the repercussions from Apple's modification of its privacy policy (Haggin & Vranica, 2017) have resulted in a significant devaluation of the stock, demonstrating that neither the corporation nor its CEO are Teflon-clad (Day, 2022).

THE TOXICITY OF SOCIAL MEDIA⁵

The toxicity that is attributed to social media refers to the myriad side effects for which they are deemed responsible. Although the terrifying list of addiction, bullying, depression, negative self-image, attention deficit, anger, social alienation, exploitative hierarchization, political polarization, etc (Kaye, 2019; Sheldon et al., 2019) constitute a social-scale scourge, these are consequences and not the root problem. The root problem is to be found in the nature of social media as networks and the dynamics of interaction within these social digital ecologies.

The symbolism of the net implicit in network is already indicative of the nature of the problem. The word 'net' evokes the imagery of the fishing net as surface of capture and embroilment and as the sieve or screen that retains that which is of value. Normally, users of social networks are reluctant to identify with fish caught in a net. Most users will foreground the social aspect of social media, of being connected or interlinked, of social cohesion, of interdependence and mutual support and the feeling of a safety net that holds the social together and makes it resilient. The symbolism of the net likely serves as the material intuition behind the concept of the Chora as presented in Plato's *Timaeus* (2009) which plays a variety of rôles. Plato indicates the Chora as background, as space, as receptacle, as creator of order, as sieve, as filter, as sustenance, as matrix, as womb, as hospitable, and understands the netting of support as the site for the material aggregation that creates bodies as things which do not pass, as things that have value and can be discerned as having being (Mohr & Sattler, 2010). Another less obvious interpretation of the symbolism of the net is the net as a captivating web, as the notion which informs the symbolism of the veil, lingerie and stockings, which are a work of webbing, a network, that both reveals and hides, that distracts and snares, as both attractively captivating and seductively embroiling by the intrigue that they create.

The image of the network as a net results from its graphic depiction as an interlinked surface of nodes and links, "where nodes of the graph are drawn as points, icons, or texts and edges as a line linking two nodes" (Yifan, 2018). In the common, everyday, common-sense understanding of social media as networks, individual users assume the rôle of nodes and their reciprocal connection as the link that ties them together. However, this understanding assumes that the link is direct, peer-to-peer, user-to-user and does not take into account that all the links throughout the network are one – they are the platform itself – users are connected to one another by way of the corporate entity that modulates, moderates and ultimately mediates all interaction through data gathering, artificial intelligence and algorithmic technology. The individual users are indirectly connected to one another

through a radial structure where users are bound to a central hub constituted by the corporate entity that sponsors it and maintains it. Even though these technologies are often made out to be harmless in themselves, algorithmic modulation by non-human agents reveals the power of technologies in shaping the psychology and behaviour of their users – not necessarily in terms of the purveyed content but in terms of mechanisms of engagement. The radial structure of the social network serves as a centralized structure of control where all users are subordinated to the hub and all interindividual communications that circulate through it are under the panoptical supervision, control and moderation of the platform's corporate overview (Romele et al., 2017). For Van Dijck et al. (2018) platforms are systems capable of organizing their users according to a supply and demand relationship "fuelled by *data*, automated and organized through *algorithms* and *interfaces*, formalized through *ownership* relations driven by *business models*, and governed through *user agreements*" (Van Dijck et al., 2018, p. 9).

Upon this structural foundation that captivates and embroils its users within a panoptical system of surveillance controlled by corporate dictates and business models, social media articulate a variety of relational modes where the nature of the interindividual user-to-user relation is different from the user-to-platform relation, and which is of a different nature from the platform-to-user relation. The directionality of the relation is significant: the relation between users is a symmetrical exchange of reciprocal obligations based on the affective economy of "Likes"; the user-to-platform relation is *initially* predicated on Marcel Mauss's (1967). 6

Gift-economy where users feel compelled to reciprocate good will – in our case, to the platform for offering access to the network, but which is quickly replaced by the relations of dependency with peers in the affective exchange economy of "Likes"; lastly, the platform-to-user relation is more of a predator-extractive economy of attention based on user data acquisition and advertising sales (Rebolledo 2023). A non-symmetrical economy installs itself between users and platform, where on one side of the relation users trade their attention and life-time for "Likes" in an affective exchange of gold for trinkets, and on the other, platforms monetize attention for cash while devising addictive consumption tactics to maximize users' screen time and engagement. In this non-symmetrical affective economy of attention, the work aspect of network emerges: users' consumption of social media is work in that the time spent in front of the screen and being exposed to advertising is

productive – it is transformative of life-time into attention as a resource that is a desirable commodity by advertisers and can be readily monetized by the platform.

However, because the life-time spent in front of the screen results from corporate strategies that generate and encourage a subconscious addiction to consume, users are de facto enslaved to work, i.e. they are compelled to spend time on the social platforms, in order to receive their fix of “Likes”. The mechanism of social media dependency is a neurochemical addiction to neurotransmitter micro-doses associated to an affective pleasuring of “Likes” functioning at an infra-conscious level unbeknown to our awareness. According to Sean Parker, founding president of Facebook:

The thought process that went into building these applications, Facebook being the first of them, ... was all about: 'How do we consume as much of your time and conscious attention as possible?' "And that means that we need to sort of give you a little dopamine hit every once in a while, because someone liked or commented on a photo or a post or whatever. And that's going to get you to contribute more content, and that's going to get you ... more likes and comments. (Allen, 2017)

For Susanna Paasonen, “[s]uch perpetual quest for pleasurable dopamine hits, it is argued, is addictive and contributes to a neurological rewiring of the brain that impairs our ability to think” (Paasonen, 2021, p. 10 *Apud* Stjernfelt & Lauritzen, 2019, p. 43–58). What appears to distinguish our engagement with social media from other modes of engaging and experiencing life, is that users’ mode of engagement with social media all too often falls outside the realm of wilful rationality and operates at a level of consciousness where we are neither conscious of its effects, aware of our actions nor of being manipulated or exploited by corporate entities.

FB’S EFFORTS TO ATTRACT CHILDREN

As Meta looks for domination across the spectrum of social media platforms and expand its user base, it is venturing into younger and younger demographics in quest of additional users by offering age-appropriate versions of their more popular apps. Facebook introduced Messenger Kids in 2017 and Instagram launched Instagram Kids in March 2021 but the latter was promptly discontinued in September, 2021 following severe backlash from parents, media, government regulators, and advocacy groups (Reuters, 2021).

Messenger Kids is a messaging app which Wired Magazine went so far as to label it “Facebook for 6-Year-Olds” (Tiku, 2017) as it is designed to serve children from 6 up to 12 years old. It was heralded as a safer alternative to Messenger as “a free video messaging and chat app for kids offering more parental controls and more fun for kids” (Facebook, 2020) and subject to the Children’s Online Privacy

Protection Act (COPPA).⁶ As reported by The Washington Post, after the launch, more than one hundred child advocacy and civil society organizations, as well as medical experts and other individuals, asked Facebook to shut down the app, arguing it poses risks for the children's health and development (Shaban, 2018). In 2019, The Verge reported the presence of a bug in the app that made it possible for child users to enter group chats with strangers un-authorized by the children's parents; Facebook claimed it notified thousands of parents of the "technical error" but the app is still functioning nonetheless (Brandon, 2019).

Instagram Kids was a Facebook project that aimed to develop an Instagram app experience for children below the minimum age required to create an account (13 years old)), notably those between 10 and 12 years old (Koenig et al., 2021). News of the project went public in March, 2021 in a report published by BuzzFeed News (Mac & Silverman, 2021), based on an internal post on an employee message board (Instagram, 2021). According to the report, the internal announcement came two days after Instagram – in the wake of media coverage and public criticism of abuse, bullying or predation faced by young people in the app – declared that they would step-up integrity and privacy work while developing safety measures to protect its younger users. "We have identified youth work as a priority for Instagram and have added it to our H1 priority list" (Idem). The post was written by Ishal Shah, Vice President of Product at Instagram, and emphasized the desire to build a version of Instagram that would allow "[...] people under the age of 13 to safely use Instagram for the first time" (Idem). The "pausing" of Instagram Kids did not come as a surprise, as it had already run into problems before it was even launched. MediaTalks/UOL reported in May, 2021, that 44 US Attorneys General sent an open letter to Mark Zuckerberg, asking for the idea to be scrapped (Gurgel, 2021). But in a statement from end of September, 2021, Adam Mosseri, Global Head of Instagram, asserts that for Meta, the new app is "the right thing to do" (Mosseri, 2021). His rationale is that children are getting cellphones at a much younger age, misreporting their age and using apps designed for people older than 13, and that age-appropriate platform experiences would be much better for parents.

But as the Facebook Papers show, Meta's efforts to attract younger users go far beyond Messenger Kids, Instagram Kids (Wells & Horwitz, 2021) or keeping up with the offerings from competing platforms. YouTube and TikTok both have versions for children under 13, and to stem the defection of young users to Meta's main competitors, Snapchat and TikTok – the coolest and sexiest new apps among teenagers (Linebaugh & Knutson, 2021) – work teams have been dedicated to developing strategic plans and products to attract preteens. These initiatives go beyond what is publicly known

and the stimulus for this quest is not only that pre-teens “are a valuable but untapped audience (Idem) but that they represent the future success and profitability of the corporation. Georgia Wells, one of the WSJ reporters working on the Facebook Papers, asserts in a WSJ podcast that “the documents reveal Facebook is really, really interested in getting its products in the hands of children. This is a serious business undertaking. This is a serious business effort that marks children as this huge growth initiative” (Idem). She continues: “If they lose these users at this young age, they're gone for good, and TikTok or Snapchat could take their place, or some other new app that we haven't heard of yet” (Idem).

If pre-teens “are a valuable but untapped audience” as one FB document from 2020 affirms (Linebaugh & Knutson, 2021), then to actively pursue that market is a cynical business move on the part of the platform. Creating a social media platform for children would not only be an expansion of the client base, it represents Meta's strategy of starting them young on the Facebook experience and inculcating the mechanisms of social media addiction at an early age. The creation of age-specific apps is not only about instant messaging and sharing information, and communicating through the platform (Mitsoula et al. 2020), it is about branding children (Gunter, 2015) while conditioning them to accept digital social media and its move to the augmented reality of the coming metaverse future as what life is about – the AR features of Messenger Kids is illustrative of the leveraging of features that acclimatize children to the new modes of interacting in the metaverse. Further, the continuous use of social media, mobile apps and games as the mediatic continuum through which socialization happens during the developmental years of children's lives is creating modes of affective valuation, cognitive habits, and communicational interaction whose long-term implications are not yet fully understood. A document from early 2021 reveals, according to Wells and Horwitz (2021), buckets of ages that are recommend for Facebook to use when they are designing products for children – and these buckets start at age zero! The scale goes from young kids, kids, tweens, teens, and late teens, and then adults. The reporter writes that “what really jumped out at me from these buckets is the first one is for young kids ages zero to four. That is so far beyond the user base of any of the current Facebook products” (Idem).

The American Children's Online Privacy Protection Act (COPPA) guidelines does not allow advertising to children nor the collection of user data unless it is to enhance the user experience (UX) of the platform. Montgomery et al. (2017) are quick to point out that “Although US privacy law provides some safeguards for children younger than 13 years old online, adolescents are afforded no such protections” (Montgomery et al., 2017). In 2018, a coalition of 17 public health advocacy groups demanded that the U.S. Federal Trade Commission investigate and take action against Facebook for

violations of the COPPA, claiming that Messenger Kids 'privacy policy is incomplete and vague and allows Facebook to share data with third parties for undisclosed business purposes (FTC Admin, 2018). The truth about data is that once collected, it never disappears – whether it is gathered to gain insight into UX or to make the platform safer or more convenient to use, the data is never actually purged, adequately protected or fully withdrawn from circulation – as demonstrated by the Facebook data fiasco surrounding the Cambridge Analytica scandal (Kaiser, 2019; Wiley, 2019) – or disseminated through error or criminal intent – among the most noteworthy, the CAM4 personal data breach of over 10 billion records, the LinkedIn data breach of 2021 which affected 700 million users, the Facebook data breach of 2019 of over 533 million records detailing comments, likes, reactions, account names, FB IDs and more (Tungal, 2022).

The question of privacy is not just a matter of not disclosing personal information to third party users. As described by Melanie Kaiser in reference to the Facebook data scandal surrounding the 2016 US election, despite the frowned-upon practices of systematically collecting, processing, and analyzing users 'interactions, vulnerabilities, predispositions and choices towards monetization, the strategic objective of data engineers is to obtain and aggregate historical data sets⁷ from various sources to produce digital avatars (Kaiser, 2019). These virtual doppelgängers are a numerical model of a users 'personal character so as to predict their decision-making behaviour and anticipate their reaction to information better than the users themselves can. If Meta on its own can aggregate results from Facebook, Instagram and WhatsApp from billions of users – now possibly complemented by data gleaned from "Kids" apps – and map the historical unfolding of individual user's data from infancy, their aggregative integration presents a high-dimensional understanding of human personality and of behaviour prediction (Sumpter, 2018). As a radical business model that integrates users ' decision-making and consumerism, the coming metaverse steps up the model of the monopoly franchise and represents the digital version of the company town as an autonomous, self-sufficient and all-providing medium – a self-sustaining digital virtual milieu – of goods, services and entertainment. Like the less desirable symbolism of the net in network, the "one-stop shopping" convenience of the company town offers captive Meta users the "opportunity" of creating capital for the corporation through their free labor as well as being able to contribute directly to Meta's coffers with cash purchases or some form of cryptocurrency.⁸ Ironically, company towns were traditionally located at the site of extractive industries, and Meta, as the corporation over-seeing the metaverse, reinterprets the concept by making the denizens of the virtual-reality space the resource from which wealth is extracted. Clearly, the apps aimed at children ought not serve as a prep school that tutors young users in subservience

to a virtual corporate metaverse, at the expense of not being able to adequately negotiate life in the actual world and interact face-to-face with human beings outside of these AR Matrix-like immersive environments.

ALGORITHMIC MODULATION

One of the ways to keep young people engaged on platforms is to refine content recommendation algorithms. As explained by Tarleton Gillespie (2018), algorithms are coded procedures that, based on specific calculations, transform data into expected results. From the data generated during users' interaction with platforms, algorithms determine the personalization of individual preferences, desires and needs by comparing historical data patterns, individual or aggregated. Algorithms present a predictive analysis process that serves as gatekeeper, moderator, curator, accelerant, regulator, moral compass, and routing switcher of content and whose goal is to anticipate choices and trends, and suggest content that will keep users engaged and captivated by the platform (Rebolledo, 2023).

The algorithms employed by social media platforms and search engines play an increasingly important role in the attention economy by selecting which information is most interesting and relevant to users. Thus, participation in public social life – which today takes place largely online – is in large part conditioned and mediated through the content proffered by algorithms. Apart from the content posted by peers, social media platforms serve up thematic content spiked with advertising designed to keep users hooked – users' interest and attention is piqued by the individually curated offerings and so remain online, assuming (subconsciously) that spending time in front of the screen is their will and volition when in fact it is the subconscious effect of addiction operating through the body and evading detection by the intellect or our senses. These mathematical models replace our human subjectivity and bypass the higher faculties which identify us as rational beings. “But as we have embraced computational tools as our primary media of expression, and have made not just mathematics but all information digital, we are subjecting human discourse and knowledge to these procedural logics that undergird all computation” (Gillespie, 2014, p. 168) and whose agency is largely undetected by most users – even less so by children. Yet the quantification of the user experience (UX) of in terms of “signals users wouldn't notice, like how many long comments a post generates, or whether a video is live or recorded, or whether comments were made in plain text or with cartoon avatars” not only don't register as signals, but distance us from the purely somatic dimension of the affective economy of addiction.

pointed out by Bruno et al. (2019), it is a new logic that intertwines society, computational science, digital technology and commerce. In studying the increasingly technoscientific, economic and social interests played out in algorithmic processes of extraction and their use of psychic and emotional data, the authors question the application of big data mined from social media as the foundation for predictive strategies and, further, towards the modification of human behaviour. But for the data market to expand, for advertising revenue to increase, and consequently, for digital monitoring processes to become increasingly pervasive, “[...] one condition is fundamental: that users spend as much time as possible on platforms [...]” (Bruno et al., 2019, p. 13) – and, in addition, that they do so from the earliest age possible. For these authors this is the essence of what animates social media, the content is only the means to an end. Unfortunately, algorithms promote disinformation and extremism by perpetuating a logic of anger and fury. They fuel the fire of extreme polarization by pushing the most damaging content, i.e. controversial and polarized topics, affectively hypercharged content, fake news, because they stimulate social media consumption and user engagement (Barrett et al., 2021). Frances Haugen stated before the British parliament that “Anger and hate is the easiest way to grow on Facebook” (Merrill & Oremus, 2021).

The negative content that kindles children’s user engagement is of a different nature – not political as such, but just as pernicious. If the COPPA guidelines prohibit advertising to children, the two sources of content in children’s feeds are the content that users ‘themselves produce in terms of information about their own lives or comments on other users’ posts, and the content that users or groups might re-share, re-blog or re-circulate as content served by the platform. So that, on the one hand, we have the corporation serving up content that foments engagement through hateful and divisive negativity and, on the other, we have a quantification of children’s popularity based on Like buttons and follower counts and the internalization of self-worth pegged to one’s public performance on social media: in the words of Sen. Ed Markey, “not getting enough likes on social media significantly reduces adolescents’ feelings of self-worth” (Democracy Now!, 2021). In the succinct words of Sean Parker, Facebook founding president, “God only knows what it's doing to our children's brains” (Allen, 2017).

Addressing the UX in digital environments interfaces, André Grilo (2019, p. 180) writes that “in every technology there is a design, and in every design there are interactions and experiences”; it is up to the designer (or the platform) to optimize the available resources in the way that best meets the users’ interests. The “economic valorisation” model that seems to be operative here is that consumers always seek to satisfy their interests and maximize their benefits. But this assumes that they are

unfettered to act according to their own free will and can freely exercise choice – when the choices are limited by the algorithm to steer the user to produce a particular effect or act a certain way, and the medium foments a slavish mode of relation, it feels like a self-serving assertion on the part of platforms. Obviously, a social system predicated on enslavement is no place for children or teens.

According to Rogers et al. (2013), the primary aim of interaction design is not to reduce the negative aspects of the experience, but to increase the positives; thus, the guiding concerns are “[...] to develop products that are usable, which generally means products that are easy to learn to use, effective and that provide the user with a pleasant experience” (Rogers et al., 2013, p. 2). But as we have indicated above, Facebook’s and Instagram’s UX overwhelms the pleasurable interaction and transparency of their interfaces: one must differentiate between the mechanisms of somatic engagement of the platform (its affordances) and the captivating dynamics of the content. The ills that we ascribe to social media are not an indication that social media are broken, but that they are exceedingly efficient in what they do. And if these social media apps are efficient communication tools for celebrities, corporations, and governments they are equally useful to groups and individuals using the media as weapons to advance their own political agendas and religious or lifestyle proclivities (Singer & Brooking, 2018).

Facebook's algorithm determines what content is suggested in users' timelines according to their interactions, pages liked and their character profiles defined by their online history within the social network. However, as Merrill and Oremus (2021) note in the Washington Post, the platform's business model depends on user engagement and screen time, and negative content does a better job of captivating their interest: “Posts that prompted lots of reaction emoji tended to keep users more engaged, and keeping users engaged was the key to Facebook's business” (Merrill & Oremus, 2021). To that effect, Facebook engineers tweaked the algorithm so as to push more emotional and provocative content into users' newsfeed. As research from New York University's Stern Center for Business and Human Rights reported in late 2021, social media platforms like Facebook “have played a major role in exacerbating political polarization that can lead to such extremist violence” (Bell, 2021). And though they may not have been the primary cause of it, Facebook has definitely intensified it by placing its own corporate interests before those of the public (McCluskey, 2021). As revealed in a report by CBS's Scott Pelley on Frances Haugen featured on Democracy Now!, [Scott Pelley:] “Facebook understood the danger to the 2020 election, so it turned on safety systems to reduce misinformation [...] But many of those changes, she says, were temporary. [Frances Haugen:] “And as

soon as the election was over, they turned them back off, or they changed the settings back to what they were before, to prioritize growth over safety. And that really feels like a betrayal of democracy to me” (Democracy Now!, 2021).

As a result of the publishing of the Facebook Files, the Attorney General of the State of Ohio in the U.S.A. sued Meta alleging “that between April and October 2021, Facebook’s leaders flouted federal securities law to boost stock and fool shareholders” (McDougal, 2021). According to the Daily Beast, the AG is seeking more than USD 100 billion in damages due to Meta Platforms Inc. deliberately misleading the public about the functioning of the algorithm and the negative effects its products have on minors.

A Common Sense Media Study from 2019 found that among tweens, about half (53%) of all screen use is devoted to TV or videos, 31% to gaming, 5% to web site browsing, and only 4% to social media. Just 2% of tweens’ screen use is spent video chatting (2%), e-reading (2%), or creating content (such as writing, or making digital art or music, also 2%). These proportions are virtually unchanged since 2015 (Idem). The same study found that among teens, 39% of screen use is devoted to watching TV or videos, 22% to gaming, 8% to web site browsing, and 16% to social media, 4 percent is spent video chatting, 3% creating their own writing, art, or music, and 2% e-reading (Idem). What is surprising about these numbers is that despite social media only garnering 16% of total daily online screen time for teens and only 4% for tweens, Meta Platforms Inc., the parent company of Facebook and Instagram, seems to be receiving the lion’s share of opprobrium cast on digital platforms geared towards the entertainment of teens and tweens. Further breakdown shows that about 12% of total daily online screen time for tweens and 15% for teens represents the time devoted to activities that do not include TV/Videos, Gaming, Browsing Websites or Social Media – only a paltry 3% of total daily online screen time for teens, and 2% for tweens, was actually spent on content creation. This indicates that the dominant dynamic of value creation on digital platforms has to do with the provision and delivery of content as management of the economy of attention through the respective algorithms and not with the affective economy of Likes! and followers.

CONTENT MODERATION AS SOLUTION

According to WSJ reporter, Georgia Wells, executives and engineers responsible for building and operating the platforms of the Meta group have known for quite some time that the modes of relationship fostered by the interfaces and affordances of platforms like Facebook and Instagram are

effectively toxic to the construction of healthy cognitive behavioral references, especially among girls. Jonathan Haidt, a social psychologist at the New York University Stern School of Business asserts that “Much more than for boys, adolescence typically heightens girls’ self-consciousness about their changing body and amplifies insecurities about where they fit in their social network” (Haidt, 2021). This has become a trigger issue within the polemic arising from the Facebook Papers for as Haidt suggests “Facebook’s products have *probably* harmed millions of girls” (Idem). It sounds like tenuous hyperbole, but the user numbers are themselves staggering. From 2019 to 2020, an average of 15.1 million students attended public high school in the US, with a gender parity index (GPI) is 0.99, with slightly fewer girls than boys being enrolled in high school (ThinkImpact, 2022). In 2021, 15.3 million attended grades 9 to 12 (Institute of Education Sciences, 2021). In 2010, 63% of high-school students were on social media, and with the rise in cellphone ownership, that number went up to 80% by 2014 (Idem). And according to a Pew Research Center study on the uses of social media by teenagers, by 2018, smartphone ownership had become a nearly ubiquitous element of teen life: 95% of teens now report they have a smartphone or access to one. These mobile devices are in turn fuelling more-persistent online activities: 45% of teens now say they are online on a near-constant basis (Anderson & Jiang, 2018).

The American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, quoting a report by Common Sense Media from 2015, post on their website that “On average, teens are online almost nine hours a day, not including time for homework”⁹ and this would imply that time on-line is likely the most formative or structuring activity in terms of time spent by teens on any daily activity. By 2019, the numbers had changed. Common Sense Media (2019) report that the amount of daily screen use by Teens (13-19 year olds), not including for school or homework, was 7 hours, 22 minutes and for Tweens (8-12 year olds), the usage was at 4 hours, 44 minutes (Rideout & Robb, 2019). The study also states that lower income tweens consumed almost 50% more screen time than higher-income tweens, a statistic that ultimately reflects on the time spent doing schoolwork at home and ultimately indicative of academic advancement.

Haidt’s (2021) article identifies four reasons as to why the social platforms are to be held accountable for the deterioration of teen mental health over the last decade. As he points out, correlation is not cause, but the relation between teen mental health and social media is proving more tenable than not because the data on adolescent depression, eating disorders, self-harm, mood disorders, suicide, and anxiety have seen very large increases during the period of massive growth in popularity of social

media among children. Even though there is a ubiquitous presence of social media in the lives of high-schoolers, the negative impact of the apps is still indeterminate in that no direct causality can be ascertained. Still, according to Haidt, the victims blame Instagram – a finding corroborated by Facebook's own research as leaked by Haugen: "Teens blame Instagram for increases in the rate of anxiety and depression... This reaction was unprompted and consistent across all groups" (Haidt, 2021). And further, there are no other media that have that type of reach into teens lives or subjectivity. But as Slavoj Žižek (N/D) notes with respect to causal certainty concerning global warning, "The most dangerous attitude today concerning ecology, is not this outright denial, but this type of common sense skepticism. "But maybe it's not so bad" or "Let's be careful, who knows..." Yes! We don't know but every intelligent ecologist will tell you, when we will know for sure, it will definitely be too late" (The Radical Revolution, 2020).

Given all this time spent by children on social media platforms, there is mounting need for supervision of some form or other as to how this time is spent, who it is spent with and what it is spent on. The Common Sense Media Study from 2019 points out that "Despite the new affordances and promises of digital devices, young people devote very little time to creating their own content" (Rideout & Robb, 2019, p. 9), which means that the time spent in front of the screen happens 90% of the time, give or take, in passive consumption mode of entertainment.¹⁰ The study also reveals that for Tweens (8 – 12 years old), only 26% of users are monitored by parents in terms of time spent, and only 50% are monitored for what the child is doing. For Teens (13 – 19 years olds) the numbers for parental supervision drop considerably. Only 14% of Teens are monitored for time spent online, and 26% are monitored for what the child does online. So that if children spend hours a day online consuming content they do not produce, who is curating or moderating the content and supervising their consumption?

We detect a movement of hybridization of the concept of the "electronic nanny" or the "electronic babysitter"¹¹ as the functional use of electronic entertainment media to mind¹² children. Where television was once used to entertain children for hours on end without supervision, parents trusted in the wholesome programming one could depend on from the broadcast corporations. As the TV market became more fragmented and the content more diversified, parents could continue to use audio-visual technology to pacify and entertain their children, but under a different guise. With the advent of consumer video tape technology (VHS/Beta) and DVD technology, parents could exert greater control of what audiovisual content could be screened for children by way of curating the

programming. This was a strict hands-on proposition because it meant specifically picking and choosing what children would be watching and directly paying for it at a video store. If parents consciously used DVD technology to babysit their children, they would trust implicitly the children's programming produced by select studios (Disney, Warner Bros. etc) to be appropriate for their kid's consumption. With the internet, the curating of content is now carried out by the media themselves and the algorithms, whose interests, as we have seen, are not necessarily aligned with those of the parents or of the children. And the content itself, as has been shown, is also more self-serving and platform-serving than catering to the welfare and healthy development of their young audience (McCluskey, 2021). And so we perceive the need for parents to moderate, curate and monitor what their children are consuming on digital platforms. The Common Sense Media statistics demonstrate that this is not happening to the degree that it should be, and so we fall back on the content providers to police themselves and to moderate what can and cannot be presented and to whom (Rideout & Robb, 2019).

This last movement in responsibility represents a shift in how we understand the "nanny" aspect of moderation into the expanded concept of "nanny statism" (Magnusson & Griffiths, 2015) and its militantism against any kind of state intervention into commercial activity by way of policies or laws that aim at reducing behavioural or lifestyle-related risks associated to consumer goods. The examples cited in Magnusson and Griffiths (2015) are tobacco, alcohol, and processed foods and the rationale behind the corporate militantism are Libertarian ideas which claim that adult individuals, armed with the factual information about the dangers of a product, can take the rational and autonomous decision to bear the risk of their consumption. In theory this is well and good, but many of these industries work as collusive oligopolies that quash healthy alternatives, and ceaselessly lobby policy makers to guarantee that they get their way. Further, they suppress scientific studies and information, promulgate misinformation, and actively mislead the public rendering consumers ill-equipped to assess the risk of consumption and to reach rational conclusions. It is interesting to note that these ideas are looking to be applied to consumer goods that are addictive and toxically unhealthy – much like digital social platforms. The purveyors of these toxic products would find themselves in senate hearings defending their "rights" to de facto poison consumers, much like executives from Facebook, YouTube, TikTok, Snapchat, etc find themselves downplaying the toxic effects of their offerings at U.S. Congress and Senate hearings.¹³ It would seem that consumers and parents wishing to protect their children from the toxic effects of digital media platforms present a dangerous challenge to the prevailing ethic of capitalist consumption and to First Amendment Rights to Freedom of Expression.

The solutions that are proffered usually take the form of tweaking the algorithm and of moderating content directly, a task that can be accomplished through Artificial Intelligence (AI) or human moderators. As documented in the German 2018 documentary *The Cleaners*, human moderators are usually outsourced offshore workers and too frequently lack the cultural references and linguistic nuances to make them infallible arbiters of what constitutes appropriateness and what does not. The other detraction from using human moderators is the sheer numbers required and therefore their cost – tens of thousands of anonymous individuals working in secret, in undisclosed locations (Gebrueder Beetz Filmproduktion, 2018). Another hidden cost of human moderation is the one borne by the moderators themselves in terms of the psychological and emotional toll the job takes on them from being constantly exposed to footage of acts of violence and depravity, pornography, calamities, child exploitation and abuse, terrorism, human weirdness and sheer idiocy, etc (Bishop, 2018).

A more permanent solution would lie in AI and the ability of technology to correctly identify what is being presented and be able to differentiate between what is appropriate and what is not – in “moderation speech”, Ignore or Delete. However, even according to Zuckerberg (Brandon, 2018), AI is simply not good enough to fully automate this task yet”, only in ten years time (Dang et al., 2018). The social media companies find themselves playing monkey in the middle: on the one hand there are parents and user groups clamouring for appropriate content and more human moderation¹⁴ and, on the other, government bodies urging the social media platforms to censor the content themselves (Greenwald, 2022). And sandwiched between them, digital platforms not knowing how to act.

CONCLUSION

There are positive aspects to social media, but also potential risks. For the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, the benefits of social media would include: “staying connected to friends, meeting new friends with shared interests, finding community and support for specific activities, sharing art work or music, exploring and expressing themselves” (Facts for Families, 2021). However, these positives need to be considered in terms of the negative repercussions inherent in social media such as Facebook and Instagram.

The negative aspects of social media that we have identified in this paper can perhaps be attenuated but the underlying dynamic animating social media might not be so readily undone. The task of social media networks is to connect and keep connected its users – in fact, the perpetuation of social connection is what keeps the network together and allows it to propagate. However, there is a disjunct

between the expectations of social media users and the expectations of the corporate overlords and shareholders: as a corporate entity, the goal of a social media platform is to connect people, not for social purposes, but to aggregate an audience to whom advertising can be served and from whom behavioural data can be culled. The benefits identified above by the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry are the lure that attracts users to involve themselves in the monetized affective economies of digital platforms. The social benefits are the bait in the bait-and-switch tactic which promises sociality but ultimately function as pretext for users to unwittingly produce wealth for the platform through the production and sharing of free content and to avail themselves to advertising and the culling of personal behavioural data. The social side of social media represents the stickiness of the network that embroils users and also what misrepresents the true goal of the platforms – to turn a profit through the monetization of its consumers' attention by any (supposedly legal) means possible. But the nature of any commercial enterprise is not only to produce profit but to always be increasing the margins and growing profits. And it is this drive to grow the business side of the medium that seeks to always increase the number of users and cultivate their involvement. The practices informing business growth and development at social media platforms, as indicated in the leaked Facebook Papers and numerous other reports over the past decade, demonstrate repeatedly that the platforms skirt the boundaries of lawfulness in attaining their commercial goals and to be self-interested to the point that their social outlook is characterized as a flagrant disregard of users' welfare and dismissiveness for society's needs as a whole.

If the engagement of social media is predicated as an affective economy of enslavement and addiction for the monetary benefit of the platforms and their shareholders, children have no business there. That being said, however, stripping the social networks of their commercial or profit-making imperative does not guarantee that the social benefits produce themselves without any psychological cost to users. The quantification and the pegging of peer acceptance and social affirmation to an affective economy reliant on likes, responses and followers, if unchecked, too often blossoms into the type of narcissistic expression that characterizes negative interaction of social media. But, what drives this need for peer acceptance and social affirmation whose frustration causes the ills emerging from interaction on social media? What is the "problem" which finds as its solution the unbridled consumption of social media, in both adults and children? WW Viktor E. Frankl S?¹⁵

If in fact there is an existential vacuum at work looking for meaning and significance in our lives, perhaps social media accelerate and intensify the quest, yet frustrate it even more profoundly by

virtue of their efficiency.¹⁶ A theme that would bear investigation is whether the “deep sense of emptiness, low self-esteem, emotional detachment, self-loathing, [and the] extreme problems with intimacy” (Skloot, 2006) that belie narcissism, as posited by addiction specialist Drew Pinsky (2006), are pre-existing conditions within a significant swath of the host population and which the impersonal nature of communicational interchange on digital devices and social media manages only too well to rouse. Needless to say, this constellation of “qualities” are hardly the personality traits one would wish to inculcate or foster in children as they develop from infancy into adulthood. For future inquiry, the question still remains: why are so many individuals so receptive and responsive to the mode of communication that social media offer? Or on a societal scale, what are the characteriological affordances of advanced capitalism in the 21st century that allow social media users to so willingly offer themselves up to the affective machinic manipulations of social media? What are the associated pre-individual conditions that constitute the ready receptivity of the common to the exploitative instrumentalism of social media?

REFERENCES

- Allen, M. (2017, Nov. 9). Sean Parker unloads on Facebook: "God only knows what it's doing to our children's brains". *Axios*. Accessed from <https://www.axios.com/sean-parker-unloads-on-facebook-god-only-knows-what-its-doing-to-our-childrens-brains-1513306792-f855e7b4-4e99-4d60-8d51-2775559c2671.html>
- Anderson, M., & Jiang, J. (2018, May 31). Teens, Social Media and Technology 2018. *Pew Research Center*. Accessed from <https://www.pewresearch.org/internet/2018/05/31/teens-social-media-technology-2018/>
- Barrett, P., Hendrix, J., & Sims, G. (2021, Sept. 27). How tech platforms fuel U.S. political polarization and what government can do about it. *Brookings*. Accessed from <https://www.brookings.edu/blog/techtank/2021/09/27/how-tech-platforms-fuel-u-s-political-polarization-and-what-government-can-do-about-it/>
- Bell, K. (2021, Sept. 13). Researchers: Platforms like Facebook have played 'major role' in fueling polarization. *Engadget*. Accessed from https://www.engadget.com/social-media-political-polarization-nyu-report-223945859.html?guccounter=2&guce_referrer=aHR0cHM6Ly9yZWFKLmdldGRhaWx5YnJpZWYuY29tL2RpZ2VzdHMvZmFjZWJvb2stdHJpZWQtdG8tbWFrZS1pdHMtcGxhdGZvcmtYS1oZWZsdGhpZXItcGxhY2UtaXQtZ290LWFuZ3JpZXItaW5zdGVhZA&guce_referrer_sig=AQAAAHLC3grbFymc99jMYHT8hVI7veBMisepxYzIlsIXbBMe4O3tQdmoQV41mPzr9smdOobt5yp6j9BcRdhW2E5X2nCJN9oaxQDX4E-x9K6_wsPUUvXSllqpYviF12ReZkOh5h0RYS0YXXjkPLpIDNS6OQP3xalro3qE2gU7xzsgbPs
- Bernauer, J., & Tomei, L. A. (2015). *Integrating Pedagogy and Technology: improving teaching and learning in higher education*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Bilton, N. (2019, Nov. 6). "He's F—king Destroyed this Town". How Mark Zuckerberg Became the Most reviled Man in Tech. *Vanity Fair*. Accessed from <https://www.vanityfair.com/news/2019/11/how-mark-zuckerberg-became-the-most-reviled-man-in-tech>
- Bishop, B. (2018, Jan. 21). The Cleaners is a riveting documentary about how social media might be ruining the world. *The Verge*. Accessed from <https://www.theverge.com/2018/1/21/16916380/sundance-2018-the-cleaners-movie-review-facebook-google-twitter>
- Brandon, J. (2018, Apr. 11). Mark Zuckerberg Just Revealed the Biggest Flaw on Social Media. Hint: It's Not the Data Leaks. *Inc.* Accessed from <https://www.inc.com/john-brandon/hate-speech-is-not-going-away-anytime-soon-says-mark-zuckerberg.html>
- Brandon, R. (2019, Jul. 22). Facebook design flaw let thousands of kids join chats with unauthorized users. *The Verge*. Accessed from <https://www.theverge.com/2019/7/22/20706250/facebook-messenger-kids-bug-chat-app-unauthorized-adults>
- Bruno, F., Bentes, A. C., & Faltay, P. (2019). Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *FAMECOS*, Porto Alegre, 26, 33095-19357.

Cameron, D., & Wodinsky, S. (2021, Nov. 4). Yes, There Are More Facebook Papers. Yes, It's a Lot. *Gizmodo*. Accessed from <https://gizmodo.com/hey-kid-wanna-see-some-leaked-facebook-docs-1847936740>

Dang, B., Riedl, M. J., & Lease, M. (2018). *But Who Protects the Moderators? The Case of Crowdsourced Image Moderation*. Presented at the 2018 AAAI Conference on Human Computation and Crowdsourcing (HCOMP).

Day, R. (2022, Feb. 3). Facebook Shares Hammered on Outlook, Driving Markets Lower. *Investopedia*. Accessed from <https://www.investopedia.com/facebook-shares-hammered-on-outlook-driving-markets-lower-5218013>

Democracy Now! (2021, Oct. 05). "Appalling and Unacceptable": Leak Shows Facebook Knew Its Algorithms Spread Hate & Harmed Children. *Democracy Now!* Accessed from https://www.democracynow.org/2021/10/5/facebook_leak_whistleblower

Di Stefano, M., & O'Regan, S.V. (2021, Nov. 4). Facebook Papers Show a Company Locked in Zuckerberg's Stranglehold. *The Information*. Accessed from <https://www.theinformation.com/articles/facebook-papers-show-a-company-locked-in-zuckerbergs-stranglehold>

Dolan, K.A., Wang, J., & Peterson-Withorn, C. (2022). Forbes World's Billionaire List. The richest in 2021. *Forbes*. Accessed from <https://www.forbes.com/billionaires/>

Dreamson, N. (2021). *Critical Understandings of Digital Technology in Education: Meta-Connective Pedagogy*. Routledge.

Durand, C. (2020). *Techno-féodalisme: Critique de l'économie numérique*. Zones.

(2020). The Messaging app for kids. *Facebook*. Accessed from https://www.facebook.com/messenger_kids_marketing/

Facts for Families. (2021). Social Media and Teens No. 100. *American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*. Accessed from https://www.aacap.org/AACAP/Families_and_Youth/Facts_for_Families/FFF-Guide/Social-Media-and-Teens-100.aspx

Freith, D. (2021, Mar. 14). Journalist Glenn Greenwald explains to congress how mainstream media cheerlead Big Tech censorship. *Reclaim the Net*. Accessed from <https://reclaimthenet.org/glenn-greenwald-explains-to-congress-tech-censorship-media/>

FTC (Federal Trade Commission) Admin. (2018, Oct. 3). Advocates Tell FTC Facebook is Violating Children's Privacy Law: Complaint Says Controversial Messenger Kids App Doesn't Comply with Coppa. *Parent Coalition for Student Privacy*. Accessed from <https://studentprivacymatters.org/advocates-tell-ftc-facebook-is-violating-childrens-privacy-law-complaint-says-controversial-messenger-kids-app-doesnt-comply-with-coppa/>

Garcia, A. S., Morrison, K., & Tsoi, A. C. (2014). *Managing Complex Change in School: Engaging pedagogy, technology, learning and leadership*. Routledge.

Gebrueder Beetz Filmproduktion. (2018). *The Cleaners* [Video]. Vimeo. Accessed from <https://vimeo.com/ondemand/thecleaners2018>

Ghaffary, S. (2021, Oct. 3). Why this Facebook scandal is different. *Vox*. Accessed from <https://www.vox.com/recode/2021/10/3/22707940/frances-haugen-facebook-whistleblower-60-minutes-teen-girls-instagram>

Gillespie, T. (2014). The Relevance of Algorithms. In Boczkowski, P. J., Foot, K. A., & Gillespie, T. *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society*. The MIT Press.

Greenwald, G. (2022, Feb. 3). Democrats Are Pressuring Companies to Censor For Them: a Violation of the First Amendment. *rumble*. Accessed from <https://rumble.com/vtyr34-democrats-are-pressuring-companies-to-censor-for-them-a-violation-of-the-fi.html>

Greenwald, G. (2021, May, 10). Democrats and Media Do Not Want to Weaken Facebook, Just Commandeer its Power to Censor. *Substack*. Accessed from <https://greenwald.substack.com/p/democrats-and-media-do-not-want-to>

Grilo, A. (2019). *Experiência do usuário em interfaces digitais: compreendendo o design nas tecnologias da informação*. Natal: SEDIS-UFRN.

Gunter, B. (2015). *Kids and branding in a digital world*. Manchester UP.

Gurgel, L. (2021, Sept. 28). Facebook volta atrás e adia lançamento do Instagram para crianças. *MediaTalks By J&Cia/Portal dos Jornalistas/UOL*. Accessed from <https://mediatalks.uol.com.br/2021/09/28/facebook-volta-atras-e-adia-lancamento-do-instagram-para-criancas/>

Haggin, P., & Vranica, S. (2017, Oct. 22) Apple's Privacy Change Is Hitting Tech and E-Commerce Companies. Here's Why. *The Wall Street Journal*. Accessed from <https://www.wsj.com/articles/apples-privacy-change-is-hitting-tech-and-e-commerce-companies-11634901357>

Haidt, J. (2021, Nov. 21). The Dangerous Experiment on Teen Girls. *The Atlantic*. Accessed from <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2021/11/facebooks-dangerous-experiment-teen-girls/620767/>

Instagram. (2021, Mar. 17). Continuing to Make Instagram Safer for the Youngest Members of Our Community. *Instagram*. Accessed from <https://about.instagram.com/blog/announcements/continuing-to-make-instagram-safer-for-the-youngest-members-of-our-community>

Institute of Education Sciences (IES). (2021) Fast Facts, Back-to-School Statistics. *National Center for School Statistics*. Accessed from <https://nces.ed.gov/fastfacts/display.asp?id=372>

Kaiser, B. (2019). *Targeted*. HarperCollins Publishers Inc.

- Kaye, A. (2019). Facebook Use and Negative Behavioral and Mental Health Outcomes: A Literature Review. *Journal of Addiction Research & Therapy*. 2019. 10:1
- Koenig, J., Newby, T., & Newman, J. (2021, Feb. 5). The ICO Age-Appropriate Design Code of Practice: Steps to Take in 2021 To Protect Children's Privacy. *JDSupra*. Accessed from <https://www.jdsupra.com/legalnews/the-ico-age-appropriate-design-code-of-4727432/>
- Lanier, J. (2018). Dez argumentos para você deletar agora as suas redes sociais. *Intrínseca*.
- Lemos, A. (2014). A crítica da crítica essencialista da cibercultura. In Oliveira, L., Baldi, V. (org.). *A insustentável leveza da Web. Retóricas, dissonâncias e práticas na sociedade em rede*. EDUFBA.
- Lima, C. (2021, Oct. 26). A whistleblower's power: Key Takeaways fom the Facebook Papers. *The Washington Post*. Accessed from <https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/25/what-are-the-facebook-papers/>
- Linebaugh, K., & Knutson, R. (2021, Sept. 29). The Facebook Files, Part 5: The Push To Attract Younger Users. *The Journal/The Wall Street Journal*. Accessed from https://www.wsj.com/podcasts/the-journal/the-facebook-files-part-5-the-push-to-attract-younger-users/ca84a552-9b4e-4f8f-9575-597b4b089062?mod=article_inline
- Mac, R., & Silverman, C. (2021, Mar. 18). Facebook Is Building An Instagram For Kids Under The Age Of 13. *BuzzFeed News*. Accessed from <https://www.buzzfeednews.com/article/ryanmac/facebook-instagram-for-children-under-13>
- Machado, D. F. (2018). Mediações Algorítmicas: o poder da modulação dos algoritmos no Facebook. *Parágrafo*. São Paulo, Brasil, V.6 n. 1, p. 43-55, jan-abr 2018.
- Maddison, T. & Kumaran, M. (orgs.). (2016). *Distributed Learning: Pedagogy and Technology in Online Information Literacy Instruction*. Chandos Publishing.
- Magnusson, R. & Griffiths, P. E. (2015). Who's Afraid of the Nanny State? Introduction to a Symposium (September 17, 2015). *Public Health*, Vol. 129, No. 8, pp. 1017-1020, 2015, Sydney Law School Research Paper No. 15/75, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2662273>
- Mauss, M. (1967). *The Gift: Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*. Trans: Ian Cunnison. W.W. Norton & Company.
- McCluskey, M. (2021, Nov. 21). Why Some People See More Disturbing Content on Facebook Than Others, According to Leaked Documents. *Time*. Accessed from <https://time.com/6111310/facebook-papers-disturbing-content/>
- McDougal, A.J. (2021, Nov. 15). Ohio Sues Company Formerly Known as Facebook Over Algorithm, Effect on Kids. *The Daily Beast*. Accessed from <https://www.thedailybeast.com/meta-sued-over-facebook-algorithm-effect-on-children-by-ohio-attorney-general-dave-yost>
- Merrill, J. B., & Oremus, W. (2021, Oct. 26). Five points for anger, one for a 'like': How Facebook's formula fostered rage and misinformation. *The Washington Post*. Accessed from <https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/26/facebook-angry-emoji-algorithm/>

Miller, D., Abed Rabho, L., Awondo, P., De Vires, M., Duque, M., Garvey, P., Haapio-Kirk, L., Hawkins, C., Oteagui, A., Walton, S., & Wang, X. (2021). *The Global Smartphone: Beyond a youth technology*. UCL Press.

Miller, D., Costa, E., Haynes, N., McDonald, T., Nicolescu, R., Sinanan, J., Spyer, J., & Venkatraman, S. (2016). *How the World Change the Social Media*. UCLPRESS.

Milmo, Dan. (2021, Oct. 24). Facebook boss 'not willing to protect public from harm'. *The Guardian*. Accessed from <https://www.theguardian.com/technology/2021/oct/24/facebook-boss-not-willing-to-protect-public-from-harm>

Montgomery, K.C., Chester, & J. Milosevic, T. (2017) Children's Privacy in the Big Data Era: Research Opportunities. *Pediatrics*. 140 (Supplement_2): S117–S121. Accessed from https://publications.aap.org/pediatrics/article/140/Supplement_2/S117/34190/Children-s-Privacy-in-the-Big-Data-Era-Research

Morrow, A. (2021, Oct. 27). The Facebook Papers/Zuckerberg's power makes him untouchable. *CNN Business*. Accessed from <https://edition.cnn.com/2021/10/27/tech/zuckerberg-facebook-papers-regulation/index.html>

Mosseri, A. (2021, Sept. 27). Pausando o "Instagram Kids" e construindo ferramentas de supervisão parental. *Instagram*. Accessed from <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/pausing-instagram-kids>

Nesi, J. (2020). The Impact of Social Media on Youth Mental Health: Challenges and Opportunities. *North Carolina Medical Journal* March 2020, 81 (2) 116-121

O'Sullivan, D., Subramaniam, T., & Duffy, C. (2021, Oct. 24). Not stopping 'Stop the Steal:' Facebook Papers paint damning picture of company's role in insurrection. *CNN Business*. Accessed from <https://edition.cnn.com/2021/10/22/business/january-6-insurrection-facebook-papers/index.html>

Ortutay, B., & Chan, K. (2021, Oct. 25). Facebook Profits Rise Amid Revelations From Leaked Documents. *Huffpost*. Accessed from https://www.huffpost.com/entry/facebook-profits-up-leaked-documents_n_617742e8e4b06573573f5c0c

Paasonen, S. (2021). *Dependent, Distracted, Bored: Affective Formations in Networked Media*. MIT Press.

Pasquale, F. (2015). *The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information*. Harvard University Press.

Paveau, M. (2021). *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Pontes editores.

Plato. (2009). *Timaeus and Critias*. Trans.: R. Waterfield. Oxford University Press.

Rebolledo, F. (2023). The Affective Toxicology of Social Media. *Revista FAMECOS*, v. 30, p. 1-17, jan.-dez. 2023.

- Reuters. (2021, Sept. 27). Facebook puts Instagram Kids on hold amid criticism of planned app. *Reuters*. Accessed from <https://www.reuters.com/technology/instagram-hits-pause-kids-version-app-2021-09-27/>
- Rideout, V. & Robb, M.B. (2019). *The Common Sense census: Media use by tweens and teens, 2019*. Common Sense Media.
- Rienties, B., Hampel, R., Scanlon, E., & Whitelock, D. (orgs.). (2021). *Open World Learning: Research, Innovation and the Challenges of High-Quality Education*. Routledge.
- Rogers, Y., Sharp, H., & Preece, J. (2013). *Design de interação: além da interação humano-computador*. Bookman.
- Romele, A., Gallino, F., Emmenegger, C., & Gorgone, D. (2017). Panopticism is not Enough: Social Media as Technologies of Voluntary Servitude. *Surveillance&Society*15(2): 204-221.<http://library.queensu.ca/ojs/index.php/surveillance-and-society/index> | ISSN: 1477-7487
- Rourke, A. & Coleman, K. (orgs.). (2011). *Pedagogy Leads Technology: Online Learning and Teaching in Higher Education: New Technologies, New Pedagogies*. Common Ground Publishing.
- Seetharaman, D. Horwitz, & J. Scheck, J. (2021, Oct. 17). Facebook Says AI Will Clean Up the Platform. Its Own Engineers Have Doubts. *The Wall Street Journal*. Accessed from <https://www.wsj.com/articles/facebook-ai-enforce-rules-engineers-doubtful-artificial-intelligence-11634338184>
- Shaban, H. (2018, Jan. 30). Child Advocates Urge Facebook to End Messenger Kids. *The Washington Post*. Accessed from <https://www.washingtonpost.com/news/the-switch/wp/2018/01/30/child-advocates-urge-facebook-to-end-messenger-kids/>
- Sheldon, P., Rauschnabel, P., & Honeycutt, J. M. (2019). *The Dark Side of Social Media: Psychological, Managerial, and Societal Perspectives*. Academic Press.
- Silveira, S. (2017). *Tudo sobre tod@s: Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais*. Edições Sesc.
- Singer, P. W., & Brooking, E. T. (2018). *LikeWar: The Weaponization of Social Media*. Houghton Mifflin Harcourt.
- Skloot, R. (2006, Dec. 10). Narcissistic Celebrities. *The New York Times*. Accessed from <https://www.nytimes.com/2006/12/10/magazine/narcissistic-celebrities.html>
- Statista Research Department. (2022, Jan.). Most popular social networks worldwide as of January 2022, ranked by number of monthly active users. *Statista*. Accessed from <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>
- Sumpter, D. (2018). *Outnumbered: From Facebook and Google to Fake News and Filter-Bubbles - The Algorithms That Control Our Lives*. Bloomberg.
- Syvetsen, T. (2020). *Digital Detox: The politics of Disconnecting*. Emerald.

Tharoor, I. (2021, Oct. 26). The Indisputable Harm Caused by Facebook. *The Washington Post*. Accessed from <https://www.washingtonpost.com/world/2021/10/26/indisputable-harm-caused-by-facebook/>

The Radical Revolution. (2021, May 21). *Slavoj Zizek – Greta Thunberg*. [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=EYV01fY2maE>

ThinkImpact. (2022). High School Statistics. *ThinkImpact.com*. Accessed from <https://www.thinkimpact.com/high-school-statistics/> Tiku, N. (2017, Dec. 5). Facebook for 6-Year-Olds? Welcome to Messenger Kids. *Wired*. Accessed from <https://www.wired.com/story/facebook-for-6-year-olds-welcome-to-messenger-kids/>

Tungal, A.T. (2022, Feb. 24). The 63 Biggest Data Breaches (Updated for February 2022). *UpGuard*. Accessed from <https://www.upguard.com/blog/biggest-data-breaches>

Unverferth, A. (2021, Aug. 13). Glenn Greenwald Moves To Rumble To Combat YouTube's 'Increasing Repression'. *The Federalist*. Accessed from https://thefederalist.com/2021/08/13/glenn-greenwald-moves-to-rumble-to-combat-youtubes-increasing-repression/?utm_source=ground.news&utm_medium=referral

Van Dijck, J. Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford University Press.

Wells, G., & Horwitz, J. (2021, Sept. 28). Facebook's Effort to Attract Preteens Goes Beyond Instagram Kids, Documents Show. *The Facebook Files/The Wall Street Journal*. Accessed from https://www.wsj.com/articles/facebook-instagram-kids-tweens-attract-11632849667?mod=article_inline

Wylie, C. (2019). *Mindf*ck: Cambridge Analytica and the Plot to Break America*. Random House.

Yifan, H. (2018). *Visualization of Large Networks*. Yahoo Research, Yahoo Inc.

Zahariades, D. (2018). *Digital Detox: The ultimate guide to beating technology addiction, cultivating mindfulness, and enjoying more creativity, inspiration, and balance in your life*. Independently Published.

Zanona, M. (2021, Oct. 26). Facebook revelations add new momentum to efforts to rein in Big Tech. *CNN Politics*. Accessed from <https://edition.cnn.com/2021/10/26/politics/congress-reaction-facebook-legislation/index.html>

Capítulo 13



10.37423/230307503

APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA UM GRUPO DE MULHERES DA ILHA DE PAQUETÁ-PA

Carolina Monteiro

UNINASSAU

Ian Brito Vilhena

UNINASSAU

Larissa Baía de Nazaré

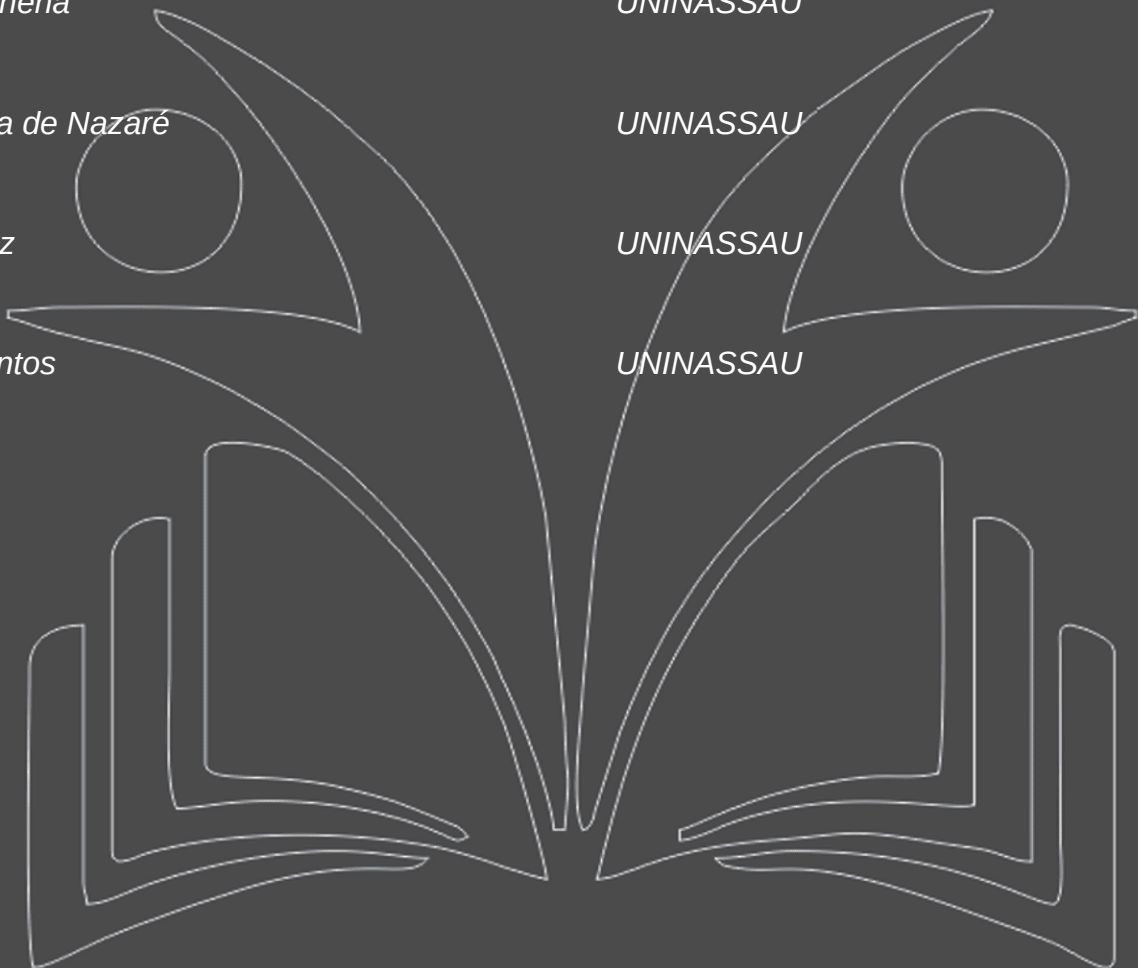
UNINASSAU

Nayara Cruz

UNINASSAU

Rodrigo Santos

UNINASSAU



Resumo: Os índices de desperdício de alimentos, má alimentação e doenças provenientes de uma alimentação inadequada, vêm aumentando cada vez mais, a falta de informações e alguns “tabus” a respeito do aproveitamento integral dos alimentos tem cooperado para o aumento desses índices. Por isso este presente trabalho tem como o objetivo através de tecnologia sociais fornecer minicursos de elaboração de produtos e receitas a partir de matérias primas oriundas do local para as mulheres moradoras da ilha de Paquetá visando o aproveitamento integral desses alimentos, influenciando positivamente na alimentação e na renda dos moradores da ilha. Serão realizadas visitas para a identificação das principais matérias primas presente da ilha para que sejam desenvolvidas as receitas a partir delas e ministrado os minicursos às mulheres. Este projeto traz consigo grandes benefícios à população, melhoria da economia da região, diminuição do desperdício e conscientização a respeito do aproveitamento integral dos alimentos.

Palavras-chaves: Desperdício, Aproveitamento Integral dos Alimentos, Minicursos.

1 INTRODUÇÃO

Define-se como desperdício de alimentos, o descarte de alimentos apropriados para o consumo humano, que sofreram transformações desfavoráveis devido alguma intervenção que ocorreu durante o processo de abastecimento alimentar, podendo ocorrer desde a produção primária até o consumo (FAO, 2014).

Calcula-se que o desperdício mundial equivale a 1,6 bilhão de toneladas por ano, o que está avaliado em \$1,2 trilhão de dólares (BCG, 2018). O que está fortemente ligado são: as taxas de perda para cada região, etapas de processamento e grupos de mercadorias, aplicando-se em quantidades colhidas nos dados do balanço alimentar da FAO (FAOSTAT, 2015).

Segundo Araújo et al (2018), detectou que 128,8 Kg de alimentos são desperdiçados por ano por família no Brasil, o resultado do estudo não apresenta diferenças significativas nas estatísticas entre regiões e classes sociais. Esta quantidade ultrapassa a maioria de todos os países anteriormente pesquisados na Europa e posiciona o Brasil como um dos países que mais desperdiçam comida, a nível global, perfil geralmente associado a países mais desenvolvidos. Desta forma, no Brasil, há uma ligação entre o elevado desperdício de alimentos com a insegurança alimentar, uma combinação errônea para um país com 22,6% da população enfrentando certos níveis de insegurança alimentar (IBGE, 2013). Além disso, 54,8 milhões de pessoas sobrevivem com até 5,5 dólares por dia ou R\$ 406 mensais, segundo critérios proposto pelo Banco Mundial (IBGE, 2018).

Para Araújo (2018) em país com extensa pobreza, seria imprescindível combinar estratégias com o intuito de reduzir o desperdício de alimentos.

Tecnologias sociais são definidas como o conjunto de técnicas e métodos capazes de transformar, são desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, representando soluções aos problemas locais, promover a melhoria na qualidade de vida e estimulem a geração de ocupação e renda (SOUSA, 2009; ITS, 2009; MCT, 2010; DAGNINO, 2014).

Diante disso, o estudo tem como objetivo ofertar minicursos relacionados às boas práticas e aproveitamento integral de alimentos, com o intuito de minimizar o desperdício de matérias primas regionais da região da ilha de Paquetá-PA. Além disso, visa elaborar produtos a partir desses alimentos e consequentemente gerar renda para as mulheres que participarão do estudo.

2 JUSTIFICATIVA

O aproveitamento integral dos alimentos é a utilização de um determinado alimento na sua totalidade. A falta de informações sobre os princípios nutritivos e o aproveitamento dos alimentos gera o desperdício de toneladas de recursos alimentares. Por meio do aproveitamento integral dos alimentos é possível combater essa situação, pois o mesmo utiliza casca, talo, folha, polpa e sementes; com isso diminui gastos com alimentação, reduz-se o desperdício de alimentos e melhora-se a qualidade nutricional da preparação (NUNES, 2009).

Diante da disponibilidade de matérias-primas que a ilha de Paquetá possui e pessoal disposto a participar de forma integrada ao projeto, tornou-se viável traçar planos de execução, evidenciando o público alvo, mulheres (donas de casa) que não possuem renda fixa. Além de desmistificar a utilização integral de legumes, frutas, folhosos, visto que muitas vezes partes desses alimentos são desperdiçadas devido à falta de conhecimento com relação às propriedades nutricionais e também está ligado ao hábito de consumo alimentar local.

O incentivo à produção e consumo sustentáveis de alimentos possibilitam uma diminuição do impacto ambiental e expansão econômica da ilha, ao engajamento das mulheres no processo aprendizagem/produção.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVOS GERAL

Aplicar tecnologias sociais para um grupo de mulheres da ilha de Paquetá-PA, com intuito de reduzir o desperdício de alimentos.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar matérias-primas que podem ser utilizadas como base para o desenvolvimento dos cursos;
- Ministrar palestras sobre manipulação de alimentos, aproveitamento integral dos alimentos e alimentação saudável aos moradores com entrega de certificado às participantes do minicurso;
- Desenvolver preparações atrativas, saborosas e nutritivas para serem desenvolvidas nos minicursos;
- Promover a análise sensorial das preparações produzidas pelas mulheres;

- Realizar uma feira para a venda de todos os produtos elaborados.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Na indústria de alimentos, são conhecidos como “resíduos” a parte da matéria-prima não utilizada no processamento do produto principal. Entretanto, deve ser entendido como “resíduos” o que sobra da matéria-prima não aproveitada para a elaboração do produto alimentício (LEITÃO, 2015).

O Brasil é considerado um dos países mais ricos do mundo no que se refere à produção de alimentos, entretanto, por ser um país de grande atividade agrícola, produz uma quantidade considerável de resíduos agroindustriais. Esse desperdício está diretamente ligado à cultura brasileira, ao sistema de produção, de armazenamento, de transporte e à forma de consumo. Estas etapas acarretam perdas imensuráveis na economia e a diminuição da disponibilidade de recursos para a população, gerando uma quantidade considerável de resíduos. Neste contexto, a diminuição do impacto negativo gerado com o desperdício de matéria orgânica pode ser alcançada a partir do gerenciamento desses resíduos sob a forma de compostagem, bioenergia e desenvolvimento de novos produtos alimentícios. (GIANNONI J.; IMAMURA K.; VENÂNCIO A. et. al 2017).

Diante do desperdício de alimentos no País faz-se necessário a adoção de medidas para a prática do consumo consciente pela população em relação à alimentação. O aproveitamento integral de frutas e hortaliças (polpa, cascas, talos e folhas), na elaboração de novos produtos, é uma alternativa tecnológica limpa que está ao alcance de todos, pois pode ser aplicada tanto no ambiente industrial como residencial. A utilização do alimento, de forma sustentável, reduz a produção de lixo orgânico, prolonga a vida útil do alimento, promove a segurança alimentar e beneficia a renda familiar. Além disso, o aproveitamento integral de frutas e hortaliças, como forma de incentivo ao consumo desse grupo de alimentos, é uma prática alimentar saudável e contribui para a promoção da saúde (RORIZ, 2012).

A elaboração de bolos, geleias, doces, pães, entre outros, a partir do aproveitamento dos resíduos alimentares, tem se tornado uma ótima alternativa para evitar o desperdício e enriquecer nutricionalmente os alimentos. Isso é de suma importância, pois as partes consideradas usualmente não convencionais e que são descartadas, também apresentam valor nutricional relevante. Deste modo, a preocupação com este desperdício é essencial, pois um grande volume de alimento

considerado perdido e não aproveitado, pode ser usado para alimentar famílias que não tem acesso a uma alimentação saudável (LEITÃO, 2015).

4.2 BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO

Toda produção que está ligada diretamente com alimentos está obrigada a utilizar as Boas Práticas de Fabricação - BPF, com o objetivo de manter a higiene e a qualidade do produto. A Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC é a plataforma principal para a legislação internacional e as boas práticas de fabricação para todos os setores da indústria alimentícia. (LIMA; CRUZ, SANTOS 2011).

A RESOLUÇÃO-RDC N° 216, de 15 de setembro de 2004, dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. As Boas Práticas de Fabricação (BPF) engloba um conjunto de medidas que devem ser aderidas pelas indústrias de alimentos e pelos serviços de alimentação, a fim de assegurar a qualidade sanitária e a conformidade dos alimentos com os regulamentos técnicos. A legislação sanitária federal regulamenta essas medidas em caráter geral, aplicável a todo o tipo de indústria de alimentos e serviço de alimentação, e também específico, voltadas às indústrias que processam determinadas categorias de alimentos (ANVISA, 2004).

As boas práticas devem ser aplicadas desde a recepção da matéria-prima, processamento, até a distribuição de produtos, contemplando os mais diversos aspectos da indústria, que vão desde a qualidade da matéria-prima e dos ingredientes, incluindo a especificação de produtos e a seleção de fornecedores, à qualidade da água. Um programa de BPF é dividido nos seguintes itens: instalações industriais; pessoal; operações; controle de pragas; controle da matéria-prima; registros e documentação e rastreabilidade (MACHADO; DUTRA; PINTO, 2015).

4.3 FICHA TÉCNICA DE PREPARO

A organização da produção de preparações é fundamental para o aumento da qualidade através da padronização do produto final e consequentemente o controle maior das normas higiênico-sanitárias. A padronização das preparações por meio da Ficha Técnica de Preparo (FTP) é recomendada para todos os serviços de alimentação (CABRAL et al., 2013 apud SANTOS 2015).

A Ficha Técnica de Preparo é um documento de auxílio gerencial e funcional utilizado nos serviços de alimentação, pelo qual se fazem o levantamento dos custos, a ordenação do preparo, controle operacional de uma Unidade de Alimentação e Nutrição e o cálculo do valor nutricional da preparação,

sendo útil para custear o planejamento de cardápio e a mão-de-obra e permitir reprodutibilidade das preparações por qualquer profissional. (SANTOS 2015).

4.3.1 ESTRUTURA DA FTP

A FTP não tem um modelo específico, devido a sua flexibilidade e objetivo do serviço de alimentação. Em geral os principais dados técnicos utilizados são: (MENDES 2016).

- Nome técnico da preparação/produto;
- Medida caseira;
- Unidade de medida;
- Per capita (quantidade crua do alimento por pessoa);
- Peso bruto (alimento na sua forma integral, ou seja, com casca, semente etc.);
- Peso líquido (alimento após pré-preparo, ou seja, sem casca, sem semente etc.);
- Fator de correção (obtido pela divisão do peso bruto pelo peso líquido);
- Fator de cocção/térmico;
- Composição centesimal em macro e micronutrientes do produto/preparação;
- Rendimento;
- Número de porções;
- Forma de pré-preparo e preparo;
- Utensílios e equipamentos, entre outros.

A adoção da FTP pode facilitar as etapas do desenvolvimento de novos produtos, bem como suas reformulações e levantamento de preço para aquisição de gêneros e equipamentos, visto que as informações mais pertinentes se encontram em um único local, o que ajuda na leitura e interpretação de cada preparação. (MENDES 2016)

A Ficha Técnica tem como principal objetivo a padronização do cardápio, a fim de qualquer profissional que faça parte do processo de preparação possa executá-lo e possa garantir os mesmos sabores, textura e cor para o cliente. (CARVALHO 2016). Deste modo, a elaboração da FTP deve ser realizada de forma adequada de modo a oferecer informações e instruções claras, que orientem o passo a passo, a maneira e o uso dos produtos, equipamentos e utensílios, no processo de elaboração e promover a racionalização do tempo e espaço. (MENDES 2016)

4.4 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO DA COMUNIDADE

O município de Belém é formado por 69,42% de área insular, constituída de 42 ilhas. a Ilha de Paquetá é a sétima maior desse conjunto, com 715,83 hectares (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1999). Há 13,80 km² distante de Belém e com 7,8976 km² de área (TRINDADE, 2011).

Figura 1: Localização ilustrativa da Ilha de Paquetá.



Fonte: Google Maps

Dentro da Ilha de Paquetá corre o igarapé chamado Jamaci, um pequeno e estreito curso que o rio faz para dentro da ilha, com menor profundidade de águas e largura. O Jamaci possui de 23 famílias, cerca de 115 pessoas habitando o igarapé, sendo que 60% destas famílias são provenientes das ilhas mais próximas e com mais estrutura, como a Ilha de Cotijuba que é a mais desenvolvida (CAVALHO E MONTUANI, 2015). Pode-se dizer que os atuais moradores do Jamaci fazem parte ou são resultantes de um processo de miscigenação que teve início com a chegada dos europeus e, consequentemente, de escravos negros africanos, que dão início à gestação de uma população não indígena, uma mistura dessas três etnias (índio, negro e branco), comumente denominada de cabocla (LOPES, 2006).

O acesso à Paquetá ocorre por meio de pequenas embarcações motorizadas. Comuns na Região Amazônica, essas embarcações são popularmente chamadas de “pô-pô-pô”, em referência ao som emitido pelos motores do barco. Embarcações próprias dos moradores, ou nas de parentes, vizinhos ou conhecidos, pois não há embarcações comerciais que façam o trajeto entre Jamaci e a área continental ou para outras ilhas (LOPES, 2006).

Apesar de muito próxima do distrito de Icoaraci, levando cerca de 40 minutos para chegar, os ribeirinhos do Jamaci mantêm seu modo de vida muito característico da cultura ribeirinha, seu

sustento provem da exploração dos recursos naturais, alimentando-se também destes recursos, que utiliza a medicina natural e só se desloca para a ilha mais desenvolvidas ou para Icoaraci nos casos de maior necessidade como: doença, compra de combustível e de alimentos mais industrializados (LOPES, 2006).

4.5 ELABORAÇÃO DE PRODUTOS

A indústria de processamento de alimentos tem sofrido consideravelmente com as mudanças do cenário mundial nesses últimos anos, de forma intensa com a globalização, o comércio acelerado e a economia do mundo. Diante disso, a indústria fornecedora de alimentos tem se preocupado progressivamente em investir no desenvolvimento de novos produtos, buscando atender o mercado que a cada dia está mais exigente e para continuar à frente da concorrência (BRAGANTE, 2014; LUZ, 2016).

Os consumidores estão sempre buscando novidades de produtos alimentícios no mercado, influenciados constantemente pela mídia na sua escolha, tornando o setor alimentício muito mais competitivo e diminuindo o ciclo de vidas dos produtos que já foram lançados, obrigando as empresas a desenvolverem em um curto espaço de tempo novos produtos e com maior eficiência (LUZ, 2016).

Se tornou rotineiro nas indústrias de alimentos a intensa busca por produtos que satisfaçam os consumidores e o combate a grande concorrência. O setor brasileiro de alimentos registrou um crescimento de 2,08% em faturamento no ano de 2018, atingindo R\$ 656 bilhões, somadas exportação e vendas para o mercado interno, o que representa 9,6% do PIB, sendo o segundo maior exportador de alimentos industrializados do mundo. O setor exportou para mais de 180 países, o que representou 19,3% do volume total de vendas. (ABIA, 2019).

Para desenvolver um novo produto alimentício pode ser dividido em três grandes processos: o pré-desenvolvimento, desenvolvimento e pós desenvolvimento do produto, que unifica as atividades como estratégia de mercado, pesquisa de mercado, compra de matéria prima, produção do novo produto, compra ou desenvolvimento de embalagem específica, testes sensoriais e avaliação de aceitabilidade do novo produto, com o intuito de melhorar a qualidade do produto (ROZENFELD ET AL, 2006; ZUIN e CARRER, 2010).

4.5.1 CONCEITO DE PRODUTO

O Produto é um conjunto de características tangíveis e intangíveis que concedem benefícios existentes ou percebidos com o objetivo de satisfazer as necessidades e as vontades do consumidor (SEMENICK E BAMOSSY,1995; SITTA, 2017).

Produto é a oferta de uma empresa ou instituição que deseja satisfazer uma necessidade. (MCCARTHY E PERREAULT JR, 1997).

Produto é algo que possa ser oferecido a um mercado para atenção, aquisição, uso ou consumo, e que seja capaz satisfazer o desejo ou necessidade do cliente (KOTLER 2000).

Desenvolver um novo produto é mais do que satisfazer a necessidade do consumidor, vai muito além do que apenas desenvolver novos produtos, tornando-se algo fundamental para obter destaque sobre os concorrentes. Alcançar vantagens competitivas em uma empresa, necessita desenvolver um produto de forma rápida, com eficiência, proporcionando impactos na qualidade, nos custos gerados e na satisfação dos consumidores (MIZUTA ETOLEDO, s.d.).

4.5.2 DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

Desenvolver um produto novo no mercado é uma tarefa de alta complexidade, requer uma equipe multidisciplinar, engloba várias áreas da empresa, pois refere-se a um desafio constante nas preferências, tendências e comportamento dos futuros clientes, além de possui um outro desafio , a de replicar a solução formulada no laboratório no processo de fabricação.(FIGUEIREDO, 2006).

Segundo Rozenfeld et al. (2006), descreveu o termo desenvolvimento de produto como um conjunto de atividades que busca desenvolver produtos para atender às necessidades do mercado consumidor, levando em consideração as restrições tecnológicas que permitem a viabilidade do projeto, obedecendo suas estratégias competitivas, alcançando às especificações do produto e do processo de produção, para que o produto seja produzido de forma adequada. O desenvolvimento de produto inclui acompanhá-lo após o lançamento, caso ocorra a necessidade de mudá-lo ou adequá-lo antes que seu ciclo de vida termine.

O processo de desenvolvimento de produtos consiste em etapas planejadas, coordenadas e controladas que visam alcançar o objetivo de elaboração de um novo produto possa ser alcançado. O desenvolvimento do produto inicia com entendimento da oportunidade de mercado e termina com a elaboração, comercialização e distribuição do mesmo (MACHADO E TOLEDO, 2008).

4.6 TECNOLOGIAS SOCIAIS

Diante dos problemas sociais enfrentados pela sociedade a ciência tem sido uma aliada para fornecer respostas efetivas para a sociedade. Tecnologias inovadoras se mostram como ferramentas para instrumentalizar diversos grupos sociais, atendendo necessidades produtivas e/ou de melhoria da qualidade de vida (GUTIERREZ et al., 2017).

Tecnologias sociais são definidas como “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS, 2019)

Essas tecnologias sociais demonstram as seguintes características: Fácil adaptação a produtores e consumidores com baixo poder aquisitivo; Aversão das características de controle da produção capitalista; as necessidades humanas são o foco; incentivo ao potencial e à criatividade de produtores e usuários; viabilidade econômica a formas alternativas de organização produtiva. (DAGNINO, 2009).

O conceito de tecnologias sociais veio envelhecendo a partir do final do século XIX, na Índia, por meio de tecnologias de aperfeiçoamento das técnicas de produção tradicionais, voltada contra a industrialização britânica, no mais, o colonialismo, quando Mahatma Ghandi participou fortemente no movimento de independência Hindu (LASSANCE et al., 2004).

O conceito ganhou força no ocidente Ernst Friedrich Schumacher, economista, alemão, atuante na Inglaterra, que teve a obra “O Negócio é Ser Pequeno”, publicado no Brasil apenas em 1983, no envelhecimento evolutivo desse conceito que fora antes denominado de “tecnologias apropriadas”, nas décadas de 1960 e 1980, além de diversos outros que conceitos que precederam a noção de tecnologias sociais (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

Segundo Willoughby (1990) o conceito de tecnologia apropriada tem o seguinte significado “a tecnologia deve se ajustar ou se adaptar a algum propósito ou uso específico”, durante esse período, foi questionado o critério para que a tecnologia se aproprie a determinada situação, portanto, à necessidade de examinar a apropriabilidade da tecnologia para cada situação específica. Devido à dificuldade de estipular critérios específicos remota essa expressão de forma que seja utilizada de forma indiscriminada, pois sempre a tecnologia será apropriada a algum fenômeno ou quesito.

É válido ressaltar que as tecnologias sociais não estão atreladas somente a inclusão social, podendo estar munidas de ideário da sustentabilidade ambiental (OTTERLOO 2009; FERNANDES; MACIEL,

2010), ou seja, a inclusão da sustentabilidade no conceito de tecnologias sociais se dá para que a ferramenta tenha efeito positivo e sustentável.

Os atributos ambientais foram inseridos em diversos modelos de gestão e de tecnologias, tal como o modelo de gestão ambiental denominado “produção mais limpa” (cleaner production) desenvolvido pelo Pnud e Onudi nos anos 1990. No entanto, os objetivos políticos e sociais, tão abordados na literatura, como desenvolvimento econômico, enfoque das práticas comunitárias, autonomia e emancipação de pequenos produtores, dentre outros, ficaram a margem dos ambientes acadêmicos, empresarial e governamental, salvo raras exceções.

A implantação de tecnologias sociais é atrelada a uma concepção técnica, o que requer uma paciência e um laborioso processo que envolve democratização das decisões, controle contínuo dos resultados e apoio técnico de longo prazo aos novos usuários da tecnologia. Caso esses itens não sejam contemplados, o esforço realizado não será capaz de proporcionar todos os benefícios esperados das tecnologias sociais, inclusive os econômicos (LOBO et al., 2013).

Certos atributos ambientais foram incorporados em diversos modelos de gestão e de tecnologia, a exemplo do modelo de gestão ambiental denominado produção mais limpa (cleaner production) desenvolvido pelo Pnud e Onudi nos anos 1990, entre tantos outros. Porém, os objetivos políticos e sociais, como geração de emprego e renda, combate à pobreza, valorização das práticas comunitárias, autonomia e emancipação dos produtores locais e outros citados acima, ficaram praticamente abandonados nos ambientes acadêmico, empresarial e governamental, salvo raras exceções (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

Um estudo científico abrangente realizado por Nobre et al. (2016) que trata sobre os desfechos negativos climáticos e geofísicos que são esperados para Amazônia e a necessidade emergencial de um método de proteção e desenvolvimento sustentável, segundo os cientistas, a Amazônia necessita de um modelo aspiracional, que avance as fronteiras da Quarta Revolução Industrial, baseado na floresta e seus recursos aquáticos e terrestres, reconhecendo o valor econômico da biodiversidade da floresta e seus ativos biomiméticos, além dos serviços ecossistêmicos que pode ela fornecer. Poucas cadeias de valor fundamentadas nos produtos naturais da Amazônia envolvem mercados globais ou que consigam atingir todos os estratos sociais (NOBRE, 2014). Em contrapartida, cada vez mais produtos importados sendo adquiridos na Amazônia para substituir os produtos tradicionais da Amazônia.

4.6.1 LEGISLAÇÃO ACERCA DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO BRASIL.

Em 11 de janeiro de 2016 é sancionada a lei nº 13.243 que dispõe sobre os estímulos ao desenvolvimento técnico científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Essa lei vem alterando diversas leis que estão envolvidas com tecnologia, o que inclui a tecnologia social (BRASIL, 2016).

Com a lei nº 13.243, foi incluído princípios para os estímulos, na lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, esses princípios, incluídos no Art. 1º, diversos destes, estão dentro do conceito de tecnologia social, tais como: desenvolvimento econômico e social; continuidade dos processos; redução das desigualdades regionais; dentre outros itens, que visam abranger, dentro da lei, uma fluidez no desenvolvimento tecnológico. As alterações nas outras leis, foram para ampliar a descentralização e viabilizar a implementação de estratégias presando a intersectorialidade (BRASIL, 2016).

Entretanto, a pauta do desenvolvimento tecnológico está desenhada para o desenvolvimento econômico e industrial para o país, o incentivo financeiro e fomento das atividades estão voltadas para desenvolver estratégias tecnológicas com respostas rápidas e efetivas para a problemática econômica do país, atualmente o país não desponta de uma lei ou um programa que seja atrelado a tecnologia social em si, de forma isolada, alguns projetos estão em tramitação para a instalação desse tema na pauta do país.

Em 15 de outubro de 2015, o Congresso Nacional instituiu a Política Nacional de Tecnologia Social, que apresenta o objetivo de promover, potencializar, organizar, desenvolver, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social. Seu âmbito engloba a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida, com foco no coletivo (BRASIL, 2015).

O planejamento da Política Nacional de Tecnologia Social deve estar dentro de quatro ferramentas: técnicas, procedimentos e metodologias; produtos, dispositivos, equipamentos e processos; serviços; inovações sociais organizacionais e de gestão. No entanto, essa política ainda precisa ser sancionada pela Presidência da República, para se constituir como lei (BRASIL 2015). O autor do projeto Rodrigo Rollemberg, define as tecnologias sociais como: “a união entre saber popular e conhecimentos científicos e tecnológicos, que devem atender a requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e reprodução e impacto social comprovado”. (LIBRELON, 2017).

4.7 ANÁLISE SENSORIAL

A análise sensorial é definida pela Associação brasileira de normas técnicas (ABNT, 1993), como disciplina científica utilizada para evocar, medir, analisar e interpretar reações das características dos alimentos como são percebidos pelos sentidos da visão, olfato, tato, paladar e audição (TEIXEIRA, 2009).

A análise sensorial geralmente é aplicada por um determinado grupo interessado em analisar as características sensoriais de um produto para fins específicos. Pode ser avaliado diversos aspectos, sabor, texturas, efeitos de processamentos sobre alimentos, reação do consumidor etc., (TEIXEIRA, 2009).

Para alcançar o objetivo desejado de cada análise sensorial é necessário métodos de avaliação diferenciados e específicos para que sejam aplicados de forma correta é assim colher os dados de interesse é com isso alcançar resultados que mostrem a viabilidade do produto analisado (TEIXEIRA, 2009).

4.7.1 HISTÓRICO

Os métodos de degustação foram aplicados pela primeira vez na Europa, com o objetivo de controlar a qualidade de cervejarias e destilarias. Nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, observou-se a necessidade de produzir refeições para os soldados sem que houvesse rejeição dos alimentos pelos mesmos (TEIXEIRA, 2009).

Segundo Monteiro, 1984; Chaves; 1998, essa prática chegou ao Brasil em 1954 no laboratório de degustação da seção de Tecnologia do Instituto Agrônomo de Campinas (S.P.), para avaliar o café.

Os primeiros registros de análise sensorial utilizados na finalidade de controle de qualidade em indústrias de alimentos datam da década de 40, mas somente em 1980, começou a ter mais importância, quando o Institute of Food Technologists (IFT), realizou seminários sobre o tema (Muñoz, 1999).

4.7.2 APLICAÇÃO DOS CINCO SENTIDOS: ANÁLISE SENSORIAL

Os sentidos humanos são diretamente aplicados na análise sensorial para obter as respostas do produto que está sendo analisado.

4.7.2.1 OLFATO

O sentido do olfato recebe estímulos químicos quando misturas de substâncias voláteis atingem o epitélio olfativo localizado na cavidade nasal, provocando a sensação de odores. O odor é bem complexo e está sujeito a adaptações e fadiga. A adaptação pode ocorrer quando estamos durante muito tempo recebendo o mesmo estímulo de uma substância, assim a percepção é diminuída. Quanto a fadiga, é quando nosso organismo está sujeito a diversos odores e substâncias e não consegue distinguir esses diferentes odores (DUTCOSKY,2013). Além do odor o olfato também é responsável pelo aroma. Nessa situação o alimento é colocado na boca e as substâncias voláteis presentes alcançam o epitélio olfativo via nasofaringe (DUTCOSKY,2013).

4.7.2.2 PALADAR

O sentido do paladar pode ser percebido por meio dos botões gustativos distribuídos por toda cavidade oral e concentradas na língua. Reconhecem-se cinco gostos básicos: doce, salgado, amargo, ácido e umami (refere-se a um termo em japonês que significa “agradável”, “gostoso” e fui estudar para tirar da atuação do glutamato monossódico como realçador de sabor (DUTCOSKY,2013). Além desses cinco sentidos, existem outras sensações que podem ser observadas quando é ingerido um alimento como temperatura, pressão, adstringência, entre outros. Este conjunto de sensações pode ser chamado de sabor ou flavor (DUTCOSKY,2013).

4.7.2.3 VISÃO

O sentido da visão é amplamente empregado na análise sensorial pois de imediato é identificado as primeiras impressões sobre o produto cor, tamanho, formas, textura. Por meio desse sentido antecipa-se informações que são esperados sobre esse alimento, sabor por exemplo, e com isso é possível até sentir “água na boca” antes mesmo de consumi-lo (DUTCOSKY,2013). TATO O sentido do tato irá permitir sentir sensações como textura, temperatura, forma, peso, consistência, entre outros, e pode ocorrer em dois locais mãos e boca. A textura especificamente é de suma importância para atrair o consumidor, além de poder auxiliar no processo mastigatório (DUTCOSKY,2013).

4.7.2.4 AUDIÇÃO

O sentido da audição aplica-se no momento do consumo do alimento. Uma infinidade sons e ruídos são produzidos durante o processo de mastigação de um produto, no qual podem ser observados a crocância percebida pelo sentido do tato por exemplo (DUTCOSKY,2013). Embora as sensações

produzidas pelos cinco sentidos possam ser estudadas e entendidas de formas separadas, sua percepção no cérebro ocorre simultaneamente de maneira associada. Assim a aceitação de um alimento ocorre de forma interativa entre todos os sentidos humanos. Portanto a análise sensorial utiliza todos os sentidos humanos como ferramentas para diversas metodologias empregadas (DUTCOSKY,2013).

4.7.3 TESTES USADOS NA AVALIAÇÃO SENSORIAL

Os testes utilizados para avaliar produtos são divididos em três grupos, os testes discriminativos ou de diferenciação, os descritivos e os afetivos (Stone et al.2012). Os testes discriminativos são usados para determinar a probabilidade de diferença ou se os produtos são similares (ISO 2005). Os descritivos envolvem a descrição e quantificação das características dos produtos por painéis de provadores treinados (TEIXEIRA, 2009). Os testes afetivos ou hedônicos relacionam-se com a avaliação dos consumidores, se realmente preferem o produto a outros, se gosta realmente do produto em vista das suas características sensoriais (Alveolos, 2002).

4.7.4 INDÚSTRIA ALIMENTAR E A ANÁLISE SENSORIAL

A alimentação vem passando por mudanças ao longo do tempo, hábitos alimentares, preocupações com os alimentos consumidos associados a transformações sociais, transformações tecnológicas, expansão comercial e globalização. Tudo isso contribui para a segurança e qualidade alimentar (SILVA,2015).

O consumidor atual é cada vez mais exigente e informado, sendo mais conscientes aos aspectos sensoriais dos alimentos adquiridos, os bens alimentares ocupam lugar privilegiado no que diz respeito ao consumo adequado e qualidade de vida. (SILVA,2015).

Dada a importância das características sensoriais e o impacto dessas escolhas na vida do consumidor, a análise sensorial surge como ferramenta funcional para o levantamento de características ideais para que as indústrias produzam seus produtos com qualidade e certos que serão adquiridos pelo seu público alvo (SILVA,2015).

Num programa de análise sensorial, o principal objetivo deve ser entender a importância das características sensoriais e o papel que desempenham na aceitação do consumidor (Piggot et al. 19998).

A análise sensorial pode auxiliar de várias formas a indústria, de forma indireta e direta, as indústrias do setor alimentícia em diversas atividades, entre, monitorização da concorrência, desenvolvimento

de novos produtos, melhoramento e reformulação de produtos, controle de qualidade, determinação de vida útil, aceitabilidade dos consumidores principalmente. Então torna-se claro que as informações sensoriais também fazem parte do marketing do produto e da própria marca (SILVA,2015).

5 METODOLOGIA

5.1 POPULAÇÃO E TIPO DE ESTUDO

Os cursos serão realizados pelos estudantes de nutrição e serão oferecidas 30 vagas às mulheres com idade de 18 a 60 anos moradoras da ilha, pois apresenta um contingente populacional pequeno e a cozinha da Unidade Pedagógica do Jamaci onde serão realizados os minicursos possui um espaço reduzido. O tipo de estudo será de abordagem mista de caráter qualitativo.

5.1.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Como critérios de inclusão foram utilizados os seguintes parâmetros: mulheres, residentes da Ilha de Paquetá, faixa etária de 18 à 60 anos, que não possuam renda fixa, que sejam alfabetizadas, que tenham disponibilidade de tempo.

5.1.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Como critérios de exclusão foram utilizados os seguintes parâmetros: homens, mulheres fora da faixa etária determinada, indivíduos que apresentam algum tipo de morbidade que o impendem de participar ativamente das atividades realizadas, pessoas que trabalham asseguradas à CLT, pessoas que possuem processos alérgicos que podem advir de algum dos ingredientes utilizados no projeto, mulheres analfabetas.

5.2 ASPECTOS ÉTICOS

O presente trabalho será submetido ao Comitê de Ética. Será assinado pelos voluntários o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) conforme a resolução 466/12, com finalidade de tornar o estudo mais objetivo e garantir o fortalecimento dos sujeitos na pesquisa e cumprindo os parâmetros bioéticos do país. O TCLE visa à proteção dos participantes da pesquisa e destaca os riscos e os benefícios que o projeto oferece (BRASIL, 2013).

5.3 LEVANTAMENTO DAS MATÉRIAS PRIMAS

Será realizada uma visita de reconhecimento da região com o intuito de mapear os tipos de matérias primas presentes no local, quais são as mais utilizadas pelos moradores, e qual tem uma oferta maior para que os produtos possam ser desenvolvidos.

5.4 PALESTRAS SOBRE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS

Será feito a captação dessas mulheres, onde serão repassadas informações a fim de discutir formas de atuação para desenvolvimento do trabalho na região. No decorrer dos encontros será executado curso de Boas Práticas conforme a RDC 216/2004, com o intuito de capacitar sobre higienização pessoal, do local de manipulação de alimentos e no momento da elaboração do produto (BRASIL, 2004). Além disso, será realizado uma palestra sobre o desperdício e aproveitamento integral de alimentos, com o objetivo de sensibilizar a população e valorizar os alimentos regionais ofertados pela natureza às famílias ribeirinhas.

5.5 ELABORAÇÃO DE PRODUTOS E PREPARAÇÕES

As elaborações dos produtos e das preparações serão feitas após o mapeamento das matérias primas, e da ministração dos cursos planejados. Após isso, os encontros serão realizados para elaboração de produtos e a composição nutricional.

5.6 ANÁLISE SENSORIAL

Ao final de cada elaboração, ocorrerá aplicação da análise sensorial, no qual será elaborada 100 amostras de cada produto. Será aplicado um teste de aceitação do produto no qual 100 julgadores não treinados, avaliarão atributos como: cor, aparência, sabor e textura, segundo metodologia citada por Anzaldúa Moralez (1994) numa escala hedônica cujas extremidades estarão os termos '9- Gostei muitíssimo' e '1- Desgostei muitíssimo'. Além disso, será aplicado o teste de intenção de compra utilizando uma escala de cinco pontos variando de 'certamente compraria' à, 'certamente não compraria'. As amostras serão analisadas por moradores da ilha e demais localidades.

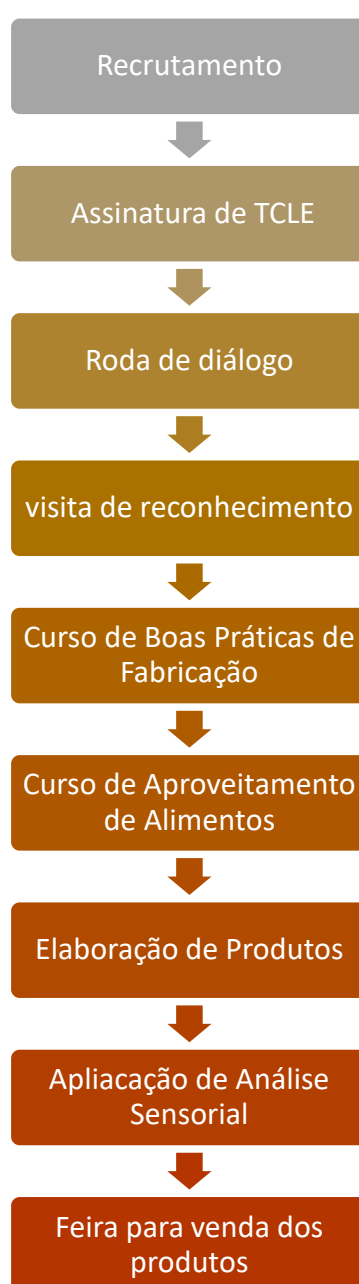
5.7 FEIRA PARA VENDA DE PRODUTOS.

Será realizada uma feira para venda de cada produto elaborado pelas mulheres, com o objetivo de incentivá-las a dar continuidade no projeto, elaborando novos produtos e gerando renda para suas famílias.

6 CRONOGRAMA

Cronograma de atividades de execução da pesquisa, disposto no quadro 1 e quadro 2. Logo abaixo está o fluxograma de atividades que será executada na ilha de Paquetá- PA (**Quadro 1**), a partir do Recrutamento à Aplicação de Análise Sensorial será aplicado na Unidade Pedagógica de Jamaci, entre o mês de outubro a novembro de 2019, tendo início às 9:30 horas a 12:00 horas da manhã. Além disso, será executado na ilha de Cotijuba, a feira para venda de produtos elaborados pelas mulheres nos dias 8 e 9 de novembro de 2019, de 08:00 horas as 12:00.

Quadro 1: Fluxograma de atividades que será executada na ilha de Paquetá.



Quadro 2: Cronograma de atividades para a execução do TCC.

ATIVIDADES	MESES										
	Fev.	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez
1 Levantamento das bibliografias na temática do TCC	X										
2 Fechamento do título e introdução geral	X										
3 Elaboração de justificativa e objetivos		X									
4 Elaboração da metodologia da pesquisa		X	X								
5 Pré-qualificação			X								
6 Elaboração dos instrumentos de coleta de dados				X							
7 Defesa do projeto de TCC					X						
8 Ajuste do trabalho para submissão ao CEP			X	X							
9 Envio do Projeto ao CEP						X					

10 Coleta de dados									X	X	
11 Análise de dados									X	X	
12 Discussão dos resultados										X	
13 Finalização do TCC e entrega do TCC a banca										X	
14 Defesa de TCC											X

7 ORÇAMENTO

O orçamento de despesas durante a execução das atividades está expresso no quadro 3.

Quadro 3: Orçamento de despesas.

Itens	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Passagem (Americano/Belém)	12	4,75	57,00
Passagem Belém/Icoaraci	30	1,65	49,50
Passagem Icoaraci/ Paquetá (Barco)	30	5,00	150,00
Almoço	19	10,00	190, 00
Impressões	65	0,50	32,50
TOTAL			R\$ 479,00

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO. Disponível em:

< https://www.abia.org.br/vsN/tmp_2.aspx?id=393 >. Acessado em: 28 mai. 2019.

ALVELOS HMPPD (2002). Análise, desenvolvimento e teste de métodos e técnicas para controle estatístico em análise sensorial. Universidade do Porto. 2014.

ANVISA. Regularização de Empresas/ Alimentos. Boas Práticas de Fabricação. RDC N°2016/2004

CARVALHO. A importância da ficha técnica em uma unidade de alimentação e nutrição. Ciência e Tecnologia de Alimentos 5.07.01.00-2 – Ciência de Alimentos. Universidade Tiradentes/Gastronomia/Aracaju, SE. 2016.

CARVALHO, M. S.; MONTUANI, D. F. B. ESSE RIO É MINHA RUA- um olhar sobre as práticas de alfabetização e letramento nas escolas ribeirinhas, 2015.

CHAVES, J. B. P. Análise sensorial: glossário. Viçosa: Editora UFV,1998.

DAGNINO, R. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas (SP): IG-UNICAMP; 2009.

DAGNINO, R. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from SciELO Books.

DUTCOSKY, S. D. Análise sensorial de alimentos. Curitiba,2013.

FAO- Food and Agriculture Organization of the United Nations. Food Loss and Food Waste. 2014. disponível em< <http://www.fao.org/food-loss-and-food-waste/en/>> Acesso em 07 de abril de 2019.

FAOSTATS- Food and Agriculture Organization of the United Nations. Commodity Balances/Crops Primary Equivalent. 2015. Disponível em

< <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X16302384#bb0095>> acesso em 6 de abril de 2019.

FERNANDES, R. M.; MACIEL, A. L. Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão; 2010.

FIGUEIREDO, Sergio Mathias de. O desenvolvimento de novos produtos na indústria de alimentos paulista: um estudo de casos sobre o processo de geração e seleção de ideias e análise de negócio. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2006.

GIANNONI J.; IMAMURA K.; VENÂNCIO A. et. al. Aproveitamento de resíduos orgânicos para o desenvolvimento de “beijinho” à base de mandioca amarela e rosada. RASBRAN - Revista da Associação Brasileira de Nutrição. São Paulo, SP, Ano 8, n. 2, p. 50-57. Brasil. 2017.

GOOGLE MAPS. Ilha de Paquetá-Açu. 2019. Disponível em

<<https://www.google.com/maps/place/Ilha+Paquet%C3%A1-A%C3%A7u/@-1.3668776,-48.5297693,14558a,35y,37.57t/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92a4651c2cf498b7:0x50311e40a6410db18m2!3d-1.2833333!4d-48.5333333>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

GUTIERREZ, D. M. D.; OLIVEIRA, F. R. M.; SOUZA, E. O.; ANDRADE, F. C.; CARVALHO, G. F.; LEÃO, M. S. Tecnologias sociais do INPA para a Amazônia: Uma visão diagnóstica. Manaus: EDITORAIMPA, 2017. p. 09-10 ISBN 978-85-211-0172-7.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD: insegurança alimentar nos domicílios cai de 30,2% em 2009 para 22,6% em 2013 Agência IBGE de notícias, 2013. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-deimprensa/2013-agencia-de-noticias/releases>>acesso em 07 de abril de 2019.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Agência IBGE de notícias, 2018. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-deimprensa/2013-agencia-de-noticias/releases>> acesso em 07 de abril de 2019.

ITS-Instituto de Tecnologia Social. Para entender a tecnologia social: uma viagem pelo Brasil. Cartilha. São Paulo: ITS, 2009.

ISO (2005) ISSO 6658: Sensory Analysis-Methodology- Triangle test, 2ª ed. Internacional Organization for standardization.

KOTLER, Philip. Administração de marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LASSANCE, J. A. E.; MELLO, C. J.; BARBOSA, E. J.; JARDIM, F. A.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T.; RUTKOWSKI, J.; PENA, J. O.; PEDREIRA, J. S.; DOWBOR, L.; OTERO, M. R.; SINGER, P.; DAGNINO, R.; LIANZA, S.; BAVA, S. C.; KRUPPA, S. M. P. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Branco do Brasil. P. 15-64. 2004. ISBN 85-86392-13-8.

LEITÃO B. Sustentabilidade e elaboração de novos produtos através do aproveitamento de resíduo alimentar. CIESA - Revista de Produção Acadêmico-Científica, Manaus, v.2, n.º 2. Amazonas. Brasil. 2015.

LIBRELON, R. Câmara aprova criação da Política Nacional de Tecnologia Social. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/539215-CAMARA-APROVA-CRIACAO-DA-POLITICA-NACIONAL-DE-TECNOLOGIA-SOCIAL.html>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

LIMA L.; CRUZ N.; SANTOS S. Recomendações de boas práticas de fabricação da farinha de tapioca, a partir da avaliação do estado atual do processamento utilizado por associados da cooperativa mista de produtores de farinha de tapioca, do distrito de americano, Santa Izabel-PA. Brasil. 2011.

LOBO, M. A. A.; LIMA, D. M. B.; SOUZA, C. M. N.; NASCIMENTO, W. A.; ARAÚJO, L. C. C.; SANTOS, N. B. Avaliação econômica de tecnologias sociais aplicadas à promoção de saúde: abastecimento de água por sistema Sodis em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Ciência e Saúde Coletiva. v. 18, n.7 p. 2119-2127, 2013.

LUZ, D. V. D. Desenvolvimento De Produtos: Um Estudo De Caso. RS, 2017.

MACHADO, Marcio C.; TOLEDO, Nilton N. Gestão do processo e desenvolvimento de produto: uma abordagem baseada na criação de valor. São Paulo: Atlas, p.2, 2008.

MACHADO; DUTRA; PINTO. Boas Práticas de Fabricação (BPF). Documento 120. Embrapa Agroindústria de Alimentos Rio de Janeiro-RJ. 2015.

MENDES. Ficha técnica de preparo (FTP): uma ferramenta de padronização para novos produtos à base de pescado. XXV Congresso Brasileiro de Ciência e tecnologia de Alimentos: Alimentação a arvore que sustenta a vida. Gramado –RS. 2016

MIZUTA, Cláudia Yuri; TOLEDO, José Carlos de. Caracterização do Processo de Desenvolvimento de Produto Alimentar – um estudo de caso na indústria de biscoitos. Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Engenharia de Produção.

MONTEIRO, C. L. B. Técnicas de avaliação sensorial. 2. Ed. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, CEPPA, 1984.

MUNÕZ, A. M. Análise sensorial em el control de calidad, Avances en análise sensorial/ Avances en análisis sensorial. São Paulo: Varela, 1999.

MCT-Ministério De Ciência E Tecnologia. Tecnologias Sociais. (2010). Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/308089.html>>. Acesso em 08 abril. 2019.

NOBRE C.A. Brazil: Boost pro-forest economics. Nature. v.510, n.7504, p.210. 2014.

NOBRE, C. A.; SAMPAIO, G.; BORMA, L., S.; CASTILLA-RUBIO J. C.; JOSÉ S. SILVA, J. S.; CARDOSO, M. Riscos do uso da terra e das mudanças climáticas na Amazônia e a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável. Proceedings of the National Academy of Sciences. v. 9, n. 13, p. 6. 2016.

NUNES, J. Aproveitamento integral dos alimentos: qualidade nutricional e aceitabilidade das preparações. Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, centro de excelência e turismo, 2009.

OTTERLOO, A. Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: Rede de Tecnologia Social; 2009.

Piggott JR, Simpson SJ, Williams SAR, International Journal of Food Science and Technology, 1998.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J.C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. Revista de Administração Pública. v. 42, n. 6. p. 1069-94, Rio de Janeiro. nov-dez. 2008.

RORIZ R. Aproveitamento dos resíduos alimentícios obtidos das centrais de abastecimento do estado de Goiás s/a para alimentação humana. UFG. Goiânia. Brasil. 2012.

ROZENFELD, H. et al. Gestão de Desenvolvimento de Produtos: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEMENIK, R. J.; BAMOSSY, G. J. Princípios de marketing: uma perspectiva global. São Paulo: Makron Books, 1995.

SITTA, M. A. "Marketing no desenvolvimento de novos produtos". Revista Gestão em Foco. Edição nº 9, 2017.

SOUSA, MBA. Tecnologia Social. In: Otterloo, A. et al. Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009.

TRINDADE, M.P. Representações Sociais de Jovens da Ilha De Cotijuba – Belém (Pa) Sobre O Ensino Médio e as Relações com seus Projetos de Vida, 2011

ZUIN, Luís Fernando Soares; CARRER, Celso da Costa. Estudo do processo de desenvolvimento de produto de uma empresa de grande porte da cadeia produtiva do trigo. Toledo, 2010.

Piggott JR, Simpson SJ, Williams SAR, International Journal of Food Science and Technology, 1998.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J.C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. Revista de Administração Pública. v. 42, n. 6. p. 1069-94, Rio de Janeiro. nov-dez. 2008.

SANTOS. Elaboração de fichas técnicas de preparações em uma unidade de alimentação e nutrição do município de São Paulo. Universidade São Judas Tadeu. São Paulo. 2015.

SILVA, A. C. S. M., Introdução à análise sensorial de gêneros alimentícios e sua aplicação na indústria alimentar. Porto, 2015.

Stone H, Rebecca NB, Heather AT (2012) Sensory Evaluation Practices, 4^a Ed., Academic Press.

TEIXEIRA, L. V. análise sensorial na indústria de alimentos; Rev. Int. Latic. "Cândido Tostes", jan/fev, 2009.

WILLOUGHBY, K. W. Technology choice: a critique of appropriate technology movement. London: Intermediate Technology Publications, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONCORDÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.

À Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira

Belém, (PA), 02 de março de 2019.

A SECRETARIA DA FUNDAÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLA BOSQUE PROFESSOR EIDORFE MOREIRA

Vimos através deste, solicitar a colaboração de Vossa Excelência para realização de um projeto no qual será efetivada cursos de Manual Boas Práticas, curso de Aproveitamento Integral de Alimentos, Avaliação e orientação nutricional, elaboração de produtos com alimentos regionais, Análise Sensorial, feira para venda dos produtos, no período de abril a setembro.

O referido Projeto tem o objetivo realizar cursos para um grupo mulheres da ilha de Paquetá-PA visando o aproveitamento integral dos alimentos. Neste sentido solicita-se, se possível, contar com o apoio desta secretaria para ceder o espaço da Unidade Pedagógica Jamaci para realização do Projeto.

Certos de seu compromisso com a comunidade de Paquetá.

Atenciosamente,

Hugo Rangel Fernandes

Docente da Universidade Maurício de Nassau - UNINASSAU

Carolina Silene Machado Monteiro

Acadêmica de Nutrição

Francisco Rodrigo dos Santos

Acadêmico de Nutrição

Nayara da Silva Cruz
Acadêmica de Nutrição

Aguardamos retorno,

Telefones para contatos: 983493523(Carol) /981320938(Nayara)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: Aplicação de tecnologias sociais para um grupo de mulheres da ilha de Paquetá-PA.

Pesquisador (a) Responsável: Hugo Rangel Fernandes, Carolina Silene Machado Monteiro; Gisele Cunha Sena, Ian Brito Vilhena, Larissa Baia De Nazaré; Francisco Rodrigo Dos Santos; Nayara Da Silva Cruz.

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntario, do projeto de pesquisa APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA UM GRUPO DE MULHERES DA ILHA DE PAQUETÁ-PA de responsabilidade dos pesquisadores: Carolina Silene Machado Monteiro; Hugo Rangel Fernandes; ; Hugo Rangel Fernandes, Carolina Silene Machado Monteiro; Gisele Cunha Sena, Ian Brito Vilhena, Larissa Baia De Nazaré; Francisco Rodrigo Dos Santos; Nayara Da Silva Cruz.

Francisco Rodrigo dos Santos e Nayara da Silva Cruz.

Leia cuidadosamente o documento caso haja alguma dúvida poderá nos perguntar. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem como finalidade, aplicar tecnologias sociais para um grupo de mulheres da ilha de Paquetá-Pa onde serão executados cursos com o intuito de proporcionar conhecimento a respeito da produção de alimentos a partir do aproveitamento integral dos mesmos, para que ao final as mulheres possam produzir produtos através de matérias primas que o local oferece e gerem uma renda extra familiar e consequentemente o aumento da economia local.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá como participante dos cursos ofertados pelos pesquisadores, executor e avaliador das preparações que será feito na cozinha da Unidade Pedagógica

de Jamaci, sob supervisão e orientação dos pesquisadores responsáveis, com duração mínima de 2 horas/dia, normalmente em 2 sexta-feira do mês podendo haver registro de vídeo, imagem ou depoimento.

3. Durante a execução da pesquisa poderá ocorrer risco de intoxicação alimentar, porém os riscos poderão ser minimizados, pois antes da manipulação dos alimentos propriamente dita irei passar por curso de Boas Práticas de Fabricação de Alimentos, onde irei aprender quais cuidados tomar para que não haja contaminação, logo todo produto que eu manipular irá passar por um criterioso cuidado higiênico-sanitário durante todo o seu processamento.

4. Ao participar desse trabalho contribuirei para o sucesso desta pesquisa e contribuindo para o crescimento do local onde moro e principalmente para desenvolvimento técnico-científico, no âmbito da criação de produtos saudáveis e ricos nutricionalmente.

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de no máximo 2 horas, em um dia, no qual será executado os cursos.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determinação.

8. Meu nome será mantido em sigilo e para me identificar será usado códigos, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

9. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa.

10. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com o (a) pesquisador (a) Carolina, Francisco e Nayara, nos telefones: (92)983493523, (91) 980919275 e (91) 981320938 ou no Endereço:

endereço Rua da Brasília passagem Bom Jesus nº 720 Bairro: Águas Negras – Belém - Pa. CEP: 66822-190. E-mail para contato: carolmonteiro2010@hotmail.com, e com o pesquisador Hugo Rangel Fernandes, telefone: (91) 992223202

11. Qualquer dúvida ou reclamação, entrar em contato com o Comitê de Ética no telefone (91)99177-1348 ou no endereço: Av. Alcindo Cacela, Nº 287, Bloco D, 5º andar, Bairro: Umarizal – Belém- Pa CEP:66.060-902. E-mail para contato: cepunama@unama.br.

Critérios de Inclusão

Mulheres de 18 a 60 anos, que saibam ler e escrever, residentes da ilha de Paquetá- PA.

Critérios de Exclusão

Homens, mulheres menores de 18 ou acima de 60 anos, analfabetas, não residentes da ilha de Paquetá- PA

Eu, (___Código do participante___) declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir sem que nada me aconteça. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais e/ou responsáveis. Estou ciente que meu pai e/ou responsável receberá uma via deste documento.

Cidade, _____ de _____ de 20____.

APÊNDICE C– FICHA DE ANÁLISE SENSORIAL

FICHA DE ANÁLISE SENSORIAL

Nome: _____ Sexo:___ Idade _____

Você está recebendo uma amostra do produto. Por favor, avalie a amostra e expresse o quanto você gostou ou desgostou do produto através da escala abaixo.

- ☐ Gostei muitíssimo
- ☐ Gostei muito
- ☐ Gostei moderadamente
- ☐ Gostei ligeiramente
- ☐ Não gostei, nem desgostei
- ☐ Desgostei ligeiramente
- ☐ Desgostei moderadamente
- ☐ Desgostei muito
- ☐ Desgostei muitíssimo

Indique o grau de intenção de compra do produto apresentado.

- ☐ Certamente compraria
- ☐ Provavelmente compraria
- ☐ Talvez compraria/Talvez não compraria
- ☐ Provavelmente não compraria
- ☐ Certamente não compraria

 conhecimentolivre.org/home

 contato@conhecimentolivre.org

 [editoraconhecimentolivre](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolivre)

CIÊNCIAS SOCIAIS:

A SOCIEDADE EM SUA INTEGRALIDADE

Volume XI